



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 894

Segunda-feira - 26 de Dezembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Arroio Trinta.....	4
Bela Vista do Toldo.....	5
Biguaçu.....	5
Braço do Trombudo.....	7
Caçador.....	7
Campo Alegre.....	13
Campos Novos.....	33
Capinzal.....	35
Concórdia.....	43
Corupá.....	70
Curitibanos.....	71
Ermo.....	72
Forquilha.....	72
Fraiburgo.....	72
Garopaba.....	88
Garuva.....	99
Herval do Oeste.....	99
Imbituba.....	101
Iomerê.....	105
Irineópolis.....	121
Itapoá.....	126
Joaçaba.....	127
Lages.....	186
Leoberto Leal.....	186
Luzerna.....	190
Massaranduba.....	190
Meleiro.....	196
Monte Carlo.....	196
Morro da Fumaça.....	202
Navegantes.....	223
Novo Horizonte.....	224
Pinheiro Preto.....	225
Porto Belo.....	237
Porto União.....	240
Rio do Sul.....	240
Salto Veloso.....	249
São Lourenço do Oeste.....	249
São Pedro de Alcântara.....	250
Schroeder.....	272
Timbó.....	278
Turvo.....	325
Videira.....	349

Associações

AMVALI.....	364
-------------	-----

Consórcios

CIS/AMMVI.....	364
CISAMA.....	365

Água Doce

PREFEITURA

Lei Nº 2.054/2011

LEI Nº 2.054/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.691,00 (onze mil seiscentos e noventa e um reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Urbanismo.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa a seguir especificado com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPTO. DE URBANISMO

2.046 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0/187 Aplicações Diretas

R\$ 11.691,00

TOTAL R\$ 11.691,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

Lei Nº 2.056/2011

LEI Nº 2.056/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), para a o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a compra de um veículo para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4.4.90.00.0.1.0002.0/2 Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
TOTAL R\$ 75.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos de impostos saúde.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

Decreto Nº 160/2011

DECRETO Nº 160/2011 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, fica anulado parcialmente o valor do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.1.90.00.0.1.0058.0/69 Aplicações Diretas R\$ 545,00

12.361.0025.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE - PNA-TE E OUTROS
3.1.90.00.0.1.0061.0/71 Aplicações Diretas R\$ 39,65
TOTAL R\$ 584,85

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.0.1.0058.0/70 Aplicações Diretas R\$ 545,00

12.361.0025.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE - PNA-TE E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0061.0/72 Aplicações Diretas R\$ 39,65
TOTAL R\$ 584,65

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 161/2011

DECRETO Nº 161/2011- DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20,78 (vinte reais e setenta e oito centavos) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação total do repasse da União -Salário Educação.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.024 APLICAÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.00.0.1.0058.0/70 Aplicações Diretas R\$ 20,78
TOTAL R\$ 20,78

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado provável excesso de arrecadação identificado na rubricas de Transferências do salário Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 162/2011

DECRETO Nº 162/2011 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº

1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 171,20 (cento e setenta e um reais e vinte centavos), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.242.0045.2.059 AÇÃO CONTINUADA APAE
3.3.90.00.0.1.0049.0/5 Aplicações Diretas R\$ 171,20
TOTAL R\$ 171,20

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica transferências Rec. FNAS/ Prot. Social Especial - APAE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 163/2011

DECRETO Nº 163/2011 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Será considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais os dias 23 e 30 de Dezembro de 2011 no período vespertino em virtude do Natal e Ano Novo.

Parágrafo único: No dia 23 de dezembro o horário do ponto facultativo da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social será a partir das 16 horas, igualando-se as demais repartições no dia 30 de dezembro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 164/2011

DECRETO Nº 164/2011- DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo

133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.038,98 (trinta e cinco mil trinta e oito reais e noventa e oito centavos) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Esporte.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.3.90.00.0.1.0019.0/61 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.0.1.0001.0/62 Aplicações Diretas R\$ 1.526,00

12.361.0025.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE- PNATE E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0024.0/175 Aplicações Diretas R\$ 89,16

12.365.0033.2.030 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.0.1.0019.0/83 Aplicações Diretas R\$ 18.465,00

3.3.90.00.0.1.0189.0/171 Aplicações Diretas R\$ 1.892,82

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0036.2.033 PROMOÇÃO DE EVENTOS

3.3.90.00.0.1.0000.0/92 Aplicações Diretas R\$ 2.066,00

07 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPTO. DE URBANISMO

15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO

3.3.90.00.0.1.0000.0/135 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 35.038,98

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado provável excesso de arrecadação identificado nas rubricas de transferências do salário Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.055/2011

LEI Nº 2.055/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.618,05 (sete mil e seiscentos e dezoito reais e cinco centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa a seguir especificado, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002.0/6 Aplicações Diretas R\$ 7.618,05
TOTAL R\$ 7.618,05

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.0.1.0002.0/4 Aplicações Diretas R\$ 3.850,27
3.1.91.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 2.303,31

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMAS SUS
3.3.90.00.0.1.0002.0/15 Aplicações Diretas R\$ 1.464,47
TOTAL R\$ 7.618,05

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0022/2011.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0022/2011.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: Aquisição de Merenda Escolar para alunos da Educação Infantil - Creche e alunos do Ensino Fundamental, para os meses de fevereiro a abril de 2012, do Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 12/01/2012.

Abertura dos Envelopes: Às 09:15h do dia 12/01/2012.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/

fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 22 de dezembro de 2011.

CLÁUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 075/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2011

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Arroio Trinta e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2012.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si o Município de Arroio Trinta, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.826.462/0001-27, com sede administrativa na R. XV de Novembro, 26, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Claudio Spricigo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546 - Estreito - Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Edinando Luiz Brustolin.

Das disposições gerais

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1450, de 25/01/2010, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 004/2010.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Do objeto

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Arroio Trinta ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 004/2010.

Do rateio

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 240,00, totalizando o valor de R\$ 2.880,00.

Cláusula quinta - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula sexta - A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais) e nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2012, nos termos da Lei Municipal nº 1.555 de 24 de outubro de 2011.

Parágrafo único. A despesa total deverá ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

Despesas correntes:

a) 55% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.41 R\$ 1.584,00

b) 45% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.41 R\$ 1.296,00

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Da prestação de contas

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam

consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. Das penalidades

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Do foro

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Arroio Trinta, SC, 18 de novembro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito De Arroio Trinta

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN

Diretor Executivo Do CIGA

Testemunhas:

MICHEL SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

LÚCIA MARIA MANENTI

CPF - 715.609.129-87

TERMO DE CONTRATO Nº: 0075/2011

OBJETO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

VALOR: R\$ 2.880,00.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Extrato de Edital

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, para Aquisição de medicamentos. Dia 09/01/2012 as 15h00min horas na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. Informações e edital deverão ser solicitados pelo e-mail planejamentobvt@hotmail.com.

Bela Vista do Toldo, 22 de dezembro de 2011.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto 238/2011

DECRETO Nº 238/2011 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA LOCAL DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (MACRODRENAGEM)

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Unidade Executora Local - UEL, vinculada à Secretária de Planejamento e Gestão e voltada à gestão das operações contratadas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (Macrodrenagem), do governo federal, com valor de investimento superior a R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), nos seguintes programas:

- I - Execução de obra de Macrodrenagem;
- II - Gerenciamento (Supervisão) da obra de Macrodrenagem;
- III - Trabalho Sócio Ambiental I;
- IV - Trabalho de regularização fundiária;

Parágrafo único - À Unidade Executora Local compete a elaboração, implementação e gerenciamento das obras e serviços contratados nos termos do caput deste artigo.

Art. 2º A Unidade Executora Local será composta por:

- I - um Coordenador Geral;
- II - um Coordenador de Engenharia;
- III - um Coordenador de Trabalho Social;
- IV - um Coordenador de Regularização Fundiária;
- V - equipe técnica:

§ 1º A formação da equipe técnica deve observar o disposto no item 3, alínea "c", da Orientação Operacional nº 03/2008, do Ministério das Cidades.

§ 2º A participação na Unidade Executora Local, considerada de relevante interesse público, não será remunerada.

Art. 3º A Coordenação da UEL poderá requisitar, em caráter de urgência, de qualquer órgão ou ente da administração municipal, informações, diligências e servidores necessários à realização dos projetos previstos no art. 1º deste Decreto.

Art. 4º A Secretaria de Planejamento e Gestão assegurará a organização e funcionamento da Unidade Executora Local, fornecendo os meios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º A Unidade Executora Local será composta pelos seguintes membros e funções:

- I - Luiz Fernando de Aquino - Coordenador Geral da UEL;
- II - Genivalda Ronconi de Amorim - Coordenadora de Engenharia da UEL;
- III - Fabiana de Oliveira Cervelin - Coordenadora de Trabalho Social da UEL;
- IV - Matheus Hoffmann Machado - Coordenador de Regularização Fundiária da UEL; e
- V - Luana Schmitt Montero e João Antônio Romeu de Castro - Equipe Técnica da UEL.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto 238/2011

DECRETO Nº 238/2011 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA LOCAL DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (MACRODRENAGEM)

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Unidade Executora Local - UEL, vinculada à Secretária de Planejamento e Gestão e voltada à gestão das operações contratadas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (Macro drenagem), do governo federal, com valor de investimento superior a R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), nos seguintes programas:

- I - Execução de obra de Macro drenagem;
- II - Gerenciamento (Supervisão) da obra de Macro drenagem;
- III - Trabalho Sócio Ambiental I;
- IV - Trabalho de regularização fundiária;

Parágrafo único - À Unidade Executora Local compete a elaboração, implementação e gerenciamento das obras e serviços contratados nos termos do caput deste artigo.

Art. 2º A Unidade Executora Local será composta por:

- I - um Coordenador Geral;
- II - um Coordenador de Engenharia;
- III - um Coordenador de Trabalho Social;
- IV - um Coordenador de Regularização Fundiária;
- V - equipe técnica:

§ 1º A formação da equipe técnica deve observar o disposto no item 3, alínea "c", da Orientação Operacional nº 03/2008, do Ministério das Cidades.

§ 2º A participação na Unidade Executora Local, considerada de relevante interesse público, não será remunerada.

Art. 3º A Coordenação da UEL poderá requisitar, em caráter de urgência, de qualquer órgão ou ente da administração municipal, informações, diligências e servidores necessários à realização dos projetos previstos no art. 1º deste Decreto.

Art. 4º A Secretaria de Planejamento e Gestão assegurará a organização e funcionamento da Unidade Executora Local, fornecendo os meios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º A Unidade Executora Local será composta pelos seguintes membros e funções:

- I - Luiz Fernando de Aquino - Coordenador Geral da UEL;
- II - Genivalda Ronconi de Amorim - Coordenadora de Engenharia da UEL;
- III - Fabiana de Oliveira Cervelin - Coordenadora de Trabalho

Social da UEL;

IV - Matheus Hoffmann Machado - Coordenador de Regularização Fundiária da UEL; e

V - Luana Schmitt Montero e João Antônio Romeu de Castro - Equipe Técnica da UEL.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Resolução Nº 06/2011

RESOLUÇÃO N. 06/2011

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE 2011

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas através da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 e da Lei Municipal nº 2673 de 23 de outubro de 2008:

- Considerando a deliberação da Plenária de Reunião Ordinária de 22 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - aprovar o Plano de Ação referente as metas físicas de 2011 abaixo relacionadas:

Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M, cujo valores foram apresentados em porcentagem: taxa de saúde (0,72%), taxa de atualização cadastral (0,88%), taxa de frequência escolar (0,80%) e taxa de qualidade cadastral (0,89). As macro ações onde foram aplicados os recursos do IGD-M aprovado pelo CMAS no início de 2011, que previa os gastos com cadastramento de famílias/cadastro de gestão, gestão de benefícios, gestão de condicionalidades, implementação de ações de desenvolvimento das famílias beneficiadas, acompanhamento e execução de procedimento de controle. Para os serviços pactuados e a previsão de atendimento do serviço de Proteção Social Básica: PAIF - Serviço de Proteção Integral a Família cujo Piso Básico Fixo a previsão de atendimento é de 5000 (cinco mil) famílias referenciadas. Para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 e ou idosos, cofinanciado com o Piso Básico Variável II, apresenta a meta física é de 785 idosos. Para a Proteção Social Especial, referente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/serviço socioeducativo/serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, cofinanciado com o Piso Variável de Média Complexidade - PETI a meta física de crianças identificadas em trabalho infantil é de 45 (quarenta e cinco). No CREAS, através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos - PAEFI cofinanciado com o Piso Fixo de Média Complexidade I e II, apresenta a meta física de previsão de 150 (cento e cinquenta) atendimentos. O Serviço de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade Assistida e Prestação de serviço a Comunidade, cofinanciado através do Piso Fixo de Média Complexidade III tem a meta física de 20 atendimentos. Para os serviços específicos de Proteção Especial cofinanciados com recursos do Piso de Alta Complexidade I existe a meta de atendimento de 20 (vinte) crianças e para o atendimento a pessoa com deficiência através do Piso de Transição de Média Complexidade atende-se 210 usuários. O Plano de Ação apresenta os recursos destinados pelo município para as ações no valor de R\$ 1.932.287,99 (um milhão novecentos e trinta e dois mil duzentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos) incluso a este valor a folha de pagamento no valor de R\$ 906.918,08

(novecentos e seis mil novecentos e dezoito reais e dezoito centavos) e repasse fundo a fundo do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para cofinanciamento de ações de alta complexidade no valor de R\$69.300,00 (sessenta e nove mil e trezentos reais).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de dezembro 2011.

ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE

Presidente do CMAS

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 076/2011

DECRETO 076/2011 20.12.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

09.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0080.2052 - Manutenção das Atividades Comunitárias
3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
4490.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

- Total R\$ 6.500,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de dezembro de 2011.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal em Exercício

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 21.198

PORTARIA Nº 21.198, de 18 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal MARIVETE KUBASKI, ocupante do cargo de Professora, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 6.490 (seis mil quatrocentos e noventa) dias, ou, 17 (dezesete) anos, 09 (nove) meses e 15 (quinze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00003/10-9, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 20/10/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.213

PORTARIA Nº 21.213, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os cidadãos abaixo relacionados, para atuarem junto a Secretaria de Saúde, especificando nome, cargo, referência, carga horária semanal, razão e data do contrato:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Razão	Data
Thiago Correa de Araújo Silveira	Médico Psiquiatra	39	20	Não houve inscritos no processo seletivo	1º/12/11 a 1º/06/12
Thiago Correa de Araújo Silveira	Médico Psiquiatra	39	20	Não houve inscritos no processo seletivo	02/01/12 a 1º/06/12
Thiago Muniz de Lima	Médico	78	40	Até realização concurso	01/01/12 a 30/03/12
Eliane Aparecida Alves de Campos	Recepcionista	01	35	v.v. Erenilda Americana - licença prêmio e férias	02/01/12 a 02/05/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária De Saúde.

Portaria Nº 21.242

PORTARIA Nº 21.242, de 12 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquisição	Período Gozo
892	Cleony Lopes Barbosa Figur	Assistente Social	Ass. Soc.	01/04/02 a 01/04/07 - 3 meses	25/12/11 a 23/03/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.245

PORTARIA nº 21.245, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento de horas sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestados durante o mês de dezembro de 2011, especificando: código, nome, cargo e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº horas
962	Valdir A Teles de Oliveira	Infra- Estrutura Plantão Funerário	199
888	José Osni Batista	Infra-Estrutura Plantão Funerário	132

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS

Secretário De Infra-Estrutura.

Portaria Nº 21.246

PORTARIA Nº 21.246, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: código,

nome, cargo, secretaria e data da rescisão, conforme segue:

Cod.	Nome	Cargo	Secretaria	Data rescisão
11169	André Luan de Mattos	Auxiliar Serviços Gerais	Infra	15/12/11
11183	Maicon André Ribeiro dos Santos	Pedreiro	Infra	15/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.251

PORTARIA Nº 21.251, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 17.088, de 31/08/2006, que CONCEDEU a diversos Servidores Públicos Municipais licença prêmio, no que se refere ao período aquisitivo da licença da servidora abaixo relacionada, especificando nome, cargo, referência, secretaria de lotação, período aquisitivo, período de gozo, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec	Período Aquis.	Período Gozo
Maria Antonia Fabiani Padilha	Professora	05	01/04/00 a 01/04/05	11/07/06 a 11/10/06

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.257

PORTARIA Nº 21.257, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
17	Maria Aparecida de Lima	Aux. Serviços e Obras Públicas	Fundema	15/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.258

PORTARIA Nº 21.258, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/1202004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas justificadas dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, referente os meses de novembro e dezembro de 2011, abaixo relacionados, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº faltas
3521	Airton Rogerio Bick	30
10826	Aline de Matos Roessler	05
11258	Andrey Alves da Cruz	15
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	04
831	Clarice Abrão	15
10789	Cristiane Ap. Trindade da Silva	08
9874	Emanuelle Martins de Souza	06
3510	Ivone Vaccari	15
1146	Julio Cesar Moschetta da Silva	15
10875	Laurici Teresinha Paulo	04
9385	Maria Eva Martins da Silva	05
11251	Maria Joaquina Eccel	15
9615	Marilene Lima Fagundes	45
2465	Marilucy Wierbicki	05
4999	Marisa Ap. Goes	45
11222	Michela Felipe de Medeiros	07
7674	Patricia Kirschner da Cruz	04 e ½
3307	Rosana Ap. M. Barzotto	04
11214	Sander Murilo Ferreira Ceccatto	04
11215		
3272	Silmara Ap. Radaeli	06
10870	Tânia Marcia dos Santos Alves	07
2521	Vanderlei Alves	06

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Celso Luiz Thomé - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

Portaria Nº 21.259

PORTARIA Nº 21.259, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio, a que faz jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquisição	Período Gozo
4595	Joice Luiza Flores de Matias Wagner	Procuradora Municipal	Ipasc	01/03/04 a 01/03/09 - 3 meses	21/12/11 a 21/03/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.261

PORTARIA Nº 21.261, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 122, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/04 - Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, retorno da licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, concedido à Servidora Pública Municipal JACIRA MARIA LEITE DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Assistência Social, a contar de 19 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.262

PORTARIA Nº 21.262, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/1202004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, referente os meses de novembro e dezembro de 2011, abaixo relacionados, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº faltas
11169	André Luan de Mattos	03
10865	Beatriz Teresinha Zmijevski	01
10867		

7991	Eduardo de Bittencourt	01
2573	Elis Melani de Almeida	½
11028	Graziella Debarba	15
755	Gilmar Rodrigues Ribeiro	01
10697	Jeane Zago	01
10646	Mineli Frigoto Scolari	02
10622	Neiva Ap. Bento Rossetto	03
10983	Odete Rosseto Xavier	01
2580	Rosangela Ap. Ribas de Mello	06
1004	Sebastião Miguel Cachoeira	01
10378	Vivian de Lemos Estrowispy	01
10976	Viviane Ap. Trindade	01

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.263

PORTARIA Nº 21.263, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal MARIVETE KUBASKI, ocupante do cargo de Professora Séries Iniciais, lotada na EMEB Pierina Santin Perret, com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Morada do Sol e desta para aquela ELIZIANE APARECIDA BATTOCHIO PEGORARO, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Contrato 145-2011 PREFEITURA

Contrato nº 145/2011 - Contratação de empresa especializada para elaboração de laudos técnicos de condições ambientais do trabalho (LTCAT) para os servidores municipais. Referente ao processo licitatório nº 94/2011 PR nº 54/2011. Contratado: WALD E WALD MEDICINA DO TRABALHO LTDA- CNPJ no 01.313.540/0001-98. Valor: R\$ 23.400,00. Prazo: O presente Contrato tem o prazo o período de 90 (noventa) dias para execução parcelada dos serviços, iniciando com a assinatura e findando 90 (noventa) dias corridos após, podendo ser prorrogado por (30) trinta dias, no interesse público, mediante justificativa aceita pela administração municipal.

Edital Nº 03 Retificação ao Edital Educação

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 03 AO EDITAL SEMEC/Nº 04/2011

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, RETIFICA OS TERMOS DO EDITAL SEMEC Nº 04/2011, publicado em 22 de novembro de 2011, nos seguintes termos:

5.3 A contagem de pontos obedecerá aos seguintes critérios:

5.3.2 Para os demais cargos:

5.3.2.1 2,0 (dois) pontos por mês de efetivo exercício do Magistério público Municipal de Caçador/ SC, atuado em sala de aula;

5.3.2.1.1 2,0 (dois) pontos por mês de efetivo exercício do Magistério público Municipal de Caçador/ SC, para os cargos de Servente da Educação, Merendeira Escolar, Auxiliar de Biblioteca, Secretário Escolar, na sua área de atuação;

5.3.2.2 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício no Magistério, atuado em sala de aula; para atuação nas redes estaduais, federais e particulares;

5.3.2.2.1 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício no Magistério, para inscrições nos cargos de Servente da Educação, Merendeira Escolar, Auxiliar de Biblioteca, Secretário Escolar; na sua área de atuação, nas redes estaduais, federais e particulares;

5.3.2.3 No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como 1 (um) mês;

5.3.2.4 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por mês de efetivo exercício no magistério atuado nos cargos de Supervisor Escolar, Orientador Educacional ou Administrador Escolar e na função de Direção de Escola, na rede municipal de Caçador/SC;

5.3.2.5 1,0 (um) ponto para cada quarenta horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização apresentado, sendo que certificados com carga horária inferior a 20h ou 20h/aula não serão aceitos;

§ Os acréscimos nos itens 5.3.2.1.1, 5.3.2.2 e 5.3.2.2.1 se fazem necessários com o fim de esclarecer e detalhar especificamente o critérios usados como parâmetro na contagem de pontos por tempo de serviço e, em nada causará prejuízo a contagem já realizada para a classificação divulgada. Ressalta-se a diferenciação no que diz respeito à área de atuação, sendo considerado criteriosamente o tempo de atuação em sala de aula, para os inscritos nas vagas de Professor e atuação em cargo administrativo ou de apoio, para os inscritos nas demais vagas.

9. DA ESCOLHA DE VAGAS

9.11.3- Para Ensino Fundamental- 6º ano a 8ª série: carga horária variável de 10 a 40 horas semanais;

Fica acrescido ao presente edital o item 4.1.4 e 10.1.15, conforme segue:

4.1 - DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1.4 - Título de Eleitor, Certificado Militar, Quitação Eleitoral e Comprovante de Residência;

10. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

10.1.15 Comprovante de Registro no Conselho Regional de Educação Física (para candidatos inscritos na área de Educação Física)

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Edital de Retificação nº 01, de 29/11/11.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA,

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação.

Ata 116-2011 PREFEITURA

Ata nº 116/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2011 - Registro de preços para locação de horas máquinas e caminhão truck destinados a limpeza e desassoreamento de córregos nos seguintes bairros: Martello, Alto Bonito, Reunidas, Bom Jesus, Rancho Fundo, Bello, Nossa Senhora Salete e Figueroa. Fornecedor: TERRA-PLANAR TERRAPLENAGENS LTDA- CNPJ nº 11.708.964/0001-05- Caçador, SC. Prazo: 90 dias.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	230	Horas	Locação de escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 18.000 Kg, Combustível, operador habilitado, transporte e manutenção do equipamento por conta da empresa vencedora.	KOMATSU	150,00	34.500,00
02	108	Horas	Locação de Retroescavadeira, com combustível, operador habilitado, transporte do equipamento por conta da empresa vencedora.	FIATALLIS	80,00	8.640,00
03	50	Horas	Locação de Caminhão Truck, com combustível, operador habilitado, transporte por conta da empresa vencedora	MERCEDES	80,00	4.000,00

TOTAL GERAL 47.140,00

Ata 117-2011 PREFEITURA

Ata nº 117/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2011 – Registro de preços para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de veículos da Secretaria de Educação, Secretaria de Administração e Fazenda, Fundação Municipal de Esportes e Polícia Civil. Fornecedor: MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA-ME- CNPJ nº 09.006.650/0001-19– Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

VEÍCULOS DA DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA DE CAÇADOR – SC - DRP

LOTE 01		FIAT			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
01	MAF-3658	FIAT UNO	1994	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 10.000,00

LOTE 02		VOLKSWAGEM			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
02	MEK-7343	GOL- VOLKSWA- GEM	2008	35,00	11%

03	MCC-0103	PÓLO SEDAN- VOLKSWA- GEM	2006	35,00	11%
----	----------	--------------------------	------	-------	-----

VALOR ESTIMADO: R\$ 30.000,00

LOTE 03		FORD			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
04	MIR-8664	FOCUS - FORD	2011	38,50	10%

VALOR ESTIMADO: R\$ 15.000,00

LOTE 04		CHEVROLET			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
05	MDT-4178	ASTRA SEDAN - CHEVROLET	2004	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 15.000,00

VEÍCULOS DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA COMARCA DE CAÇADOR – SC - DPCO

LOTE 05		FIAT			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
06	MBR-7535	PALIO - FIAT	2002	46,00	7%

VALOR ESTIMADO: R\$ 10.000,00

LOTE 06		VOLKSWAGEM			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
07	MBX-9403	POLÓ SEDAN – VOLKSWA- GEM	2006	32,50	15%
08	MBN-9682	PARATI – VOLKSWA- GEM	2001	32,50	15%
09	MBT-2961	GOL - VOLKSWA- GEM	2001	32,50	15%

VALOR ESTIMADO: R\$ 45.000,00

LOTE 07		CHEVROLET			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
10	MHJ-3444	BLAZER ADVANCE - CHEVROLET	2009	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 15.000,00

LOTE 08		RENAULT			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
11	MFW-0369	LOGAN - RENAULT	2007	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 15.000,00

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

LOTE 10		VOLKSWAGEM			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
13	MHD-3876	GOL - VOLKSWA- GEM	2010	32,50	15%
14	MHL-8386	KOMBI - VOLKSWA- GEM	2010	32,50	15%

VALOR ESTIMADO: R\$ 28.000,00

LOTE 12		FORD			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
16	MHD-3816	FIESTA - FORD	2010	34,50	10%

VALOR ESTIMADO: R\$ 17.500,00

LOTE 13		MERCEDES BENZ			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
17	MAY-2411	CAMINHÃO - MERCE- DES BENZ	1998	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 47.000,00

LOTE 14		VOLKSWAGEM			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
18	MDH-7541	MICRO- ONIBUS - VOLKSWA- GEM	2003	47,50	5%
19	MDM-6072	MICRO- ONIBUS - VOLKSWA- GEM	2003	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 105.000,00

LOTE 15		RENAULT			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
20	MDK-2396	FURGÃO MASTER 11 M3 25 DCI 1.60TY 114CV	2005	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 42.000,00

VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES:

LOTE 17		VOLKSWAGEM			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
22	MAO-3253	ÔNIBUS - VOLKSWA- GEM	1990	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 40.000,00

VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

LOTE 20		FORD			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
26	MDB-1509	FOCUS GHIA - FORD	2002-2003	33,50	11%
27	MHO-7936	FIESTA FLEX - FORD	2010-2011	33,50	11%

VALOR ESTIMADO: R\$ 30.000,00

LOTE 21		GENERAL MOTORS			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
28	MHA-8026	CORSA HA- TCH - GM	2010-2011	47,50	5%
29	MHA -7996	CORSA HA- TCH - GM	2010-2011	47,50	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 22.000,00

Ata 118-2011 PREFEITURA

Ata nº 118/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2011 – Registro de preços para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de veículos da Secretaria de Educação, Secretaria de Administração e Fazenda, Fundação Municipal de Esportes e Polícia Civil. Fornecedor: COLUSSI & CIA LTDA - CNPJ nº 05.070.506/0001-90– Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

LOTE 11		FIAT			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
15	MCR-4143	FIORINO - FIAT	2006	47,25	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 13.500,00

LOTE 16		PEUGEOT			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
21	MHI-3386	BOXER - PEUGEOT	2010	47,25	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 42.000,00

VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

LOTE 18		PEUGEOT			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
23	MHE-5246	PEUGEOT 307 SD 2.0 - PEUGEOT	2010	47,25	5%

VALOR ESTIMADO: R\$ 16.000,00

LOTE 19		FIAT			
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO	MO R\$	PÇ%
24	LZK-7080	UNO MILLE EP - FIAT	1995-1996	47,25	5%

25	MEV-8962	PALIO HLX - FIAT	2006	47,25	5%
----	----------	------------------	------	-------	----

VALOR ESTIMADO: R\$ 22.000,00

Ata 119-2011 PREFEITURA

Ata nº 119/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2011 - Registro de preços para aquisição de pedras diversas destinadas a pavimentação asfáltica e manutenção e conservação de ruas no perímetro urbano e rural do Município. Fornecedor: MINEROCHA CATARI-NENSE LTDA - CNPJ nº 02.720.984/0001-00- Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QDTADE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	10.000	M3	PEDRA BRITA Nº 01	43,00	430.000,00
02	10.000	M3	PÓ DE PEDRA	43,00	430.000,00
03	10.000	M3	PEDRISCO	43,00	430.000,00
04	10.000	M3	PEDRA PULMÃO	41,00	410.000,00
05	10.000	M3	BRITA GRADUADA	47,00	470.000,00

TOTAL GERAL 2.170.000,00

Ata 120-2011 PREFEITURA

Ata nº 120/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2011 - Registro de preços para contratação de serviços de conserto de exaustor da usina de asfalto com aplicação de peças. Fornecedor: CARMINI LUANA TEZA- ME- CNPJ nº 12.844.945/0001-79- Caçador, SC. Prazo: 06 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	1	Unidade	MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380 V 4 POLOS 10HP	3.100,00	3.100,00
2	1	Serviço	FABRICAÇÃO E MONTAGEM DA TUBULAÇÃO EM CHAPA DE 3/16"- DIÂMETRO DE 600 MM, COMPRIMENTO DE 7.200 MM, COM SAÍDA FINAL EM CURVA	6.600,00	6.600,00
3	1	Serviço	REVESTIMENTO DE ENTRADA DA CAIXA DO PULVERIZADOR DO EXAUSTOR, COM CHAPA EM 1/4", MEDINDO 4.200 X 1.200 X 860 MM	3.150,00	3.150,00
4	1	Serviço	FLANGE DE SAÍDA PARA CAIXA DE RETENÇÃO DO PÓ, COM DIÂMETRO DE 200 MM X 100 MM DE ALTURA.	695,00	695,00
5	1	Serviço	TROCA DOS BICOS DO PULVERIZADOR	450,00	450,00
6	1	Serviço	CONCERTO E AJUSTES DA CAIXA DE SAÍDA DE ÁGUA E PÓ PARA O FILTRO (CICLONE)	1.150,00	1.150,00
7	1	Serviço	SUBSTITUIÇÃO DOS CANOS DE SAÍDA DE ÁGUA E PÓ DO CICLONE PARA PISCINA, COM COMPRIMENTO DE 10 M X DIÂMETRO DE 200 MM, COM 2 CURVAS DE 200 MM	900,00	900,00

TOTAL GERAL 16.045,00

Campo Alegre**PREFEITURA****Decreto Nº 6.749 de 14 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.749 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º E 3º DO DECRETO Nº 6.721 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º e Art. 3º do Decreto nº 6.721 de 01 de dezembro de 2011, os quais passam a ter a seguinte redação:

Art.1º) Nomear a Srª. CARLA ROSANE DE SOUSA SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000616, Registro no Sistema sob nº 954965, ao cargo público de Técnica em Enfermagem, Categoria Funcional: ANM - Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. CARLA ROSANE DE SOUSA SCHINDLER, aprovada em 5º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.642 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.642 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I, CELSO FELICIANO, Matrícula Funcional nº 000285, Registro no Sistema sob nº 316400, referente ao período aquisitivo 17 de abril de 2010 a 16 de abril de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.



Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.710 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.710 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professor Auxiliar, CRISTIANE MARIA OLESCOWITZ, Matrícula Funcional nº 000517, Registro no Sistema sob nº 954615, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.743 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.743 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, Matrícula Funcional nº 0202, Registro no Sistema sob nº 308130, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2010 a 31 de março de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.744 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.744 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, EVANILDA TOMAZ CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000020, Registro no Sistema sob nº 292200, referente ao período aquisitivo 13 de fevereiro de 2011 a 12 de fevereiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.745 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.745 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000147, Registro no Sistema sob nº 298310, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2011 a 18 de fevereiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.746 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.746 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, FRANCISCA DO RÓCIO DA ROCHA, Matrícula Funcional nº 000260, Registro no Sistema sob nº 313800, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2010 a 05 de fevereiro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.747 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.747 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, IDALETE UHLIG FICKNER, Matrícula Funcional nº 343, Registro no Sistema sob nº 352700, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2011 a 07 de junho de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.747 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.747 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, IDALETE UHLIG FICKNER, Matrícula Funcional nº 343, Registro no Sistema sob nº 352700, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2011 a 07 de junho de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.748 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.748 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, IZABEL MARQUES, Matrícula Funcional nº 354, Registro no Sistema sob nº 353780, referente ao período aquisitivo 10 de setembro de 2010 a 09 de setembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.749 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.749 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, MARGARIDA TELMA SUOMINSKI, Matrícula Funcional nº 000178, Registro no Sistema sob nº 300230, referente ao período

aquisitivo 01 de abril de 2010 a 31 de março de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.750 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.750 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Operacional I, MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema sob nº 443000, referente ao período aquisitivo 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.751 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.751 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE

FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, MERCEDES DO RÓCIO GODOIS DOS SANTOS KOBUS, Matrícula Funcional nº 000139, Registro no Sistema sob nº 118000, referente ao período aquisitivo 15 de julho de 2011 a 14 de julho de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.752 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.752 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, NADIR BUENO TELMA, Matrícula Funcional nº 000218, Registro no Sistema sob nº 227501, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2011 a 02 de fevereiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.753 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.753 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, NICIMARA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000604, Registro no Sistema sob nº 954842, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.754 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.754 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, RENINA DAS GRAÇAS CORDEIRO CRUZ DERENIEVICZ, Matrícula Funcional nº 000089, Registro no Sistema sob nº 295480, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2011 a 17 de fevereiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de

dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.755 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.755 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000553, Registro no Sistema sob nº 954667, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.756 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.756 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, ROSA APARECIDA BAGNHUCK FRANCO, Matrícula Funcional nº 279, Registro no Sistema sob nº 315770, referente ao período aquisitivo 12 de fevereiro de 2011 a 11 de fevereiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.757 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.757 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Operacional I, ROSANGELA ODIA FICKNER, Matrícula Funcional nº 000497, Registro no Sistema sob nº 954544, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.758 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.758 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Operacional I, ROSENEIDE MARIA DE SOUZA TELMA, Matrícula Funcional nº 000610, Registro no Sistema sob nº 954915, referente ao período aquisitivo 14 de março de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.759 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.759 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Operacional I, SOLANGE GARCIA, Matrícula Funcional nº 000439, Registro no Sistema sob nº 954333, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.760 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.760 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, ZINIL ALVES FERREIRA BISCAIA, Matrícula Funcional nº 340, Registro no Sistema sob nº 318790, referente ao período aquisitivo 10 de junho de 2011 a 10 de junho de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.761 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.761 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, EDELA FUCKNER, Matrícula Funcional nº 0221, Registro no Sistema sob nº 587801, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2011 a 02 de fevereiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.762 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.762 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, EVA SANDRA UHLIG FUECKNER, Matrícula Funcional nº 000578, Registro no Sistema sob nº 954762, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.763 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.763 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Motorista, JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000031, Registro no Sistema sob nº 96500, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.763 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.763 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Motorista, JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000031, Registro no Sistema sob nº 96500, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.764 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.764 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, JUÇARA MARIA PESCHEL CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000383, Registro no Sistema sob nº 844090, referente ao período

aquisitivo 10 de maio de 2010 a 09 de maio de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.765 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.765 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Operacional I, LOURDES SAIDOCK DERENIEVICZ, Matrícula Funcional nº 000598, Registro no Sistema sob nº 954833, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.766 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.766 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE

FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, LÚCIA SALETE KUJASKI, Matrícula Funcional nº 000121, Registro no Sistema sob nº 297000, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2011 a 14 de abril de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.767 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.767 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Operacional I, LUCIANA FUCKNER DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000593, Registro no Sistema sob nº 954822, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.768 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.768 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, MARISE DO CARMO MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000121, Registro no Sistema sob nº 384000, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2011 a 25 de janeiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.769 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.769 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, RENILDA HRUSCHKA, Matrícula Funcional nº 000390, Registro no Sistema sob nº 887060, referente ao período aquisitivo 12 de fevereiro de 2011 a 11 de fevereiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.770 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.770 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, RENY FÁTIMA FERREIRA REISER, Matrícula Funcional nº 000065, Registro no Sistema sob nº 293860, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.771 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.771 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, SELMA ROSELINDA PEREIRA, Matrícula Funcional nº 000224, Registro no Sistema sob nº 682300, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro

de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.772 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.772 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, TEREZINHA WIELIVICK, Matrícula Funcional nº 000072, Registro no Sistema sob nº 294320, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.773 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.773 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Secretária Municipal de Educação, ANGELA APARECIDA RECKZIEGEL HÜBNER, Registro no Sistema sob nº 954715, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) A Secretária gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.774 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.774 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO MERENDA, TRANSPORTE ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Merenda, Transporte Escolar, ESTER MARIA FORLIN FRITSCH, Matrícula Funcional nº 000141, Registro no Sistema sob nº 188000, referente ao período aquisitivo 05 de agosto de 2011 a 04 de agosto de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Chefe do Serviço gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.775 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.775 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I, IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000179, Registro no Sistema sob nº 300310, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2011 a 31 de março de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.776 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.776 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Fonoaudióloga, LAÍS MARION STEFFEN, Matrícula Funcional nº 000417, Registro no Sistema sob nº 954270, referente ao período aquisitivo 05 de maio de 2011 a 04 de maio de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.777 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.777 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Administrativo III, LUZIA RECKZIEGEL ROEPKE, Matrícula Funcional nº 000595, Registro no Sistema sob nº 954828, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.778 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.778 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Administrativo III, RITA ZEZOTKO SCHOLZE, Matrícula Funcional nº 000579, Registro no Sistema sob nº 954768, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.779 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.779 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor Auxiliar I, JACINTA ZEZOTKO WOYKEIVICZ, Registro no Sistema sob nº 954905, referente ao período aquisitivo 14 de março de 2011 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.780 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.780 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor Auxiliar I, WALDIRENE WOICHEKOVSKI KRUCZKIEVICZ, Registro no Sistema sob nº 954911, referente ao período aquisitivo 14 de março de 2011 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro

de 2011 à 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.781 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.781 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor I, SHEILA DE ANDRADE, Registro no Sistema sob nº 954931, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2011 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.782 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.782 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor Auxiliar I, MARQUIELLI APARECIDA ROSÁRIO DA CRUZ SCHROEDER,

Registro no Sistema sob nº 954902, referente ao período aquisitivo 14 de março de 2011 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.783 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.783 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor Auxiliar I, MARLI TERSINHA SCHUMANCHER DA SILVA SOARES, Registro no Sistema sob nº 954917, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2011 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.784 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.784 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor Auxiliar I, JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS, Registro no Sistema sob nº 954928, referente ao período aquisitivo 25 de abril de 2011 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.785 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.785 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor Auxiliar I, FLÁVIA RAQUEL STAHELIN, Registro no Sistema sob nº 954955, referente ao período aquisitivo 05 de setembro de 2011 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.786 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.786 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor Auxiliar I, VANDERLÉIA BUTHEVITZ, Registro no Sistema sob nº 954933, referente ao período aquisitivo 09 de maio de 2011 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.787 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.787 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor Auxiliar I, FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK, Registro no Sistema sob nº 954949, referente ao período aquisitivo 16 de agosto de 2011 a 27 de janeiro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.788 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.788 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professor I, CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH, Registro no Sistema sob nº 954962, referente ao período aquisitivo 17 de novembro de 2011 a 17 de maio de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.789 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.789 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Professor Auxiliar I, LUCIANA DE FATIMA ALVES FERREIRA RODRIGUES, Registro no Sistema sob nº 954963, referente ao período aquisitivo 16 de novembro de 2011 a 16 de maio de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.790 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.790 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Professor Auxiliar I, CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO, Registro no Sistema sob nº 954964, referente ao período aquisitivo 28 de novembro de 2011 a 28 de maio de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.791 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.791 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011
REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 8.644 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 8.644 de 19 de dezembro de 2011, a partir da de sua emissão.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Campo Alegre "SC", 22 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.792 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.792 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, Inciso II Alínea b da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora I - CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 0158, Registro no Sistema sob nº 185600, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível P1 Sub-Nível 13 Referência B para Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.355,77 (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de dezembro de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.793 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.793 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, Inciso II Alínea b da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora VI - SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.615,21 (um mil, seiscentos e quinze reais e vinte e um centavos) mensais,

do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provimto Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de dezembro de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.794 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.794 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO ADMINISTRADOR DISTRITAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Administrador Distrital - LUIZ CARLOS CHRISTOFF, Registro no Sistema sob nº 954724, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 á 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) O Administrador gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.795 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.795 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Odontóloga, VERA

LÚCIA BARCOS OLIVER, Matrícula Funcional nº 0243, Registro no Sistema sob nº 311510, referente aos períodos aquisitivos: 01 de março de 2009 a 28 de fevereiro de 2010 = 10 (dez) dias; 01 de março de 2010 á 28 de fevereiro de 2011 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.796 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.796 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Psicólogo, MARCO AURÉLIO BECKHAUSER, Matrícula Funcional nº 000486, Registro no Sistema sob nº 954500, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 á 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.797 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.797 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Odontólogo, RICARDO RAFAEL KOCH, Matrícula Funcional nº 000615, Registro no Sistema sob nº 954954, referente ao período aquisitivo 13 de setembro de 2011 à 31 de dezembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.798 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.798 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional II, ILARIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000584, Registro no Sistema sob nº 954784, referente ao período aquisitivo 23 de setembro de 2011 à 22 de setembro de 2011, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.799 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.799 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. OLIVIA DOS SANTOS, Operacional I, Matrícula Funcional nº 0223, Registro no Sistema sob nº 954500, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 24 de dezembro de 2011 à 21 de abril de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.800 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.800 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. LUZIA KOBUS LEAL, Agente Operacional I, Matrícula Funcional nº 000397, Registro no Sistema sob nº 954249, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 24 de dezembro de 2011 à 21 de abril de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.801 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.801 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar pagamento de um terço de Férias ao Agente Operacional I, ANTONIO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000561, Registro no Sistema sob nº 954682, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.802 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.802 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 8.320 DE 25 DE JULHO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 8.320 de 25 de julho de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Um Terço de Férias ao Agente Operacional I - ANTONIO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000561, Registro no Sistema sob nº 954682, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de julho de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.803 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.803 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 8.642 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Dispõe sobre alterações da Portaria nº 8.642 de 19 de dezembro de 2011, a partir da de sua emissão.

Art.1º) Autorizar o pagamento de um Terço de Férias ao Agente Operacional I, CELSO FELICIANO, Matrícula Funcional nº 000285, Registro no Sistema sob nº 316400, referente ao período aquisitivo 17 de abril de 2010 a 16 de abril de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo pago na folha do mês de dezembro de 2011.

Art.2º) O Artigo 2º da Portaria nº 8.642 fica revogado no todo, tendo em vista que o Servidor CELSO FELICIANO apresentou Atestado Médico datado de 22 de dezembro de 2011, atestado este pelo período de 30 (trinta) dias.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.804 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.804 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar pagamento de um Terço de Férias a Agente Administrativo III, LUCILAINE MOKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.805 de 22 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.805 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR JURÍDICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Assessor Jurídico, IPIERRE ANDRADE DOS SANTOS, Registro no Sistema sob nº 954720, referente aos períodos aquisitivos: 01 de fevereiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 = 15 (quinze) dias, 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 = 05 (cinco) dias, e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O Assessor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.806 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.806 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Administrativo II, MARLI AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000379, Registro no Sistema sob nº 832910, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2010 a 12 de março de 2011.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.807 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.807 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social, VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 0203, Registro no Sistema sob nº 308050, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2008 a 31 de março de 2009.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Ata do Registro 01/2011 Social Processo 19/2011

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 28/11/2011

Válido até: 28/11/2012

Objeto da Compra: FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA SEREM DOADOS À FAMILIAS VULNERÁVEIS E QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AREIA MÉDIA	m³	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	93,0000	1
2	ASSOALHO DE PINUS	m²	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	22,8000	1
			PONTO CERTO LTDA (6112)		0	23,0000	2
3	BACIA SIFONADA CORES	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	90,0000	1
4	BRITA Nº1	m³	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	63,0000	1
5	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	26,0000	1
6	CIMENTO SACA 50 KG CP2-32	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	24,0000	1
7	COLUNA UNIVERSAL	pç	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	40,9000	1
8	CUMMEIRA AMIANTO 4mm	PAR	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	9,0000	1
9	CUMMEIRA AMIANTO 5mm	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	23,0000	1
10	FORRO DE PINUS	m²	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	9,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6112)		0	11,9000	2
11	FUNDO PREPARADOR BASE AGUA 3,6L	GL	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	49,9000	1
12	JANELA DE METAL 1MX1M	pç	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	83,0000	1
13	LAVATÓRIO	pç	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	49,0000	1
14	MADEIRA 1X4 DE PINUS	mtl	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	1,4500	1
			PONTO CERTO LTDA (6112)		0	1,5000	2
15	MADEIRA 2X3 DE PINUS	mtl	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	2,2900	1
			PONTO CERTO LTDA (6112)		0	2,3000	2
16	MADEIRA 2X4 DE PINUS	mtl	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	2,7900	1
			PONTO CERTO LTDA (6112)		0	2,8000	2
17	MADEIRA 2X6 DE PINUS	mtl	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	3,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6112)		0	3,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 28/11/2011

Válido até: 28/11/2012

Objeto da Compra: FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA SEREM DOADOS À FAMILIAS VULNERÁVEIS E QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	MADEIRA DE PINUS 30'X4,20 COMPR.TABUA	DZ	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	175,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6112)		0	180,0000	2
19	PAREDE DE PINUS	m²	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	20,0000	1
			PONTO CERTO LTDA (6112)		0	21,0000	2
20	PORTA MADEIRA EXTERNA PINUS (MARCO DE 10 A 13 CM, FECHADURA,DOBRADIÇA, MONTADA)	UN	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME (6386)		0	192,0000	1
21	PORTA MADEIRA INTERNA PINUS (MARCO DE 10 A 13 CM, FECHADURA,DOBRADIÇA, MONTADA)	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	150,0000	1
22	TELHA ONDULADA AMIANTO 2,13X1,10 6mm	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	29,0000	1
23	TELHA ONDULADA AMIANTO 2,44 X 1,10 -6MM	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	39,0000	1
24	TELHA ONDULADA AMIANTO 2,44X1,10 5mm	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	34,0000	1
25	TELHA ONDULADA AMIANTO 3,05X1,10 6MM	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	50,0000	1
26	TELHA ONDULADA AMIANTO 2,44X50X4MM	UN	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	10,9000	1
27	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24	ML	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	475,0000	1
28	TINTA ACRILICA SEMI-BRILHO EXTRAVINIL 18L	GL	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	280,0000	1
29	TINTA ESMALTE 3,6LTRS EXTRA	GL	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	64,0000	1
30	TINTA OLEO 3,6L	GL	PONTO CERTO LTDA (6112)		0	34,0000	1

CAMPOS NOVOS, 28 de Novembro de 2011.

Capinzal

PREFEITURA

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0154/2011

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO 001/2011
CONTRATO SUPERIOR 0154/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: R.I. COMÉRCIO DE MAT.CONSTRUÇÃO LTDA
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original até 30/05/2011, conforme justificativa em anexo
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 21/12/2011 A 30/05/2011

Pregão Eletrônico Nº 0157/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0157/2011

OBJETO: Contratação de serviços de Transporte Escolar, para a manutenção do transporte escolar da rede municipal de ensino para o exercício de 2012, em 212 dias letivos, com recursos do Transporte - Convênio Estado, Salário Educação e PNATE.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 18/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:
No endereço www.cidadecompras.com.br
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Eletrônico Nº 0161/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0161/2011

OBJETO: Aquisição de Material Escolar para Alunos do Ensino Fundamental e de Expediente para Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, Manutenção do Ensino Fundamental e Educação Infantil, para o ano de 2012, Recursos Próprios, Salário Educação e FUNDEB.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 24/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:
No endereço www.cidadecompras.com.br
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Eletrônico Nº 0160/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0160/2011

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de transporte de:
- serviços de transporte escolar para a rede de ensino de Capinzal, em situação de eventual substituição a veículos da frota Municipal nos diversos itinerários;
- alunos das diversas escolinhas oferecidas pela Fundação Municipal de Esportes para participarem de eventos esportivos;
- serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino para participarem de eventos esportivos como OLESC, JESC, "Mo-leque Bom - de - Bola" e outros;
- serviços de transporte de alunos e professores da rede municipal de ensino em viagens de estudo;
- alunos das Escolas Municipais de Música, Dança e Canto;
- integrantes do Grupo de Teatro Municipal
para o ano de 2012, recursos próprios da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Salário Educação e recursos próprios do Departamento de Cultura.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 20/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:
No endereço www.cidadecompras.com.br
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0031/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2011

OBJETO: Aquisição de Itens para composição do Kit do Projeto "Pequeno Capinzalense" desenvolvido pela Secretaria da Saúde, durante o ano de 2012.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 11/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0032/2011**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2011

OBJETO: Aquisição de SEGURO Total Via Tabela FIPE 110%, Contra terceiros - Danos corporais e materiais, Morte por pessoa e Invalidez por pessoa, DMHR, Assistência 24 horas veículos, Seguro dos vidros, Carro Reserva para os veículos, para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde Municipal, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 10:00 horas, para abertura às 10:05 horas do dia 11/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0033/2011**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2011

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde para o ano de 2012, Recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 12/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0034/2011**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2011

OBJETO: Aquisição fracionada de Novos e Recapagens, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde para o ano de 2012, Recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:30 horas, para abertura às 09:35 horas do dia 12/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0035/2011**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2011

OBJETO: Aquisição fracionada de Óleo Lubrificante para o uso dos veículos do Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2012, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 10:30 horas, para abertura às 10:35 horas do dia 12/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0155/2011**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0155/2011

OBJETO: Aquisição de SEGURO Total Via Tabela FIPE 110%, Contra terceiros - Danos corporais e materiais, Morte por pessoa e Invalidez por pessoa, DMHR, Assistência 24 horas veículos, Seguro dos vidros, Carro Reserva para os veículos, caminhões e máquinas, ônibus e equipamentos da Secretaria de Infraestrutura, Transporte Coletivo Urbano, Agricultura e Meio Ambiente - Patrulha Agrícola Mecanizada, Inspeção, Secretaria de Educação Cultura e Esportes, Secretaria de Administração e Finanças, Gabinete, Conselho Tutelar e Centro Administrativo, período de 18 de janeiro de 2012 à 18 janeiro de 2013, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 16/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2001.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0156/2011**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0156/2011

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos destinados a manutenção da Secretaria de Infraestruturura e Transporte Coletivo Urbano (veículos, caminhões, máquinas e ônibus); Secretaria de Educação Cultura e Esportes (Transporte Escolar- ônibus, Micros, Bestas e veículos) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente -Patrulha Agrícola Mecanizada (Tratores Pneus, Equipamentos, máquina e veículos), Inspeção Municipal e veículos das Secretarias da

Administração, Finanças e Planejamento e Conselho Tutelar para o ano de 2012, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 17/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0158/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0158/2011

OBJETO: Contratação de empresa para Recapagens de pneus, destinados a manutenção veículos, caminhões, máquinas da Secretaria de Infraestrutura e Ônibus do Transporte Coletivo Urbano; Secretaria de educação Cultura e Esportes (Transporte Escolar- ônibus, Micros, Bestas e veículos) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente -Patrulha Agrícola Mecanizada (Tratores Pneu, Equipamentos e máquina, veículos); para o ano de 2012, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 19/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0159/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0159/2011

OBJETO: Aquisição fracionada de Óleos Lubrificantes destinados a manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano (veículos, caminhões, máquinas e ônibus); Secretaria de Educação Cultura e Esportes (Transporte Escolar- ônibus, Micros, Bestas e veículos) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente -Patrulha Agrícola Mecanizada (Tratores Pneu, Equipamentos, máquina e veículos), Inspeção Municipal e veículos das Secretarias da Administração, Finanças e Planejamento, Gabinete do Prefeito e Vice e Conselho Tutelar para o ano de 2012, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 10:00 horas, para abertura às 10:05 horas do dia 19/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 26 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Resultado de Análise de Documentos e Proposta - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 145/2011.

RESULTADO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS E PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 145/2011.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia com fornecimento de mão de obra e material para construção da primeira etapa do NOVO TERMINAL RODO-VIÁRIO, com área edificada de 665,70 metros quadrados, a ser implantado no acesso a Cidade Alta - Bairro São Cristóvão no Município de Capinzal - SC, Recursos Próprios.

Após analisar a única propostas constatou-se a seguinte cotação de preços:

Andrade Construções Ltda.: 547.968,81

A empresa: Andrade Construções Ltda., ofereceu preços para a execução total do objeto do presente processo licitatório, no valor total de R\$ 547.968,81 (quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e um centavos), sendo declarada vencedora da licitação pela comissão de licitação.

Abre-se vistas ao processo e prazo de recurso nos termos da lei.

Capinzal, 23 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

Contrato 0226/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0226/2011

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0146/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: D. MAVINC COM.PRODUTOS E SERV.LTDA

OBJETO: Aquisição de aparelhos de exercícios físicos, para serem instalados na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, para compor uma academia ao ar livre, recursos próprios.

VALOR R\$: 47.200,00

VIGÊNCIA: 22/12/2011 A 31/01/2012

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0003/2010 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0003/2010 - FMSC

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: OXIGENIO COM. DE GASES ATMOSFERICOS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2012.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 22/12/2011 A 31/12/2012

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0030/2010 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0030/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: CLINICA REVIVER LTDA.

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2012.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 22/12/2011 A 31/12/2012

Termo Aditivo 002/2011 - Contrato SUPERIOR 0144/2009

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 002/2011

CONTRATO SUPERIOR 0144/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SC

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação do prazo de vigência do contrato até o dia 30 de março de 2012.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 22/12/2011 A 30/03/2012

Edital 924/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 924/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABZ1593	55037837D	6920/0	04/11/2011	233
LXM5138	55037903D	5010/0	19/11/2011	162 * I
LXM5138	55037904D	5061/0	19/11/2011	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 925/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 925/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEX9792	55269737D	5541/2	18/11/2011	181 * XVII
LXM0961	55269722D	5541/2	11/11/2011	181 * XVII
LXM5138	55037905D	7048/1	19/11/2011	244 * II
MDF8415	55269659D	5541/2	18/10/2011	181 * XVII
MIV4254	55269733D	5541/2	17/11/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 926/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 926/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGJ6823	55037814D	6920/0	14/10/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 927/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 927/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHJ5804	54240471D	5541/2	22/07/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAF0729	55269511D	5541/2	06/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV8799	54240481D	5541/2	26/07/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL7346	55037654D	5967/0	02/09/2011	R\$ 191,53	203 * V
MDZ3126	54240518D	5541/2	05/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

SIMAE**Extrato de Contrato Nº CAO/35/2011****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/35/2011

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 03.377.072/0001-40

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA VISANDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA A EXECUÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO DO LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE.

VALOR TOTAL: R\$ 73.800,00 (SETENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2011

VIGÊNCIA: 26/12/2011 A 08/02/2012

Concórdia**PREFEITURA****Lei Nº 4.371, de 14 de Dezembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.371, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Autoriza celebrar convênios com entidades, com a finalidade de atender as prioridades estabelecidas pela população nas audiências do programa denominado Orçamento Participativo – OP.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a celebração de convênios, com a finalidade de atender as prioridades estabelecidas pela população nas audiências do programa denominado Orçamento Participativo – OP, no ano de 2011, na forma abaixo:

I – com recursos do Município, para as entidades constantes no Anexo I desta Lei;

II – com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO, para as entidades constantes no Anexo II desta Lei;

III – com recursos da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, para as entidades constantes no Anexo III desta Lei;

IV – com recursos da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, com a Associação de Moradores de Suruvi, inscrita no CNPJ sob nº 02.616.583/0001-05, objetivando proporcionar aos moradores de Suruvi e população em geral, estruturação de local para separação de lixo reciclável e para conscientização da população, podendo a FUMDEMA participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único. As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município, pertinentes ao exercício de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO I**RECURSOS DO MUNICÍPIO**

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação Agrícola de Linha São Paulo	03.618.174/0001-00	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Paulo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Associação Atlética Coqueiros	80.623.143/0001-99	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha dos Coqueiros e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Associação Comunitária Bairro Cinquentenário	80.630.981/0001-90	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Cinquentenário e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
Associação Comunitária de Alto Periquito	03.186.175/0001-23	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Periquito e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais)
Associação Comunitária de Linha Lauro Müller	80.626.997/0001-29	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Lauro Müller e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores Bairro Jardim	80.638.240/0001-55	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Jardim e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Associação de Moradores da Agricultura de Linha Aparecida	01.647.788/0001-95	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Aparecida e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Associação de Moradores da Área Urbana de Planalto	13.277.180/0001-03	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Planalto e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
Associação de Moradores da Linha Ipiranga	07.234.080/0001-99	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Ipiranga e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Associação de Moradores de Agricultores, do Distrito de Santo Antônio	00.701.996/0001-62	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Santo Antônio e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
Associação de Moradores de Barra do Castilho	07.782.892/0001-79	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Castilho e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais)
Associação de Moradores de Lageado dos Pintos	01.396.416/0001-33	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado dos Pintos e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação de Moradores de Lageado Guilherme	01.377.790/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Guilherme e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Linha Caravágio	02.342.693/0001-26	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caravágio e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Associação de Moradores de Linha dos Gaios	04.461.487/0001-60	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha dos Gaios e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
Associação de Moradores de Linha Gasperini	01.690.969/0001-02	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gasperini e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Linha Guarani	01.703.934/0001-52	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guarani e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Associação de Moradores de Linha Maria Goreti	02.579.611/0001-61	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Maria Goreti e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo	07.129.548/0001-85	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Linha Santa Lúcia	05.798.078/0001-17	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Lúcia e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Linha São Geraldo	07.086.898/0001-01	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Geraldo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Terra Vermelha	00.258.091/0001-60	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Terra Vermelha e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Três Barras	01.691.289/0001-03	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Três Barras e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Associação de Moradores do Bairro dos Industriários	80.623.457/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro dos Industriários e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Guilherme Reich	78.479.052/0001-80	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Guilherme Reich e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Imigrantes	80.641.061/0001-77	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Imigrantes e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Liberdade	72.499.619/0001-01	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Liberdade e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Primavera	72.446.495/0001-98	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Primavera e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores do Bairro Santo Angelo	80.633.720/0001-23	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Santo Angelo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Sintrial – Quintino	01.501.266/0001-80	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Sintrial/Quintino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
Associação de Moradores Fontana	95.995.502/0001-06	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Loteamento Catarina Fontana e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)
Associação de Moradores Unidos de Barra do Pinhal	00.914.336/0001-60	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Pinhal e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga	04.908.684/0001-85	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)
Associação de Pequenos Agricultores de Rancho Grande	01.578.151/0001-94	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Rancho Grande e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação de Turismo Rural do Engenho	05.618.348/0001-60	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Engenho Velho e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Conselho Comunitário de Barra do Tigre	80.630.866/0001-15	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Clube de Mães Coração de Amiga, de Linha dos Grandos	00.062.153/0001-63	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha dos Grandos e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Clube de Mães Nossa Senhora da Saúde, de Linha Pinhal Poletto	80.640.915/0001-09	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal Poletto e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Clube de Mães Princesa de Vargem Bonita	02.702.977/0001-86	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Vargem Bonita e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Clube de Mães Recanto Alegre, de Barra do Rancho Grande	80.638.331/0001-90	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Rancho Grande e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Clube de Mães Rosa Mística de Linha Pinhal	80.912.504/0001-17	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Clube de Mães Vitória Régia, de Linha Vitória	03.691.329/0001-34	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Vitória e população em geral, estruturação de locais e investimentos em inclusão digital, visando maior agilidade, qualidade e desenvolvimento de suas atividades, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Clube Esportivo Guajuvira, de Linha Guajuvira	78.507.233/0001-72	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guajuvira e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Esporte Clube Ouro Verde, de Linha São Brás	03.871.875/0001-57	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Brás e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Esporte Clube Palmeiras, de Linha de Carli	00.353.916/0001-25	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha de Carli e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Grêmio Esporte União, de Linha Marchesan	78.479.300/0001-92	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Marchesan e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais)
Grêmio Esportivo Lageadense, de Lageado Medeiros	03.857.439/0001-23	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Medeiros e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Grupo de Idosos São Miguel, de Linha Alto Suruvi	10.651.256/0001-12	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Alto Suruvi e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
Grupo de Veteranos Nossa Senhora de Lourdes da Vila Itaíba	80.640.931/0001-93	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Itaíba e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Sociedade Esportiva e Cultural Lageano	80.627.318/0001-36	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Lageano e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Sociedade Esportiva e Recreativa Cultural, de São José	80.633.928/0001-42	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São José e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude, de Linha Gomercindo	80.633.985/0001-21	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gomercindo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Sociedade Esportiva e Recreativa Líder, de Barra Seca	78.479.276/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Seca e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Sociedade Esportiva Internacional, de Lageado Crescêncio	04.721.352/0001-97	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Crescêncio e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Sport Clube Corinthians, de Alto Boa Esperança	78.479.045/0001-88	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Boa Esperança e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Ypiranga Futebol Clube, de Presidente Juscelino	00.383.070/0001-76	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Juscelino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

ANEXO II

RECURSOS DO FUMDEAGRO

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação Comunitária, de Cachimbo	06.313.694/0001-01	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Cachimbo, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Associação Agrícola, de Cachimbo	00.461.691/0001-20	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Cachimbo, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação Agrícola de Lageado dos Pintos	08.211.695/0001-62	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado dos Pintos, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Associação Agrícola de Linha Cedro	06.226.396/0001-76	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Cedro, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
Associação Agrícola de Linha São Paulo	03.618.174/0001-00	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Paulo e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Associação de Empreendedores 29 de Abril de Linha Tiradentes	08.009.697/0001-73	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Tiradentes, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
Associação de Moradores da Agricultura de Linha Aparecida	01.647.788/0001-95	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Aparecida, melhor qualidade de vida mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água na comunidade, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais)
Associação de Moradores de Agricultores, do Distrito de Santo Antônio	00.701.996/0001-62	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Santo Antônio, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Associação de Moradores de Alto Suruvi	01.657.119/0001-02	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Alto Suruvi e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Associação de Moradores de Barra Bonita	02.409.869/0001-10	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Bonita e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Barra do Tigre	01.487.220/0001-54	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
Associação de Moradores de Barra Seca	01.672.924/0001-05	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Seca e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 13.253,00 (treze mil, duzentos e cinquenta e três reais)
Associação de Moradores de Engenho Velho	01.585.990/0001-30	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Engenho Velho e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
Associação de Moradores de Lageado Guilherme	01.377.790/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Guilherme e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais)
Associação de Moradores de Linha Gomercindo	01.822.542/0001-02	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gomercindo melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água na comunidade, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)
Associação de Moradores de Linha Caravágio	02.342.693/0001-26	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caravágio e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Associação de Moradores de Linha Gasperini	01.690.969/0001-02	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gasperini e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo	07.129.548/0001-85	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo e população em geral, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água na comunidade, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Linha Saltinho	01.961.542/0001-93	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Saltinho e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 14.281,00 (quatorze mil, duzentos e oitenta e um reais)
Associação de Moradores de Linha Santa Terezinha	07.362.638/0001-11	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Terezinha e região, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água na comunidade, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Associação de Moradores de Linha Três Ilhas	07.186.066/0001-67	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três Ilhas e região, maior agilidade para suas atividades, maior qualidade e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na rede de telefonia, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Associação de Moradores de Planalto	01.647.800/0001-61	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Planalto e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)
Associação de Moradores de Presidente Kennedy	02.624.055/0001-06	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Presidente Kennedy e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)
Associação de Moradores de Rui Barbosa	01.404.596/0001-58	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Rui Barbosa e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
Associação de Moradores de Tamanduá	02.357.755/0001-73	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Tamanduá, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Terra Vermelha	00.258.091/0001-60	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Terra Vermelha e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Associação de Moradores de Três Barras	01.691.289/0001-03	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três Barras e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 24.466,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis reais)
Associação de Pequenos Agricultores de Linha Boa Esperança	02.805.517/0001-83	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boa Esperança e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga	04.908.684/0001-85	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola e melhorias na rede de telefonia, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
Associação Unidos de Linha São Brás	06.216.809/0001-31	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Brás, melhor qualidade de vida e saneamento básico, mediante implantação de rede de água na comunidade, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Clube Esportivo Guajuvira, de Linha Guajuvira	78.507.233/0001-72	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guajuvira, melhor qualidade de vida e saneamento básico, mediante implantação de rede de água na comunidade, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

ANEXO III

RECURSOS DA FMEC

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Agricultores e Clube de Mães 2002 de Linha Boscato	05.095.459/0001-30	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boscato e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Associação de Moradores da Linha Jacob Biezu	00.791.250/0001-97	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores da Vila Jacob Biezu e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
Associação de Moradores de Barra Fria	01.491.743/0001-74	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Fria e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Associação de Moradores do Loteamento Poente do Sol	05.918.675/0001-38	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Poente do Sol e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação de Pequenos Agricultores de Linha Boa Esperança	02.805.517/0001-83	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boa Esperança e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Senhoras Sempre Avante, de Linha Baixo São Luiz	80.631.153/0001-76	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Baixo São Luiz e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Associação Esporte Clube Guanabara, de Linha Saracura	80.637.986/0001-44	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Saracura e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Agricultores e Clube de Mães 2002 de Linha Boscato	05.095.459/0001-30	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boscato e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Atlântico Futebol Clube, de Linha Santa Catarina	05.924.648/0001-78	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Catarina e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Cruzeiro Esporte Clube, de Linha 24 de Fevereiro	80.638.943/0001-83	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha 24 de Fevereiro e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Esporte Clube Alvorada, de Linha Alvorada	05.833.720/0001-51	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Alvorada e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais)
Esporte Clube Alvorada, de Linha Sertão	80.641.160/0001-59	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Sertão e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Esporte Clube Internacional, de Linha Frei Rogério	80.633.910/0001-40	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Frei Rogério e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Esporte Clube Itamarati, de Linha Três de Outubro	78.478.625/0001-50	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três de Outubro e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Agricultores e Clube de Mães 2002 de Linha Boscato	05.095.459/0001-30	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boscato e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Esporte Clube Juventus, do Bairro da Gruta	80.912.892/0001-36	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro da Gruta e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Esporte Clube Vasquinho, de Linha Oito de Maio	78.507.142/0001-37	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Oito de Maio e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Juventus Futebol Clube, de Cachimbo	80.627.417/0001-18	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Cachimbo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Paulino Futebol Clube	72.308.133/0001-30	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Paulino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)
SER Cultural, de São Cristóvão	05.918.667/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro São Cristóvão e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
Sociedade Esportiva e Recreativa Aliança, de Barra Bonita	83.701.599/0001-18	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Bonita e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Agricultores e Clube de Mães 2002 de Linha Boscato	05.095.459/0001-30	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boscato e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Sociedade Esportiva e Recreativa Continental, de Linha Céu Azul	01.347.478/0001-55	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Céu Azul e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Sociedade Esportiva e Recreativa de Linha Kaiser	80.912.785/0001-08	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Kaiser e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Decreto Nº 5.656, de 7 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.656, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011.

Regulamenta o art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no § 2º do art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas regras para ampliação da carga horária, em caráter temporário, dos professores efetivos do Magistério Público Municipal, de que trata o art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011.

Art. 2º Para atender as necessidades específicas de cada unidade escolar e o interesse da Administração Municipal, o servidor ocupante do cargo de Professor efetivo do Magistério Público Municipal poderá ter sua carga horária semanal ampliada, em caráter temporário, até o limite de 40 (quarenta) horas.

Parágrafo único. Na ampliação da carga horária, o professor perceberá vencimento correspondente ao salário base do cargo de origem, proporcionalmente, enquanto perdurar a temporariedade.

Art. 3º A ampliação de que trata o art. 2º deste Decreto se dará para preenchimento de vagas na área ou disciplina que o servidor efetivo ocupa, de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º A ampliação da carga horária, em caráter temporário, somente se dará em decorrência de vaga vinculada ou transitória excedente, nas seguintes condições:

I - mediante processo seletivo;

II - para período igual ou superior a 30 (trinta) dias, enquanto perdurar o afastamento do titular;

III - até o término das atividades letivas, em data a ser definida pela Secretaria Municipal de Educação;

IV - para preenchimento de vagas transitórias, ocasionadas pelo desdobramento de turmas ou projetos/programas especiais, implementados pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. No retorno do titular da vaga ou término das atividades que motivaram a ampliação da carga horária, o Professor retornará ao regime de trabalho de seu cargo efetivo.

Art. 5º A ampliação da carga horária se efetivará mediante assinatura de termo, pelo Professor, de que não acumula cargo ou função pública de forma irregular.

Art. 6º Na ampliação da carga horária incidirá contribuição ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, sobre o vencimento base do cargo de origem do servidor.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.657, de 8 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.657, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre crédito especial e suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.370, de 8 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0011.1002 Investimentos e Modernização Administrativa da SEMAD

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 83.000,00

Órgão 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária 05.01 Secretaria Municipal de Finanças

Projeto/Atividade 04.122.0013.1003 Modernização e Organização Administrativa da SEMUF
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 11.500,00

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
 Projeto/Atividade 12.361.0015.2016 Ações do Ensino Fundamental - Convênios
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0022 Transferências de Convênios - Educação R\$ 1.500,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
 Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa da SEMADRA
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 11.400,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
 Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
 Projeto/Atividade 15.451.0031.2031 Ações de Sinalização Urbana
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
 Projeto/Atividade 15.122.0027.2027 Manutenção das Atividades-Meio da SEMURB
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 240.000,00
 Projeto/Atividade 15.451.0028.2028 Ações de Infra Estrutura
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 11.921,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
 Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
 Projeto/Atividade 08.122.0037.1010 Modernização e Organização Administrativa da SEDES
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.539,98
 Projeto/Atividade 08.241.0034.2033 Ações da Assistência Social
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 7.000,00
 Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
 Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da promoção Comercial e Serviços

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
 Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes
 Projeto/Atividade 26.122.0042.2040 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
 Projeto/Atividade 26.782.0043.2041 Ações do Transporte Rodoviário
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
 Projeto/Atividade 26.782.0044.1013 Modernização e Organização Administrativa da SEMUT
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 38.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 230.674,57
 Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 26.502,93
 Projeto/Atividade 10.304.0051.2104 Ações de Vigilância em Saúde
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 18.500,00
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.3.0002 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 1.500,00

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
 Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
 Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
 Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura
 Projeto/Atividade 13.122.0073.1401 Modernização e Organização Administrativa da FMC
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
 Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.122.0077.1451 Modernização e Organização Administrativa da FMEC
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 19.529,00
 Projeto/Atividade 27.122.0078.1453 Modernização e Organização Administrativa do Centro de Eventos
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 46.880,00
 Projeto/Atividade 27.122.0079.2454 Manutenção do Centro de Eventos
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 28.991,00
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
 Projeto/Atividade 27.811.0075.2452 Ações do Desporto de Rendimento
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.400,00
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
 Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 18.122.0088.2501 Manutenção das Atividades-Meio da FUMDEMA
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
 Projeto/Atividade 18.122.0088.1501 Modernização e Organização Administrativa da FUMDEMA
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
 Projeto/Atividade 18.543.0081.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 19.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 1.148.838,48.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO
 Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito
 Projeto/Atividade 04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos ordinários R\$ 29.000,00

Órgão 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 Unidade Orçamentária 05.01 Secretaria Municipal de Finanças
 Projeto/Atividade 04.122.0012.2010 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUF
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária 06.06 Ensino Médio
 Projeto/Atividade 12.362.0020.2011 Ações do Ensino Médio - Convênios
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0022 Transferências de Convênio - Educação R\$ 1.500,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
 Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
 Projeto/Atividade 08.122.0033.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 115.539,98
 Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 94.000,00
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
 Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
 Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes
 Projeto/Atividade 26.122.0042.2040 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 27.500,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 118.821,00
 Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Alta e Média Complexidade
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 257.177,50
 Fonte de Recursos 0.3.0002 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto/Atividade 08.243.0060.2203 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
 Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura
 Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações da Difusão Cultural
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
 Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes
 Projeto/Atividade 27.122.0074.2451 Manutenção das Atividades-Meio da FMEC
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.500,00
 Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências à União
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 1.500,00
 Projeto/Atividade 27.812.0076.2453 Ações do Desporto Comunitário
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 104.100,00
 Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.400,00
 Projeto/Atividade 27.811.0075.2452 Ações do Desporto do Rendimento
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 211.800,00
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.148.838,48.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
 Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
 Projeto/Atividade 08.122.0033.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 25.000,00
 Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 710.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
 Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da Promoção Comercial e Serviços
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0017 Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP R\$ 120.000,00
 Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 24.000,00

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
 Projeto/Atividade 20.511.0067.1301 Ações do Saneamento Básico Rural
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 90.000,00
 Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 303.000,00
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 14.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.321.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 JOÃO GIRARDI
 Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
 Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.658, de 8 de Dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.658, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Fixa a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, para o exercício de 2012.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 176, de 11 de dezembro de 2000 e 262, de 26 de dezembro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 2,4410, a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, no âmbito do Município de Concórdia, para o exercício de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 JOÃO GIRARDI
 Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 856/2011, de 29 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 856/2011, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Revoga a gratificação, pela efetiva atividade em sala de aula, concedida à servidores municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a vigência da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 29 de novembro de 2011, a gratificação pela efetiva atividade em sala de aula, concedida à servidores municipais, na razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento-base.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 857/2011, de 30 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 857/2011, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Nomeia LUCIANE PAULA VITTO no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LUCIANE PAULA VITTO, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de novembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 858/2011, de 30 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 858/2011, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Exonera, a pedido, a servidora KRISCIA FANFA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora KRISCIA FANFA, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 5 de dezembro de 2011.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de novembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 859/2011, de 1º de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 859/2011, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora ELIZA TEBALDI BORSATTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando a Portaria nº 37/2011, de 30 de novembro de 2011, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ELIZA TEBALDI BORSATTI, ocupante do cargo de Contador, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, enquanto perdurar os trabalhos na Comissão Permanente de Licitação do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 860/2011, de 1º de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 860/2011, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011.

Nomeia KRISCIA FANFA no cargo de Pedagogo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, KRISCIA FANFA, no cargo de Pedagogo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURO KICHEL
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 861/2011, de 1º de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 861/2011, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera, a pedido, a servidora SUELEN FLORES GIACOMIN SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SUELEN FLORES GIACOMIN SILVA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 1º de dezembro de 2011.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 862/2011, de 1º de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 862/2011, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011.

Designa o servidor CESAR JOSE MACHADO para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor de Urbanismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor CESAR JOSE MACHADO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor de Urbanismo, no período de 1º a 30 de dezembro de 2011, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 863/2011, de 2 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 863/2011, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede promoção vertical à servidora KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKÉ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de dezembro de 2011, à servidora KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKE, ocupante do cargo de provimento estável de Auxiliar de Creche, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de dezembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA**Decreto Nº 864/2011, de 5 de Dezembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 864/2011, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no § 4º do art. 62 da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações e na Lei Complementar nº 520, de 21 novembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de avaliar a área objeto de solo criado, do projeto de propriedade da empresa SOMACAL ENGENHARIA LTDA., que amplia o número de pavimentos definido no Anexo I, da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, as seguintes pessoas:

I - representante do Poder Executivo: JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;

II - representantes do setor imobiliário:

a) CELSO SCHIOCHET;

b) MARILDO ZULIAN;

III - representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU: JAIME SAVOLDI;

IV - representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião - AECOM: SILVANA MARIA HALL.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 865/2011, de 6 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 865/2011, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011.

Designa o servidor SILVIOMAR BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor SILVIOMAR BERNARDI, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, no período de 12 de dezembro de 2011 a 2 de janeiro de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FMEC, junto ao BB/BESC, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente designado da FMEC, senhor SILVIOMAR BERNARDI, no período de 12 de dezembro de 2011 a 2 de janeiro de 2012, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 59/2009, de 2 de janeiro de 2009 e 747/2011, de 3 de outubro de 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 866/2011, de 6 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 866/2011, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 232/2011, de 28 de fevereiro de 2011 e alterações, que constituem e designam comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais para fins de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25 da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 232/2011, de 28 de fevereiro de 2011 e alterações, que constituem e designam comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais do Gabinete do Prefeito, Assessoria de Planejamento, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria Jurídica, Auditoria Geral e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para fins de estágio probatório, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 5 de dezembro de 2011:

"Art. 2º ()

a) DARLINE NEUMANN;" (NR)

Art. 2º Fica revogado, a partir de 5 de dezembro de 2011, o Decreto nº 499/2011, de 14 de junho de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 867/2011, de 8 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 867/2011, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2006 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2006, de 22 de fevereiro de 2006 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "3" (três) o número de vagas para o cargo de Psicólogo, disponibilizadas no Edital nº 1/2006 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 868/2011, de 8 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 868/2011, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "2" (dois) o número de vagas para o cargo de Enfermeiro Comunitário, disponibilizadas no Edital nº 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 869/2011, de 8 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 869/2011, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera, a pedido, a servidora ALEXANDRA BRESAN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ALEXANDRA BRESAN, do cargo de provimento em comissão de Responsável do

Setor de Programas Habitacionais, a partir de 8 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 870/2011, de 8 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 870/2011, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nomeia DIANDRA GARGHETTI no cargo de Responsável do Setor de Programas Habitacionais; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora DIANDRA GARGHETTI, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Programas Habitacionais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 12 de dezembro de 2011.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonera da a senhora DIANDRA GARGHETTI, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Recepção, a partir de 12 de dezembro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 871/2011, de 8 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 871/2011, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nomeia VANDERLEI HIRT no cargo de Responsável do Setor de Recepção.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor VANDERLEI HIRT, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Recepção - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 12 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 872/2011, de 9 de Dezembro 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 872/2011, DE 9 DE DEZEMBRO 2011.

Dispõe sobre o expediente das repartições públicas municipais, nos dias 23 e 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais, nos dias 23 e 30 de dezembro de 2011 será em turno único, das 7 às 13 horas, exceto aos serviços considerados essenciais prestados:

I - pelo Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II - pelo Terminal Rodoviário;

III - pela vigilância;

IV - pelos Agentes da Autoridade de Trânsito.

Parágrafo único. O atendimento dos Centro Municipais de Educação Infantil - CMEIS serão de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 873/2011, de 12 de Dezembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 873/2011, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

Designa o servidor GILNEI ANTONIO JUNG para responder, interinamente, pelo cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor GILNEI ANTONIO JUNG, ocupante do cargo de Escriturário, para responder pelo cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano, no período de 12 de dezembro de 2011 a 1º de janeiro de 2012, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 874/2011, de 12 de Dezembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 874/2011, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.201 dias, ou seja: 8 (oito) anos, 9 (nove) meses e 11 (onze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARLI PILONI, ocupante do

cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 2 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 875/2011, de 13 de Dezembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 875/2011, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera, a pedido, a servidora LIA GABRIELA PAGOTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora LIA GABRIELA PAGOTO, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 876/2011, de 13 de Dezembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 876/2011, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre o desligamento do servidor VILMAR LAPPE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, o servidor VILMAR LAPPE, ocupante do cargo de

Mecânico, Grupo Ocupacional Operacional - GO, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 877/2011, de 13 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 877/2011, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre o desligamento da servidora DENISE ZANELLA ZABLOCKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora DENISE ZANELLA ZABLOCKI, ocupante do cargo de Desenhista, Grupo Ocupacional Funcional - GF, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 878/2011, de 13 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 878/2011, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Designa o servidor ANTONIO LUIZ ZAMPEZE para responder,

interinamente, pelo cargo de Responsável do Setor de Controle de Veículos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor ANTONIO LUIZ ZAMPEZE, ocupante do cargo de Almoxarife, para responder pelo cargo de Responsável do Setor de Controle de Veículos, no período de 9 de dezembro de 2011 a 1º de janeiro de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 879/2011, de 14 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 879/2011, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera, a pedido, a servidora LIANE VIZZOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I, 42 e 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora LIANE VIZZOTTO, dos cargos de provimento efetivo de Professor, códigos 10.12, matrículas 21954-00 e 21954-01 e do cargo de provimento em comissão de Diretora Pedagógica, a partir de 15 de dezembro de 2011.

Art. 2º Fica declarada a vacância dos cargos de Professor, referidos no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Portaria Nº 168/2011, de 8 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 168/2011, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 39047-01, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários a partir de 1º de janeiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 169/2011, de 8 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 169/2011, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 10/2011 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

- a CI DRH 994/2011, de 6 de dezembro de 2011, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUCIANE PAULA VITTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo, a partir de 5 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 170/2011, de 12 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 170/2011, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 072/2011 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 995/2011, de 8 de dezembro de 2011, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ALEXANDRA BRESAN, ocupante do cargo de Enfermeiro Comunitário, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo, a partir de 8 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 171/2011, de 15 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 171/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nos Editais de Processos Seletivos Públicos nºs. 7/2011 a 9/2011 e alterações, de 17 de outubro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados nos Processos Seletivos Públicos, objeto dos Editais nºs. 7/2011, 8/2011 e 9/2011 e alterações, de 17 de outubro de 2011, conforme Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 172/2011, de 16 de Dezembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 172/2011, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 14/2011, de 7 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado, objeto do Edital nº 14/2011, de 7 de dezembro de 2011, conforme Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 41/2011, de 19 de Dezembro de 2011

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 41/2011, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso II do art. 2º da Portaria nº 10/2009, de 11 de março de 2009; dá outras providências.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º A alínea "a" do inciso II do art. 2º da Portaria nº 10/2009, de 11 de março de 2009, que constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação dos servidores integrantes do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, em estágio probatório, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 2 de janeiro de 2012:

"Art. 2º []

a) ELIZA TEBALDI BORSATTI." (NR)

Art. 2º A alínea "a" do inciso II do art. 1º da Portaria nº 37/2011, de 30 de novembro de 2011, que designa membros para compor a Comissão Permanente de Licitação do IPRECON, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 2 de janeiro de 2012:

"Art. 2º []

a) MARGARETE PECINI GASPARIN GIORDANI, ocupante do cargo de Agente Administrativo." (NR)

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º desta Portaria, conceder à servidora MARGARETE PECINI GASPARIN GIORDANI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, não comissionados, gratificação pelo exercício da função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) do vencimento, de acordo com a Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010, enquanto perdurar os trabalhos na referida comissão.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento do IPRECON.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de janeiro de 2012.

RONI FINGER GONÇALVES

Escrevente

Portaria Nº 42/2012, de 2 de Janeiro de 2012

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 42/2012, DE 2 DE JANEIRO DE 2012.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor IRINEU SARETTA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de janeiro de 2012, ao servidor IRINEU SARETTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Inseminador, 35 horas semanais, nível 4-35-GOA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, matriculado sob nº 93963-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração do servidor no cargo referido, e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de janeiro de 2012.

RONI FINGER GONÇALVES

Escrevente

Portaria Nº 43/2012, de 2 de Janeiro de 2012

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 43/2012, DE 2 DE JANEIRO DE 2012.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora WALKIRIA BORILLE MORTARI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de janeiro de 2012, à servidora WALKIRIA BORILLE MORTARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, 35 horas semanais, nível 6-35-GFA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração, matriculada sob nº 37370-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração da servidora no cargo referido, e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de janeiro de 2012.

RONI FINGER GONÇALVES
Escrevente

Portaria Nº 44/2011, de 19 de Dezembro de 2011
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 44/2011, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.
Designa servidor para responder pela Tesouraria e pelo pagamento de despesas pelo regime de adiantamento do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 1º de dezembro de 2011, a servidora MARGARETE PECINI GASPARIN GIORDANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, para responder pela Tesouraria do Instituto, inclusive pelas operações via gerenciador financeiro.

Art. 2º Designar, a partir de 1º de janeiro de 2012, a servidora MARGARETE PECINI GASPARIN GIORDANI, para responder pelo pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, objeto da Lei nº 3.564, de 7 de junho de 2004, no âmbito do IPRECON.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 19 de dezembro de 2011.

RONI FINGER GONÇALVES
Escrevente

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 65/2011 - PMC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 65/2011- PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo gráfico para impressão de materiais para o Orçamento Participativo 2012 da Prefeitura de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 30/01/2012.

Abertura: dia 30/01/2012 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas

na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 22 de dezembro de 2011
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação Salário Educação
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 153.608,59 (cento e cinquenta e três mil seiscentos e oito reais e cinquenta e nove centavos).

Concórdia SC, 22 de dezembro de 2011.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Extrato de Contrato N.º 5/2011
EXTRATO DE CONTRATO N.º 5/2011
CONTRATADA: JAIRO GOSS FILHO, JOSÉ ALBERTO OLMÍ E LOIVA TEREZINHA BARISON POY.

OBJETO: Locação de Sala Comercial.

VALOR ALUGUEL: R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais)

VALOR CONDOMÍNIO: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VALOR TOTAL: R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais)

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal

PERÍODO DO CONTRATO: 01/12/2011 à 30/11/2012.

DATA DA ASSINATURA: 01 de dezembro de 2011.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA - Jairo Goss Filho, José Alberto Olmi e Loiva Terezinha Barison Poy - Locatários

Extrato de Contrato N.º 6/2011
EXTRATO DE CONTRATO N.º 6/2011

CONTRATADA: INTERNET SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Prestação de Serviços de Acesso a Internet

VALOR TOTAL : R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a 31 de dezembro de 2012.

DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2011.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti

- Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA - Claudinei Luís Bianchini

Extrato de Contrato N.º 7/2011

EXTRATO DE CONTRATO N.º 7/2011

CONTRATADO(A): SALETE KAPP E CIA. LTDA.

OBJETO: Prestação de Serviços de Limpeza

VALOR TOTAL: R\$ 6.588,00 (seis mil quinhentos e oitenta e oito reais).

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal, em 12 (doze) parcelas.

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a 31 de dezembro de 2012.

DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2011.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti
Assinam pela CONTRATADA (O): Daniel Ramiro Kapp - Sócio Administrador

Extrato do Convênio N.º 49/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 49/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CACHIMBO, inscrita no CNPJ sob nº 06.313.694/0001-01, representada pelo seu Presidente, senhor MOACIR DECARLI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Cachimbo, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 2.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio N.º 50/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 50/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE CACHIMBO, inscrita no CNPJ sob nº 00.461.691/0001-20, representada pelo seu Presidente, senhor NEUDI DEZANETTI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Cachimbo, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 12.500,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio N.º 51/2011 - FUMDEAGRO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 51/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE LAGEADO DOS PINTOS, inscrita no CNPJ sob nº 08.211.695/0001-62, representada pelo seu Presidente, senhor CLAUDIO ROVANI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado dos Pintos, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio N.º 53/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 53/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE LINHA SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob nº 03.618.174/0001-00, representada pelo seu Presidente, senhor ROBERTO SLOGO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Paulo, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio N.º 54/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 54/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE EMPREENDEDORES 29 DE ABRIL DE LINHA TIRADENTES, inscrita no CNPJ sob nº 08.009.697/0001-73, representada pelo seu Presidente, senhor ALVARO HEITOR FAVARETTO LAZZARIN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Tiradentes, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 19.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio N.º 55/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 55/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO MORADORES DA AGRICULTURA DE LINHA APARECIDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.647.788/000195, representada pelo seu Presidente, senhor MARINO LUNKES.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Aparecida, melhor qualidade de vida mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água.

VALOR: R\$ 13.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 56/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 56/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE AGRICULTORES, DO DISTRITO DE SANTO ANTONIO, inscrita no CNPJ sob nº 00.701.996/0001-62, representada pelo seu Presidente, senhor JAIRO LUIS CAVALLI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Santo Antonio, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 18.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 58/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 58/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA BONITA, inscrita no CNPJ sob nº 02.409.869/0001-10, representada pelo seu Presidente, senhor CLAUDIR LORENZETTI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Bonita, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 a 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 59/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 59/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO

COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA DO TIGRE, inscrita no CNPJ sob nº 01.487.220/0001-54, representada pelo seu Presidente, senhor LEONIR SANTIN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 19.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 60/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 60/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA SECA, inscrita no CNPJ sob nº 01.672.924/0001-05, representada pelo seu Presidente, senhor JADIR LUIZ ROMAN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Seca, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 13.253,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 61/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 61/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ENGENHO VELHO, inscrita no CNPJ sob nº 01.585.990/0001-30, representada pelo seu Presidente, senhor ANTONINHO CERUTTI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Engenho Velho, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 19.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 62/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 62/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO GUILHERME, inscrita no CNPJ sob nº 01.377.790/0001-91, representada pelo seu Presidente, senhor NIVALDO MEZACASA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Guilherme, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 13.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 64/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 64/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA CARAVAGIO, inscrita no CNPJ sob nº 02.342.693/0001-26, representada pelo seu Presidente, senhor DELCIO BINDA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caravagio, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 65/2011- FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 65/2011- FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA GASPERINI, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.969/0001-02, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI LAZAROTTO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gasperini, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 10.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 66/2011- FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 66/2011- FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA PRESIDENTE CASTELO, inscrita no CNPJ sob nº 07.129.548/0001-85, representada pelo seu Presidente, senhor CLAUDEMIR ANTONIO MACHADO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo, melhor qualidade de vida

mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água.

VALOR: R\$ 10.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 67/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 67/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SALTINHO, inscrita no CNPJ sob nº 01.961.542/0001-93, representada pelo seu Presidente, senhor ITACIR LUIS TRENTIN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Saltinho, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 14.281,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 68/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 68/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SANTA TEREZINHA, inscrita no CNPJ sob nº 07.362.638/0001-11, representada pelo seu Presidente, senhor NELSO JOSÉ BARATO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Terezinha, melhor qualidade de vida mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água.

VALOR: R\$ 20.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 69/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 69/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA TRÊS ILHAS, inscrita no CNPJ sob nº 07.186.066/0001-67, representada pelo seu Presidente, senhor MARCOS ANTONIO PARZIANELLO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três Ilhas e região maior agilidade para suas atividades, maior qualidade e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na rede de telefonia.

VALOR: R\$ 6.000,00
PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 70/2011 - FUMDEAGRO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 70/2011 - FUMDEAGRO
ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PLANALTO, inscrita no CNPJ sob nº 01.647.800/0001-61, representada pelo seu Presidente, senhor VALCIR DOMINGOS MARSARO.
OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Planalto, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 17.000,00
PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 71/2011 - FUMDEAGRO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 71/2011 - FUMDEAGRO
ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PRESIDENTE KENNEDY, inscrita no CNPJ sob nº 02.624.055/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor ANSELMO JOSÉ GOLO.
OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Presidente Kennedy, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.
VALOR: R\$ 17.500,00
PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 72/2011 - FUMDEAGRO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 72/2011 - FUMDEAGRO
ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RUI BARBOSA inscrita no CNPJ sob nº 01.404.596/0001-58, representada pelo seu Presidente, senhor AIRTON PIOVESAN.
OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Rui Barbosa e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.
VALOR: R\$ 19.000,00
PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 73/2011 - FUMDEAGRO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 73/2011 - FUMDEAGRO
ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TAMANDUÁ, inscrita no CNPJ sob nº 02.357.755/0001-73, representada pelo seu Presidente, senhor MARCELO DOMINGOS SESCO.
OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Tamanduá, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 28.600,00
PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 75/2011 - FUMDEAGRO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 75/2011 - FUMDEAGRO
ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES TRES BARRAS, inscrita no CNPJ sob nº 01.691.289/0001-03, representada pelo seu Presidente, senhor NELSO MAULI.
OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três Barras e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.
VALOR: R\$ 24.466,00
PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 76/2011 - FUMDEAGRO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 76/2011 - FUMDEAGRO
ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE LINHA BOA ESPERANÇA, inscrita no CNPJ sob nº 02.805.517/0001-83, representada pelo seu Presidente, senhor PAULO MARCIO KOPSEL.
OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boa Esperança e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.
VALOR: R\$ 6.000,00
PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 77/2011 - FUMDEAGRO
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 77/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE PINHEIRO PRETO, POÇO RICO, VOLTA ALEGRE, LINHA UNIDA e BARRA DO JACUTINGA, inscrita no CNPJ sob nº 04.908.684/0001-85, representada pelo seu Presidente, senhor OSMAR DEBONA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 12.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 78/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 78/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE PINHEIRO PRETO, POÇO RICO, VOLTA ALEGRE, LINHA UNIDA e BARRA DO JACUTINGA, inscrita no CNPJ sob nº 04.908.684/0001-85, representada pelo seu Presidente, senhor OSMAR DEBONA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga, maior agilidade para suas atividades, maior qualidade e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na rede de telefonia.

VALOR: R\$ 1.500,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 79/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 79/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO UNIDOS DE LINHA SÃO BRÁS, inscrita no CNPJ sob nº 06216.809/0001-31, representada pelo seu Presidente, senhor CELSO MAGRINI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Brás, melhor qualidade de vida mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água.

VALOR: R\$ 18.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 80/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 80/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e o CLUBE ESPORTIVO GUAJUVIRA, DE LAGEADO DOS PINTOS, inscrito no CNPJ sob nº 78.507.233/0001-72, representada pela sua Presidente, senhor VIVIANE PICHETTI ZAGO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guajuvira, melhor qualidade de vida mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 81/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 81/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.573.212/0001-95, representada pelo seu Presidente, senhor VALDEMAR BORDIGNON.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos agricultores da região a difusão de novas tecnologias na busca de desenvolver e conhecer oportunidades no sistema produtivo do setor agropecuário, mediante investimento na realização da TECNOESTE.

VALOR: R\$ 18.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº52/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº52/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE LINHA CEDRO, inscrita no CNPJ sob nº 06.226.396/0001-76, representada pelo seu Presidente, senhor DARLEI TROMBETTA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Cedro, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 12.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº57/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº57/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ALTO SURUVI, inscrita no CNPJ sob nº 01.657.119/0001-02, representada pelo seu Presidente, senhor EUCLIDES BISON.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Alto Suruvi e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº63/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº63/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA GOMERCINDO, inscrita no CNPJ sob nº 01.822.542/0001-02, representada pelo seu Presidente, senhor JAIR DA SILVA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gomercindo, melhor qualidade de vida mediante investimentos em saneamento básico e implantação de rede de água.

VALOR: R\$ 23.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº74/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº74/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TERRA VERMELHA, inscrita no CNPJ sob nº 00.258.091/0001-60, representada pelo seu Presidente, senhor VALDECIR LUIS SUHRE

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Terra Vermelha, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento na manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 20.12.2011 à 31.03.2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 112/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 112/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC, inscrita no CNPJ sob nº 83.899.526/0001-82, neste ato representada pela

sua Pró-Reitora de Ensino de Graduação, senhora YARA MARIA RAUH MÜLLER.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação técnica, objetivando formalizar entre as partes, as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados na CONVENIENTE, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo de ensino-aprendizagem, abrangendo as seguintes modalidades: estágio curricular não obrigatório e estágio curricular obrigatório.

PRAZO: Até 31.12.2012, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 28 de novembro de 2011.

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 001/2010

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2010

CONTRATADA: CLÍNICA GINECOLÓGICA OBSTETRÍCIA SÃO ROQUE LTDA.

OBJETO: Prorrogação de Prazo

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2012.

DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2011.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assinam pela CONTRATADA: Celso José Munareto - Sócio Administrativo da Clínica Ginecológica e Obstétrica São Roque Sociedade Simples S/S

Corupá

PREFEITURA

Decreto nº 422/11 - DEFINE SEDE da AUTARQUIA DENOMINADA de ÁGUAS de CORUPÁ.

DECRETO Nº. 422/11

DEFINE SEDE DA AUTARQUIA DENOMINADA DE ÁGUAS DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 031/11 de 08 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Define a sede da autarquia denominada de Águas de Corupá, entidade de natureza autárquica, integrante da administração indireta, com sede à rua Francisco Mees, nº 1915, Bairro XV de Novembro, CEP: 89278 000.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregao Presencial Nº 13/2012 EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 13/2012

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para prestação de serviço de assessoria pedagógica, cursos, atendimentos para as equipes docentes, técnicos da rede municipal de ensino e 1947 alunos do segundo ao nono ano do ensino fundamental no período de 20/01/2012 a 31/12/2012, conforme anexos do edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 9:30 horas do dia 06/01/2012. A partir das 10:00 horas do dia 06/01/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2011.
CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 15/2012 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para locação de cilindros e aquisição de gás oxigênio, acetileno, gás atal (mig), conforme anexo deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 09:50 horas do dia 11/01/2012, sito a rua Cel. Vidal Ramos 860, Centro, no Protocolo Central da Prefeitura.

A partir das 10:00 horas do dia 11/01/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de

Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos

Curitibanos, 16 de Dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 2/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de serviço da parte elétrica e mecânica para a manutenção da frota das estradas vicinais, Secretaria de Transporte e Obras, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Polícia Militar, Secretaria de Planejamento e Urbanismo, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 09:20 horas do dia 10/01/2012, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:30 horas do dia 10/01/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 16 de Dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de Preço Nº 3/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2012

O Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de serviço de mão de obra para manutenção em veículos até 31/12/2012, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 09:50 horas do dia 10/01/2012, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 10:00 horas do dia 10/01/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 16 de Dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 4/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2012

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de mangueiras e terminais instalados para manutenção da Secretaria de Obras, Estradas Vicinais e Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, conforme solicitação do Departamento competente e descrição detalhada no anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 09:20 horas do dia 11/01/2012, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:30 horas do dia 11/01/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 16 de Dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Contrato nº 31/2011

CONTRATO nº 31/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Maria Cristina da Silva & Cia Ltda Me

OBJETO: Contratação de empresa p/ pavimentação com lajotas na comunidade de Vista Alegre com área de 5.122,00 m².

PRAZO: 02 meses (iniciando em 02/01/2012)

VALOR TOTAL: R\$ 258.629,50 (duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)

Data da assinatura: 23/12/2011.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 100/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 100/2011

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 001/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços na construção de Ponte sobre o Rio Mãe Luzia com extensão total no eixo de 62,55 m, situada na travessa Germano Kammer, Comunidade de São Gabriel, Município de Forquilha/SC, por meio da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Processo nº. 59050.000744/2010-61, Convênio nº. 748863/2010, formado junto ao Ministério da Integração Social, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO: O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato 001/PMF/2011 de 13/12/2011 para 13/12/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 13/12/2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Comunicado

COMUNICADO

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, advertir que as licitações desta municipalidade com exigência de apresentação da Certidão de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, com a abertura marcada entre 20/12/2011 e 06/01/2012, terão este documento facultado para a data prevista em decorrência do recesso forense. As empresas vencedoras dos processos compreendidos nestas datas terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do término do recesso forense para apresentação da certidão supracitada, a fim de firmar contrato.

Forquilha/SC, 23 de dezembro de 2011.

ANDER LUIZ WARMLING
Procurador Geral do Município de Forquilha

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0377/2011

DECRETO Nº 0377, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2128, de 22 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 - Câmara Municipal de Vereadores
01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (04) R\$ 50.000,00

02.00 - Gabinete do Prefeito
02.01 - Gabinete do Prefeito
04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (08) R\$ 10.000,00

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (21) R\$ 40.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (134) R\$ 40.000,00

10.00 - Secretaria de infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (151) R\$ 50.000,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
23.695.0028.2.063 - Programa de Manutenção e Promoção do Turismo
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (204) R\$ 20.000,00

Total R\$ 210.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

01.00 - Câmara Municipal de Vereadores
01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (05) R\$ 50.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças
06.02 - Encargos Gerais do Município
28.846.0000.0.200 - Pagamento de Precatórios
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (42) R\$ 160.000,00

Total R\$ 210.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0378/2011

DECRETO Nº 0378, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0036, de 28 de novembro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "LAU MELLO"**
Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos						
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	55	ANDRÉIA GIRARDI	7	2	5	0	0	NÃO	30/4/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

CrITÉrios de Desempate

Disciplina:

Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	66	NELI NAVARRO DA SILVA	7	4	1	2	1	NÃO	10/11/1975
2	23	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	7	2	4	1	1	NÃO	30/5/1977
3	74	SOLANGE BUSSATO	7	2	0	5	3	NÃO	29/9/1975
4	37	JUCELE APARECIDA PALHANO FURTADO	5	2	2	1	1	NÃO	2/6/1972
5	54	MARLI APARECIDA DA ROSA	5	0	5	0	2	NÃO	2/7/1970
6	100	MARLI APARECIDA XAVIER	5	0	5	0	1	NÃO	11/6/1973
7	73	JOEDNA APARECIDA DA SILVA	5	0	5	0	1	NÃO	5/10/1984
8	41	ELIDIOMARA DE MORAIS	4	2	1	1	1	NÃO	5/5/1984
9	51	DEISI MARA PIRES DE LIMA	4	2	0	2	3	NÃO	19/1/1979
10	31	ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA	4	2	0	2	2	NÃO	11/2/1981
11	52	MARIA FATIMA DE OLIVEIRA CONTE	4	2	0	2	1	NÃO	18/2/1955
12	38	MAGALI DOS SANTOS	4	2	0	2	1	NÃO	7/2/1971
13	76	JANETE ESQUINCA	4	2	0	2	1	NÃO	21/9/1976
14	92	ROSANE MARIA GRAFF LACERDA	4	0	0	4	0	NÃO	29/11/1973
15	3	MARIA ANGELA TOMIN	3	2	0	1	2	NÃO	11/3/1979
16	64	CÂNDIDA LUCIANA BECKER RIBEIRO	3	2	0	1	1	NÃO	23/7/1973
17	65	IOLANDA HELENA MACHADO	3	2	0	1	0	NÃO	4/3/1954
18	69	NEUZA RODRIGUES RICARDO	3	2	0	1	0	NÃO	8/8/1958
19	16	JUCELITA CAMPAGNARO	3	0	0	3	0	NÃO	12/9/1989
20	82	ELOIR VARELA SANTOS DE OLIVEIRA	2	2	0	0	2	NÃO	22/4/1868
21	46	FRANCIELE DALAGNOL	2	2	0	0	2	NÃO	21/9/1980
22	95	JESSICA MUSSOLIN	1	0	1	0	1	NÃO	10/8/1991

23	59	MARIA VALDOMIRA PALHANO DE SOUZA	1	0	1	0	0	NÃO	14/7/1961
24	53	SANDRA REGINA LEITE MELLO	1	0	0	1	1	NÃO	26/6/1973
25	91	CLAUDIA ADRIANA MELO DE ALMEIDA	1	0	0	1	1	NÃO	30/8/1973
26	2	MARIZETE APARECIDA PEREIRA	0	0	0	0	2	NÃO	16/2/1981
27	12	CLEONICE TINELLI	0	0	0	0	2	NÃO	14/5/1981
28	63	MARCIA TORRI	0	0	0	0	1	NÃO	26/11/1967
29	67	KATIA DE SOUZA	0	0	0	0	1	NÃO	24/6/1981
30	8	ADRIANA STOEKLE	0	0	0	0	1	NÃO	21/12/1987
31	60	JAQUELINE VIEIRA	0	0	0	0	1	NÃO	2/7/1992
32	49	NICELI GOMES SCOLARO	0	0	0	0	0	NÃO	5/7/1952



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **VI - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "POMIFRAI"**

Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)									
				1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	36	TEREZINHA THIBES DE SOUZA	5	2	0	3	0	NÃO	23/10/1956



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **VI - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "POMIFRAI"**
Código: **12** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

			1°	2°	3°	4°	5°	6°	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	68	OLEDIR FERREIRA CORRÊA	1	0	0	1	2	NÃO	25/3/1971
2	96	MARIVONE MORAIS	0	0	0	0	2	NÃO	11/5/1979



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **VII - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO “MACIEIRA”**
Código: **14** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

Critérios de Desempate

Disciplina: Agente de Serviços Gerais (Feminino)

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	43	MARIZETE DOS SANTOS	4	2	0	2	2	NÃO	6/3/1979
2	27	MAGALI CRISTINA PONTES	4	2	0	2	2	NÃO	25/6/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **15** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos							Data Nascimento
				1º	2º	3º	4º	5º	6º	
1	44	MARGARIDA BOGO TELLE	5	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.		1/9/1956



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **16** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: Agente de Serviços Gerais (Feminino)

			1°	2°	3°	4°	5°	6°	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	29	SIRLEI DIAS DE ALMEIDA	4	2	0	2	1	NÃO	14/11/1980



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Agente de Serviços Gerais (Feminino)

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Cursos Área Esp.	2º Cursos Outras Áreas	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	84	ANGELA ROSELI MACIEL PRATES	11	2	5	4	1	NÃO	4/10/1962
2	61	MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON	8	2	4	2	2	NÃO	4/9/1974
3	35	MARGARIDA APARECIDA FERRAZ DE DEUS DE OLIVEIRA	8	2	2	4	0	NÃO	18/12/1965
4	26	LEONEIA APARECIDA MARCONDES	8	0	5	3	0	NÃO	10/9/1977
5	62	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	7	2	0	5	1	NÃO	8/5/1972
6	90	SUSAN CORRÊA	7	0	5	2	1	NÃO	3/1/1988
7	40	GISELI DE PROENÇA DA SILVA	6	2	1	3	1	NÃO	2/2/1984
8	18	ADELIA MARIA DE MATOS FREDERICK	6	0	1	5	0	NÃO	9/8/1957
9	81	LUCIANA REGINA TOFFOLI PAULI	5	0	5	0	0	NÃO	3/1/1973
10	15	VALECIR CONSOLADORA ROSA BONATO	5	0	1	4	1	NÃO	13/9/1971
11	9	MARILENE MOREIRA	5	0	0	5	1	NÃO	23/10/1970
12	1	MARIA SERLEI HOLEK	5	0	0	5	0	NÃO	2/9/1957
13	79	SIRLEI LUCIA TOMAZ CORDEIRO FERREIRA	5	0	0	5	0	NÃO	25/2/1962
14	70	DORACI RIBEIRO DO PRADO	4	2	0	2	1	NÃO	27/11/1962
15	20	VITALINA RODRIGUES DE SOUZA	4	2	0	2	1	NÃO	29/9/1964
16	42	ELISETE CIRINO DE FREITAS PASSOS	4	2	0	2	1	NÃO	7/6/1969
17	83	ROSÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS	4	2	0	2	1	NÃO	4/2/1984
18	78	ANDREA REGINA DA ROSA SOARES	4	2	0	2	1	NÃO	18/3/1987
19	48	ANA DE LARA	4	2	0	2	0	NÃO	20/5/1964
20	6	ROBERTA PEDROSO LEANDRO	4	0	2	2	0	NÃO	17/6/1981
21	24	BELONI DE MORAIS	3	2	1	0	2	NÃO	26/6/1972
22	39	MÁRCIA TEREZINHA HUNING	3	0	3	0	1	NÃO	10/2/1987

sexta-feira, 23 de dezembro de 2011

Página 1 de 2

23	22	LUCIANE APARECIDA MORAES	3	0	1	2	1	NÃO	21/10/1985
24	14	JOCIMAR NUNES DA SILVA	3	0	0	3	2	NÃO	4/10/1979
25	85	CLEUSA DIAS DE OLIVEIRA	3	0	0	3	1	NÃO	3/5/1957
26	56	ZELIA DOS SANTOS CELESTINO	3	0	0	3	1	NÃO	23/5/1962
27	57	LUZIANE DE OLIVEIRA	3	0	0	3	1	NÃO	4/6/1983
28	88	NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES	2	2	0	0	0	NÃO	3/1/1972
29	4	SONIA REGINA DA CRUZ MOSENA	2	0	1	1	1	NÃO	19/6/1975
30	45	SOLANGE FONTOURA LEMES	2	0	0	2	6	NÃO	4/3/1979
31	71	ROSELI DOS ANJOS RODRIGUES	2	0	0	2	2	NÃO	1/10/1971
32	97	DENIR CORREA DE FIGUEIREDO	1	0	1	0	1	NÃO	22/2/1963
33	28	ZILMA MACHADO DOS SANTOS	1	0	1	0	1	NÃO	30/9/1973
34	30	SUZANA CRISTINA DOS SANTOS	1	0	1	0	0	NÃO	27/8/1992
35	13	SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	1	0	0	1	2	NÃO	9/3/1984
36	10	DORACY CAMPOLIM DOS SANTOS	1	0	0	1	1	NÃO	15/1/1965
37	25	ROSELI FATIMA DOS SANTOS	1	0	0	1	1	NÃO	15/10/1965
38	89	LENIR BARBOSA DE OLIVEIRA	1	0	0	1	1	NÃO	9/7/1975
39	94	SANDRA DA SILVA SANTOS	1	0	0	1	1	NÃO	23/12/1978
40	7	MARILENE DE PAULA GOETTEN	1	0	0	1	0	NÃO	10/8/1971
41	21	GESSI FERREIRA	1	0	0	1	0	NÃO	25/6/1973
42	99	MISCHELI FAGUNDES	1	0	0	1	0	NÃO	15/5/1987
43	75	IVONETE MOREIRA ALVES FERREIRA	0	0	0	0	4	NÃO	12/5/1979
44	17	JANETE DOMINGUES GOMES DA SILVA	0	0	0	0	2	NÃO	23/9/1970
45	19	MARCIA DO AMARAL	0	0	0	0	2	NÃO	22/9/1974
46	98	TEREZINHA APARECIDA RIBEIRO	0	0	0	0	2	NÃO	30/11/1980
47	87	NEIDE APARECIDA TIEQUIM	0	0	0	0	2	NÃO	30/1/1982
48	86	IZADORA TEREZINHA MACIEL	0	0	0	0	2	NÃO	26/9/1989
49	77	ANA LUCIA NUNES DEVALIERI	0	0	0	0	1	NÃO	18/11/1973
50	47	CELIA MARIA PIRES DE LIMA	0	0	0	0	1	NÃO	19/1/1979
51	50	ROSILENE CARNEIRO	0	0	0	0	1	NÃO	5/4/1985
52	5	ROZELI APARECIDA DA SILVA	0	0	0	0	1	NÃO	16/3/1988
53	33	EMANUELLY APARECIDA CONRADI	0	0	0	0	1	NÃO	11/10/1993
54	34	IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES	0	0	0	0	0	NÃO	31/7/1985
55	80	DAIANE DA SILVA	0	0	0	0	0	NÃO	23/9/1992



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "FAXINAL DOS DOMINGUES"**

Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

Crítérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos						
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	93	CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARI	11	2	4	5	0	NÃO	5/9/1963



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **III - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "SÃO CRISTÓVÃO"**

Código: **5** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

Critérios de Desempate

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

			1°	2°	3°	4°	5°	6°	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	11	NOELI PRATES SILVEIRA	18	8	5	5	0	NÃO	6/9/1959
2	32	EUNICE DE FATIMA DOS SANTOS	11	2	5	4	2	NÃO	11/10/1970



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "LAU MELLO"**

Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)									
				1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	72	JACIRA DOS SANTOS	4	4	0	0	2	NÃO	27/9/1977
2	58	IONI GEPFRICH DE MELLO	4	2	0	2	0	NÃO	3/12/1957

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0018/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0265/2011 - PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0018/2011 - PMF

Objeto: Concessão de direito real de uso de terreno urbano de propriedade do Concedente; Concedente: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO; Concessionária: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB, Seccional de Santa Catarina, 35ª Subseção de Fraiburgo, pessoa jurídica de direito público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, inscrita no CNPJ sob o nº 82.519.190/0001-12; Valor do Imóvel: R\$ 385.960,12 (trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e doze centavos); Vigência: 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período; Fundamento legal: Art. 17, § 2º, I, da Lei nº 8.666/93; Justificativa: A OAB, por ser considerada uma entidade autárquica, ou seja, ente da Administração Pública Indireta, com relevante valor social e prestadora de serviço público, está amparada pelo artigo 17, § 2º, I, da Lei nº 8.666/93, que autoriza a dispensa do procedimento licitatório para que seja beneficiária da concessão de direito real de uso do bem público. Assim, nos termos da Lei municipal nº 2129/2011 a concessão de direito real de uso do imóvel com área de 3.117,61 m², conforme matrícula nº 26.590, do Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Videira-SC, averbação nº 27/26.590, desmembrado totalmente através da Av-1/28.021-RG, constante do Lote nº 95, da Quadra nº 44, localizado na Rua Caçador e na Rua Antonio Porto Burda, Centro, Fraiburgo-SC, poderá ser conferida à entidade acima especificada.

Fraiburgo(SC), 22 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0019/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0266/2011 - PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0019/2011 - PMF

Objeto: Doação de terreno urbano de propriedade do Doador; Doador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO; Donatária: CARROCERIAS TOGNI LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.267.253/0001-02; Valor do Imóvel: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); Fundamento legal: Art. 17, I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93; Justificativa: Doação de imóvel urbano à empresa donatária acima nominada, para fins de fabricação e comercialização de carrocerias em aço inox, conforme projeto de viabilidade econômica apresentado no Processo Administrativo nº 3197/2011 e nos termos das Leis municipais nºs 2131/2011 e 1848/2005.

Fraiburgo(SC), 22 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0172/2011-PMF RP 0083

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0172/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0083/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras dos serviços de publicações, para o Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS E FME), conforme a necessidade, durante o período de janeiro a dezembro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/

Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 11/01/2012. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0171/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0171/2011 - PMF

Objeto: aquisição de materiais elétricos para utilização nos Centros de Ensino deste Município. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 11/01/2012. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 22 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 33/2011

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33/2011

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A SOCIEDADE ASSISTENCIAL SOCIAL E CULTURAL VIDA FELIZ.

PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a SOCIEDADE ASSISTENCIAL SOCIAL E CULTURAL VIDA FELIZ, firmado em 06.12.2011, para auxiliar na manutenção e no atendimento do projeto social e cultural na área de música para crianças, adolescentes, jovens e adultos da comunidade fraiburguense, para contratação e pagamento de profissional capacitado para o desenvolvimento das atividades da Associação, mediante a concessão no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), em 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), no período de 01/01/2012 a 30/11/2012.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Funcional 08.243.0025.2.059-Manut. do Fundo M. dos Direitos da Criança e do Adolescente

Elemento 3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 21 de dezembro de 2011.

PAULO SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 1.597/2011

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.597, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.
ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 847, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE AS NORMAS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN", E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A Lista de Serviços de que trata o artigo 1º, da Lei Complementar nº 847, de 16 de dezembro de 2003, passa a vigorar nos termos do anexo único, que fica fazendo parte integrante.

Art. 2º. Fica acrescido à Seção III (Local da Prestação), do Capítulo I (Do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), da Lei Complementar nº 847, de 16 de dezembro de 2003, a Subseção II (Cadastro de Prestadores de Serviços de Outros Municípios) e o artigo 5º-A, com a seguinte redação:

"SUBSEÇÃO II

CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE OUTROS MUNICÍPIOS

Art. 5º-A. O prestador de serviços que emitir nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente autorizado por outro município ou pelo Distrito Federal, para tomador estabelecido no Município de Garopaba, referente aos serviços descritos nos itens 1, 2, 3 (exceto o subitem 3.04), 4 a 6, 8 a 10, 13 a 15, 17 (exceto os subitens 17.05 e 17.09), 18, 19 e 21 a 40, bem como nos subitens 7.01, 7.03, 7.06, 7.07, 7.08, 7.13, 7.18, 7.19, 7.20, 11.03 e 12.13, todos constantes da lista do "caput" do artigo 1º desta Lei, fica obrigado a proceder à sua inscrição em cadastro, na forma e demais condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 1º Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo os serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior do País.

§ 2º A inscrição no cadastro não será objeto de qualquer ônus, especialmente taxas e preços públicos.

§ 3º A solicitação de inscrição no cadastro será efetuada junto a Secretaria Municipal de Fazenda, ou por meio da Internet.

§ 4º A inscrição no cadastro será efetuada após a conferência das informações física, ou transmitidas por meio da Internet com os documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 5º O prestador de serviços estará automaticamente inscrito no cadastro após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da solicitação da inscrição, sem que a Administração Tributária profira decisão definitiva a respeito da matéria.

§ 6º Para efeito da contagem do prazo referido no § 5º deste artigo, considera-se como data da solicitação da inscrição a data da recepção dos documentos solicitados.

§ 7º Os documentos solicitados deverão ser entregues ou enviados juntamente com a declaração disponibilizada pela Secretaria de Fazenda, ou por meio da Internet, assinada pelo representante legal ou procurador da pessoa jurídica.

§ 8º O indeferimento do pedido de inscrição, qualquer que seja o seu fundamento, poderá ser objeto de recurso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação no Diário Oficial.

§ 9º O recurso deverá ser interposto uma única vez, na forma e demais condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 10. O prestador de serviços será identificado no cadastro por seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

§ 11. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá, a qualquer tempo, proceder à atualização dos dados cadastrais, bem como promover de ofício o cancelamento da inscrição do prestador de serviços no cadastro, caso verifique qualquer irregularidade na inscrição.

§ 12. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá dispensar da inscrição no cadastro os prestadores de serviços a que se refere o "caput" deste artigo:

I - por atividade;

II - por atividade, quando preposto ou representante de pessoa jurídica estabelecida no Município de Garopaba tomar, em trânsito, serviço relacionado a tal atividade.

§ 13. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá permitir que os tomadores de serviços sejam responsáveis pela inscrição, em Cadastro Simplificado, dos prestadores de serviços tratados no § 12 deste artigo."

Art. 3º. O inciso II, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 847, de 06 de dezembro de 2003, passa com a seguinte redação:

"Art. 8º. São responsáveis, por substituição tributária, pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais:

II - as pessoas jurídicas, ainda que imunes ou isentas, e os condomínios edifícios residenciais ou comerciais, quando tomarem ou intermediarem os serviços:

a) descritos nos subitens 3.04, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista do "caput" do artigo 1º, a eles prestados dentro do território do Município de Garopaba;

b) descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.11, 7.15, 7.17 e 16.01 da lista do "caput" do artigo 1º, a eles prestados dentro do território do Município de Garopaba por prestadores de serviços estabelecidos fora do Município de Garopaba;

c) descritos nos itens 1, 2, 3 (exceto o subitem 3.04), 4 a 6, 8 a 10, 13 a 15, 17 (exceto os subitens 17.05 e 17.09), 18, 19 e 21 a 40, bem como nos subitens 7.01, 7.03, 7.06, 7.07, 7.08, 7.13, 7.18, 7.19, 7.20, 11.03 e 12.13, todos constantes da lista do "caput" do artigo 1º desta Lei, executados por prestadores de serviços que emitam nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente autorizado por outro município ou pelo Distrito Federal, não inscritos no Cadastro de Prestadores de Outros Municípios mencionado no

artigo 5-A desta Lei;

Art. 4º. Fica acrescido ao Setor I (Responsável por Substituição Tributária), da Subseção II (Responsável), da Seção IV (Sujeito Passivo), do Capítulo I (Do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), da Lei Complementar nº 847, de 16 de dezembro de 2003, o artigo 8º-A, com a seguinte redação:

“Art. 8º-A. Para cumprimento do disposto no artigo 8º, inciso II desta lei, fica o tomador do serviço obrigado a reter os valores correspondentes ao pagamento do imposto e acréscimos legais devido pelo prestador de serviços.

Parágrafo Único. O tomador do serviço ficará desobrigado a efetuar a retenção de que trata o caput desde artigo, quando o prestador comprovar o prévio pagamento do imposto devido e acréscimos legais, nos termos desta Lei Complementar.”

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

ANEXO ÚNICO (LISTA DE SERVIÇOS)

1. Serviços de informática e congêneres.

- 1.01. Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02. Programação.
- 1.03. Processamento de dados e congêneres.
- 1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
- 1.05. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06. Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

- 2.01. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

- 3.01. Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
- 3.02. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, “stands”, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
- 3.03. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia,

postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.04. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

- 4.01. Medicina e biomedicina.
- 4.02. Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
- 4.03. Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
- 4.04. Instrumentação cirúrgica.
- 4.05. Acupuntura.
- 4.06. Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07. Serviços farmacêuticos.
- 4.08. Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09. Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10. Nutrição.
- 4.11. Obstetrícia.
- 4.12. Odontologia.
- 4.13. Ortóptica.
- 4.14. Próteses sob encomenda.
- 4.15. Psicanálise.
- 4.16. Psicologia.
- 4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18. Inseminação artificial, fertilização “in vitro” e congêneres.
- 4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23. Outros planos de saúde que se cumpram por meio de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

- 5.01. Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02. Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03. Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04. Inseminação artificial, fertilização “in vitro” e congêneres.
- 5.05. Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08. Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09. Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

- 6.01. Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02. Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03. Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04. Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05. Centros de emagrecimento, “spa” e congêneres.

7. Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia,

urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01. Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03. Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04. Demolição.

7.05. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06. Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07. Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08. Calafetação.

7.09. Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13. Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.15. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.17. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.18. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.19. Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.20. Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01. Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02. Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9. Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01. Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flats, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e

congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao ISS).

9.02. Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03. Guias de turismo.

10. Serviços de intermediação e congêneres.

10.01. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, seguros, cartões de crédito, planos de saúde e planos de previdência privada.

10.02. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer. □

10.03. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil ("leasing"), de franquia ("franchising") e de faturização ("factoring").

10.05. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06. Agenciamento marítimo.

10.07. Agenciamento de notícias.

10.08. Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10. Distribuição de bens de terceiros.

11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03. Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01. Espetáculos teatrais.

12.02. Exibições cinematográficas.

12.03. Espetáculos circenses.

12.04. Programas de auditório.

12.05. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06. Boates, "taxi-dancing" e congêneres.

12.07. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08. Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10. Corridas e competições de animais.

12.11. Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12. Execução de música.

12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16. Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13. Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01. Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.02. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres.

13.03. Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.04. Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14. Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02. Assistência técnica.

14.03. Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04. Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07. Colocação de molduras e congêneres.

14.08. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10. Tinturaria e lavanderia.

14.11. Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12. Funilaria e lanternagem.

14.13. Carpintaria e serralheria.

15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06. Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento,

inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e à rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contra-to de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09. Arrendamento mercantil ("leasing") de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil ("leasing").

15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15. Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16. Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17. Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18. Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16. Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01. Serviços de transporte de natureza municipal.

17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01. Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02. Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03. Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04. Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05. Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07. Franquia ("franchising").

17.08. Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.09. Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.10. Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.11. Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.12. Leilão e congêneres.

17.13. Advocacia.

17.14. Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.15. Auditoria.

17.16. Análise de Organização e Métodos.

17.17. Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.18. Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.19. Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.20. Estatística.

17.21. Cobrança em geral.

17.22. Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização ("factoring").

17.23. Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01. Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02. Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03. Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22. Serviços de exploração de rodovia.

22.01. Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25. Serviços funerários.

25.01. Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; trans-porte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02. Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03. Planos ou convênios funerários.

25.04. Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27. Serviços de assistência social.

27.01. Serviços de assistência social.

28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29. Serviços de biblioteconomia.

29.01. Serviços de biblioteconomia.

30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01. Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32. Serviços de desenhos técnicos.

32.01. Serviços de desenhos técnicos.

33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36. Serviços de meteorologia.

36.01. Serviços de meteorologia.

37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38. Serviços de museologia.

38.01. Serviços de museologia.

39. Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

Lei Complementar N.º 1.598/2011

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.598, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos artigos 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA SEÇÃO I DAS DIRETRIZES

Art. 2º. Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º. Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 4º. Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 5º. O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

SEÇÃO II DA CONSULTA DE VIABILIDADE E DA INSCRIÇÃO

Art. 6º. É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º. A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º Os órgãos competentes disporão do prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, tributárias, meio ambiente, atividades domiciliares e restrições de uso do espaço público;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, tributárias, meio ambiente, atividades domiciliares e restrições de uso do espaço público

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, tributárias, meio ambiente, atividades domiciliares e restrições de uso do espaço público, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º. O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição, que compreende o ano-calendário de formalização da atividade empresarial.

§ 4º A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 8º A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

SEÇÃO III

DO ALVARÁ DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 9º. O Alvará de Funcionamento em caráter provisório será concedido para o MEI, quando respeitadas às normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, tributárias, meio ambiente, atividades domiciliares e restrições de uso do espaço público, após seu cadastro junto à Secretaria de Fazenda, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade

seja considerado elevado.

§1º. A Consulta de Viabilidade ou Certidão de Zoneamento para verificação da possibilidade de instalação da atividade empresarial ou industrial no endereço de instalação do MEI, será emitida pelo Poder Público, quando do pedido de inscrição, no prazo de 10 (dez) dias, ressalvados os casos fortuitos, os motivos de força maior e os previstos nesta Lei.

§2º. O Alvará de Funcionamento não será concedido quando a atividade empresarial do MEI não respeitar às normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, tributárias, meio ambiente, atividades domiciliares e restrições de uso do espaço público.

Art. 10. Quando a atividade da empresa a ser aberta, por sua natureza, comportar grau de risco compatível, ou seja, não se enquadrar, no estabelecido no parágrafo único do art. 11 desta Lei, a realização de vistoria necessária para concessão de Alvará de Funcionamento Definitivo, somente será realizada após o início da operação do estabelecimento.

§ 1º. A vistoria à empresa se dará de acordo com o estabelecido na legislação Municipal vigente;

§ 2º. Se após vistoria não for concedido Alvará de Funcionamento definitivo, a empresa terá cancelado de ofício, qualquer tipo de cadastro que possuir junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, devendo essa encerrar, de imediato, suas atividades.

Art. 11. Quando a atividade da empresa, a ser aberta, por sua natureza, comportar grau de risco considerado alto, será exigida vistoria prévia, bem como a apresentação das licenças e alvarás necessários para o início da atividade, para, só então, ser concedido ou não o Alvará de Funcionamento Definitivo.

Parágrafo Único. Para efeito deste artigo, serão consideradas atividades de alto grau de risco, dentre outras que possam vir a ser regulamentadas nessa condição, as seguintes:

a) alimentação (preparo e venda de alimentos), educação e saúde quando dependerem de licença de órgão sanitário municipal, estadual ou federal, estando excluídas, deste dispositivo, as atividades de drogaria, farmácia e farmácia de manipulação;

b) venda de derivados de petróleo, gás natural e outros produtos inflamáveis;

c) aquelas dependentes de Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO);

d) causadoras de poluição sonora dependentes de Certidão de Tratamento Acústico;

e) dependentes de Autorização Especial do Ministério do Exército, Polícia Federal ou Corpo de Bombeiros.

Art. 12. Com exceção dos casos previstos no art. 11 desta Lei, o Município emitirá Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início da operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

§1º. O Alvará de Funcionamento Provisório terá validade de até cento e oitenta dias, sendo que em até cento e vinte dias, o solicitante deverá apresentar a documentação exigida para obtenção do Alvará Definitivo, e nos sessenta dias seguintes, findo os quais, a Secretaria de Fazenda, deverá apreciar e emitir, ou não, o Alvará de Funcionamento definitivo;

§2º. A não apresentação, pelo solicitante, da documentação exigida, no prazo acima estipulado, resultará no cancelamento de ofício, de qualquer tipo de cadastro, que o contribuinte possuir junto à Prefeitura Municipal de Garopaba;

§3º. Não havendo condições para emissão do Alvará Definitivo, de igual forma, será cancelado de ofício, qualquer tipo de cadastro que o contribuinte possua junto à Prefeitura Municipal de Garopaba.

Parágrafo Único - O MEI deverá encerrar de imediato sua atividade empresarial quando ocorrer qualquer das situações previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 13. Para abertura de empresas que se enquadrarem como microempreendedor individual, dentro das condições previstas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, o requerente deverá apresentar:

- a) CNPJ;
- b) declaração de firma individual;
- c) documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel, onde será instalada a sede ou estabelecimento da empresa, para comprovação do endereço indicado.

§ 1º. Atendidas as demais condições previstas nesta Lei, o Setor de Cadastro Mobiliário irá envidar seus melhores esforços para fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias, ressalvados os casos fortuitos ou motivos de força maior, o Cadastro Municipal de Contribuintes (CMC) e o Alvará Provisório.

§ 2º. Verificando-se as condições previstas nas alíneas a, b e c deste artigo, bem como também o contido no §1º do art. 9º desta Lei, o prazo total para atendimento do requerimento que estiver em conformidade com as disposições normativas não excederá 10 (dez) dias, ressalvados os casos fortuitos ou motivos de força maior.

Art. 14. No âmbito do município de Garopaba, fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa.

Art. 15. Os assuntos pertinentes à vigilância em saúde, de acordo com as diretrizes e competências dos Sistemas Nacionais de Vigilância Nutricional e Saúde do Trabalhador serão desenvolvidas de acordo com legislação em vigor, nas diferentes esferas de governo, considerando que a vigilância em saúde abrange o conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir e prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, inclusive os do trabalho, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde

CAPÍTULO III DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 16. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

CAPÍTULO IV

DO ACESSO AOS MERCADOS SEÇÃO I DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Art. 17. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do município, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para os empreendedores individuais, para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº 123 de 2006 e suas alterações.

Parágrafo Único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

Art. 18. Para a ampliação da participação dos microempreendedores individuais, das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a administração pública municipal deverá:

I - instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os cadastros existentes, para identificar os microempreendedores individuais, as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;

II - divulgar as especificações dos bens e serviços contratados de modo a orientar o MEI para adequar seus processos produtivos;

III - na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação do MEI;

IV - estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações.

Art. 19. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 deverão, quando possível, serem realizadas com MEI sediado no município de Florianópolis ou na região.

Art. 20. Exigir-se-á do MEI para habilitação em quaisquer licitações do município com a finalidade de fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:

I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II - inscrição no CNPJ para fins de qualificação; e

III - certidão atualizada de inscrição na Junta Comercial do Estado, com a designação do porte (ME ou EPP).

Art. 21. A comprovação de regularidade fiscal do MEI somente será exigida para efeitos de contratação e não como condição para participação na habilitação.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º Entende-se o termo declarado vencedor de que trata o parágrafo anterior o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão e, nos demais casos, o

momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§ 3º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará a preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666 de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior deverá constar no instrumento convocatório da licitação.

Art. 22. Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para o MEI.

Art. 23. O município proporcionará a capacitação dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros das comissões de licitação da administração municipal sobre o que dispõe esta Lei.

Art. 24. A administração pública municipal definirá em 180 dias a contar da data da publicação desta Lei, meta anual de participação do MEI nas compras do município.

SEÇÃO II ESTÍMULO AO MERCADO LOCAL

Art. 25. A administração pública municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES

Art. 26. A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida em Lei, será punida com a multa de 200 a 800 UFMs, dependendo da gravidade.

Parágrafo Único. No caso de reincidência a multa será progressiva até ao limite de 800 UFM, implicando, a partir daí, na interdição da empresa.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO

Art. 27. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 28. Fica autorizado o Município de Garopaba a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Observado o que dispõe o artigo 16 desta Lei, regime tributário do MEI será regido por Lei Complementar específica.

Art. 30. A administração pública municipal elaborará a cartilha para ampla divulgação dos benefícios e das vantagens instituídos por esta Lei, especialmente, tendo em vista formalização dos empreendimentos informais, como também gestionará a realização de cursos e palestras inerentes ao pleno desenvolvimento das atividades econômicas desenvolvidas pelos MEIs.

Art. 31. A administração pública municipal, como forma de estimular a criação de MEIs no Município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 32. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações constantes do orçamento municipal.

Art. 33. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 34. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, exceto quanto ao §4º do artigo 7º, cujos efeitos retroagirão à 1º de janeiro de 2011.

Art. 35. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.593/2011.

LEI N.º 1.593, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.
CRIA A MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO NO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem as constituições da República e do Estado de Santa Catarina, e a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada no âmbito de Município de Garopaba a Medalha de Honra ao Mérito.

§ 1º. A Medalha será cunhada em metal, contendo as seguintes características: circunferência de 50mm, com fundo liso onde será gravado o brasão do Município, contendo os dizeres: "HONRA AO MÉRITO - PODER LEGISLATIVO GAROPABENSE".

§ 2º. A Medalha terá como suporte uma fita de gorgorão de seda contendo duas faixas, uma em azul celeste e outra em branco.

Art. 3º. A honraria referida no caput do art. 11º será conferida a pessoas vivas e residentes neste Município que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade garopabense nas seguintes áreas de atuação:

- I - na defesa da criança e do adolescente;
- II - na defesa do idoso;
- III - na defesa dos direitos da mulher;
- IV - na defesa do meio ambiente;
- V - na defesa dos portadores de necessidades intelectuais e

múltiplas;
VI - na prestação de serviços voluntários e/ou evangelizadores;
VII - na contribuição para o desenvolvimento socioeconômico, esportivo e cultural;

Art. 4º. A concessão de "Medalha de Honra ao Mérito" será de iniciativa de qualquer Vereador com assento na Casa Legislativa de Garopaba e efetuada através de Decreto Legislativo, desde que aprovada pelo quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos vereadores em exercício.

§ 1º. As proposta com a indicação pelos vereadores dos nomes das pessoas a ser homenageadas deverão ser apresentadas e apreciadas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, juntamente com currículo e feitos do homenageado, até o último dia do mês de setembro de cada ano.

Art. 5º. A presente honraria será entregue, anualmente, em sessão solene realizada na Câmara Municipal na semana das festividades pelo aniversário de emancipação política da cidade de Garopaba ou em outra data em caráter excepcional.

Art. 6º. A Secretaria da Câmara Municipal manterá livro próprio denominado "Livro de Registro de Concessão de Honrarias Municipal", para nele serem lançados em ordem cronológica os nomes dos agraciados, o numero do Decreto Legislativo e a data da entrega da Medalha, cuja abertura e encerramento será efetuado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único. No referido livro serão ainda registrados os nomes, os atos normativos, datas e outras informações dos homenageados com o "Título de Cidadão Garopabense".

Art. 7º. Os casos omissos desta lei serão resolvidos pelo Presidente da Câmara e demais vereadores.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 22 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.594/2011

LEI N.º 1.594, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba, CNPJ n.º 04.885.736/0001-45.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do exercício de 2012.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.595/2011

LEI N.º 1.595, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SIRIU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação Comunitária do Siriu, CNPJ n.º 80.987.696/0001-20.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação Comunitária do Siriu, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos, assim como sua vigência, serão tratado no respectivo convênio.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.596/2011

LEI N.º 1.596, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, OS BENS IMÓVEIS QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, dos bens imóveis abaixo indicados, de propriedade de P. M. LIMA e CIA LTDA, CNPJ N.º 83.849.497/0001-44, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, s/n.º, Centro, Garopaba/SC, assim especificados:

I - Um Terreno urbano situado nesta cidade, sede do Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, designado por lote nº 38 (trinta e oito), integrante do "Loteamento Central", o qual mede 12,66 metros na frente e igual metragem nos fundos por 33,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, ou seja: 417,78m² (quatrocentos e dezessete metros e setenta e oito décimos quadrados), com as seguintes confrontações: fazendo frente ao oeste com a Rua Vice Prefeito João Nicomendes Lentz e fundos ao leste com o lote nº 44 (quarenta e quatro); confrontando ao norte com o lote nº 37 (trinta e sete); e, ao sul com o lote nº 39 (trinta e nove). Dito lote dista 12,66 metros da Rua 30 de Dezembro. Matrícula n.º 4.153 do Registro de Imóveis.

II - Um Terreno urbano situado nesta cidade, sede do Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, designado por lote nº 39 (trinta e nove), integrante do "Loteamento Central", o qual mede 12,66 metros na frente e igual metragem nos fundos por 33,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, ou seja: 417,78m² (quatrocentos e dezessete metros e setenta e oito décimos quadrados), com as seguintes confrontações: fazendo frente ao oeste com a Rua Vice Prefeito João Nicomendes Lentz e fundos ao leste com o lote nº 45 (quarenta e cinco); confrontando ao norte com o lote nº 38 (trinta e oito); e, ao sul com a Rua Trinta de Dezembro. Lote de esquina. Matrícula n.º 4.154 do Registro de Imóveis.

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, para ampliação do Cemitério Municipal, nos termos do permissivo legal disposto na alínea "k", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41, visando a preservação da Lagoa das Capivaras, local de beleza natural.

Art. 3º. A Municipalidade disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por imóvel, num total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), decorrente de avaliação elaborada por Comissão Administrativa Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 199/2011

DECRETO N.º 199, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 8.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no Orçamento vigente:

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 8.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 8.000,00

08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 8.000,00

3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos 8.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 8.000,00

9999999992.099 - Reserva de Contingência 8.000,00

9.9.99.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Aviso de Inexigibilidade de Licitação IL 027.2011

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 247/2011; IL nº. 27/2011; Contratada: Mistério Café Danceteria Ltda; CNPJ: 10.259.995/0001-63; Objeto: Apresentação artística para eventos de natal e reveillon a serem realizados neste município; Valor: 166.900,00 (cento e sessenta e seis mil e novecentos reais) Data da Assinatura: 20/12/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Homologação de Resultados

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2011

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 011/2011, para o seguinte cargo:

CARGO: VIGILANTE

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	LEANDRO ARAUJO CHAGAS
002	ALCIDES RODRIGUES FILHO
003	VANIO DE OLIVEIRA

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	CHARLES BARBOSA SALAZAR

Garopaba, 22 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMAS Nº 002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 002/2011

MODALIDADE: Dispensa de Licitação com amparo no Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva/Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Sérgio Luiz Furue Mascara/Eliane Cristina da Silva Mascara

OBJETO: Locação de um imóvel urbano, com 1000 m², situado nesta Cidade, na Rua Rui Barbosa esquina com a Rua Papa João XXIII, identificada sob o nº 1080, edificado com uma casa de alvenaria com 166,50 m², identificada sob o nº 1080, para a instalação do Abrigo Provisório.

VIGÊNCIA: 23/12/2011 à 22/12/2012.

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR MENSAL: R\$ R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos Reais)

VALOR TOTAL: R\$ 18.000,00 (dezoito mil Reais)

DATA DE ASSINATURA: 22/12/2011

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 293/2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 293/2011.

ALTERA PARTE DA LEI COMPLEMENTAR NO. 280/2011 E SEUS ANEXOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Herval d'Oeste no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Esta Lei complementar acrescenta ao artigo 101 da Lei Complementar nº 280/2011 o cargo abaixo relacionado:

I - ()

XLXI - Biólogo;

Art. 2º Os cargos de Médico e Odontólogos, com 40 horas semanais, perceberão pelo desempenho de suas atividades, a título de vencimento, valores constantes do Anexo III, subanexo II, Grupo II - Serviços de Saúde, sendo que aqueles profissionais nomeados ou contratados para exercerem carga horária de 10 ou 20 horas semanais, deverão ter seus vencimentos calculados na proporção da carga horária trabalhada.

Art. 3º Os cargos de Médico de PSF, Odontólogo de PSF e Enfermeiro de PSF passarão a ser nominados apenas como Médico, Odontólogo e Enfermeiro e os cargos de Auxiliar de Saúde Bucal e Auxiliar de Serviços de Saúde, substituirão os Auxiliares de Saúde Bucal PSF e Auxiliar de Serviços de Saúde do PSF.

Art. 4º O Anexo III, do Quadro Único de Pessoal Efetivo Subanexo II, referente aos cargos de Provimento Efetivo, Grupo II de Serviços de Saúde e Assistência, passará a ter a sua nomenclatura assim descrita: Anexo III, do Quadro Único de Pessoal Efetivo Subanexo II, referente aos cargos de Provimento Efetivo, Grupo II de Serviços de Saúde.

Art. 5º Deve-se incluir ao anexo IV da Lei Complementar n. 280/2011, as atribuições ao cargo de Biólogo, criado por esta lei, na forma que segue:

- Executar estudos e pesquisas relacionadas com a investigação científica ligada a biologia sanitária, saúde pública e técnicas de saneamento básico;
- realizar atividades complementares relacionadas a conservação, preservação, erradicação, manejo e melhoramento de organismos e do meio ambiente e à educação ambiental;
- realizar vistorias, perícias e avaliações, assinar pareceres e laudos técnicos relacionados com a função e de acordo com o currículo efetivamente realizado;
- desenvolver pesquisas que resultem em Biotecnologia; participar e orientar grupos de treinamentos, realizando palestras, cursos, campanhas de cunho educativo ou técnico científico no que diz respeito à saúde pública, biologia sanitária, à educação ambiental e outras áreas correlatas;
- executar outras tarefas correlatas e inerentes ao exercício profissional;
- executar tarefas relacionadas à vigilância de estabelecimentos e atividades sujeitas ao controle sanitário do Município;
- executar as atividades de fiscalização sanitária do Município;
- realizar cursos de ensinamentos visando demonstrar a importância da fiscalização sanitária;
- realizar outras atividades afins.

Art. 6º Fica incluído nas atribuições do cargo de Bioquímico a legitimidade para que os mesmos possam analisar e liberar alvará para a Vigilância Sanitária.

Art. 7º Ficam revogados os anexos das seguintes Leis, 256/2008, 249/2008 e 255/2008, bem como todas as demais disposições em contrário:

Art. 8º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 9º Será concedido o aumento de 23,38% (vinte e Três ponto trinta e oito por cento) sobre o vencimento dos cargos em extinção de Agente de Saúde Pública do Município de Herval d'Oeste, os quais passarão a perceber o equivalente ao nível 08 do anexo V da Lei Complementar n. 280/2011.

Art. 10 Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 23 de dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
PREFEITO

ANEXO III

Quadro único de Pessoal Efetivo

Subanexo II

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO II - SERVIÇOS SAÚDE E ASSISTENCIA

ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Administrador de Saúde Pública	01	12/1	01
Assistente Social	03	12/1	02
Bioquímico 20h	03	10/1	03
Enfermeiro	11	12/1	06
Médico 10h	05	PROPORC.	02
Médico 20h	03	PROPORC.	00
Médico 40h	10	14	05
Odontólogo 20h	05	PROPORC.	05
Odontólogo 40h	05	13	05
Psicólogo	06	12/1	04
Terapeuta Ocupacional	01	12/1	00
Fisioterapeuta	03	12/1	01
Nutricionista	02	12/1	01
Fonoaudiólogo	01	12/1	01
Controlador de Políticas Públicas	02	12/1	01
Biólogo	01	12/1	00

ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Agente de Vigilância Sanitária	02	8/1	01
Técnico em Laboratório	02	6	00
Agente de Vigilância Ambiental	02	6	01

ATIVIDADE DE NÍVEL AUXILIAR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Auxiliar de Saúde Bucal	08	8	06
Auxiliar de Serviços de Saúde	27	8	21

Portaria Nº 1188/2011

PORTARIA Nº 1188/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 22 de dezembro de 2011, da Servidora ALICE VANAZZI, (Matr. 2752), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro - PSF, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1189/2011

PORTARIA Nº 1189/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, conforme requerimento anexo, a Servidora ANDRESSA COVOLAN (Matr. 3387), a partir de 23 de dezembro de 2011, a qual exercia a função de Médico - ESF, Nível - 14, Referência "A", 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 052/2011 de 22/12/2011

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº021/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2011
TERMO ADITIVO Nº 052/2011 DE 22/12/2011

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 021/2011 de 02 de dezembro de 2011. Pelo presente Termo, O Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0003-08, neste ato representado por seu Gestor, Senhor Adair José Ceron, brasileiro, casado, portador do CPF nº 400.687.069-87, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 021/2011, firmado com a empresa Aliança Hospitalar Ltda. - Me; Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.; Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda.; Fufa-Sc Distribuidora Hospitalar Ltda.; Medical Vendas Ltda., inscrita no CNPJ nº 07.164.711/0001-40. prorrogando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 01 de dezembro de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 22 de dezembro de 2011.
ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF: 400.687.069-87

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas
CPF: 076.591.479-43

IPREVI/HO

Extrato da Política de Investimentos do IPREVI-HO para o 2012

EXTRATO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO 2012

1. Objetivo

1. OBJETIVO - Estabelecer política com as diretrizes gerais para a gestão de investimentos do IPREVI-HO no exercício 2012.

2. ORIENTAÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

2.1. Objetivos da gestão de alocação - Garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do IPREVI-HO através do alcance da taxa da meta atuarial composta pela variação do INPC acrescidos de juros de 6% ao ano.

2.2. Tipo de Gestão - Gestão mista, ou seja, por carteira própria e por instituição(s) financeira(s) credenciada(s) junto ao IPREVI-HO.

3. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS:

Segmento	Limite PAI	Limite 3922/10
Renda Fixa	100%	100%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa - Artigo 7º I - letra b	100%	100%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa - Artigo 7º III	80%	80%
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30%	30%
FI Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	5%	15%
FI Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	5%	5%
FI classificado renda fixa "crédito Privado"	5%	5%
Renda Variável	30%	30%
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30%	30%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20%	20%
FI em Ações - Art. 8º, III	15%	15%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5%	5%
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5%	5%
FI Imobiliário - Art. 8º, VI	5%	5%

4. CENÁRIO - A definição estratégica para alocação nos segmentos propostos foi feita com base para os próximos 12 meses.

5. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

5.1. Seleção dos Investimentos - O IPREVI-HO efetuará suas aplicações através de fundos mútuos de investimentos abertos ou fechados, no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável, objetivando superar a meta atuarial anual.

5.2. Controle de Risco de Crédito - Normativos legais aplicáveis aos investimentos de RPPS e nos investimentos em poupança e nos FIDCS e FICFDCS somente naqueles fundos com "RATING" mínimo "A" ou equivalente, atribuídos por agência de classificação em funcionamento no país.

5.4. Seleção dos Gestores para Aplicação dos Fundos - Seleção com base nos critérios quantitativos e qualitativos indicados com

respectiva apreciação do Conselho de Administrativo do IPREVI-HO:

Critérios qualitativos

- Segurança;
- Rentabilidade;
- Solvência;
- Liquidez;
- Transparência;
- Solidez e imagem da instituição;
- Volume de recursos administrados;
- Experiência na gestão de recursos;
- Qualidade da equipe;
- Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

Critérios quantitativos

Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo IPREVI-HO, em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 12 meses, exceto os novos produtos financeiros lançados pelo Mercado Financeiro voltados para os RPPS e na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos em vigor e também na análise da carteira x taxa de administração cobrada.

5. Quantidade de instituições financeiras - O IPREVI-HO poderá aplicar os recursos financeiros em até dez (10) instituições financeiras, não podendo, entretanto, nenhum gestor receber mais do que 20% (vinte por cento) do total dos recursos financeiros do IPREVI-HO à exceção da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e BANCO DO BRASIL S.A., a qual poderá receber um máximo de 100% do total dos recursos, por ser instituição financeira pública e sob controle direto da União.

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - Os investimentos serão avaliados mensalmente, além das medições trimestrais, semestrais e anuais definidas pelo Conselho Administrativo.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A vigência da presente Política de Investimentos terá validade até 31 de dezembro de 2012, devendo ser revisada anualmente pelo Conselho Administrativo, cumprida a legislação em vigor, entrando em vigor a partir de janeiro de 2012.

Herval d' Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.

Conselho de Administração do IPREVI-HO.

Conselho Fiscal do IPREVI-HO.

Diretoria Executiva do IPREVI-HO.

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Revogação de Pregão Presencial 92/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 207/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 92/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Revogação de Pregão Presencial 96/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 211/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 96/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Extrato: DEMUTRAN 2011/03 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2011/03 - A/01
Contratada: BERNADETE SILVA RODRIGUES
C.N.P.J: 00.875.563/0001-23
Objeto: ACRÉSCIMO DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 1.701,52 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 03/2011 Pregão 02/2011

Imbituba, 01 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Bernadete da Silva Rodrigues - Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: DEMUTRAN 2011/04 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2011/04 - A/01
Contratada: MARIA MADALENA DE CAMPOS ME - CRIART GRÁFICA
C.N.P.J: 09.548.362/0001-96
Objeto: ACRÉSCIMO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 2.430,00 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 03/2011 Pregão 02/2011

Imbituba, 02 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Madalena de Campos Me - Criart Gráfica
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SDR NORTE 235/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 235/2011 A00

Contratada: CONSTRUVILA LTDA
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONTENÇÃO EM MADEIRA DE PINUS ALTO CLAVADO NA PRAIA DO PORTO NOVO (ROSA)
Valor: R\$ 7.095,60 Prazo: 30 dias
Fundamento: Processo nº. 214/2011 Dispensa 72/2011

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

Construvila Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SDR NORTE 236/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 236/2011 A00
Contratada: CONSTRUVILA LTDA
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44
Objeto: TUBOS DE CONCRETO, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.
Valor: R\$ 1.700,00 Prazo: 30 dias
Fundamento: Processo nº. 215/2011 Dispensa 73/2011

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

Construvila Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 38/2011 - A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 38/2011 - A/02
Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E O ACRÉSCIMO DE 9,015% (NOVE VÍRGULA QUINZE POR CENTO) SOBRE O CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 71.593,17 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 02/2011 Tomada de Preço 01/2011 TP Imbituba, 29 de novembro de 2011.

Leda Susana da S. G. Pamato de Souza
Secretaria Municipal
Contratante

Construtora Formigoni Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 90/2011 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 90/2011 - A/01

Contratada: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
C.N.P.J: 01.394.452/0001-68
Objeto: ACRÉSCIMO DE 2,67% (DOIS VÍRGULA SESSENTA E SETE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 2.780,00 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 28/2011 Pregão 22/2011

Imbituba, 10 de novembro de 2011.
LEDA SUSANA DA S. G. PAMATO DE SOUZA
Secretaria Municipal
Contratante

JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/184 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/184 A02
Contratada: J. L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67
Objeto: ACRÉSCIMO DE 16,15% (DEZESSEIS VÍRGULA QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 18.100,79 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 152/2011 Carta Convite 18/2011

Imbituba, 16 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

J.L Construtora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/223 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/223 A00
Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S/A
C.N.P.J: 83.665.141/0001-50
Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC DA ESTRADA GERAL DE IBIRAQUERA - IMB 402 - IBIRAQUERA - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$ 1.923.827,68 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 156/2011 Concorrência 08/2011

Imbituba, 01 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Setep Construções s/a
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/226 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/226 A00
Contratada: J.L. CONSTRUTORA LTDA ME

C.N.P.J: 12.587.530/0001-67
Objeto: ALTERAÇÃO NO PERCURSO DA DRENAGEM PLUVIAL NA RUA Nº 23, NO BAIRRO DE VILA NOVA ALVORADA, TRECHO FUNDOS DO CAMPO DA DIVINÉIA - IMBITUBA - SC.
Valor: R\$ 14.372,11 Prazo: 45 dias
Fundamento: Processo nº. 203/2011 Dispensa 66/2011

Imbituba, 02 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

J.L Construtora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/233 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/233 A00
Contratada: J. L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67
Objeto: IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO, COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO-PCC, DAS RUAS ANTONIO FREITAS FILHO, FRANCISCO MOREIRA ALVES E PAULINO MARTINS SITUADAS NO LOTEAMENTO SOLLAGE, CENTRO - IMBITUBA.
Valor: R\$ 83.116,24 Prazo: 60 dias
Fundamento: Processo nº. 188/2011 Carta Convite 23/2011

Imbituba, 16 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

J.L Construtora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/234 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/234 A00
Contratada: CNC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
C.N.P.J: 05.695.391/0001-20
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO EM CONCRETO, LOCALIZADO A RUA IRINEU BORNHAUSEN (TRECHO AV. ALVARO CATÃO E AV. PRESIDENTE VARGAS).
Valor: R\$ 7.602,82 Prazo: 30 dias
Fundamento: Processo nº. 205/2011 Dispensa 69/2011

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

Cnc Empreiteira de Mão-de-obra
Representante Legal
Contratada

Extrato: SANEAMENTO 2011/17 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SANEAMENTO 2011/17 - A/00
Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67
Objeto: IMPLANTAÇÃO DA DRENAGEM DA RUA PARALELO AO TRILHO, SITUADA NO PAES LEME.
Valor: R\$ 7.303,59 Prazo: 90 dias
Fundamento: Processo nº. 17/2011 Dispensa 11/2011

Imbituba, 19 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

J.L Construtora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: Saneamento 2011/19 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SANEAMENTO 2011/19 - A/00
Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67
Objeto: IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO, COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC, DA RUA FRANCISCO FLORENTINO DUARTE, SITUADA NO BAIRRO DE NOVA BRASÍLIA.
Valor: R\$ 6.532,97 Prazo: 90 dias
Fundamento: Processo nº. 15/2011 Dispensa 09/2011

Imbituba, 22 de novembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

J.L Construtora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Edital SEAGP Nº 132/2011

EDITAL SEAGP Nº 132/2011
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e
Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Dezembro a 19 de Janeiro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no

período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de Dezembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 132/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Administrativo

João Antonio de Souza Domingos

Edital SEAGP Nº 133/2011

EDITAL SEAGP Nº 133/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e

Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Dezembro a 20 de Janeiro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura

do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de Dezembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 133/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Administrativo

Ramom Fernando da Silva

Editai SEAGP Nº 134/2011

EDITAL SEAGP Nº 134/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e

Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Dezembro a 20 de Janeiro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de Dezembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 133/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Assistente Social

Denise Silva Maisto

Iomerê

PREFEITURA

Lei 665/2011

LEI Nº. 665 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ Faz Saber Que A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária.

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Pública
33710000 Transferências a Consórcios Públicos,
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 18.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 21 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1227/2011

DECRETO Nº. 1227 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2015 Manutenção do Convênio Polícia Militar
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2020 Manutenção do Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Educação
R\$ 1.250,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 14 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1228/2011

DECRETO Nº 1228, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre horário especial de expediente da Prefeitura Municipal de Iomerê nos dias 23 e 30 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pelo artigo 88, VII da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de expediente dos órgãos da Administração Municipal, ressalvados os serviços essenciais, das 08h00 as 12h00, nos dias 23 e 30 de dezembro de 2011, devido as datas comemorativas de Natal e Ano Novo.

Art. 2º. Fica o Secretário de Administração e Finanças, em casos excepcionais, autorizado a ajustar o horário de expediente previsto no art. 1º, objetivando assegurar a adequada prestação dos serviços públicos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1229/2011

DECRETO Nº. 1229 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 67.263,20 (sessenta e sete mil duzentos e sessenta e três reais e vinte centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
31900000 Aplicações Diretas
102.00 Impostos e Transferências de Impostos Saúde
R\$ 48.100,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
33710000 Transferência a Consórcios Públicos
102.00 Impostos e Transferências de Impostos Saúde
R\$ 726,89

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Impostos e Transferências de Impostos Saúde
R\$ 17.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2066 Manutenção do Programa Agentes Comunitárias
31900000 Aplicações Diretas
164.12 Atenção Básica Agentes Comunitários de Saúde
R\$ 1.436,31

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 20 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1230/2011

DECRETO Nº. 1230 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade a lei nº 665/2011 de 21 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária.

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Publica
33710000 Transferências a Consórcios Públicos,
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 18.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 21 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1231/2011

DECRETO Nº. 1231 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 97.589,58 (noventa e sete mil quinhentos e oitenta e nove reais cinquenta e oito centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 Poder Legislativo

01.01 Câmara Municipal
2003 Manutenção da Câmara de Vereadores
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 184,01

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.889,64

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 30.490,34

03.00 Secretária de Administração e Finanças
03.01 Secretária de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secr. de Administração e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2007 Contribuição ao PASEP
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2007 Contribuição ao PASEP
33900000 Aplicações Diretas
144.00 Fundo Especial do Petróleo
R\$ 25,59

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Educação
2020 Manutenção do Ensino Fundamental
31900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Educação
R\$ 60.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 21 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1774/2011

PORTARIA Nº 1774 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora LUCIMAR MOREIRA DOS SANTOS SOVRANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 21/03/2010 a 20/03/2011 a contar de 26/12/2011 a 24/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 14 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 14 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1775/2011

PORTARIA Nº 1775 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SUELI TEREZINHA PICOLI BREDI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 18/06/2010 a 17/06/2011 a contar de 26/12/2011 a 24/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 14 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 14 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1776/2011

PORTARIA Nº 1776 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora LEONICE KAISER BUFFON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2010 a 31/05/2011 a contar de 26/12/2011 a 24/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 14 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 14 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1777/2011

PORTARIA Nº 1777 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARINA LUCIA SAVAARIS WILMSEN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2010 a 31/05/2011 a contar de 26/12/2011 a 24/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 14 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 14 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1778/2011

PORTARIA Nº 1778 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora HELENA MARIA PAGANINI CRESTANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/09/2010 a 01/09/2011 a contar de 26/12/2011 a 24/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 14 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 14 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1779/2011

PORTARIA Nº 1779 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora JACIR DEVALIERI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2010 a 31/10/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 14 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 14 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1780/2011

PORTARIA Nº 1780 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor LUIZ CARLOS ZANON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2010 a 31/03/2011 a contar de 21/12/2012 a 19/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 14 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 27 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1781/2011

PORTARIA Nº 1781 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ANA PAULA MICHELON MENEGON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 06/02/2012 a contar de 02/01/2012 a

31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1782/2011

PORTARIA Nº 1782 DE 16 DEZEMBRO DE 2011

Nomeia Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 53, de 20 de dezembro de 2006, a Medida Provisória nº 339 de 28 de dezembro de 2006 e o Decreto nº 737 de 06 de março de 2007;

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB para o Biênio de 2011/2013, constituído pelos seguintes integrantes:

I) Representante do Poder Executivo Municipal/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular I(Poder Executivo): Nádia Scur

Suplente I(Poder Executivo): Adriane Grigolo Zanini

Titular II(Secretaria de Educação): Marinez Zanetti Zago

Suplente II(Secretaria de Educação): Marcelina Falchetti Peretti

II) Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular I: Celene Marta Sauer Fritzen Dal Pizzol

Suplente I: Camila Regina Rostirola

III) Representante dos diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular I: Geni Falchetti Cossul

Suplente I: Elisabeth Mendes de Oliveira Rech

IV) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular I: Karine Andrea Albiero

Suplente: Franciele Mariani Pasqual

V) Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular I: Valério Pereti

Suplente I: Ivonete Manenti Peretti

Titular II: Veridiana Zanetti

Suplente II: Vera Lúcia Gelain Vigolo

VI) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular I: Edite Pruença da Silva

Suplente I: Rosalina Maria Buffon Pereti

Titular II: Ney Jeolvane de Quadra

Suplente II: Ivete Ferreira da Silva

VII) Representante do Conselho Municipal de Educação:
Titular I: Maria Fátima Savaris Colissi
Suplente I: Fátima Pittol Domingos

VIII) Representante do Conselho Tutelar;
Titular I: Iracilda Pagno Faccin
Suplente I: Vivian Deny Toldo Schefer

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1783/2011

PORTARIA Nº 1783 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor PAULO CESAR DORE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2011 a 01/01/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1784/2011

PORTARIA Nº 1784 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor DORVAL JLIO SAVARIS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/10/2010 a 14/10/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1785/2011

PORTARIA Nº 1785 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor FERMINIO SOVRANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14/01/2010 a 13/01/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1786/2011

PORTARIA Nº 1786 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor JUAREZ ANTONIO LIMA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2010 a 31/10/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1787/2011

PORTARIA Nº 1787 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ODACIR ANTONIO MENEGATT, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/07/2010 a 30/06/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1788/2011

PORTARIA Nº 1788 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor RONI MARCELO MENEGUZZI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2010 a 31/10/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1789/2011

PORTARIA Nº 1789 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor SERGIO LUIZ MUNARO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14/01/2010 a 31/01/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1790/2011

PORTARIA Nº 1790 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor VITALINO DEON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2010 a 31/10/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1791/2011

PORTARIA Nº 1791 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor HELIO DE JESUS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2010 a 31/05/2011 a contar de 19/12/2011 a 17/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1792/2011

PORTARIA Nº 1792 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor NELSO MUNARO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19/11/2010 a 18/11/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1793/2011

PORTARIA Nº 1793 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor MOACIR ERNESTO CRESTANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/09/2010 a 02/09/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1794/2011

PORTARIA Nº 1794 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora LIANA MARIANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2011 a 29/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1795/2011

PORTARIA Nº 1795 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ADRIANE GRIGOLO ZANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2011 a 19/01/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1796/2011

PORTARIA Nº 1796 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARCELINA FALCHETTI PERETTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 06/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1797/2011

PORTARIA Nº 1797 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARIA F. S. COLISSI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1798/2011

PORTARIA Nº 1798 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARIA LUCILIA DELUQUE GASPARETO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2011 a 31/03/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1799/2011

PORTARIA Nº 1799 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARINA LUCIA SAVARIS WILMSEN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2010 a 31/05/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1800/2011

PORTARIA Nº 1800 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARINEZ ZANETTI ZAGO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2011 a 31/03/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1801/2011

PORTARIA Nº 1801 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARLENE DALLACOSTA TURMINA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2010 a 31/12/2010 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1802/2011

PORTARIA Nº 1802 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor MAURICIO BRIDI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 a 01/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1803/2011

PORTARIA Nº 1803 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MICHELI BREDI DE OLIVEIRA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1804/2011

PORTARIA Nº 1804 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora NADIA SCUR, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 a 01/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1805/2011

PORTARIA Nº 1805 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor OLIR PAGNO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 31/10/2010 a 30/10/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1806/2011

PORTARIA Nº 1806 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ROBSON FERNANDO VOLPATO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 06/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1807/2011

PORTARIA Nº 1807 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora JUDITE B. BORGHA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2010 a 30/09/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1808/2011

PORTARIA Nº 1808 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SIMONE CANTU CENTOFANTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23/02/2011 a 22/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1809/2011

PORTARIA Nº 1809 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SIMONE VALMORBIDA CENDRON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 06/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1810/2011

PORTARIA Nº 1810 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora TEJIANE LEILA HENNE PASTORE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1811/2011

PORTARIA Nº 1811 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora VERA LUCIA GELAIN VIGOLO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 06/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1812/2011

PORTARIA Nº 1812 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora VALÉRIO PERETI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 16/11/2010 a 15/11/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1813/2011

PORTARIA Nº 1813 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora VERIDIANA ZANETTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2011 a 02/01/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1814/2011

PORTARIA Nº 1814 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora VIVANE MERY FACCIN EBE-LING, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 06/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1815/2011

PORTARIA Nº 1815 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora VANIA APARECIDA CELA PETRY, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1816/2011

PORTARIA Nº 1816 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora FABIANE CARNIEL RIGO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1817/2011

PORTARIA Nº 1817 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ANA MARIA EPELING TURMINA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 16/02/2011 a 15/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1818/2011

PORTARIA Nº 1818 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora EDUARDO PAULO RIEDTMANN DA SILVA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2010 a 31/10/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1819/2011

PORTARIA Nº 1819 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SILVANA LOCATELLI SOVRANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 a 01/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1820/2011

PORTARIA Nº 1820 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SOLANGE DE BORTOLI BEAL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/07/2010 a 01/07/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1821/2011

PORTARIA Nº 1821 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ELIZETE BUFFON BALBINOT, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2011 a 02/01/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1822/2011

PORTARIA Nº 1822 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora LORENI MARTA ZARDO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 26/01/2010 a 25/01/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1823/2011

PORTARIA Nº 1823 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ANA PAULA MICHELON MENEGON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 06/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1824/2011

PORTARIA Nº 1824 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora AVANI ELODI BREA DE OLIVEIRA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1825/2011

PORTARIA Nº 1825 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora CARLA CANDIAGO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2011 a 30/09/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1826/2011

PORTARIA Nº 1826 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora DALVA CANDIAGO BALDISSERA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23/02/2011 a 22/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1827/2011

PORTARIA Nº 1827 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora DEISI CANTU PAGANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2011 a 14/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1828/2011

PORTARIA Nº 1828 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora DIANA NAVA PERETTII, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2011 a 14/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1829/2011

PORTARIA Nº 1829 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora EDINA NAVA CRESTANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2011 a 29/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 27 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 27 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1830/2011

PORTARIA Nº 1830 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ELIANE ANSILEIRO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2011 a 14/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1831/2011

PORTARIA Nº 1831 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ELISABETH MENDES RECH, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 a 01/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1832/2011

PORTARIA Nº 1832 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora FRANCIELE MARIANI PASQUAL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2011 a 14/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1833/2011

PORTARIA Nº 1833 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora INES KUMIECHICK MARIANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19/02/2011 a 18/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1834/2011

PORTARIA Nº 1834 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora JAQUELINE MARIA MENEZ GUZZI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 06/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1835/2011

PORTARIA Nº 1835 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora JUDITE B. BORG, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2010 a 30/09/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1836/2011

PORTARIA Nº 1836 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora FRANCIELI BORGHA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 a 01/02/2012 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1837/2011

PORTARIA Nº 1837 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor DOMINGOS AUGUSTO GAIO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2010 a 31/03/2011 a contar de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Edital de PP 0022/2011

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Pregão Presencial 0022/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 022/2011 para Registro de Preços para eventuais contratações futuras de serviços de distribuição de adubo orgânico com caminhão durante o ano de 2012. A abertura das propostas se dará no dia 12/01/2012 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA**Lei 1599/2011**

LEI N.º 1599 DE 22 DEZEMBRO DE 2011.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de IRINEOPOLIS para o Exercício de 2012 e contém outras providências.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de IRINEOPOLIS, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Do Orçamento do Município

Artigo 1.º - O Orçamento Geral do Município de IRINEOPOLIS, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquia, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 25.333.745,00(vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e cinco reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

Do Orçamento das Unidades Gestoras

Artigo 2.º - O Orçamento Consolidado para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 25.333.745,00(vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e cinco reais), e fixa a Despesa em R\$ 25.333.745,00(vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 4.439.160,00(quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, cento e sessenta reais) as transferências financeiras recebidas e concedidas.

§ 1.º - A Receita da Prefeitura, Fundos e Autarquias, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS	25.333.745,00
4.1. RECEITAS CORRENTES	19.456.745,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	5.877.000,00

TOTAL GERAL 25.333.745,00

§ 2.º - A Despesa Consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Poder Legislativo	734.000,00
02 - Poder Executivo	18.176.485,00
03 - Hospital Municipal Bom Jesus	1.422.900,00
04 - Fundo Municipal de Saúde	4.708.860,00
05 - Fundo Municipal de Assistência Social	168.500,00
99 - Reserva de Contingência	123.000,00

TOTAL GERAL 25.333.745,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 734.000,00
 04 - Administração 2.083.420,00
 06 - Segurança Pública 98.000,00
 08 - Assistência Social 908.500,00
 10 - Saúde 6.131.760,00
 12 - Educação 7.281.525,00
 13 - Cultura 65.000,00 15 - Urbanismo 5.190.000,00
 16 - Habitação 110.000,00
 17 - Saneamento 20.000,00
 20 - Agricultura 686.000,00
 22 - Indústria 62.000,00
 23 - Comércio e Serviços 41.000,00
 25 - Energia 150.000,00
 26 - Transporte 1.562.540,00
 27 - Desporto e Lazer 87.000,00
 99 - Reserva de Contingência 123.000,00

TOTAL GERAL 25.333.745,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 - Processo Legislativo 734.000,00
 0007 - Administração 1.221.420,00
 0008 - Administração Financeira 387.000,00
 0018 - Promoção e Extensão Rural 686.000,00
 0030 - Segurança Pública 98.000,00
 0041 - Ensino Infantil 1.205.025,00
 0042 - Ensino Fundamental 5.916.500,00
 0044 - Ensino Superior 95.000,00
 0045 - Ensino Supletivo 5.000,00
 0046 - Educação Física e Desportos 87.000,00
 0047 - Assistência a Educandos 25.000,00
 0048 - Cultura 65.000,00
 0049 - Educação Especial 30.000,00
 0051 - Energia Elétrica 150.000,00
 0057 - Habitação 110.000,00
 0058 - Urbanismo 5.190.000,00
 0062 - Indústria 62.000,00
 0065 - Turismo 41.000,00
 0075 - Saúde 6.126.560,00
 0076 - Saneamento 20.000,00
 0081 - Assistência 768.500,00
 0084 - PASEP 140.000,00
 0088 - Transporte 1.562.540,00
 0099 - Reserva de Contingência 123.000,00
 0100 - Gestão Administrativa Superior 475.000,00
 0102 - Despesas Gerais em Educação 5.000,00
 0103 - Despesas Gerais em Saúde 5.200,00

TOTAL GERAL 25.333.745,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 17.691.080,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 9.970.260,00
 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 77.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 7.643.820,00
 DESPESAS DE CAPITAL 7.519.665,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 7.241.665,00
 4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 55.000,00
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 223.000,00
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 123.000,00
 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 123.000,00

TOTAL GERAL 25.333.745,00

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis

Artigo 3.º - O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Irineópolis para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 22.720.645,00 (vinte e dois milhões, setecentos e vinte mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.439.160,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, cento e sessenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 18.281.485,00 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e um mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 22.720.645,00
 4.1. RECEITAS CORRENTES 17.108.645,00
 4.2. RECEITAS DE CAPITAL 5.612.000,00

TOTAL GERAL 22.720.645,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Prefeitura Municipal de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 2.083.420,00
 06 - Segurança Pública 98.000,00
 08 - Assistência Social 740.000,00
 12 - Educação 7.281.525,00
 13 - Cultura 65.000,00
 15 - Urbanismo 5.190.000,00
 16 - Habitação 110.000,00
 17 - Saneamento 20.000,00
 20 - Agricultura 686.000,00
 22 - Indústria 62.000,00
 23 - Comércio e Serviços 41.000,00
 25 - Energia 150.000,00
 26 - Transporte 1.562.540,00
 27 - Desporto e Lazer 87.000,00
 99 - Reserva de Contingência 105.000,00
 TOTAL 18.281.485,00
 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 4.439.160,00

TOTAL GERAL 22.720.645,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 11.229.560,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 5.719.900,00
 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 67.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 5.442.660,00
 DESPESAS DE CAPITAL 6.946.925,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 6.693.925,00
 4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 55.000,00
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 198.000,00
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 105.000,00
 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 105.000,00
 TOTAL 18.281.485,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 4.439.160,00

TOTAL GERAL 22.720.645,00

Do Orçamento do Hospital Municipal Bom Jesus

Artigo 4.º - O Orçamento da entidade Hospital Municipal Bom Jesus para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 539.900,00 (quinhentos e trinta e nove mil, novecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.429.900,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 539.900,00
4.1. RECEITAS CORRENTES 434.900,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 105.000,00

TOTAL 539.900,00

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 890.000,00

TOTAL GERAL 1.429.900,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Hospital Municipal Bom Jesus será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 1.422.900,00
99 - Reserva de Contingência 7.000,00
TOTAL GERAL 1.429.900,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 1.247.900,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 903.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 334.900,00
DESPESAS DE CAPITAL 175.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 150.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 25.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 7.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 7.000,00

TOTAL GERAL 1.429.900,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Artigo 5.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 1.940.700,00 (um milhão, novecentos e quarenta mil e setecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.778.160,00 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil e cento e sessenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 4.718.860,00 (quatro milhões, setecentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 1.940.700,00
4.1. RECEITAS CORRENTES 1.780.700,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 160.000,00

TOTAL 1.940.700,00

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 2.778.160,00

TOTAL GERAL 4.718.860,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 4.708.860,00
99 - Reserva de Contingência 10.000,00

TOTAL 4.718.860,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 4.350.120,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 2.773.360,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 1.576.760,00
DESPESAS DE CAPITAL 358.740,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 358.740,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 10.000,00

TOTAL GERAL 4.718.860,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis

Artigo 6.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 132.500,00 (cento e trinta e dois mil e quinhentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 169.500,00 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 132.500,00
4.1. RECEITAS CORRENTES 132.500,00

TOTAL 132.500,00

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 37.000,00

TOTAL GERAL 169.500,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 168.500,00
99 - Reserva de Contingência 1.000,00
TOTAL GERAL 169.500,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 149.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 4.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 145.500,00

DESPESAS DE CAPITAL 19.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 19.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 1.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 1.000,00

TOTAL GERAL 169.500,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Irineópolis

Artigo 7.º - O Orçamento da entidade Câmara Municipal para o exercício de 2012 estima a Transferência Financeira do Tesouro Municipal em R\$ 734.000,00(setecentos e trinta e quatro mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 734.000,00(setecentos e trinta e quatro mil reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2.º - A Despesa da Entidade Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 734.000,00
TOTAL GERAL 734.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 714.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 570.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras despesas correntes 144.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 20.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 20.000,00

TOTAL GERAL 734.000,00

Artigo 8.º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1.º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2.º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3.º - Não se efetivando até o dia 10/12/2012 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2.º deste artigo, desde que o Orçamento para 2013 tenha reservado para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 09 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 12 - Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Artigo 13 - Os saldos das modalidades de cada unidade gestora poderão ser alterados entre si, dentro de cada ação ou operações especiais.

Artigo 14 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 15 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 16 - No decorrer do exercício de 2012 se a variação do IGPM-FGV (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulada a partir de 01 de janeiro de 2012 atingir 5% (cinco por cento), fica a Administração Municipal autorizada a promover a atualização monetária dos valores constantes das Propostas Orçamentárias aprovadas por essa Lei, procedendo da mesma maneira posteriormente, até o encerramento do exercício, em cada oportunidade que esta variação atingir cumulativamente mais de 05% (cinco por cento), bem como, utilizar-se dos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme as disposições do art. 43 da referida Lei.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 17 - Esta Lei atualiza as metas estabelecidas no PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012, para as receitas e despesas de todas as unidades gestoras que compõe o Orçamento Municipal.

Artigo 18 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1.º de Janeiro de 2012 revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de dezembro de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Lei Nº 1597 /2011

Lei nº 1597 de 22 de dezembro de 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir

especificada, no montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.046 - Serv. Enfrent. a violência, abuso e exploração sexual de crianças e Adolescentes

3.1.90.00.00.00.00.0250 (13) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L R\$ 15.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.042 - Manutenção do Piso Básico de Transição - Apoio a Família e as Crianças, Idosos

3.3.90.00.00.00.00.0250 (3) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de dezembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Lei Nº 1598/2011

Lei nº 1598 de 22 de dezembro de 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica criado e suplementado no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, na dotação a seguir especificada, o montante de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

09 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

2.016 - Construção de um Centro de Velório no Distrito Poço Preto

4.4.90.00.00.00.00.00.0256 - Obras Contratadas R\$ 68.000,00

T O T A L R\$ 68.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito especial acima citado serão utilizados recursos provenientes da arrecadação nesta fonte de recurso (256) - Recursos do Estado

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de dezembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2178/2011

Decreto nº 2178/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN,

no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1597 de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.046 - Serv. Enfrent. a violência, abuso e exploração sexual de crianças e Adolescentes

3.1.90.00.00.00.00.0250 (13) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L R\$ 15.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.042 - Manutenção do Piso Básico de Transição - Apoio a Família e as Crianças, Idosos

3.3.90.00.00.00.00.0250 (3) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de dezembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2179/2011

Decreto nº 2179/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1598 de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado e suplementado no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, na dotação a seguir especificada, o montante de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

09 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

2.016 - Construção de um Centro de Velório no Distrito Poço Preto

4.4.90.00.00.00.00.00.0256 - Obras Contratadas R\$ 68.000,00

T O T A L R\$ 68.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito especial acima citado serão utilizados recursos provenientes da arrecadação nesta fonte de recurso (256) - Recursos do Estado

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de dezembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 133/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 133/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada: Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda
Objeto: Contratação da Escola Via Net - Sistema de Gestão Educacional, sendo a implantação de um sistema próprio para uso da Administração Escolar das escolas da Rede Municipal de Ensino
Valor: R\$ 1.440,00 (Um mil quatrocentos e quarenta reais).
Valor: R\$ 5.547,96 (Cinco mil quinhentos quarenta sete reais e noventa seis centavos)
Vigência - 01.01.2012 a 31.12.2012
Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 134/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 134/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada: José Adilson Neppel
Objeto: Locação de um imóvel, de propriedade do locador, com a área total de 248 m2 (duzentos e quarenta e oito metros quadrados); sendo uma sala comercial com área de 152 m2 (cento e cinquenta e dois metros quadrados) e mais uma área com 96 m2 (noventa e seis metros quadrados) sito à Rua Paraná, n.º 768, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, para uso da Secretaria da Educação
Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).
Vigência - 01.01.2012 a 31.12.2012
Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 135/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 135/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada: Maria Sibila Kochan
Objeto: Locação de um imóvel, de propriedade do locador, sendo um imóvel com área de 129,10m², sito à Avenida 22 de julho, nº 183, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina; Transcrição nº 24.598 e Escritura Pública com usufruto vitalício, datada de 17/11/2004, para funcionamento das Turmas de Educação Infantil do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida.
Valor: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais)
Vigência - 01.01.2012 a 29.02.2012
Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 136/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 136/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada: Luiz Cesar Batista
Objeto: Locação de um imóvel, de propriedade do locador, de propriedade do locador, sendo um imóvel com área de 176m², sito à Rua São Paulo, nº 214, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina; matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União - SC, sob o nº 3.528, para funcionamento do Maternal do Educação Infantil do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida.
Valor: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais)
Vigência - 01.01.2012 a 29.02.2012
Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 137/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 137/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada: Paulo Knoll
Objeto: locação de um imóvel, de propriedade do locador, sendo uma sala comercial com área de 73,50 m2, sito à Rua Paraná, n.º 288, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, para funcionamento do NAES.
Valor: R\$ 4.620,00 (Quatro mil seiscentos e vinte reais)
Vigência - 01.01.2012 a 31.12.2012
Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Convite Nº 22/2011

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS

Data	22/11/2011	Horário	15h:00min
Licitação /Modalidade	CONVITE	Nº	
PROC. Nº	22/2011		
	104/2011		

OBJETO:

Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada, para fornecimento de materiais para e execução de projeto elétrico da Praça Pública no Balneário Paese, conforme projeto básico, memorial descritivo, ART e planilha orçamentária parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1298/2011. Exatamente às 15h:00min afim de julgar e analisar a proposta de preço das Empresas habilitadas, sendo elas QUARK ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ/MF: 12.496.490/0001-48, e ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA ME, CNPJ/MF: 09.008.659/0001-69. Seguidos todos os procedimentos foi aberta os envelopes de propostas das empresas chegando ao seguinte resultado classificatório: em primeiro lugar a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA ME com o valor de R\$ 28.259,59 (vinte e oito mil duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), e em segundo lugar a empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA ME com o valor de R\$

29.765,01 (vinte e nove mil setecentos e sessenta e cinco reais e um centavo). Observado pela CPL que o valor apresentado esta dentro do valor máximo orçado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo que corresponde ao valor de R\$ 33.444,05 (trinta e três mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos). Para que todos os interessados fiquem cientes da presente, será efetuado a sua devida publicação conforme previsto na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ciente os licitantes presentes do resultado ficam os mesmos notificados os quais declaram declinar do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente Da Comissão De Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Membro

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.198 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.198 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros as entidades a seguir identificadas, em parcelas mensais e sucessivas, de valores específicos, sem reajuste, pagáveis durante o período de janeiro a dezembro de 2012, destinados ao desenvolvimento e manutenção de atividades realizadas.

Entidade	Valor mensal
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba	R\$ 12.000,00
Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Joaçaba	R\$ 4.000,00

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo, fica vinculado a apresentação da respectiva prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias contados de cada liberação da parcela.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.199 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.199 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO COM RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOAÇABA - SC.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder abono pecuniário para profissionais em efetivo exercício no magistério no decurso de 2011 do saldo remanescente a ser apurado em 31 de dezembro de 2011 existente em conta bancária específica para recebimento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§ 1º Entende-se como profissionais do magistério da educação docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

§ 2º Consideram-se profissionais em efetivo exercício aqueles em atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério, associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o governo municipal, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para a municipalidade, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

Art. 2º O abono de que trata o art. 1º desta Lei deverá observar a carga horária do profissional e a proporcionalidade os meses trabalhados, inclusive para os servidores que se desligaram no decorrer do exercício financeiro.

Art.3º Fica autorizado o recolhimento dos encargos sociais decorrentes das contratações temporárias dos profissionais do magistério contemplados na presente Lei.

Art.4º O abono de que trata o art. 1º desta Lei não se incorpora ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

Art. 5º Fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário e financeiro que se refere o § 5º, do art. 17, da Lei Complementar nº: 101/2000.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.200 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.200 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO À SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA JOAÇABA E HERVAL D'OESTE - SCAJHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à Sociedade de Cultura Artística Joaçaba e Herval d'Oeste - SCAJHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 84.590.835/0001-39, destinados a despesas de manutenção das atividades, bem como, para organizações de eventos culturais junto ao Teatro Alfredo Sigwalt.

Parágrafo único. A formalização do repasse financeiro se dará por Termo de Convênio e terá a Conveniada como obrigação o desenvolvimento de atividades culturais na área da música, dança, teatro e oficinas, sob a coordenação da SCAJHO, para alunos da rede de ensino municipal, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação, grupos atendidos nas demais unidades da Administração Pública Municipal e para a comunidade em geral.

Art.2º. O valor dos recursos financeiros é fixado em R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), a ser repassado em parcelas mensais de R\$ 9.000,00 (sete mil reais) a contar de 15 de janeiro de 2012.

Parágrafo único. O repasse das parcelas de que trata o caput deste artigo fica vinculado à apresentação da respectiva prestação de contas da parcela anterior, que acontecerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 16 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.201 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.201 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

“AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO PIRES FERREIRA, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFI-CA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO PIRES FERREIRA, entidade sem fins lucrativos inscrita no CPNJ sob o nº 04.300.275/0001-00, objetivando a Permissão de Uso de um terreno urbano constituído da área de utilidade pública situada na Rua Rosa Heberle, no Bairro Vila Remor, com a área de 452,34m² - Matrícula nº 25.906, do Registro Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba. Parágrafo único - O imóvel destina-se única e exclusivamente para instalação de equipamentos comunitários para atividades educacionais, culturais, desportivas e de lazer da comunidade.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º. Obriga-se a entidade beneficiária a promover a

manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 4º. O uso do imóvel objeto da presente permissão não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte.

Art. 5º. O não cumprimento pela entidade beneficiada de qualquer condição estabelecida na presente Lei ou no Termo de Permissão, acarreta a imediata revogação deste, independente de notificação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 16 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.202 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.202 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo municipal, através da Secretaria Municipal de Ação Social, autorizado a arcar com o custeio dos Benefícios Eventuais.

Parágrafo Único - O custeio dos Benefícios Eventuais será proveniente de recursos Federais, Estaduais e Municipais alocados no FMAS, bem como doações de entidades socioassistenciais cadastradas.

Art. 2º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, na forma prevista nesta lei.

Parágrafo Único - O serviço de concessão dos Benefícios Eventuais visa o atendimento das necessidades humanas básicas e deve ser integrado aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no município, unificando assim, as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros e será concedido mediante preenchimento dos requisitos constantes na presente Lei.

§ 1º O acesso aos Benefícios Eventuais é um direito do cidadão, por isso deve ser concedido priorizando o respeito e a dignidade dos indivíduos que deles necessitem.

§ 2º Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual devem ser evitadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

§ 3º Os Benefícios Eventuais são gratuitos, sendo vedado subordinar o seu recebimento a pagamentos prévios ou exigir compensações posteriores.

Art. 4º O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária, conforme regulamento.

§ 2º O Município poderá, através da Secretaria de Ação Social, encaminhar às entidades socioassistenciais os requerimentos deste benefício, caso haja entidades cadastradas que se comprometam a arcar com os seus custos.

§ 3º O requerimento do benefício natalidade deve ser efetuado a partir do oitavo mês de gestação e até trinta dias após o nascimento, exceto casos excepcionais analisados pelo serviço social a serem regulamentados.

§ 4º O benefício natalidade deve ser entregue até quinze dias após o requerimento.

Art. 5º O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em bens de consumo e serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 6º O alcance do benefício funeral, será distinto e compreenderá o custeio de serviços das despesas com urna funerária, de velório, de sepultamento, traslado e transporte funerário, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

Art. 7º O valor do benefício funeral será de até um salário-mínimo nacional, sendo que o valor concedido para pagamento de traslado dependerá do distanciamento e não ultrapassará dois salários-mínimos nacionais.

Parágrafo Único - O benefício funeral deverá ser requerido até sessenta dias após o funeral.

Art. 8º Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 9º Os benefícios natalidade e funeral serão concedidos mediante requerimento formulado, junto ao profissional de serviço social, por parente de até segundo grau do recém nascido ou falecido, ou pessoas por aqueles autorizadas, mediante procuração devidamente instruídos com os documentos que comprovem a situação que autoriza a concessão de tais benefícios.

Art. 10 A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação, e serão supridos através do fornecimento de cestas básicas, leite e passes de ônibus;

b) documentação, sendo suprida pelo fornecimento de fotos 3X4 para documentação civil; e

c) domicílio, suprido através do aluguel social, a ser instituído por legislação específica;

II - de desastres e de calamidade pública, sendo supridos através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme necessidades detectadas;

III - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência, supridas através do fornecimento de passagem rodoviária para situação de trânsito e/ou outras situações encaminhadas pelo Conselho Tutelar, CRAS e CREAS, previstas em regulamento.

§ 2º Considera-se situação de trânsito aquela de indivíduos ou famílias vindos de outras cidades, em passagem pelo Município de Joaçaba, sem referências, sem destino certo ou em busca de alternativas ou novos projetos de vida, não possuindo condições econômicas de custear o seu transporte.

Art. 11 Para os fins desta Lei, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias,

causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Parágrafo único. Para concessão dos benefícios devem ser considerados:

I - Usuários dos benefícios: famílias e indivíduos atingidos por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outros) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados e removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário;

II - Período de funcionamento: na ocorrência de situações de emergência e de calamidades públicas, mediante a mobilização de equipe de prontidão escalonada pelo regime de plantão, a ser acionada em qualquer horário e dia da semana;

III - Ambiente físico: alojamento provisório para repouso e restabelecimento pessoal, com condições de salubridade, instalações sanitárias para banho e higiene pessoal, com privacidade individual e/ou familiar; espaço para realização de refeições; espaço para estar e convívio, e com acessibilidade em seus ambientes, sempre que possível;

IV - Trabalho social essencial ao serviço: proteção social proativa; escuta; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; orientação sociofamiliar; informação; comunicação e defesa de direitos; acesso à documentação pessoal; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; diagnóstico socioeconômico; provisão de benefícios eventuais.

Art. 12 Para a concessão dos Benefícios Eventuais, exceto em situação de calamidade pública, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

I - renda per capita familiar mensal de até um salário-mínimo;

II - comprovar residência no Município de Joaçaba, exceto em caso de situação de trânsito;

III - estudo sócio-econômico e emissão de parecer social realizado por profissional de serviço social.

§ 1º Os benefícios eventuais serão encaminhados pelos serviços da rede socioassistencial pública e concedidos por servidor autorizado da Secretaria de Ação Social, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária, obedecendo aos critérios estabelecidos neste artigo.

§ 2º. Nas situações de calamidade pública os benefícios serão concedidos mediante a constatação de que a pessoa foi afetada pela situação anormal na forma prevista neste artigo.

Art. 13 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Parágrafo Único - Não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites, dietas e fraldas descartáveis de prescrição especial para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 14 Para o aprimoramento da gestão dos Benefícios Eventuais cabe ao Município, através da Secretaria de Ação Social:

I - solicitar à equipe do CRAS ou equipe técnica da Proteção Social Básica o mapeamento periódico da incidência de beneficiários dos Benefícios Eventuais e realizar estudos da realidade e monitoramento da demanda, com vista a sua universalização;

II - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

III - promover ações que viabilizem e garantam a ampla e periódica divulgação dos benefícios eventuais e dos critérios para sua

concessão;

Art. 15 Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Estado e ao Município, informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais, avaliar e reformular, se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios natalidade e funeral.

Art. 16 O Município regulamentará a presente Lei em até 120 (cento e vinte) dias a partir da vigência desta Lei.

Art. 17 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 2.825 de 20 de Junho de 2002.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.204 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.204 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

“DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º É concedido, aos Servidores Públicos do Município de Joaçaba(SC), revisão geral anual e reajuste salarial incidente sobre os vencimentos e funções gratificadas, a partir de 01 de janeiro de 2012, na seguinte forma:

I revisão geral anual na ordem de 3,13% (Três vírgula treze por cento), conforme variação do INPC do período de Abril/11 à Novembro/11, sobre os vencimentos e funções gratificadas dos servidores de que trata a Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, respectivos Anexos, a Lei Complementar nº 80 de 12 de março de 2004 e alterações, inativos e pensionistas regidos pela Lei Complementar nº 099 de 24 de junho de 2005, Lei Complementar 94 de 04 de março de 2005; Lei Complementar 101/2005 e alterações; Lei Complementar 119/2006 e alterações; Lei Complementar 140/2007 e alterações; Lei Complementar 145/2007 e alterações; Lei Complementar 147/2007 e alterações; Lei Complementar 173/2009 e alterações; sobre os vencimentos dos agentes políticos de que trata a Lei nº 3.716 de 17 de dezembro de 2007;

II revisão geral anual na ordem de 3,13% (Três vírgula treze por cento), sobre os vencimentos dos servidores do SIMAE, regidos pela Lei Complementar nº 193/2010;

III revisão geral anual na ordem de 3,13% (Três vírgula treze por cento), sobre os vencimentos dos servidores efetivos, e proventos dos cargos em comissão do Quadro Geral da Câmara de Vereadores;

IV reajuste na ordem de 0,87% (zero vírgula oitenta e sete por cento) sobre o vencimento dos servidores públicos municipais da Prefeitura já relacionados no inciso I, exceto agentes políticos de que trata a Lei nº 3.716/2007 e Lei Complementar 173/2009, SIMAE, inativos e pensionistas com direito à paridade, e servidores públicos municipais da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Fica revisado em 4% (quatro por cento) o valor da remuneração de referência para concessão do auxílio alimentação de que trata o art. 1º, §2º da Lei nº 4.025/2010, a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento do exercício

financeiro de 2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Joaçaba, SC, em 16 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.207 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.207 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE MATERIAIS PARA ENTIDADE, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar doação das redes de proteção do Ginásio Ivo Silveira, para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES da Linha Bonitinho, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o nº 01.728.706/0001-37, com sede no Município de Joaçaba-SC.

Parágrafo único - Os materiais de que trata o “caput” deste artigo deverão ser aplicados na sede da entidade.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 16 de Dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.208 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.208 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DENOMINA RUA HENRIQUE ZARDO QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica denominada RUA HENRIQUE ZARDO àquela que inicia no Trevo da HISA com término na Estrada Municipal que liga a comunidade Santa Clara Baixa a Comunidade de Nossa Senhora das Graças.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 16 de Dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.210 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.210 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Joaçaba para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 83.510.363,28 (oitenta e três milhões, quinhentos e dez mil trezentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 57.522.939,00 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e trinta e nove reais) do Orçamento Fiscal, e R\$ 25.987.424,28 (vinte e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE VALOR ORÇADO

Prefeitura Municipal de Joaçaba 20.000,00
Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS 2.986.053,08
Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA 42.200,00
Instituto de Previdência Servidores Públicos - IMPRES 8.878.736,40
Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos - PLASS 2.401.485,80
Fundo Municipal de Saúde - FMS 11.658.949,00
TOTAL 25.987.424,28

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 83.510.363,28 (oitenta e três milhões, quinhentos e dez mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos) e fixa a Despesa para a Administração Direta em R\$ 59.550.521,08 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e um reais e oito centavos) e para a Administração Indireta em R\$ 23.959.842,20 (vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços, transferências e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 76.310.327,88
1.1. Receita Tributária 14.991.300,00
1.2. Receita de Contribuições 3.519.962,29
1.3. Receita Patrimonial 5.085.896,40
1.6. Receita de Serviços 10.049.763,00
1.7. Transferências Correntes 47.928.988,08
1.9. Outras Receitas Correntes 1.676.918,11
9.0. Deduções da Receita Corrente -6.942.500,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 2.149.888,00
2.1. Operações de Crédito 2.000.000,00
2.2. Alienação de Bens 10.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos 108.000,00
2.4. Transferências de Capital 31.888,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 5.050.147,40
TOTAL 83.510.363,28

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO VALOR

01. Câmara de Vereadores 3.200.000,00
02. Gabinete do Prefeito 5.270.734,00
03. Gabinete do Vice-Prefeito 147.910,00
04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa 1.859.876,00
05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira 7.634.190,00
07. Secretaria Municipal de Educação 15.230.230,00
09. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura 9.233.886,00
10. Conselho Tutelar 100.500,00
11. Procuradoria Geral do Município 1.069.103,00
12. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos 8.878.736,40
13. Fundação Municipal de Cultura e Esporte 1.907.170,00
14. Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto 10.772.450,00
15. Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos 2.401.485,80
16. Fundo Municipal de Assistência Social 2.986.053,08
17. Fundo Municipal de Infância e Adolescência 70.000,00
18. Fundo Municipal de Saúde 11.658.949,00
19. Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares 482.000,00
20. Secretaria Munic. De Desenvolvimento Sustentável 548.090,00
21. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social 39.000,00
99. Reserva de Contingência 20.000,00
TOTAL 83.510.363,28

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

01. Legislativa 3.200.000,00
04. Administração 9.911.328,30
06. Segurança Pública 1.472.000,00
08. Assistência Social 2.959.954,08
09. Previdência Social 3.704.399,00
10. Saúde 11.658.949,00
11. Trabalho 2.281.985,80
12. Educação 15.230.230,00
13. Cultura 19.000,00
14. Direitos da Cidadania 122.031,00
15. Urbanismo 9.471.887,00
16. Habitação 20.000,00
17. Saneamento 10.475.640,20
18. Gestão Ambiental 143.611,50
20. Agricultura 387.968,00
22. Indústria 400.000,00
23. Comércio e Serviços 255.290,00
26. Transporte 1.072.266,00
27. Desporto e Lazer 1.898.170,00
28. Encargos Especiais 3.736.917,00
99. Reserva de Contingência 1.130.000,00
99. Reserva do RPPS 3.958.736,40
TOTAL 83.510.363,28

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

0001. Legislativo em Ação 3.200.000,00
0002. Gestão Administrativa Financeira 7.895.690,80
0003. Segurança Pública 1.472.000,00
0004. Respeito ao Cidadão 3.156.553,08
0005. Joaçaba com Saúde 11.658.949,00
0006. Educação Básica de Qualidade 13.606.580,00
0007. Apoio ao Consumidor 122.031,00
0008. Alimentação Escolar 485.100,00
0009. Ações Judiciais 947.072,00
0010. Obras e Serviços Públicos 8.337.487,00
0011. Utilidade Pública 171.466,00
0012. Comunicação Social e Eventos 854.535,50
0013. Programa Habitar 39.000,00
0014. Meio Ambiente 143.611,50
0015. Promoção e Extensão Rural 832.348,00

0016. Turismo em Potencial 107.200,00
 0017. Cultura e Arte 291.812,00
 0018. Joaçaba Mais Luz 1.084.200,00
 0019. Modernização da Frota Municipal 961.000,00
 0020. Esporte e Lazer Coletivo 1.615.358,00
 0021. Transporte Escolar 1.138.550,00
 0022. Transferência a Consórcio Público 25.895,49
 0024. Plano de Saúde e Assistência Social do Servidor 2.301.485,80
 0025. Previdência Social do Servidor 7.878.736,40
 0026. Amortização de Dívida 2.949.000,00
 0027. Desenvolvimento Sustentável 548.090,00
 0029. Saneamento Responsável 10.556.611,71
 9999. Reserva de Contingência 1.130.000,00
 TOTAL 83.510.363,28

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES 67.220.969,36
 3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 36.781.570,59
 3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida 1.425.000,00
 3.3.00.00 Outras Despesas Correntes 29.014.398,77
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 11.200.657,52
 4.4.00.00 Investimentos 10.955.657,52
 4.5.00.00 Inversões Financeiras 5.000,00
 4.6.00.00 Amortização da Dívida 240.000,00
 9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 5.088.736,40
 9.9.00.00 Reserva do RPPS 3.958.736,40
 9.9.00.00 Reserva de Contingência 1.130.000,00
 TOTAL 83.510.363,28

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2012 estima a receita em R\$ 56.931.462,00 (cinquenta e seis milhões, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais) e fixa a despesa em R\$ 41.153.519,00 (quarenta e um milhões cento e cinquenta e três mil e quinhentos e dezenove reais) proporcionando um superávit de R\$ 15.777.943,00 (quinze milhões, setecentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e três reais), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração Direta e Indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 54.812.462,00
 1.1. Receita Tributária 14.426.300,00
 1.2. Receita de Contribuições 1.069.200,00
 1.3. Receita Patrimonial 736.650,00
 1.6. Receita de Serviços 277.500,00
 1.7. Transferências Correntes 44.143.912,00
 1.9. Outras Receitas Correntes 1.100.600,00
 7.9. Receita Corrente Intra-Orçamentária 800,00
 (-) Deduções da Receita Corrente -6.942.500,00
 2. RECEITAS DE CAPITAL 2.119.000,00
 2.1. Operações de Crédito 2.000.000,00
 2.2. Alienação de Bens 10.000,00
 2.3. Amortização de Empréstimos 108.000,00
 2.4. Transferências de Convênios 1.000,00
 TOTAL 56.931.462,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação

institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO VALOR

02. Gabinete do Prefeito 5.270.734,00
 03. Gabinete do Vice-Prefeito 147.910,00
 04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa 1.859.876,00
 05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira 7.634.190,00
 07. Secretaria Municipal de Educação 15.230.230,00
 09. Secretaria Municipal de Infraestrutura 9.233.886,00
 10. Conselho Tutelar 100.500,00
 11. Procuradoria Geral do Municipal 1.069.103,00
 20. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável 548.090,00
 21. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social 39.000,00
 99. Reserva de Contingência 20.000,00
 TOTAL 41.153.519,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

04. Administração 9.549.128,30
 06. Segurança Pública 990.000,00
 08. Assistência Social 100.500,00
 12. Educação 15.230.230,00
 13. Cultura 19.000,00
 14. Direito da Cidadania 122.031,00
 15. Urbanismo 9.471.887,00
 16. Habitação 20.000,00
 17. Saneamento 2.000,00
 18. Gestão Ambiental 143.611,50
 20. Agricultura 387.968,00
 22. Indústria 400.000,00
 23. Comércio e Serviços 255.290,00
 26. Transporte 1.072.266,00
 28. Encargos Especiais 3.369.607,20
 99. Reserva de Contingência 20.000,00
 TOTAL 41.153.519,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - Despesas Correntes 35.379.157,00
 4.0.00.00 - Despesas de Capital 5.754.362,00
 SUB-TOTAL 41.133.519,00
 Reserva de Contingência 20.000,00
 TOTAL 41.153.519,00

§ 3º - Para a manutenção das demais entidades a Prefeitura Municipal irá conceder e receber Transferências Financeiras, conforme quadro abaixo:

I - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

ESPECIFICAÇÃO VALOR

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Câmara Municipal 3.200.000,00
 Fundação Municipal de Cultura e Esporte 1.891.970,00
 Fundo Municipal de Assistência Social 2.429.174,00
 Fundo Municipal de Infância e Adolescência 19.000,00
 Fundo Municipal de Saúde 8.146.299,00
 Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares 91.500,00
 TOTAL 15.777.943,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2012 fixa a despesa orçamentária em R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira repassada pela Prefeitura.

Parágrafo único - A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

01. Legislativa 3.200.000,00
TOTAL 3.200.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - Despesas Correntes 1.840.000,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital 1.360.000,00
TOTAL 3.200.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2012 estima a receita em R\$ 3.512.650,00 (três milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e cinquenta reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 11.658.949,00 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais), proporcionando um déficit de R\$ 8.146.299,00 (oito milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, de receita patrimonial, de transferência da União, do Estado e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 3.512.650,00
1.1. Receita Tributária 229.900,00
1.3. Receita Patrimonial 62.400,00
1.7. Transferências Correntes 3.219.350,00
1.9. Outras Receitas Correntes 1.000,00
TOTAL 3.512.650,00

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

10. Saúde 11.658.949,00
TOTAL 11.658.949,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - Despesas Correntes 11.118.949,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital 540.000,00
TOTAL 11.658.949,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência

Social - FMAS para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 556.879,08 (quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e oito centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 2.986.053,08 (dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil, cinquenta e três reais e oito centavos), proporcionando um déficit de R\$ 2.429.174,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e setenta e quatro reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 525.991,08
1.3. Receita Patrimonial 5.265,00
1.7. Transferências Correntes 520.726,08
2. RECEITAS DE CAPITAL 30.888,00
2.4. Transferência de Capital 30.888,00
TOTAL 556.879,08

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

08. Assistência Social 2.831.654,08
09. Previdência Social 154.399,00
TOTAL 2.986.053,08

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - Despesas Correntes 2.902.165,08
4.0.00.00 - Despesas de Capital 83.888,00
TOTAL 2.986.053,08

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCENTE

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal de Infância e Adolescente - FIA para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, multas, transferência correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 51.000,00
1.3. Receita Patrimonial 5.000,00
1.7. Transferências Correntes 45.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes 1.000,00
TOTAL 51.000,00

§ 2º - A Despesa do FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR
08. Assistência Social 27.800,00
04. Administração 42.200,00
TOTAL 70.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes 67.200,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital 2.800,00
TOTAL 70.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - FUNREBOM para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 390.500,00 (trezentos e noventa mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 482.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita tributária, patrimonial e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR
1. RECEITAS CORRENTES 347.100,00
1.1. Receita Tributária 335.100,00
1.3. Receita Patrimonial 12.000,00
7.9. Receita Corrente Intra-Orçamentária 43.400,00
TOTAL 390.500,00

§ 2º - A Despesa do FUNREBOM será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR
06. Segurança Pública 482.000,00
TOTAL 482.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes 192.000,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital 290.000,00
TOTAL 482.000,00

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

Art. 9º - O Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Esportes - FMCE para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 1.907.170,00 (um milhão, novecentos e sete mil, cento e setenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.891.970,00 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e setenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita

patrimonial, de capital, outras receitas correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR
1. RECEITAS CORRENTES 15.200,00
1.3. Receita Patrimonial 15.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes 200,00
TOTAL 15.200,00

§ 2º - A Despesa da FMCE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR
27. Desporto e Lazer 1.898.170,00
28. Encargos Especiais 9.000,00
TOTAL 1.907.170,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes 1.762.170,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital 145.000,00
TOTAL 1.907.170,00

DO ORÇAMENTO DO PLANO DE SAÚDE ASSIST. SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS -PLASS

Art. 10. - O Orçamento do Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 2.401.485,80 (dois milhões, quatrocentos e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições, patrimonial e receitas intra-orçamentárias discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR
1. RECEITAS CORRENTES 1.937.144,80
1.2. Receita de Contribuições 749.762,29
1.3. Receita Patrimonial 1.187.314,40
1.9. Outras Receitas Correntes 68,11
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES 464.341,00
7.2 Receita de Contribuições 464.341,00
TOTAL 2.401.485,80

§ 2º - A Despesa do Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR
11. Trabalho 2.281.985,80
28. Encargos Especiais 19.500,00
99. Reserva de Contingência 100.000,00
TOTAL 2.401.485,80

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes 2.286.485,80
4.0.00.00 - Despesas de Capital 15.000,00

9.0.00.00 - Reserva de Contingência 100.000,00
TOTAL 2.401.485,80

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS- IMPRES

Art. 11. - O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 8.878.736,40 (oito milhões oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.920.000,00 (três milhões, novecentos e vinte mil reais), proporcionando uma reserva para pagamento de benefícios futuros no montante de R\$ 4.958.736,40 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 4.497.000,00
1.2. Receita de Contribuições 1.701.000,00
1.3. Receita Patrimonial 2.730.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes 66.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES 4.381.736,40
7.2. Receita de Contribuições 3.097.736,40
7.9. Outras Receitas Correntes 1.284.000,00
TOTAL 8.878.736,40

§ 2º - A Despesa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

04. Administração 320.000,00
09. Previdência Social 3.550.000,00
28. Encargos Especiais 50.000,00
99. Reserva de Contingência RPPS 4.958.736,40
TOTAL 8.878.736,40

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - Despesas Correntes 3.900.000,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital 20.000,00
SUB-TOTAL 3.920.000,00
Reserva do RPPS 3.958.736,40
Reserva de Contingência 1.000.000,00
TOTAL 8.878.736,40

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL SIMAE

Art. 12. - O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 10.772.450,00 (dez milhões, setecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 10.612.580,00
1.3. Receita Patrimonial 332.267,00
1.6. Receita de Serviços 9.772.263,00
1.9. Outras Receitas Correntes 508.050,00
7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 159.870,00
7.6. Receita de Serviços 156.370,00
7.9. Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias 3.500,00
TOTAL 10.772.450,00

§ 2º - A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

17. Saneamento 10.473.640,20
28. Encargos Especiais 288.809,80
99. Reserva de Contingência SIMAE 10.000,00
TOTAL 10.772.450,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - Despesas Correntes 7.772.842,48
4.0.00.00 - Despesas de Capital 2.989.607,52
Reserva de Contingência 10.000,00
TOTAL 10.772.450,00

Art. 13. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 4.164 de 05 de outubro de 2011, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

Passivos Contingentes - PREFEITURA 20.000,00
Passivos Contingentes - SIMAE 10.000,00
Eventos Fiscais Imprevistos - PLASS 100.000,00
Passivos Contingentes - RPPS 1.000.000,00
Eventos Fiscais Imprevistos - RPPS 3.958.736,40
TOTAL 5.088.736,40

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2012 os passivos contingentes previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 14. - Os recursos da Reserva da Unidade Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 15. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a sub-função, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 18 - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 19 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 20 - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 21 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 22 - Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal esta autorizado a:

I - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 23 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir

custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 24 - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como, UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM e AMMOC.

Art. 25 - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo Único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

Art. 26 - A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2012, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012.

Joaçaba, 16 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.211 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.211 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros às entidades abaixo relacionadas, no valor total de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), conforme segue:

ENTIDADE	FINALIDADE	VALOR
Associação de Moradores de Nova Petrópolis	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 4.000,00
Associação de Moradores do Bairro Jardim Cidade Alta	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Moradores do Loteamento Jardim das Hortênsias	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 3.000,00
Associação de Moradores do Bairro Monte Belo	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 2.000,00
Associação Pró Tênis de Mesa	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Moradores da Santa Clara Km 7	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação Atlético Frei Bruno	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Moradores da Linha Ficagna (Emenda nº 01/2011)	Manutenção do cemitério/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação Bom Samaritano	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 3.000,00
Associação de Moradores de Nossa Senhora das Graças	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Gremistas de Joaçaba	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 2.000,00

Associação de Moradores Bairro Santa Tereza	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 4.000,00
Associação de Pilotos e Preparadores do Vale do Rio do Peixe	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 2.000,00
Associação de Moradores da Linha Abati (Emenda nº 01/2011)	Manutenção do cemitério/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Moradores Bairro Frei Bruno	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 10.000,00
Associação de Moradores do Bairro Clara Adélia	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 2.000,00
Associação de Moradores da Linha Santo Antônio do Caraguatá (Emenda nº 01/2011)	Manutenção do cemitério/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Pais e Amigos do Futsal de Joaçaba	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 1.000,00
Associação de Agricultores Familiares de Joaçaba	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
CTG Porteira do Oeste	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 24.000,00
Grêmio Atlético Joaçabense	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 1.000,00
Lions Club Cruzeiro	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 2.000,00
Lions Club Joaçaba	Manutenção/investimentos da entidade	R\$ 2.000,00
Associação de Moradores de São Brás (Emenda nº 01/2011)	Manutenção do cemitério/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Moradores do Km16/20 (Emenda nº 01/2011)	Manutenção do cemitério/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Moradores de Santa Helena (Emenda nº 01/2011)	Manutenção do cemitério/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00
Associação de Moradores da Linha Bonitinha (Emenda nº 01/2011)	Manutenção do cemitério/investimentos da entidade	R\$ 5.000,00

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas no prazo de 90 (noventa) dias a contar da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento do exercício que serão suplementadas por conta do excesso de arrecadação oriundo de recursos próprios verificados no exercício de 2011.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.212 de 21 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.212 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE OBREIROS DA LUZ, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE OBREIROS DA LUZ, entidade sem fins lucrativos inscrita no CPNJ sob o nº 01.961.651/0001-00, objetivando a Permissão de Uso de parte de um imóvel, de propriedade do Município de Joaçaba, situado na Rua Carmelita Lemes, Bairro Cruzeiro do Sul. Parágrafo único - O imóvel destina-se única e exclusivamente às atividades educacionais, culturais, desportivas e de lazer da entidade, não sendo permitida a realização de eventos ou promoções com cobrança de ingresso ou quaisquer fins lucrativos, bem como a comercialização de bebidas alcoólicas ou não e alimentos.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º. Obriga-se a entidade beneficiária a promover a manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 4º. O uso do imóvel objeto da presente permissão não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte.

Art. 5º. O não cumprimento pela entidade beneficiada de qualquer condição estabelecida na presente Lei ou no Termo de Permissão, acarreta a imediata revogação deste, independente de notificação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 21 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício

Decreto Nº 3.981 de 21 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.981 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.070 DE 16/12/10 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - PLASS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, crédito adicional suplementar na importância de R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) por conta do excesso de arrecadação apurado nos recursos ordinários do PLASS, na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

28.846.0024.0.007 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - PLASS 3.3.90.0 0.00.00.00.00.0.1.0201.0 OUTRAS DESP CORRENTES - Aplic. Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 21 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito

Extrato PL 132/2011/PMJ TP 16/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2011/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 16/2011/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica (recapeamento) da Rua Dr. José Firmo Bernardi, Bairro Flor da Serra, neste Município. Data da abertura: Dia 12/01/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 12/01/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 20 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 10/2010/FUNREBOM - TA 02/2011

CONTRATO Nº 10/2010/FUNREBOM - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE JOAÇABA - FUNREBOM, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SCHNEIDER E BERNARDI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.704.000/0001-35, estabelecida na Travessa Carlos Gomes, 62, Centro, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada pelo Sr. DÉBORA SCHNEIDER BERNARDI, portador da Carteira de Identidade nº 2.418.827 e CPF nº 829.005.159-04, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 10/2010/FUNREBOM, firmado em 14 de abril de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 3/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 2/2010, homologado no dia 14 de abril de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos pertencentes ao FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros ou cedidos ao mesmo, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato original fica prorrogada para 31 de dezembro de 2012, a contar de 01 de janeiro de 2012, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 16 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM
RAFAEL LASKE
Prefeito

SCHNEIDER & BERNARDI LTDA
DÉBORA SCHNEIDER BERNARDI

Extrato do Contrato Nº 10/2010/FUNREBOM - TA 02/2011

CONTRATO Nº 10/2010/FUNREBOM - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE JOAÇABA - FUNREBOM, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SCHNEIDER E BERNARDI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.704.000/0001-35, estabelecida na Travessa Carlos Gomes, 62, Centro, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada pelo Sr. DÉBORA SCHNEIDER BERNARDI, portador da Carteira de Identidade nº 2.418.827 e CPF nº 829.005.159-04, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 10/2010/FUNREBOM, firmado em 14 de abril de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 3/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 2/2010, homologado no dia 14 de abril de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos pertencentes ao FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros ou cedidos ao mesmo, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato original fica prorrogada para 31 de dezembro de 2012, a contar de 01 de janeiro de 2012, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 16 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM
RAFAEL LASKE
Prefeito

SCHNEIDER & BERNARDI LTDA
DÉBORA SCHNEIDER BERNARDI

Extrato do Contrato Nº 779/2011/PMJ - TA 01/2011

CONTRATO Nº 779/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob o número 82.939.380/0001-99,

doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, com sede administrativa na Rua AV. XV DE NOVEMBRO, 608 - 2º ANDAR, na cidade de JOAÇABA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº84.587.302/0001-06, neste ato representada pelo Sr. NELSON PAULO DOS SANTOS, portador da C.I. nº .2.630.388-4

e CPF nº 296.617.819-15., residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 779/2011/PMJ, firmado em 24 de fevereiro de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 4/2011/PMJ, homologado no dia 24/02/2011, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com cobertura e abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, bem como, dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, durante o exercício financeiro de 2011, CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), correspondente a 11,549% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das Dotações Orçamentárias:

2.028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

170 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

182 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

159 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.058.0 - Aplicações Diretas

2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

39 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.058.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 21 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE

NELSON PAULO DOS SANTOS
RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA

Extrato do Contrato Nº 780/2011/PMJ - TA 01/2011

CONTRATO Nº 780/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob o número 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa RADIO TRANSOESTE LTDA, com sede administrativa na Rua AV. XV DE NOVEMBRO, 608 - 2º ANDAR, na cidade de JOAÇABA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.688.457/0001-68, neste ato representada pelo Sr. NELSON PAULO DOS SANTOS, portador da C.I. nº .2.630.388-4

e CPF nº 296.617.819-15., residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ao contrato nº 780/2011/PMJ, firmado em 24 de fevereiro de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 4/2011/PMJ, homologado no dia 24/02/2011, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com cobertura e abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, bem como, dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, durante o exercício financeiro de 2011, CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondente a 11,742% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das Dotações Orçamentárias:

2.028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

170 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

182 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

159 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.058.0 - Aplicações Diretas

2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

39 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.058.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 21 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE

RADIO TRANSOESTE LTDA
NELSON PAULO DOS SANTOS

Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
SETOR DE TRIBUTAÇÃO

A Secretaria de Gestão Financeira notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o **IPU** do exercício 2011, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2012.

Os dados constantes nessa relação ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do Município de Joaçaba no período de 22/12/2011 a 22/01/2012.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de **21/12/2011**. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao **Setor de Tributação (Cadastro /IPTU)**, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2011.

Iria Flávia Rodriguez Torrico
Secretária de Gestão Financeira

Gildete Pogere Coradi
Diretora Geral de Gestão Financeira

CONTRIBUINTE		Imóvel
6375	ADAIR NUNES	21503
6375	ADAIR NUNES	4632
7308	ADALBERTO H LUDWIG SOBRINHO	5374
34950	ADÃO FERNANDES DOS REIS	4257
9730	ADAO LEMOS PADILHA	7341
5844	ADAO PEREIRA	4282
15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA	11300
15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA	32446
37120	ADÃO VIEIRA JOSE DA SILVA	28971
12871	ADELAR AMAZONAS GALVAO	9596
12952	ADELAR CHAVES	9653
36251	ADELHEID ZIEHER	27167
4026	ADELINO SAGIN	3012
36241	ADÉLIO SILVA DA ROSA	11057
33718	ADELIR BORTOLI	5130
35944	ADEMAR DE BARBA	11127
15496	ADEMAR SARTORI	11486
40162	ADEMIR KLEIN JUNIOR	10594
14854	ADEMIR GONCALVES DA ESPADA	11043
11111	ADEMIR MANTOVANI	8227
6320	ADEMIR RICARDO DOS REIS	9734
38833	ADEMIR ROZA E JULIANE MATTES ROZA	3469
21650	ADEMIR ZAGO	27401
39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIANE DA SILVA	21704

39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIANE DA SILVA	5391
11880	ADENILSON FACHIN	8851
31178	ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	2132
31178	ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	20465
31178	ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	20222
31178	ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	1946
13252	ADILSO FAVRETTO	9914
14537	ADILSON LOURENCO VEIGA	10915
36584	ADILSON PAULO MATEVI, PATRICIA, LUCIANA E GREICE CAZELLA	611
807	ADILSON PAULO MATTEVI	612
807	ADILSON PAULO MATTEVI	20193
39656	ADILSON PEGORARO	29344
37058	ADIR REBONATTO	10979
13497	ADMILSON LUIZ DIAS	10101
2556	ADMILSON WANDERLEI PARISOTTO	7908
4971	ADMIR FRANCISCO MIRANDA DA SILVA	21055
4971	ADMIR FRANCISCO MIRANDA DA SILVA	3672
4358	ADOLFO SIEGFRIED WUNDERLICH	20877
2307	ADORILDES ORSO	1855
11515	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	8562
36729	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	12046
9923	ADRIANA, FABIANA, FABRICIO KATCHOR	7267
3106	ADRIANO CACCIA	2331
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34812
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34835
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34843
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34801
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34848
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34837
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34808
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34847
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	34799
14728	AGNALDO HENRIQUE BEAL	10981
36005	AGOSTINHO PEREIRA FERNANDES	28929
6823	AGUINALDO GIOVANI CONTE	5039
42671	AGUINALDO TADEU BASQUERA	4631
13547	AIRTON CEVEY JUNIOR	10137
12748	AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	9509
12748	AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	31970
32332	ALAIDES DE ALMEIDA SILVA	22843
32332	ALAIDES DE ALMEIDA SILVA	9793
10623	ALAIRTON CARLOS PARISOTO	7858
36004	ALBERI BORGES DA SILVA	28928
4835	ALBERTO CARNIEL	20978
9274	ALBERTO MARIA DA SILVA	6779
6144	ALBERTO PEDRO BADER	4472
9990	ALBINO DE BORTOLI	7310
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28964
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28932
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28966
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28963

34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28965
11456	ALBINO PASCHOALIN	33272
11456	ALBINO PASCHOALIN	8521
10602	ALCEBIADES PESSOLI	7837
14289	ALCIDES ANTUNES PEREIRA	10627
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	6989
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	7614
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	6990
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	9717
15588	ALCIDES MACHADO DA SILVEIRA	23485
13387	ALCIDES NORA, FLORENCIO BEVILAQUA E WALDEMAR SCHUMAKER	10021
6413	ALCIDES VASTRES	4651
12925	ALCINDO DOS SANTOS	9630
40155	ALDA DALLA LANA	20683
41066	ALDACY MARIA GALVAN E IARA DAS GRAÇAS WOLFF DE LIZ	7092
15509	ALDEMIR BRUNO DE OLIVEIRA	11498
36940	ALDINO BEZ	27603
9904	ALDO TESSER	7253
33964	ALESSANDRO DOUGLAS PINHEIRO	7710
32481	ALESSANDRO VIEIRA DE LIMA	3909
29956	ALESSANDRO ZIBETTI	9889
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	277
23703	ALEXANDRE AUGUSTO BELLOTO	26573
31567	ALEXANDRE CESAR RIBEIRO DA SILVA	4799
13020	ALEXANDRE E LAURINDO PASINI	9718
40243	ALEXANDRE MACIEL DA ROZA	11231
40243	ALEXANDRE MACIEL DA ROZA	11232
15520	ALEXANDRE NUNES	11502
14353	ALEZIO LEVANDOWSKI	10677
38621	ALFREDO CHIAMULERA	8415
9557	ALFREDO DA SILVA	22172
32387	ALGEMIRO FERREIRA	3371
32387	ALGEMIRO FERREIRA	3225
4074	ALIAS DE OLIVEIRA	29840
4074	ALIAS DE OLIVEIRA	3047
17749	ALICRIDE BLEICHOVEL	388
14332	ALIRIO CHIAMULERA	10869
9881	ALISE GUERREIRO	7232
8084	ALMERINDA BITTENCOURT PEDROSO	5921
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	10889
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	10888
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	23207
36157	ALMIR VAIDECIR MULLER	7892
6191	ALMIRANTE LEMES DA ROSA	4507
3737	ALMIRO NUNES DA SILVA	20752
34079	ALOISIO DE ANDRADE	11470
35175	ALTAIR ALBERGUINI E NELSO LOURENÇO DE ALMEIDA	5356
15507	ALTAIR ANTONIO MULLER	11496
34909	ALTAIR DASSI, PAULO ROBERTO BREDAS E LUIZ FERNANDO BREDAS	1722
5041	ALTEVIR SCHENA	3719
12812	ALTINO CAPESTRANO DE JESUS, ANDRÉIA, CLARISSE, REINALDO,	9560

12812	ALTINO CAPESTRANO DE JESUS, ANDRÉIA, CLARISSE, REINALDO,	22780
3801	ALTIR JOSE MARSARO	2812
34964	ALTIVA DA SILVA NASCIMENTO E MERCEDES LUIZA NASCIMENTO	3517
34964	ALTIVA DA SILVA NASCIMENTO E MERCEDES LUIZA NASCIMENTO	642
18571	ALUAR DE OLIVEIRA PINTO	2431
10117	ALUIR VOLPATO	28842
10117	ALUIR VOLPATO	28841
40043	ALVANI MARIA REFOSCO MASSIGNAN	6847
40043	ALVANI MARIA REFOSCO MASSIGNAN	6861
3500	ALVARO DE OLIVEIRA	20678
3500	ALVARO DE OLIVEIRA	2598
9006	ALVARO PAIN	30905
9006	ALVARO PAIN	6592
18215	ALVINO SCHNEIDER	9961
18215	ALVINO SCHNEIDER	32123
4153	ALVIR DE OLIVEIRA E ODILSE JOSEFINA MALVESSI	3111
4153	ALVIR DE OLIVEIRA E ODILSE JOSEFINA MALVESSI	3110
14219	ALZEMIRO MARTINS DE SANTANA	10571
10072	ALZIRA ALVES VALENCIO	7371
15522	AMABILE BORTOLI	11504
37458	AMADEU CARDOSO	11120
8235	AMALIA COMIN	6054
9113	AMANDA PINTO MENEZES E OUTRO	6661
11634	AMARILDO CORREA E NEILOR RODRIGUES	12510
40649	AMARILDO MAXIMINO GRONDEK	9776
3866	AMBROSIO CONTE	2871
3866	AMBROSIO CONTE	2870
3992	AMERICO SUTIL	2985
4271	ANA CRISTINA LUIS MATEUS	3193
14623	ANA DALLO MULLER	10895
15492	ANA DE SOUZA	11482
5762	ANA MARIA DA SILVA	21291
5762	ANA MARIA DA SILVA	4233
40671	ANA MARIA ZANINI	6452
39426	ANA PAULA BALESTRIN E ALAN AUGUSTO D' AGOSTINI	33450
40966	ANA PAULA DE LIMA DAMASSENDA DA SILVA	3279
40823	ANA REGINA TRINDADE VESOLOSKI E CESAR RICARDO VESOLOSKI	10035
14859	ANA RODRIGUES DA SILVA	11048
18303	ANADIR TEREZINHA CAMARGO	3084
15598	ANALZIRA S GUIMARAENS	23495
31570	ANDERSON CRISTIAN SANTANA	5038
37769	ANDERSON CRISTIANO DA SILVA	3314
41364	ANDERSON SCHMAUTZ	2906
38181	ANDRE LIMA	11056
10464	ANDRE LUIZ BARBOSA	7712
14066	ANDRE LUIZ RIBAS E ANA MARIA RIBAS	10487
38853	ANDRE TODT	22090
38853	ANDRE TODT	6666
32534	ANDREA PATRICIA PUTTI	2272
35025	ANDREA RIEPE PIRES	4657
13319	ANDRELINO AMBROSIO	9964

1232	ANELIESE MARY MENDES	11864
6012	ANELSO ANTONIO RODRIGUES	21391
6012	ANELSO ANTONIO RODRIGUES	4385
9977	ANESTOR ALEXANDRE RIBEIRO	7308
5969	ANGELA CORBARI	4366
5969	ANGELA CORBARI	30481
5540	ANGELA MARIA DOS SANTOS	4095
8789	ANGELA TRAIANO	6448
11832	ANGELINA BERNADETE BUFFON	6381
18353	ANGELO AQUILES ANDRIN	6487
6009	ANGELO MANTUAN	4383
32572	ANGELO MATOS DA CAS	30147
32572	ANGELO MATOS DA CAS	3762
14557	ANGELO SARTOR	11734
14557	ANGELO SARTOR	11726
14557	ANGELO SARTOR	11731
14557	ANGELO SARTOR	11739
14557	ANGELO SARTOR	11728
14557	ANGELO SARTOR	11736
14557	ANGELO SARTOR	11733
14557	ANGELO SARTOR	10839
14557	ANGELO SARTOR	11741
14557	ANGELO SARTOR	11730
14557	ANGELO SARTOR	11738
14557	ANGELO SARTOR	11735
14557	ANGELO SARTOR	11732
14557	ANGELO SARTOR	10838
14557	ANGELO SARTOR	11737
10178	ANILDO HAHMEIER	22326
10178	ANILDO HAHMEIER	7463
3800	ANSELMO GAVASSO	28725
3800	ANSELMO GAVASSO	28724
240	ANSELMO ZANELATO	676
240	ANSELMO ZANELATO	681
15383	ANTENOR ROCHA	32822
15383	ANTENOR ROCHA	11409
35178	ANTOANI TOSI	27436
35178	ANTOANI TOSI	27422
40455	ANTONINHO KRAUSE	5164
6053	ANTONIO ADEMIR DE FREITAS	21404
6053	ANTONIO ADEMIR DE FREITAS	4412
7147	ANTONIO ADOLFO DAMACENO	5272
10552	ANTONIO ALVES DOS SANTOS	23222
5473	ANTONIO BIAZOTTO PRIMO	4046
11103	ANTONIO CARLOS NEUMAYR	8631
6880	ANTONIO CARLOS SUHNEL ARRIAL	5096
6880	ANTONIO CARLOS SUHNEL ARRIAL	5098
8851	ANTONIO CRIPPA	6489
8851	ANTONIO CRIPPA	21995
400	ANTONIO DA CAZ	369
5151	ANTONIO EBERT	3789

11764	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	8753
41055	ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	7899
11058	ANTONIO GONGOLEWSKI	8175
14858	ANTONIO IGNACIO DE LIMA	28763
11272	ANTONIO JORGE SOARES	22460
19482	ANTONIO LUIZ COSTENARO	7427
15438	ANTONIO MARIANO	11438
33838	ANTONIO NEREU CORREA	6728
32134	ANTONIO PRIMO MARCHEZINI	3922
37749	ANTONIO RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS E CHRISTINE MATZENAUER	2495
4545	ANTONIO ROZA	30006
4545	ANTONIO ROZA	11891
40360	ANTONIO TARCISIO BELLÓ, SALY DE LOURDES BELLÓ ROSA E SERGIO	33794
40360	ANTONIO TARCISIO BELLÓ, SALY DE LOURDES BELLÓ ROSA E SERGIO	2216
32203	ANTONIO VALDECI SBRUZZI SCHUMACHER	9912
8809	APARICIO MOREIRA	6462
13152	AQUILES CORDAZZO	9840
13152	AQUILES CORDAZZO	9847
13152	AQUILES CORDAZZO	9841
35069	ARACELI CAMARA	11400
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ	10461
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ	10460
5580	ARCENIO DE VARGAS	21224
33649	AREOVALDO ZAGO	8693
33649	AREOVALDO ZAGO	8555
40062	ARGEU TEIXEIRA E ARNOLDO PIRES DE LIMA	11403
9544	ARI CIMADON	7001
9544	ARI CIMADON	31129
4506	ARI WALDEMAR DALAPRIA	3377
9649	ARLENE VOLPATO	2492
43089	ARLINDO JAVORNIK	23656
34788	ARLINDO LAZAROTO	8762
14316	ARLINDO LOPES E MARIA SOELY VIVAS	10648
42437	ARLINDO PELENTIR	11459
5423	ARMANDO WERNER NEES	4004
5423	ARMANDO WERNER NEES	4003
38024	ARMELINDO LOURENÇO PISSOLI	404
6497	ARMINDA DE JESUS DRESCH	4731
39602	ARMINDA GASPAR DA SILVA BEHREND	29016
39602	ARMINDA GASPAR DA SILVA BEHREND	28978
11762	ARMINDO DE OLIVEIRA	8751
41224	ARMINDO DOTTA	5156
21035	ARNALDO CEOLIN PANERAI	11308
37009	ARNALDO G.,LUCIANO G.DE ALMEIDA E ZENITA S.DOS SANTOS	2617
37009	ARNALDO G.,LUCIANO G.DE ALMEIDA E ZENITA S.DOS SANTOS	2618
641	ARNO KLANN	502
12542	ARNOLDO BALTAZAR ROESLER	11924
12542	ARNOLDO BALTAZAR ROESLER	33521
5231	AROBINO NELSON TRENTIN	3852
12903	ARSENIO DE OLIVEIRA	9615
13263	ARTUR TRUCOLO	9922

504	ARY BRASIL	430
33623	ASSIR LUIZ DE LUCCA	8770
15305	ASSOCIACAO BRAS DE ODONTO - REG JOACABA	11378
32659	ATAIDE MARCONDES	4864
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	2867
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33863
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	34124
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	560
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33865
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33864
17971	ATILIO BERNARDINI	9196
14843	ATILIO MAGNO DE OLIVEIRA	11033
36755	AUGUSTO SOMENSI	4659
19294	AUJOR JOAO RIGHI	3203
37299	AUREA ELIAS	29227
7031	AUREA MARIA STOFFEL	5221
33574	AURIMAR ALFONSO ALTERNHOFEN	10578
41200	AYALON ANGELO DE MORAES E FABIANA KLEIN DE MORAES	1818
41200	AYALON ANGELO DE MORAES E FABIANA KLEIN DE MORAES	1812
257	AYDE MARIA FABRIN DE CARLI	233
257	AYDE MARIA FABRIN DE CARLI	1307
257	AYDE MARIA FABRIN DE CARLI	237
3317	AYRTON COPPI	2456
3317	AYRTON COPPI	2463
15565	BASILIO PRESTES DE OLIVEIRA	11547
32606	BENO MERGNER	5303
32606	BENO MERGNER	4555
6109	BENO STOFELL	28782
6109	BENO STOFELL	5337
6109	BENO STOFELL	4448
4028	BERNADETE E VANUZA SAGIN	3013
2783	BERNHARD JOSEF GRATT	2154
2783	BERNHARD JOSEF GRATT	2156
18295	BONATO COUROS S/A	9616
18295	BONATO COUROS S/A	32306
18295	BONATO COUROS S/A	9642
18295	BONATO COUROS S/A	9586
18295	BONATO COUROS S/A	26100
18295	BONATO COUROS S/A	9638
18295	BONATO COUROS S/A	9614
18295	BONATO COUROS S/A	2084
18295	BONATO COUROS S/A	26099
18295	BONATO COUROS S/A	9640
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	30425
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	21179
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	3994
380	BRUNO CEZAR HEBERLE	20023
380	BRUNO CEZAR HEBERLE	355
35991	BRUNO FERNANDO BRANCO	22204
38742	BRUNO LUIZ ROVEA E CLENIR SALETE SIQUEIRA ROVEA	8208
17750	BRUNO STROHDICK	1381

17750	BRUNO STROHDICK	1389
17750	BRUNO STROHDICK	1386
17750	BRUNO STROHDICK	1383
19639	CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	46
34174	CARLA DE SOUZA CRIPA	3518
15049	CARLA GABRIELLE DRESCH	11223
15049	CARLA GABRIELLE DRESCH	11224
3588	CARLOS ADAO TRATSK	7510
6046	CARLOS ALBERTO CHILEME	4406
35762	CARLOS ALBERTO MARCA	3362
12244	CARLOS ALBERTO, ALISON ADELMO COSTICHE E RODRIGO E MARCON	9152
30778	CARLOS ALEXANDRE DA SILVA E EDELANIA P RODRIGUES	8276
11624	CARLOS CAETANO GUBERT	22537
11624	CARLOS CAETANO GUBERT	8657
38387	CARLOS CALLIARI E MARIA CALLIARI	6703
2708	CARLOS ERNESTO LECHNER	2122
364	CARLOS GABRIEL PIRES	346
364	CARLOS GABRIEL PIRES	342
364	CARLOS GABRIEL PIRES	347
39471	CARLOS LOPES DE SOUZA E FRANCIELI NUNES	4479
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34733
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34714
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34743
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34692
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34729
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34705
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34734
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34718
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34715
19191	CARLOS MAURICIO D'AGOSTINI	34741
32986	CARLOS MIGUEL LIMA FRANCO	7638
4251	CARLOS PEDRO DESBESELL	3610
15480	CARLOS REGI PEREIRA	11471
9014	CARLOS ROGERIO POHL	34104
4157	CARLOS SPINDLER	3113
39673	CARMEN DE BARBA PRANDO	11545
14997	CARMEN MONICA REITER	11178
15017	CAROLINA MARIA MARCON	11196
34906	CAROLINA PIOVEZAN	7154
558	CASEMIRA URBAN	33121
19530	CATARINA LUIZA COSTENARO	7423
13882	CELIA EGER	22986
13882	CELIA EGER	33645
7010	CELIA MARIA KLOSS	21564
7010	CELIA MARIA KLOSS	5205
7010	CELIA MARIA KLOSS	21565
1852	CELIO JOAO BRANCHER	10124
9209	CELIO RAMOS RIBEIRO	10849
10715	CELSO BUSATTO PEREIRA	7881
8804	CELSO DA SILVA	6458
14102	CELSO LEMOS DA SILVA	10510

12260	CELSO MATTOS	9165
12260	CELSO MATTOS	9146
12260	CELSO MATTOS	33698
31685	CELSO RAMOS RIBEIRO E JANE MARIA DE ARAUJO	10847
9325	CELSO ROMANETTO	6818
36009	CELSO TANQUES	28924
18028	CELSO VILMAR BRANCHER	1487
18028	CELSO VILMAR BRANCHER	12326
18028	CELSO VILMAR BRANCHER	1456
9129	CELSO, ADRIANA, AIRTON E HAMILTON DOS SANTOS AMBROSIO	22093
30811	CENIR COSTA	9777
33694	CENTRO ESPIRITA JESUS E CARIDADE DE JOAÇABA	444
15552	CERENITA CAMARGO DE OLIVEIRA	11534
4674	CESAR FERRAZ	3488
6113	CESAR MANTOANI	4451
13145	CESAR ROBERTO VANINI	9823
11416	CEZAR BRUGNARA	8488
10648	CHARLES KORTE	23557
4370	CIDENES RATICO	3261
20545	CILES PAULO DE MORAES JUNIOR	2218
34004	CINTIA GOULART	4579
3603	CLACIR CARLOS ENGEL	23651
39632	CLAIR PIERINA FACIN	29097
41745	CLAIR TESSARI E JANETE CASARIN TESSARI	2488
15472	CLARICE DE SOUZA E SILVIA DE SOUZA	11463
14335	CLAUDEMAR ALVES RIBEIRO	7575
31099	CLAUDEMAR RIBEIRO BELO	11210
14350	CLAUDEMIR DUARTE	10674
15478	CLAUDIA A. VARGAS DA CRUZ	11469
10068	CLAUDIA MARIA COSTANARO	3968
10068	CLAUDIA MARIA COSTANARO	3970
10068	CLAUDIA MARIA COSTANARO	3969
36809	CLAUDIA MARIEN ARNHOLD	10690
339	CLAUDIA MARQUES MELO	319
339	CLAUDIA MARQUES MELO	320
32979	CLAUDINEY TAVARES DE ARAÚJO	10442
15508	CLAUDIO ASSIS DE OLIVEIRA	11497
5824	CLAUDIO RAMOS DOS SANTOS	4270
30953	CLAUDIOCIR A,EMILSON,CLEISON,JATIR,IVANA B RIBEIRO	21522
6534	CLAUDIOCIR ANTUNES RIBEIRO	30517
6534	CLAUDIOCIR ANTUNES RIBEIRO	4765
38309	CLEBER BERNARDI DILDA	10681
11570	CLEBERSON E DINOMAR MATEUS GUERREIRO	31690
11570	CLEBERSON E DINOMAR MATEUS GUERREIRO	8612
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5512
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5513
33867	CLERIO LUIZ GREZELE	10508
5847	CLEUSA APARECIDA DE SOUZA	4285
15505	CLEUZA MARIA SILVA	11494
32542	CLEVISTON MACIEL	9821
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12163

21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12162
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12170
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12164
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12185
33845	CLODOALDO ANTONIO SECCO	5000
30704	CLODOMIRO PIMENTEL NOGUEIRA	31683
10113	CLORINDO FERRI	22179
7668	CLOVIS MELOTTI	5639
7668	CLOVIS MELOTTI	5641
17787	CLUBE RECREATIVO E ESPORTIVO CRUZEIRO	11957
43006	COHAB E CELESTE ALVES DE ALMEIDA	7802
37694	COHAB E CELIO JOSÉ ROSSA	10666
34937	COHAB E CLÓVIS ALVES DE ANDRADE	7739
10686	COHAB E FABIO QUADROS	11813
10656	COHAB E JACI TERESINHA FERREIRA	11783
10662	COHAB E LAURITA T POLO	11789
10655	COHAB E MIGUEL ANGEL FRANZOI	11782
38516	COHAB E NELSI PAIZ	32733
38323	COHAB E RODRIGO ADRIANO BELOTO	7745
37005	COHAB S/C E LUIZ DOS SANTOS	7774
1883	COMCASA - COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA	26188
17767	COMERCIAL DE CARLI LTDA	322
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22453
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22482
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22490
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22445
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22450
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22458
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22479
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22539
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22447
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22452
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22481
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22489
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22449
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22457
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22478
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22454
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22491
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22538
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22446
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8358
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22451
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22480
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22459
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22448
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22456
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33558
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33568
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33570
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33559

30837	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERDE VALE	26381
30837	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERDE VALE	26370
40514	CONRADO, RUDOLFO RUY AUFFINGER E DIOVAN PEREIRA DA ROSA	33811
2719	CONSTANTINO STARES	2125
3982	CONSTRUTORA MACRO LTDA	2977
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23567
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23678
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	9782
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23659
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23635
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23688
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23685
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23566
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23690
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23637
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23650
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23695
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23647
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23689
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23636
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23562
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23649
30849	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN	23571
30849	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN	23579
30849	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN	23570
30849	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN	23580
4616	DALCIR DE SANTI E VANUZA DE SANTI	3455
5307	DANIEL ANTONIO FRATINI	3906
37173	DANIEL CALIXTO FAGONDE MORAES E SIMONE BLOSS MORAES	9529
23162	DANIELI SCHLEMMER	29972
23162	DANIELI SCHLEMMER	3327
34251	DANIELLE DALA LASTA ROSSA	3444
34251	DANIELLE DALA LASTA ROSSA	20920
621	DANILO LAURI SCHAEFER	7895
621	DANILO LAURI SCHAEFER	31555
621	DANILO LAURI SCHAEFER	7896
11423	DARCI DE GIACOMETTI	31672
11423	DARCI DE GIACOMETTI	8495
11423	DARCI DE GIACOMETTI	31673
5150	DARCI E ELIZA C A DE NEGRI	3788
11936	DARCI FERREIRA BRANDAO	8899
11936	DARCI FERREIRA BRANDAO	8898
17548	DARCI JOSE KUHN	11655
42807	DARIO GRIGOLO	26198
42807	DARIO GRIGOLO	26182
40190	DARLEI ANTONIO CAMARA	11225
6411	DAVI LOPES DE SOUZA	4650
15165	DAVID USINGER	11294
32511	DEISE APARECIDA DALL'OGGIO FUGA	190
15063	DELICIO PELENTIR DE MORAIS	11236
19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	27461

19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	27470
13878	DERCIO JOSE SLOGO	10391
4500	DEVINO POLI	21695
5447	DIAMANTINA N STENSTENFUS	30229
5447	DIAMANTINA N STENSTENFUS	4025
37075	DILCEU LUIZ PAZINATTO E FERNANDA FORBICI PAZINATTO	7631
32223	DILSO FRANCISCO MALAQUIAS	26871
13663	DILVIO EZAURO ALVES DA SILVA	10221
2171	DIMAS NUERNBERG	1763
2171	DIMAS NUERNBERG	27330
2171	DIMAS NUERNBERG	1747
12954	DIONE MARINA PEREIRA PINTO	9655
12973	DIONEIA SILVEIRA MENDES E OUTRA	9671
15457	DIRCEU ALBERTO WACHOLZ	23467
38041	DIRCEU ANTONIO CALAI	28183
14351	DIRCEU BARETTA	32755
14351	DIRCEU BARETTA	10676
14351	DIRCEU BARETTA	10675
5852	DIRCEU DA FONSECA SOUZA	4290
32439	DISNEY DE MARCO	10563
32439	DISNEY DE MARCO	23130
18428	DJANIRA ROSA SOBRINHA	6247
9151	DOMINGOS DEUMIRTES DE CAMARGO	6682
31682	DOMINGOS GALHOTTO	8558
31682	DOMINGOS GALHOTTO	21556
31682	DOMINGOS GALHOTTO	5192
20712	DOMINGOS INACIO SIQUEIRA	8335
19360	DOMINGOS JUVERCI DA SILVA	4275
5827	DONATILIO VIEIRA DA SILVA	4272
5403	DORCELIRIA FERREIRA	3988
4233	DORIS LANGE	3165
19535	DORIVAL AMANCIO DAMASIO	4458
6351	DORIVAL CASSUL DE MENEZES	4615
11580	DORLI GEOVANIZ LEBIODA	8622
3850	DORVALINA FERREIRA FRANCA	2854
543	DORVALINO CASANOVA	452
15300	DORVILIO BALAN E AURI MENDES DA LUZ	11376
15253	DORVILIO BALAN E NERI LEITE	11343
11777	DORVINA DE SOUZA DURAN	8764
12619	DOZOLINA BAVARESCO	9410
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	1090
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9484
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9370
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9188
40614	EDEMILSON JOSÉ LEORATO	4415
9552	EDER E SCHEILA M SATICQ	7007
9552	EDER E SCHEILA M SATICQ	7006
14418	EDEZIA NETO WINKLER	10731
6653	EDGAR AMALCABURIO	3292
9144	EDGAR ARNO BRISSON	6676
5192	EDGAR LUIZ FEDRIZZI E LEONILDA APARECIDA BINDER FEDRIZZI	4157

40832	EDGAR TESSER E DANIEL POLETTO TESSER	731
38014	EDILAR IVO BIZZON	10428
37117	EDILSON GONÇALVES	21392
2076	EDIMAR BIARZI	5845
5928	EDIMILSON ANDOLFATTO	31164
5928	EDIMILSON ANDOLFATTO	4339
5928	EDIMILSON ANDOLFATTO	31166
5928	EDIMILSON ANDOLFATTO	4338
17609	EDIMO HUGO DE MARCO	11704
17609	EDIMO HUGO DE MARCO	11703
17609	EDIMO HUGO DE MARCO	11705
17609	EDIMO HUGO DE MARCO	11702
1311	EDISON D OLIVEIRA FILHO, PEDRO DA SILVA, GELSON SURDI/OUTROS	33223
1311	EDISON D OLIVEIRA FILHO, PEDRO DA SILVA, GELSON SURDI/OUTROS	33217
6341	EDITE DA SILVA ROSA	5410
13927	EDITE DREY	27733
13927	EDITE DREY	29296
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	10800
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	10799
10501	EDMAR MOLIN	7748
39784	EDNIRA LÚCIA LATENIK, NEIDE MARIA TEIXEIRA E ELIZEO HOPPEN	23250
36690	EDORILDO PETRY	497
38189	EDUARDO ANTONIO MOSLINGER	28853
38189	EDUARDO ANTONIO MOSLINGER	2866
3340	EDUARDO BELEGANTE	2477
41893	EDUARDO BELEGANTE E PEDRA BELEGANTE	2055
8428	EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI	6208
8428	EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI	27831
40493	EDUARDO MACHADO E LEIZIMARE CARDOSO DE AGUIAR RODRIGUES	4964
12269	ELCIO EMILIO FINGER	9172
603	ELDO RENE HILDEBRANDO	3758
3839	ELIANE APARECIDA MARTINS	2843
38757	ELIANE FERRONATO E FELIPE CARLOS FILIPIACKI	3230
4030	ELIANE SOARES E EDSON SOARES	3015
2939	ELIANI MARLIS HAHN ROCCA E OUTROS	2229
15067	ELIAS AMBROSIO	11239
14580	ELIAS RAMOS	10860
10502	ELIO DORNELES	9155
14309	ELISEU ELIAS PERUZZO	10644
32136	ELISEU GLANERT	26403
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE	32558
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE	11049
10317	ELMIR JOSE DEL PIZZOL	7569
10317	ELMIR JOSE DEL PIZZOL	7570
38590	ELOI BRUNO CHIAMULERA	5655
38590	ELOI BRUNO CHIAMULERA	5670
12880	ELOI MACHADO SOARES	9602
7007	ELOI RATTI	5292
14624	ELOISIO GEOVANI BOEIRA	10896
38205	ELSA M, PEDRO B, PAULO V, SANDRA R, ANGELO R E ANA D. BECHI	5279
13766	ELSO HILDEBRANDO DE CORDOVA	10310

10306	ELVIO BECKER E DANIELA DA SILVEIRA A BECKER	7561
24334	ELZA MARIA LUVISON SAVARIS	34413
8766	ELZA SCHNEIDER	6428
2402	ELZA WEISS	1928
2402	ELZA WEISS	2275
34084	EMANUELI DUARTE E ALCEMIR PAULO ROCHA	10560
15294	EMERSON DE OLIVEIRA	11371
13335	EMILIO CATSCHOR	9980
13335	EMILIO CATSCHOR	9979
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28586
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	10187
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28585
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28587
15423	ENEDIR DA SILVA MARTINS	23448
14711	ENIO RECH	23219
14207	ENORI VIEIRA	10559
40053	ENZO MASSIGNAN E ANGELA MASSIGNAN	2537
10467	EOLODIR MACIEL E CARMELINDO D.SANTOS	7715
13062	ERALDO ANTONIO DA COSTA	9756
13062	ERALDO ANTONIO DA COSTA	9757
12980	ERCILDA MARIA COSTA	9678
2413	ERICA PIOSIADLO SCHUTZ	1937
2413	ERICA PIOSIADLO SCHUTZ	12021
26872	ERNA FINK E IRMA DOERL VOGT	6964
15361	ERNESTO CALLIARI	23433
18494	ERNESTO DE OLIVEIRA	6733
23133	ERNESTO PUTTI NETO	2976
7785	ERNESTO ZAGO	5736
7785	ERNESTO ZAGO	7061
7785	ERNESTO ZAGO	23071
7785	ERNESTO ZAGO	5737
7333	ERNO LUIZ MALAKOWSKI	21702
7333	ERNO LUIZ MALAKOWSKI	5388
14216	ERVINO PAES DE FARIAS	10841
13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22848
13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22849
30900	ESPOLIO DE ADILES VAZ FORTE	22307
7997	ESPÓLIO DE ARTHUR DIDOMENICO	5846
7997	ESPÓLIO DE ARTHUR DIDOMENICO	5847
2560	ESPOLIO DE JOAO LIMAS	2053
2560	ESPOLIO DE JOAO LIMAS	2042
14553	ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO	10836
14553	ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO	32948
3993	ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS	29930
3993	ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS	2986
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20145
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	514
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20147
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20146
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	34115
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3712

5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3717
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3711
5753	ESPOLIO DE NILTON CAVICHOLI	4230
33175	ESPOLIO DE RENATO PAGLIARIN	10320
42365	ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCNHER	34347
42365	ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCNHER	6055
14579	ESPOLIO DE SALMO RAMOS	10859
11881	ESPOLIO DE SANTO PASCOAL ANZOLIN	8852
4362	ESPOLIO DE SEBASTIAO RODRIGUES	3256
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	2902
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3086
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3080
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	420
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3079
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3087
36750	ESPOLIO DE SILVIO ROCCO BRADO	11749
35872	ESPÓLIO DE VITORINO PINTO DE SOUZA	33510
2588	ESPÓLIO OE MANOEL CESAR DOS SANTOS	2062
2588	ESPÓLIO OE MANOEL CESAR DOS SANTOS	2063
2742	ETSON DAL CORTIVO	2136
857	ETTORE ZAMONER	651
7239	EUCLIDES CAMARGO	5340
17587	EUGENIO CARLOS ZIBETTI	11683
17587	EUGENIO CARLOS ZIBETTI	11684
12839	EUGENIO MARQUES	9575
9429	EULLER BITENCOURT SATICO	6908
32736	EUNICE RIBEIRO	1313
10227	EURIPEDES CASTEGNARO	7497
10227	EURIPEDES CASTEGNARO	31421
12988	EVA FERREIRA DE ASSIS	9685
17541	EVA ROSA DUARTE FERNANDES	25297
41897	EVANDRO RICARDO GUINDANI E YASCARA MICHELE NEVES KOGA GUINDA	27463
41897	EVANDRO RICARDO GUINDANI E YASCARA MICHELE NEVES KOGA GUINDA	2484
41923	EVANIR CERVELIN E JORGE ROBERTO SEBASTIÃO	5200
3767	EVANIR CORBANI DA SILVA	3227
42627	EVERTON E TAINARA DUTRA DEBUS	10827
38574	EVERTON FERREIRA STOCK E MICHELE NOGUEIRA STOCK	8532
32601	FABIANA RICARDO DOS REIS E JULIANA DOS REIS	4588
41220	FABIANO CARMINATTI	23687
13884	FABIANO E RAFAEL BERNARDINI	22987
15805	FABIANO LUIZ PIOVESAN	11925
37590	FABIANO PADILHA	11826
37297	FABIO ALVES	21223
38191	FABIO JUNIOR FLORIANO	28512
38191	FABIO JUNIOR FLORIANO	3662
34688	FABIULA ZABOT	27319
38810	FABRICIO PADILHA KLOTZ	7609
18132	FAVARO BEBIDAS LTDA	5576
14652	FELIPE CARLOS FINK	10922
34994	FELIPE NARCISO PALUDO	4041
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5725

17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5730
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5722
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5727
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5724
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5729
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5721
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5726
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5731
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5723
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5728
35671	FERNANDA BRAGA E JENIFFER BRAGA	2782
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7471
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7472
32227	FERNANDA SARTOR ZARTH	3085
14869	FERNANDO CESAR DALMOLIN	8417
14869	FERNANDO CESAR DALMOLIN	8416
8073	FERNANDO LUIZ BUSETTI	2542
5637	FERNANDO PAZINI	4159
13689	FIDENCIO MANOEL GOBBI	10241
10564	FIRMINO BUFON	7806
42432	FLAVIA DAS GRAÇAS LOVATEL SANGALI E EDERSON DIOGO SANGALI	8207
10290	FLAVIANO NERE	7544
39955	FLÁVIO FELTRIN E ROSELI APARECIDA MAZZAROLO FELTRIN	8231
8589	FLORENTINA MARIA POHL	30818
1221	FLORIANO WYZYKOWSKI	1006
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LT	27302
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LT	33210
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LT	27303
4274	FRANCA REGINA DAGOSTINI BRESSAN	10088
35679	FRANCIANE APARECIDA SCHUH E ALEXANDRO CAVALHEIRO CABRAL	10502
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8696
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	33880
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8695
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	10147
42900	FRANCIELO LUIZ BELOTTO	2622
4710	FRANCISCO ASSIS DA SILVA	3516
4710	FRANCISCO ASSIS DA SILVA	20958
4710	FRANCISCO ASSIS DA SILVA	20957
7163	FRANCISCO CARLOS WOLFF DE LIZ	10600
3853	FRANCISCO DA ROSA	2857
41767	FRANCISCO LOPES DA SILVA	27650
14274	FRANCISCO MATTEUS PEDROZO DE CAMPOS	10612
20797	FRANCISCO RAMOS NETO	4766
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	10335
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	32242
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	11581
10593	FRANCISCO URBANSKI	7829
24247	FRIDA SCHLINDWEIN	3734
11352	FRITZ MALAS E OUTRO	8437
11352	FRITZ MALAS E OUTRO	8436
31655	FRONZA AGROFLORESTAL LTDA	752

31655	FRONZA AGROFLORESTAL LTDA	754
9070	FUND R MASSIGNAN E JOAQUIM FILGUEIRAS	6632
31646	GABRIEL GHISLENI	6646
40546	GELCI AURELIA FERREIRA	8038
6401	GELCY BIBLIO	4646
33142	GELNEI ANA MORESCO CASADO E CELSO SILVEIRA CASADO	724
19129	GELSON ANTONIO BOESING	2080
19129	GELSON ANTONIO BOESING	29589
31676	GEMA LUIZA CAVANOS	9446
5728	GENESIO VASTRES	4217
8682	GENI MOREIRA AQUINO	21963
8682	GENI MOREIRA AQUINO	8704
32485	GENNY BIBLIO MARIN	3915
7151	GENTILA WOLFF DA IGREJA	5274
12189	GENUINO E EVA SANTINA TIMBOLA	9114
11513	GENY GALAFASSI	8561
15352	GERALDO FALAVINHA	11386
13121	GERALDO KREMER	9809
13121	GERALDO KREMER	32032
13523	GERSON ANTONIO GRIGOLO E ROSMARI DE OLIVEIRA	10118
36088	GESSI APARECIDA CAMARA E CLAUDIOMAR BIOLCHI	531
4450	GESSI TEREZINHA DA SILVA	3325
15426	GESSI TEREZINHA DA SILVA AMORA	23451
17681	GETULIO GOMES	11751
37642	GIANCARLO BRAGAGNOLO	6941
30050	GIANPAULO RIBEIRO	5602
30050	GIANPAULO RIBEIRO	5601
9173	GICELDA GENOVEVA SURDI	6698
3184	GILBERTO GUNGERMANN	29692
3184	GILBERTO GUNGERMANN	2382
3184	GILBERTO GUNGERMANN	2384
13214	GILBERTO LAZAROTTO	9882
40939	GILBERTO LUIZ LORENZINI E MARLENE ALDETE DE ALMEIDA	23622
14204	GILBERTO PARIZE	10556
30676	GILMAR ANTONIO DACAZ E FATIMA PRANDO	8441
32651	GILMAR DA SILVEIRA	5836
9358	GILMAR DEBUS	6851
9425	GILMAR E ADEMAR FRANCISCO DE SOUZA	6905
9425	GILMAR E ADEMAR FRANCISCO DE SOUZA	6904
5349	GILMAR FOPPA	5317
5349	GILMAR FOPPA	5298
3070	GILMAR GASPARIN	2313
22954	GILMAR GIORDANI e ILDETE GIORDANI	946
22954	GILMAR GIORDANI e ILDETE GIORDANI	953
42207	GILMAR GIORDANI E SCHEILA MARA CORSO GIORDANI	5916
36007	GILMAR LUIZ DE ARAUJO	28931
7291	GILMAR MALAKOWSKI	21679
9406	GILMAR PENTEADO	6891
9406	GILMAR PENTEADO	6890
4021	GILSON FREITAS MANGABEIRA	3008
9133	GILSON JOSE BERNARDI	6670

34071	GILSON LEAL PORTES	27014
18035	GILSON ROBERTO CALDART	28170
18035	GILSON ROBERTO CALDART	10201
18035	GILSON ROBERTO CALDART	28172
18035	GILSON ROBERTO CALDART	28169
18035	GILSON ROBERTO CALDART	10200
18035	GILSON ROBERTO CALDART	28171
18035	GILSON ROBERTO CALDART	12419
18035	GILSON ROBERTO CALDART	10202
3961	GISELA HOFFMANN	29881
3961	GISELA HOFFMANN	2958
41327	GISELE CLAUDIA SANTOS	28905
12492	GIZELIANA PAULA BELEGANTE	9323
12492	GIZELIANA PAULA BELEGANTE	26237
36217	GLADIMIR HEBERLE	29040
13596	GLADIS TEREZINHA LOHMANN E OUTROS	10164
47	GLAUCIO GRANDO GALLI E ALEXANDRA GALVAO GRANDO GALLI	28555
14295	GLENIO CALICE DA ENCARNACAO	10633
33778	GRACIELI PLATTAU GIORDANI	26333
1353	GRANDO, ARGENTA & CIA LTDA	29461
33721	GRAZIELE CORDAZZO	26255
6057	GREGORIO DA ROSA E ZULMIRA BETT	21406
5848	GUILHERME DOS SANTOS	4286
439	GUILHERME HENRIQUE BROMER	391
36379	GUILHERME SACCHI E RAFAEL SACCHI	4653
31118	GUINTER SCHEUFELE	5468
31118	GUINTER SCHEUFELE	5469
15043	GUNTER EMILIO DEGENER	11217
24048	GUNTHER BECHERS	32133
24048	GUNTHER BECHERS	10383
3086	GUSTAVO ZAMBON DOS SANTOS	2392
37616	HABITA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	6246
8672	HAINES REICHARDT	9974
7829	HARI PIOSIADLO	9380
32745	HAYDEE ADRIANE SCHNEIDER SPIER	10626
10219	HELIA APARECIDA DE LIMA	7491
35231	HELOISA CALLIARI DE ARAUJO	33940
35231	HELOISA CALLIARI DE ARAUJO	33942
35231	HELOISA CALLIARI DE ARAUJO	33910
35231	HELOISA CALLIARI DE ARAUJO	33906
2271	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR	26228
2271	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR	11914
3731	HERCILIO ALVES DE OLIVEIRA	2757
32671	HERCILIO DE MATOS NETO	31507
5706	HERMINIO BAÚ E VILMAR BAÚ	4203
5706	HERMINIO BAÚ E VILMAR BAÚ	4202
5706	HERMINIO BAÚ E VILMAR BAÚ	4201
37126	HERTA SARTORI	4168
39381	HEULES MISTURA	11788
35473	HILÁRIA ROSA BECKHAUSER	4708
35473	HILÁRIA ROSA BECKHAUSER	4709

14215	HIPOLITO ANOEL BARBOSA	10567
9101	HOMERO ANTUNES DE ALMEIDA	6655
5407	HONORIO SCHALY	10744
14576	HORACIDES PIRES DE LIMA	10856
7594	HUGO HENRIQUE KORNER	5579
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5561
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5566
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5563
8333	IDALINO ROSSO	6128
23647	IEDA BAU	8816
680	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	33097
680	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	11769
680	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	11185
680	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	20151
30863	ILDETE GIORDANI	26346
30863	ILDETE GIORDANI	26348
30863	ILDETE GIORDANI	26328
22553	ILDO RODRIGUES DO NASCIMENTO	7824
37186	ILMA KLEIN SIMON	9657
13816	ILOR DAL VESCO	10347
15528	ILSE APARECIDA KUZNIER	11510
33775	ILSE BECKER NONEMACHER	22555
33775	ILSE BECKER NONEMACHER	8747
6530	ILSE TEREZINHA GEUDA	4760
33745	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E CLODOALDO J. GONÇALVES DOS SANT	10871
33735	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E EVERALDO LUIZ BERTUSSO	10894
33759	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E GILBERTO DA SILVA	10920
33740	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E GRACIOLINA BOSCHETTI	10919
33736	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA	32892
33736	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA	10957
18226	IMOBILIARIA BALNEARIO PIRATUBA LTDA	10913
36845	IMOBILIARIA COMETA LTDA E ADELIR BORTOLI & CIA LTDA ME	5129
32395	IMOBILIARIA COMETA LTDA E LEOMIR A. DRESCH	4730
17978	IMOBILIARIA LIMEIRA LTDA	1551
21277	INDUSTRIA METALURGICA ILHA LTDA - ME	11007
18329	INDÚSTRIA METALÚRGICA UNIÃO LTDA	26572
34683	INES APARECIDA CARDEMAS	8604
12996	INES FERREIRA DA SILVA	9693
7243	INORI VIEIRA	5343
8244	INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL	6062
4752	IRACEMA F PEREIRA	3548
4752	IRACEMA F PEREIRA	3547
14252	IRACI MARIA DA SILVA SCHULDEZ	10597
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	22746
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	22603
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	9065
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	9434
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	22604
5972	IRAMIDES DE OLIVEIRA PENTEADO	21371
41394	IRINEO JOSÉ CERVELIN	11190
13248	IRINEU KRAUSE	9911

19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA	21087
19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA	21184
38450	IRMGART FRISKE	2597
40742	ISAC LUIS RIBEIRO	5023
40387	ISAIAS JOEL MACHADO	23680
41560	ISIDORO JOSÉ BRANCHER NETO	34198
41560	ISIDORO JOSÉ BRANCHER NETO	34179
11046	ITACIR MONFROI	8153
21504	ITAMAR ANTONIO GERALDI	22132
21504	ITAMAR ANTONIO GERALDI	6805
1183	IUMA MABEL, FERNANDA, FABIO, CASSIO E WILSON A. CECONELLO	968
1183	IUMA MABEL, FERNANDA, FABIO, CASSIO E WILSON A. CECONELLO	970
15573	IVAIR BECKER	11554
6252	IVAIR PEREIRA	4542
6252	IVAIR PEREIRA	21472
13154	IVALDIR ROSA DA SILVA	9831
7628	IVALDO TRAIANO	21782
7628	IVALDO TRAIANO	21783
42786	IVAN PAULO ALVES DE OLIVEIRA E FABIANA DE OLIVEIRA	3542
9306	IVANDRO ZARPELON	6813
12089	IVANETE, ADEMAR E MARILENE BUSSOLARO	9035
15567	IVANILCE MARLI DE OLIVEIRA	11548
12995	IVANILDE DOS SANTOS ARNS	9692
10615	IVANIR CORREA DE MOURA	7850
33710	IVANIR MARIA RIBEIRO DA SILVA E HILARIO RIBEIRO DA SILVA	6624
33710	IVANIR MARIA RIBEIRO DA SILVA E HILARIO RIBEIRO DA SILVA	6623
33710	IVANIR MARIA RIBEIRO DA SILVA E HILARIO RIBEIRO DA SILVA	6628
33710	IVANIR MARIA RIBEIRO DA SILVA E HILARIO RIBEIRO DA SILVA	6635
5640	IVANOR DA COSTA	11514
5640	IVANOR DA COSTA	28631
1803	IVANOR DOS SANTOS	1449
30636	IVES JOSE PIZZOLATTI	23683
12792	IVETE FEDRIGO LUEDKE	31999
12901	IVETE KURTZ DALLA COSTA	32054
38003	IVETE MARIA ALBIERO DAROLD	10977
36694	IVETE WASEN	6557
37509	IVO ANTONIO BALAN, MARIA BALAN MAIKEL BALAN E CARMEN T. G.	12268
37509	IVO ANTONIO BALAN, MARIA BALAN MAIKEL BALAN E CARMEN T. G.	12273
37509	IVO ANTONIO BALAN, MARIA BALAN MAIKEL BALAN E CARMEN T. G.	12278
37509	IVO ANTONIO BALAN, MARIA BALAN MAIKEL BALAN E CARMEN T. G.	12269
37509	IVO ANTONIO BALAN, MARIA BALAN MAIKEL BALAN E CARMEN T. G.	12253
37509	IVO ANTONIO BALAN, MARIA BALAN MAIKEL BALAN E CARMEN T. G.	12266
2925	IVO ARI FRONZA	2219
15179	IVO DA SILVA E ELEI DA SILVA	34083
37006	IVO MARCON	3901
38930	IVO PEREIRA DOS SANTOS E MARIA SALETE PEREIRA DOS SANTOS	23522
9963	IVO RESMINI	7300
6055	IVO SANTIN	4413
15085	IVO SOBRINHO	32509
15085	IVO SOBRINHO	11256
10489	IVONE AUGUSTA BRANCO SGARIA	2932

4425	IVONE DA ROSA	3301
3507	IVONE IDALINA ANTES	2601
5054	IVONE MARIA CARLETTO	27678
5054	IVONE MARIA CARLETTO	28268
3153	IZA JANDIRA BERNARDI E OUTROS	2361
36180	IZABEL CORONETTI ARENHARDT	4271
10302	IZABETE LOURDES BONETTI	7557
4618	IZELINA DA ROSA	3456
12590	JACIR FERREIRA FRANÇA	22730
14197	JACKSON BORDIN E FABIO ROGERIO PESSOA DA SILVA	6168
11491	JAIME ANTONIO BONAMIGO	8543
14712	JAIME LUIZ RECH	23220
19237	JAIR ADRIANO	21431
19237	JAIR ADRIANO	4460
2249	JAIR ANDRE DE SA	1816
3697	JAIR DA SILVA	2731
31015	JAIR MORELLO E SIDNEI BARBIERI	21989
40224	JAIR PARENTI RIBEIRO	11962
15570	JAIR ROQUE DE MATTOS	11551
488	JAIR0 ANTONIO PROVENSI	20065
7282	JAIR0 ARPINI	5362
19329	JAIR0 JOSE BEHRENS	9164
38875	JANAINA MOLIN CABRAL	27720
14646	JANDIRA ALVES DE INHAIA DEBONA	10916
11400	JANETE APARECIDA POZZA	8474
30954	JANETE APARECIDA ROSA E CLAUDEMIR FLAMIA	536
14479	JANETE APARECIDA TAUBATE	10786
30057	JARDEL MARQUES PENA E JULIANA CRISTINA ROSENDO MARQUES	10208
30057	JARDEL MARQUES PENA E JULIANA CRISTINA ROSENDO MARQUES	6369
10521	JARDELINO ANTUNES DA SILVA	7768
32302	JAYR DE OLIVEIRA E LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	9866
15471	JILMAR SEVERO DA SILVA	11462
20107	JIROL - JOACABA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	12403
1297	JOACABA MAQ IND COM CADEIRAS LTDA	20232
9161	JOACI PIQUETTI	6687
32424	JOACYR TESSER	5280
6953	JOAO ADONIR RAMOS	5169
34293	JOÃO ALVARES DE OLIVEIRA E BENTA DE OLIVEIRA	3738
5630	JOAO ALVES DE MOURA E MAURO ALVES DE MOURA	4154
4768	JOAO ANTONIO DA SILVA E CELIO BORGES	3561
4768	JOAO ANTONIO DA SILVA E CELIO BORGES	30091
22404	JOAO ANTONIO MALAQUIAS BATISTA E UMILDE BRANCO M. BATISTA	10891
13017	JOAO BATISTA AMBROSIO E JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	9716
5854	JOAO BATISTA VAES	4292
5235	JOAO CARLOS E MARIA HELENA DA LUZ	3858
18816	JOAO CARLOS PEREIRA DE MENDONCA	10032
4736	JOAO CONSTANTE RIES	3534
14409	JOAO DE OLIVEIRA LEITE	10722
33111	JOÃO DOS SANTOS	6721
15433	JOAO EDUARDO EBERT	23458
4055	JOAO EUDIVINO BEE	3031

3797	JOAO FRANCISCO ANASTACIO	2808
19354	JOAO GILBERTO ANTUNES	23628
3846	JOAO GONCALVES DOS SANTOS	2850
17704	JOAO HONORIO PICHININI	11772
4045	JOAO IGNACIO	3026
35776	JOÃO JANIR ALVES	5165
5661	JOAO JOACIR CASTANGNARO	4174
34012	JOÃO JOSÉ DALACOSTA	10115
34012	JOÃO JOSÉ DALACOSTA	22932
18147	JOAO LOPES	5163
18147	JOAO LOPES	3474
37713	JOÃO LUIZ SPINELLI	5971
15441	JOAO M VIEIRA NASCIMENTO	11441
12097	JOAO MARIA DE MOURA	9042
11665	JOAO MARIA DE OLIVEIRA	8675
6340	JOAO MILTO DA SILVA	4606
18580	JOAO PEDRO CORREA	30940
18580	JOAO PEDRO CORREA	6679
15488	JOAO RIBEIRO DA COSTA	11478
15073	JOAO RODRIGUES	11245
3811	JOAO SILVA FILHO	2820
8987	JOAO TOMAZZI	6579
15065	JOAO VIEIRA	23299
3803	JOAO VILSON VIEIRA SATIQ	2815
18375	JOAOZINHO ANAOR FILIPPINI	10047
7545	JOAREZ ANTONIO PAIMELL E SONIA MARLY ZANG	28426
7545	JOAREZ ANTONIO PAIMELL E SONIA MARLY ZANG	5540
7545	JOAREZ ANTONIO PAIMELL E SONIA MARLY ZANG	28427
7545	JOAREZ ANTONIO PAIMELL E SONIA MARLY ZANG	5541
4073	JOCELI SEBASTIAO DA SILVA	3046
3705	JOCIL RATHIER DUTRA	20742
3705	JOCIL RATHIER DUTRA	2737
35389	JOEL ZANIN	11465
35390	JOENI EDMAR CONTESSOTTO	2319
32322	JOISE FORTE DAROS	7723
11761	JONAS TABORDA	8750
14605	JONES BORBA DE AZEVEDO	10881
15475	JORGE ALVES PADILHA	11466
15038	JORGE ANTONIO CARDOSO	11121
3806	JORGE CAMILO GAVASSO	2816
3631	JORGE PADILHA	2680
15476	JORGE ROBERTO SILVA	11467
14611	JOSCELINO SERNAJOTO	10887
3112	JOSE ADILSON BITTENCOURT	2333
12990	JOSE ALVES SOBRINHO	9687
15440	JOSE ANTONIO PIAIA	11440
3994	JOSE AVELINO ANTUNES DE OLIVEIRA	2987
5102	JOSE BANDELOFF	3825
5102	JOSE BANDELOFF	26305
5102	JOSE BANDELOFF	3756
13058	JOSE BENTO	9753

38816	JOSÉ CARLOS KLOTZ E ROSANI MARIA PADILHA KLOTZ	5474
41377	JOSE CARLOS PITOL	9262
6135	JOSE DA SILVA FILHO	4466
11030	JOSE DA SILVA SABRITO FONTES	8149
11030	JOSE DA SILVA SABRITO FONTES	31611
516	JOSE DARTORA	20076
516	JOSE DARTORA	20078
516	JOSE DARTORA	20077
516	JOSE DARTORA	436
5598	JOSE E ANTONIO PINHEIRO	4132
39872	JOSÉ EDILSON VIRMES E TAÍS LAURA ZARPELON	4762
18302	JOSE ELIAS	29427
18302	JOSE ELIAS	11114
18302	JOSE ELIAS	640
18302	JOSE ELIAS	11103
15541	JOSE FERNANDES DA COSTA	11523
13051	JOSE FERREIRA	9746
13051	JOSE FERREIRA	32328
13066	JOSE GRACIANO PEREIRA	9760
13066	JOSE GRACIANO PEREIRA	9761
5812	JOSE LEOCIR DA SILVA	4265
32266	JOSE LUIZ BERNARDI	5477
11314	JOSE LUIZ PARISOTO	8402
11314	JOSE LUIZ PARISOTO	8401
32393	JOSÉ LUIZ VOLPATO E ARIovaldo LUIZ TASCA	2555
4599	JOSE MARIA ROSSA e SAULA CONTE ROSSA	3445
3682	JOSE MAROSTICA	2716
4062	JOSE OSMAR RIBEIRO	3038
15444	JOSE PADILHA	11444
37007	JOSE QUINTILHAN E WALDOMIRO QUINTILHAN	408
7250	JOSE SACCOL	5345
8226	JOSE SCHAZMANN	11283
8226	JOSE SCHAZMANN	29135
35843	JOSÉ SENEGAL RODRIGUES	4481
9416	JOSE TADEU DE SOUZA	6898
15493	JOSE VENTURA DOS SANTOS	32385
12946	JOSE VILMAR BANDEIRA	9648
13930	JOSIANE JULIANA MACHADO	10421
38803	JOSMIR APARECIDO ROCHA	33359
30714	JOSSERLEI LISBOA	4477
37143	JOVAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	20001
4397	JOVENTINO DE MARCO	3276
39613	JSA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA	23060
4106	JUAREZ CESAR PAROLIN	7766
4106	JUAREZ CESAR PAROLIN	7765
11571	JUAREZ SILVESTRE GUERREIRO	8613
10238	JUCARA APARECIDA ANTUNES	7505
4072	JUCELINO DA SILVA	3045
5404	JUDITE FERREIRA DE OLIVEIRA	3989
42562	JULIAN JOSÉ CERVELIN E JULIANE DE MELLO DA SILVA	23541
3775	JULIANO GALILHETTI	2787

35978	JULIANO PALUDO	23572
40967	JULIMAR ANTONIO SALVADOR	4733
15527	JULIO CESAR BISSANI	11509
12932	JULIO FERREIRA	9634
15445	JULIO TADEU RIBEIRO	11445
34936	JÚNIOR CESAR DE SOUZA CAVALHEIRO	23295
34936	JÚNIOR CESAR DE SOUZA CAVALHEIRO	11215
21034	JUNIR JAIME SAVARIS	11132
14420	JURACI VERONICA FIDELIS	10733
582	JUREMA FERNANDES	473
15430	JUREMA VARELLA DE SOUZA	23455
14063	JUSCELI NORA CONTTI	10484
15045	JUSSARA REBELHUR	11219
5541	JUVENAL RICARDO	4096
19948	JUVENTINO TEODORO DE MELLO	3291
8793	KAREN ALINE ZANINI	12150
37132	KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN	7842
40368	KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN E LUIZ FRANK	4246
39362	KARINE MARCIA DA COSTA	23547
11289	KLEBER MARTINI	8377
1968	LACI JUSTI	7644
1968	LACI JUSTI	33841
37172	LAR & COMPANHIA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA.	10378
40101	LARA ZÍLIO, ULISSES ZÍLIO, ZÍLIO & ZÍLIO E APARECIDA ZÍLIO	1379
35028	LARISSA BERTUCCI	7716
30958	LAUDA MARIA RHODEN E REINALDO JOSE ALBUQUERQUE	2381
3115	LAURA, JORGE, LEANE, CARLOS E LILIAN KRUHS	2334
17574	LAURINDO ASTOLFI	11674
3975	LAURIVAN DICK E RICARDO DICK	2970
15042	LAURO DE ALMEIDA	11216
9339	LAURO LAND	6832
21963	LAURY ANTONIO TETZLAFF	27397
39741	LAUVIR BENJAMIN	26905
10571	LEANDRO DE BORTOLI BETTIO	11959
10571	LEANDRO DE BORTOLI BETTIO	28138
2984	LEANDRO MENDONCA LINDNER	2262
41805	LEANDRO, FERNANDO DE BORTOLI E MILENE DE B. BETTIO FERREIRA	7844
34224	LEILA APARECIDA FLORIANO DE SOUZA	30096
34224	LEILA APARECIDA FLORIANO DE SOUZA	11881
36112	LEILA ESTROWISPI	2711
10022	LEOBERTO GARÇA E LEODIR LUIZ GARÇA	22305
14830	LEOCINDO FERNANDES	11021
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI	6298
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI	20785
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI	3003
33716	LEOMAR DE MATTOS	4545
35157	LEONARDO DALLA LANA	23672
35157	LEONARDO DALLA LANA	23673
5695	LEONILDE DELLA FAVERA FERLIN	4192
5695	LEONILDE DELLA FAVERA FERLIN	7030
13059	LEONILDO UBIALI	12026

8301	LEONIR ANTONIO TREVISAN	6105
42854	LEONIR BREMM	27487
2570	LEONIR SANTO MEYER	2050
13740	LEONOR SALETE POSSAMAI HEBERLE	10289
37465	LIANA RUSSOWSKY BRAGAGNOLO	34027
37465	LIANA RUSSOWSKY BRAGAGNOLO	34026
37465	LIANA RUSSOWSKY BRAGAGNOLO	12172
3276	LIBERA DAL SOGLIO	2425
32670	LIGIA BACALTCHUK	1582
6179	LINDA DE LOURDES FRANCISCHETTI	4499
13045	LINDENOR A. DOS SANTOS FILHO	9739
32608	LINDIOMAR DA SILVA	8828
4357	LIRIA MARILDA LUDWIG	20876
9291	LIZANDRA LIMA	6793
9846	LIZETE MARIA NATUS	7204
5822	LODOVICO ANTONIO BIAVATTI	4269
13670	LOIRI LIZZI LAGRANHA	10229
7017	LORENA FERRONATO KOZLNSKI	21566
7017	LORENA FERRONATO KOZLNSKI	5210
14149	LORENA TERLAN	23090
37370	LOURDES GRANETO LOCATELLI	1588
37370	LOURDES GRANETO LOCATELLI	1640
8736	LOURDES ZILIO E IEDA ZILIO	6399
10581	LOURENI MARTINS	7822
10237	LOURIVAL BORTOLI	7504
40687	LUCAS, LETICIA E LAIS ADAGUINARIO	9525
21620	LUCIANA CRISTINA ARGENTON FERNANDES	7156
42129	LUCIANA DAVI TRAVERSO NODARI	10252
42129	LUCIANA DAVI TRAVERSO NODARI	10256
42063	LUCIANA DEOLA E CLOVIS DA SILVA	4474
31097	LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER	3266
31097	LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER	20887
30839	LUCIANO DI DOMENICO	11883
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5853
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5850
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5855
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5852
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5849
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5854
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5851
15267	LUCIANO GONCALVES	11355
36651	LUCIANO SOUZA DOS SANTOS	3581
6350	LUCIARA VIERA	4614
59	LUCIO SAAVEDRA TERAN	50
14428	LUIS ALBERTO CONCI	10739
30933	LUIS PAULO ELICKER	7506
5962	LUIZ ADAO DEITOS	4459
8520	LUIZ ADRIANI DE ANDRADE	27206
8520	LUIZ ADRIANI DE ANDRADE	6275
8520	LUIZ ADRIANI DE ANDRADE	27229
8520	LUIZ ADRIANI DE ANDRADE	27241

1429	LUIZ ALBERTO GARDINI	1180
7238	LUIZ ALBERTO MOTT	5339
5930	LUIZ ALBERTO SANTINI	4340
4071	LUIZ ALCANTARA	3044
567	LUIZ ALEXANDRE VIEIRA, PATRICIA LEMOS VIEIRA E ANDRE VIEIRA	466
10598	LUIZ ALVES CASSIANO	7833
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	768
33602	LUIZ CARLOS AGUIAR	9643
33602	LUIZ CARLOS AGUIAR	9644
555	LUIZ CARLOS BACHLER	20091
555	LUIZ CARLOS BACHLER	461
1556	LUIZ CARLOS BARETTA E OUTROS	1344
1262	LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO	1164
33790	LUIZ CARLOS COELHO E CARLA TEREZINHA HOFFMANN	6276
13408	LUIZ CARLOS COMINI	10036
10240	LUIZ CARLOS DA SILVA	28180
14565	LUIZ CARLOS DE ARAUJO	10846
6612	LUIZ CARLOS LEITE MELLO	4837
6367	LUIZ CARLOS LOPES CORDEIRO	4625
14168	LUIZ CARLOS MOTTA	32609
5956	LUIZ CARLOS RIBEIRO	4355
13186	LUIZ CUNHA	9862
13186	LUIZ CUNHA	22856
37348	LUIZ DE ANDRADE	7794
18177	LUIZ EUZEBIO MALISKA	28439
18177	LUIZ EUZEBIO MALISKA	7060
38001	LUIZ EUZEBIO MALISKA E ISOLDE STRAUSS COLOMBO	5771
38001	LUIZ EUZEBIO MALISKA E ISOLDE STRAUSS COLOMBO	5770
1562	LUIZ FERNANDO BREDAS	8021
1562	LUIZ FERNANDO BREDAS	8068
34076	LUIZ FERNANDO SPESSATTO	33191
34076	LUIZ FERNANDO SPESSATTO	33185
6131	LUIZ GONCALVES	4462
7820	LUIZ MOLIN NETO	5769
38500	LUIZ ROBERTO DA SILVA E BARBARA SALETE BIAZZOLO	2562
7006	LUIZ TRAIANO	5293
38096	LUIZ VALDIR SUBTIL DE LIMA	3535
18501	LUIZ VARGAS	32319
24325	LUIZ VASTRES	26404
12735	LUIZ WIESER	10745
12735	LUIZ WIESER	23517
12735	LUIZ WIESER	10747
12735	LUIZ WIESER	10754
12735	LUIZ WIESER	10756
12735	LUIZ WIESER	10746
12735	LUIZ WIESER	10753
12735	LUIZ WIESER	10748
12735	LUIZ WIESER	10755
15016	LUIZA ALTENBURGER NEUHAUSER	11195
6946	LUNA SCORTEGAGNA	5162
40658	LURDES DADALT	2682

3188	LURDES JUNGERMANN	2385
15071	LUZIA ANTUNES DE OLIVEIRA	11243
20128	M C A - HIDRELÉTRICAS LTDA - ME	12394
20128	M C A - HIDRELÉTRICAS LTDA - ME	28844
35222	MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	12470
35222	MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	12462
34269	MAIARA APARECIDA RATTI	11309
34719	MAICON ZANELLA	11801
14482	MANFRED FRIEDRICH	10789
5862	MANOEL DA COSTA	33590
5862	MANOEL DA COSTA	4300
5862	MANOEL DA COSTA	21328
15553	MANOEL LOPES DE ANDRADE	11535
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	30519
4352	MANOEL OSORIO FARIA DE OLIVEIRA	3251
9608	MANUEL INSUELA DURAN	22184
4979	MARCELINO AMBROSIO	3677
1866	MARCELO AFONSO DE SOUZA	1504
5515	MARCELO ANTONIO RISSON	4077
20308	MARCELO ANTONIO VELOSO	3248
42528	MARCELO CARLOS BORTOLUZZI E CAREN BETINA MERNENER	23032
42528	MARCELO CARLOS BORTOLUZZI E CAREN BETINA MERNENER	23031
4412	MARCELO ROBERTO DUTRA	3289
13538	MARCELO SKALEE	10131
7214	MARCELO ZAGONEL	5318
34233	MARCIA DE FATIMA XAVIER LEITE COMIN	27025
15072	MARCIA REGINA DOS SANTOS	11244
39450	MARCIA TERRES	10853
15523	MARCILIO JOAO GRONDEK	11505
15523	MARCILIO JOAO GRONDEK	32469
23616	MARCIO ANTONIO PASCHOALIN	27654
6412	MARCIO EVANDRO E MARLENE DE OLIVEIRA BRANCO WASEN	21520
6412	MARCIO EVANDRO E MARLENE DE OLIVEIRA BRANCO WASEN	6572
37269	MARCO ANTONIO SCHMITZ	8615
42566	MARCO ANTONIO, ELVIRA, SILVIO, MARIA AP E ADAO	11690
41809	MARCO AURÉLIO MICHAUD E JACQUELINE DE OLIVEIRA ALVES	10584
6105	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA	4444
39492	MARCOS ANTONIO FAVERO	26575
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7628
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7714
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7627
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7637
43290	MARCOS ANTONIO SIMIONI E NADIA MUNARETTO SIMIONI	23214
43290	MARCOS ANTONIO SIMIONI E NADIA MUNARETTO SIMIONI	32895
43290	MARCOS ANTONIO SIMIONI E NADIA MUNARETTO SIMIONI	32897
43290	MARCOS ANTONIO SIMIONI E NADIA MUNARETTO SIMIONI	23213
43290	MARCOS ANTONIO SIMIONI E NADIA MUNARETTO SIMIONI	10973
43290	MARCOS ANTONIO SIMIONI E NADIA MUNARETTO SIMIONI	23218
43290	MARCOS ANTONIO SIMIONI E NADIA MUNARETTO SIMIONI	32896
13047	MARCOS DANIEL ANTUNES DE OLIVEIRA	9741
39609	MARCOS FELTRIN	11816

30590	MARCOS VENÍCIUS DORINI	4696
30590	MARCOS VENÍCIUS DORINI	4705
8815	MARCULINO FERREIRA DOS SANTOS	6466
11589	MARGARETE APARECIDA PASCHOALIN SCHMITZ	8629
39923	MARGARETI ERTEL E MARLEI TEREZINHA ERTEL	9605
7035	MARGARIDA ANTONIETA NOBRE	5224
7035	MARGARIDA ANTONIETA NOBRE	5223
15463	MARGARIDA SOARES	11455
15078	MARIA ANITA DAL FONSO	11249
30784	MARIA ANTUNES CAMARGO	3359
40998	MARIA APARECIDA LACERDA HOLZBACH	2306
31070	MARIA APARECIDA POGERE	11522
36937	MARIA APARECIDA ROSA VARISA E DEONEZIO CANALE	25305
10591	MARIA APARECIDA TETZLAFF	10606
37325	MARIA BARCELLA LORENZZONI	3598
11511	MARIA BENIA VIERA	8560
15537	MARIA BERNADETE PEREIRA	11519
1438	MARIA CONCEICAO STEFANES	1189
31111	MARIA CRISTINA CHANES	7245
32392	MARIA D. GARCIA DOS SANTOS E ADENIR RODRIGUES DOS SANTOS	4387
3854	MARIA DA GRACA PEREIRA	2858
3614	MARIA DAS GRACAS MARQUES DE SOUZA	2669
36417	MARIA DE LOURDES FANKE	3342
39355	MARIA DERLI DE MATOS	2693
7057	MARIA DIRLEI KUNZ	5232
34429	MARIA DO CARMO QUIBEN MAGNABOSCO	1206
7479	MARIA DO CARMO TRAIANO BEAL	5494
12247	MARIA GECI BERNARDINI	9154
15593	MARIA HELENA MACIEL MACIEL	23490
15587	MARIA HELENA TORRES	23484
19069	MARIA INACIA PIRES DE MELO	9025
13709	MARIA INES CORBARI COLUSSO E SERGIO COLUSSO	29272
7527	MARIA INES VIVAN DE VARGAS	5528
9204	MARIA IRACEMA VIEIRA SCHNEIDER	6726
3512	MARIA IRACI CORREIA	2606
41093	MARIA IVANILDE DE SOUZA INACIO	26140
13583	MARIA IVONE Wiest RIGHI	10152
31636	MARIA IVONI DA SILVA DESBESELL	3180
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	10350
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	10349
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	32103
15504	MARIA LORENA DE OLIVEIRA	11493
4004	MARIA LUCIA MOREIRA NERES	2992
15081	MARIA LUCIA SCHIBICHEWSKI	11252
32491	MARIA OLIVETE PERI	10016
32491	MARIA OLIVETE PERI	10017
15591	MARIA PADILHA COSTA	23488
32386	MARIA RITA BARETA RAMOS DO PRADO	6668
11187	MARIA ROSA VIVAN	8299
11187	MARIA ROSA VIVAN	8298
3851	MARIA ZENAIDE PEREIRA	2855

3851	MARIA ZENAIDE PEREIRA	28715
40284	MARIA, MARA E MARCIO MARTINS PEDRELLI	10837
9437	MARIANA,DIOGO,RODRIGO PIRES DE MELLO	6915
7277	MARIANE ESTER HUF DOS REIS	5359
40188	MARILDA APARECIDA COFFERI BARBOSA E PEDRO CORDEIRO	6730
40188	MARILDA APARECIDA COFFERI BARBOSA E PEDRO CORDEIRO	30952
35989	MARILENA CASTILHOS BROETTO	22209
10572	MARILENE ANTUNES	7814
15013	MARILENE CONCEICAO SECHI	11192
5851	MARILENE DA ROSA	4289
1558	MARINA ELIZIA MARCON	2217
8459	MARINA RODRIGUES BORGES	33593
32474	MARINÊS SANDRINI	26402
7371	MARIO SERAFIN	2320
7371	MARIO SERAFIN	9872
7371	MARIO SERAFIN	29077
7371	MARIO SERAFIN	20593
8861	MARIO VOLTOLINI	6495
33907	MARISA APARECIDA FEDRIGO E CLEITON LUIZ FEDRIGO	5284
14298	MARISA CONCEICAO ALVES	10636
28823	MARISA MORANDINI HORN	6029
32835	MARISA P, MARIA LEONOR , MARIA JOSÉ E ROSARITA BERNARDI	1687
14980	MARISA SILVEIRA CARDOSO	11160
42700	MARISTELA DE FATIMA CAVALHEIRO E GILBERTO A DA SILVA MACHADO	4005
15075	MARLEI ELISABETE MOSLINGER	11247
13470	MARLEI SOARES DE OLIVEIRA	10080
9125	MARLENE ANTUNES DE SOUZA	6667
15066	MARLENE GREGORIO DA SILVA	11238
3906	MARLENE, MARLI, GILBERTO MARCHEZE E ROSANE MARCHEZE DA SILVA	3117
8569	MARLI APARECIDA COSTA	6310
15531	MARLI DUTRA	11513
1825	MARTHA SILVANA DA COSTA	3262
12291	MAURI JOSE CAMPAGNOLO	9189
36302	MAURÍCIO DA SILVA GARCIA CAVALI	29033
7168	MAURICIO EING	5285
15450	MAURO ALVES DA SILVA	11449
32880	MAURO BAIROS	11083
5957	MAURO DA SILVA	4356
22998	MAURO LUIZ DA ROCHA	20224
34335	MELSI SLAVIERO E ELZA TEREZINHA SLAVIERO	27562
6397	MERCEDES BILIBIO	4644
23155	MERIS MARIA DE OLIVEIRA	3237
18741	MEYER & MEYER LTDA - ME	10545
6533	MICHELA MARIA DE LIMA	4763
6165	MIDIAN DA SILVA MACHADO	4489
13759	MIGUEL ANGELO HEBERLE	10304
18309	MIGUEL IGOR RUSSOWSKI	12169
18309	MIGUEL IGOR RUSSOWSKI	12131
18309	MIGUEL IGOR RUSSOWSKI	5998
6260	MILITINA GARCIA ROSA DA SILVA	4610
6260	MILITINA GARCIA ROSA DA SILVA	4613

8252	MILO ANTONIO CALLIARI	23301
8252	MILO ANTONIO CALLIARI	6521
36003	MILTON ANTONIO DE SOUZA	28927
31661	MILTON RODRIGUES	3525
12965	MOACIR DE LIMA	9664
40300	MOACIR DIAS E ELIZETE DOS SANTOS DIAS	7456
40369	MOACIR DOS SANTOS	4011
21426	MOACIR PEREIRA	11550
11526	MONICA VASATA	8571
5414	MOZART R. DE MATTOS	3995
34993	MUSTAPHA LEMES	3739
41741	NADIELI LEITE RATTI	33903
3754	NAHIR CORBANI ZANETTI E ILDO ANTONIO	3303
15465	NAIR DA LUZ	11457
40934	NAIR TEREZINHA DA SILVEIRA	33417
40934	NAIR TEREZINHA DA SILVEIRA	4070
35624	NAÔR VIRGILIO COSTANARO PETRY	10588
41836	NATHAN PABLO CARDOZO	10850
15414	NEDI ANA MOSLINGER STEFANES	11429
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	6516
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	22007
14523	NEIVA STOBBE	10812
13381	NEIVO ANTONIO MARCHETTI	33190
13381	NEIVO ANTONIO MARCHETTI	33118
38504	NEIVO BORTOLI	11388
38504	NEIVO BORTOLI	11385
38504	NEIVO BORTOLI	11387
11825	NELI ANZOLIN PARMEGANI	8810
15596	NELI L OLIVEIRA	23493
11953	NELI, ELI, NELCI, RITA, JUNI, IONE, JAIRO, JAIME ANZOLIN	8913
10493	NELSI PAIZ	7740
35995	NELSI SALETE DUARTE	22205
36836	NELSON LUIZ RUARO E ELISANGELA APARECIDA AMORA	4997
38617	NELSON SCHLINDWEIN E KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN	7648
14368	NELVIR BROETTO	10691
645	NEMESIO JOSE MARTENDAL	20134
31003	NEOCIR SQUERZATTO E ALDETE POGERE	26365
5843	NERCI MARIA DA CRUZ	4281
19275	NEREU EVANDIR ARAUJO	11436
37957	NEURI ANTONIO PINTRO	28993
33950	NEUSA GUIMARÃES	27322
38644	NEUZA MARIA PELISSARI E CERENITA PEDROSO DOS SANTOS	10535
38644	NEUZA MARIA PELISSARI E CERENITA PEDROSO DOS SANTOS	28903
38087	NEVIO COSTENARO E HAIDE SUELI WASSERBERG COSTENARO	6299
9720	NEVIO, NELSON, INDIMINI ZIERO,ANGELA W FRANCHINI,ELZA ZIERO	7508
532	NI	20136
532	NI	2886
532	NI	25335
532	NI	20135
532	NI	20148
532	NI	3829

532	NI	3828
6184	NICANOR RODRIGUES DA SILVA	4504
6184	NICANOR RODRIGUES DA SILVA	21444
10582	NICOLAU TARCISIO ROWEDDER	7823
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	31348
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	34383
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	31347
9119	NILDA BALDI	22088
13602	NILO AMADINHO HARO	10170
6583	NILSO RAMELLA	4807
361	NILSON ARCILDO SCHUH	338
361	NILSON ARCILDO SCHUH	29372
4841	NILSON ORIGE COELHO	20981
4841	NILSON ORIGE COELHO	20980
3096	NILSON SCHLINDWEIN	2327
3096	NILSON SCHLINDWEIN	20599
14660	NILSON STOBBE	10930
33934	NILSON VALMORBIDA	2607
33934	NILSON VALMORBIDA	2609
33934	NILSON VALMORBIDA	2610
19430	NILTO BARCARO	10909
19430	NILTO BARCARO	10911
19430	NILTO BARCARO	10910
33311	NILZA DESBESSEL SIMAS E MARISA DESBESSEL IENTZ	3181
33311	NILZA DESBESSEL SIMAS E MARISA DESBESSEL IENTZ	20849
15590	NOELI MADALENA MARINS	23487
36933	NOELI MARIA CASTALDELLO	3137
15485	NOELI MARIA DA SILVA	11475
36788	NOEMIA ROSA HECKLER	3020
9882	NOEMY ZAMONER PAGANI	1685
40764	NOERCY PORFIRIA ANDRIN	407
4759	NORALINA VIEIRA DA SILVA	3554
9029	NORANDI FERMIANA REBETCHUK	22054
10520	NORBERT ARNILVO SCHUTZ	9426
14588	NORBERTO MEDEIROS	23204
21930	O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA	31697
21930	O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA	8630
14536	ODAIR JOAO BEAL	10819
6325	ODENIR KUHL	4592
6325	ODENIR KUHL	11286
6325	ODENIR KUHL	27339
41530	ODILA DORÉ	2648
4573	ODILA NUNES BORGES	3427
10270	OLAVO GUILHERME SANTINI	7531
11528	OLDEMAR JOSE VOLTOLINI	8573
5853	OLINDA SANTOS	4291
10013	OLIR DOMINGOS COMIN	7327
39422	OLIVA BULGARELLI	3461
9074	OLIVAL MARQUES BELO	6637
9074	OLIVAL MARQUES BELO	6636
9074	OLIVAL MARQUES BELO	6638

9074	OLIVAL MARQUES BELO	6611
12640	OLIVAR ANTONIO LAGNI	9425
31102	OLIVAR JACOMEL	30521
31102	OLIVAR JACOMEL	4892
5126	OMIRO JOSE SCHLINDWEIN	3771
9202	ONELCY ARMINDO HEBERLE	6724
13026	ONIRSO JOSE DE SOUZA	32287
13026	ONIRSO JOSE DE SOUZA	9726
5921	ONORI, VALDEMAR, LUIZ SERGIO E INES S. VALDEMARCA	4335
10199	ORACI, JUDITE E EDITH BUFFON	7477
10199	ORACI, JUDITE E EDITH BUFFON	22333
33824	ORALIA DA SILVA MACHADO, ARAHÃO, RUTE, MIDIAN, JOEL, MOISES	4488
41023	ORECI DA SILVA TEIXEIRA E PAULO AQUINO DALLAIO	32607
41023	ORECI DA SILVA TEIXEIRA E PAULO AQUINO DALLAIO	10541
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2634
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2633
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2632
33565	ORLANDO BUCCO	26192
33565	ORLANDO BUCCO	27169
33565	ORLANDO BUCCO	26183
33565	ORLANDO BUCCO	27186
10434	ORLI ANTONIO GAVASSO	7682
8618	ORTENILA FAVRETTO	6346
7661	OSCAR GERMANO FERRI	5634
544	OSCAR LEAL E OUTRA	453
5456	OSCAR PERES	4033
31049	OSCAR/ ADAO M. DA SILVA; OSMAR/OSNI M. DA SILVEIRA	27398
4437	OSMAR DA SILVA	3313
38647	OSMAR DA SILVEIRA, JOSIANE E GELSON BREMSTROPP, FELIPE SANTO	7351
8348	OSMAR DE PELEGRIN	6140
5666	OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	21257
5666	OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	4176
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	10704
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	23161
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	9677
3170	OSMAR JOSE PAGANINI	2375
6033	OSMAR LOPES DE MATTOS	4397
14864	OSMAR LUIZ CAZELLA	11073
15135	OSMILDO HEBERLE	29037
15135	OSMILDO HEBERLE	29039
15135	OSMILDO HEBERLE	29041
15135	OSMILDO HEBERLE	32478
7060	OSNI DELMAR SPIER	5233
7060	OSNI DELMAR SPIER	21586
14290	OSNI ESPINDOLA FELIX	10628
3473	OSNI HEBERLE	23320
3473	OSNI HEBERLE	6442
34656	OSNI HEBERLE E VICTOR CESAR SUFREDINI	11268
30605	OSÓRIO DO ESPÍRITO SANTO TIGRE NETO, RAQUEL REGINA MARCELINO	3464
1937	OSORIO IVO BREDÁ	1557
1937	OSORIO IVO BREDÁ	1660

7383	OSVALDINO DAGOSTINI	27908
7383	OSVALDINO DAGOSTINI	21718
35782	OSVALDINO RODRIGUES DO AMARAL	8877
3432	OSVALDO DEVERLING	2543
33559	OSVALDO SOARES MOREIRA	511
24318	OSVINO ZILIO	4543
3825	OSWALDO ELEUTERIO SANTAREN	2863
14852	OTILIA DA SILVA MATTOS	11041
14088	OTOMAR WILLY KNEVELS	10500
14088	OTOMAR WILLY KNEVELS	10498
15543	PALMIRA E DIVALETI R BORGES	11525
29910	PATRICIA FERREIRA BATISTA	3405
35402	PATRÍCIA MOLIN MARIN	2414
35402	PATRÍCIA MOLIN MARIN	2411
35660	PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA	30957
35660	PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA	6705
32159	PAULO CESAR DOS PASSOS	3318
15542	PAULO CESAR MATTEVI	5383
10351	PAULO CONSTANTE FUGA	7603
13430	PAULO FELICETTI	22908
35479	PAULO JOSÉ SANGALI	5029
6584	PAULO NUNES	4808
21897	PAULO RENATO SCHNEIDER	4091
6060	PAULO ROBERTO RECALCATTI	4416
6060	PAULO ROBERTO RECALCATTI	4428
15574	PAULO VICENTE BRANDT	11555
4229	PAULO WILLIAN LANGE	3161
32807	PEDRINHO INÁCIO DA SILVA	9674
4422	PEDRINHO RODRIGUES PIMENTEL	3298
18634	PEDRO ALECIO NETO WINKLER	10705
38593	PEDRO ALVES DE BRITO	4163
38593	PEDRO ALVES DE BRITO	21243
20978	PEDRO ARZELINDO DOS SANTOS	23483
15584	PEDRO CARRER	11565
40164	PEDRO DA SILVA	8341
7309	PEDRO DAPPER	5375
34221	PEDRO DE ARAUJO	11528
43800	PEDRO DORLI BELOTTO,NORMA BELOTTO BRAGANOLO, AIDE B. ZABOT	5868
14378	PEDRO EDISON LAMB	10709
546	PEDRO FERREIRA VELHO	456
13341	PEDRO GEJA	22888
11959	PEDRO JENU ANZOLIN	8919
9341	PEDRO LAND FILHO	6834
38164	PEDRO MASCARELLO	21185
6119	PEDRO OSMAR FLORES	27525
22156	PEDRO PEREIRA DA CRUZ	30167
22156	PEDRO PEREIRA DA CRUZ	3853
4859	PEDRO PIGATTO	20992
4859	PEDRO PIGATTO	3620
4859	PEDRO PIGATTO	20993
34132	PEDRO ROSA DA CRUZ	8218

13034	PEDRO VALDOMIRO MOREIRA	9730
19276	PEROZIN IND. METALURGICA LTDA	11264
37187	PETERSON CENTENARO	23004
8904	PLINIO ANTONIO ARBUGERI	33853
34965	PLINIO, CELSO E NELSON DE CARLI, UMBERTO CALGARO E JOSE L...	4212
6339	PORFIRIO MILTON DA SILVA	4605
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	32938
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	10996
6523	PREFEITURA DE JOACABA E LEONTINA	1070
6522	PREFEITURA DE JOACABA E MARLI	1069
179	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JOAÇABA	7706
179	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JOAÇABA	34279
179	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JOAÇABA	3661
908	PRIMO CORDAZZO	3671
41572	QUEITY LUCIA SEHNEM	8327
3741	RACHEL BUENO ALBACH	2759
10704	RAFAEL ADRIANO CARDOSO CORDAZZO E WALDEMAR C FILHO	11831
2976	RAIANE SCHINATTO DE SOUZA	2258
5626	RAUL ALVES DE MOURA E ALDORI SOUZA	4150
4413	RAULINO RATIER DUTRA	3290
4290	REACILVA MACIEL DA ROSA	3204
35472	REGINA DE OLIVEIRA	9854
40797	REGINALDO THIBES E MARIA DE LOURDES THIBES	7950
10383	REINALDO ADILTON CARDOZO DE AGUIAR	7634
19815	REINIR PADILHA DOS SANTOS	409
18597	REINOLDO HERTER	23532
18597	REINOLDO HERTER	11568
18597	REINOLDO HERTER	23529
18597	REINOLDO HERTER	3211
18597	REINOLDO HERTER	23531
18597	REINOLDO HERTER	23528
18597	REINOLDO HERTER	23533
18597	REINOLDO HERTER	7862
18597	REINOLDO HERTER	23530
3865	REJANE DE DEUS E SILVA CONTE	2869
2630	RENATE OBOJES	2081
12120	RENATO CAMILO PASQUAL	9062
3051	RENATO COPPI	2302
5051	RENATO GARCIA FILHO E CLEUSA GODOY GARCIA	3724
41152	RENATO WEISS	27713
15158	RENATTA DALPISOL	11288
2535	RENI CAVALLI	6221
2535	RENI CAVALLI	27892
13036	RENI DE FATIMA BARBOSA	9731
22688	RETIFICA RDM LTDA	32901
35627	RICARDO LUIZ SCALABRIN	6509
8370	RICHARD MARIAN PATRZYKOT	6155
32320	RILDO FALCÃO KICK E CATIA BURATTO	10921
15425	RITA DE OLIVEIRA	23450
3707	RITA MARIA E LUIZ DALCANALE NETO	2739
3707	RITA MARIA E LUIZ DALCANALE NETO	2738

19867	RIVALDO ZORZI & CIA. LTDA - ME	22348
7374	ROBERTO CARLOS BAZZO	9871
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO E SOLANGE FIORIO BUCCO	29223
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO E SOLANGE FIORIO BUCCO	3735
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO E SOLANGE FIORIO BUCCO	23048
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO E SOLANGE FIORIO BUCCO	23599
39498	ROBERTO CARLOS NUNES CAUDIA MARILIA CARDOSO DE SOUZA NUNES	3849
9285	ROBERTO DE OLIVEIRA	6789
14844	ROBERTO MARCON	11034
38911	RODRIGO FERNANDO VOLPATTO E PATRICIA VOLPATTO	28298
38911	RODRIGO FERNANDO VOLPATTO E PATRICIA VOLPATTO	27719
11925	ROGERIO CHIAMULERA	8820
34226	ROGÉRIO PASINATO E SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATTO	4830
13991	ROGERIO ROBERTO MARCHIOTTI	29004
13991	ROGERIO ROBERTO MARCHIOTTI	28990
34753	ROLDÃO MATTOS SOBRINHO	4250
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	5508
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	6647
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	8450
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	6648
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	7008
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	22170
13196	ROMARIO SCHEVER	9870
4475	ROMILDE SATSKUNA	3347
2103	ROMULO GUILHERME MATTOS	33592
2103	ROMULO GUILHERME MATTOS	4401
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3983
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3972
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4001
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3980
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4009
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3985
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3977
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4006
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3903
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3990
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3982
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4198
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3987
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3905
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3971
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3979
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4008
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4137
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3984
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3910
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3976
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4002
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3981
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3986
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4197

5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3904
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4181
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3978
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4007
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4136
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3991
41337	RONI CARDOSO ALVES E SUZANA ANDRADE ALVES	34126
41337	RONI CARDOSO ALVES E SUZANA ANDRADE ALVES	34091
29587	ROQUE ROSANELLI	8767
39514	ROSA MERIS FIORESE COSTA	3718
31602	ROSANA SCHWINDEN	10825
39425	ROSANE SALETE DE LIMA	22352
31261	ROSANGELA BITTENCOURT,KATIA Wlassak,FERNANDO OLIVEI.KOSTYCHA	599
11952	ROSANGELA MARIA PUTTI E ROSELY FATIMA PUTTI DO PRADO	8912
11782	ROSANI, LEONARDO LUIZ, ALEXANDRE AUGUSTO VIDI ROESLER	8769
13553	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	3226
33844	ROSELI DE MIRANDA	2856
41258	ROSELI HERZOG SPIAZZI	7830
37629	ROSEMARI ALVES BEC RIES	3533
9899	ROSENA RAMOS FRANCA	7250
35167	ROSICLER MARIA TOBALDINI ZANOL	7317
1631	ROSINA VARGAS RIBAS E DAVID MENDES RIBAS	3658
32616	ROSITA APARECIDA PADILHA SCAPINI	21471
32616	ROSITA APARECIDA PADILHA SCAPINI	4539
32553	RUBEN GERMANO LOOSE E MARLENE MARLEIDE STTECKLING LOOSE	10936
36008	RUBENS PEREIRA FERNANDE	28933
37207	RUBENS WALMORBIDA NETO E LURDES ALVES	23556
24124	RUBES PINO GOMES	11580
39493	RUDINEI RIBEIRO	4633
36577	RUDINEI STATS	23038
15168	RUI AMILTON SILVEIRA D AVILA	11297
12209	RUI DOS SANTOS FERREIRA	9126
18612	S. VEIGA SOBRINHO & CIA LTDA	334
18612	S. VEIGA SOBRINHO & CIA LTDA	336
18612	S. VEIGA SOBRINHO & CIA LTDA	333
18366	SADY ZAGO	7134
18366	SADY ZAGO	5744
18366	SADY ZAGO	5751
18366	SADY ZAGO	7135
5028	SALETE APARECIDA LOPES CORDEIRO	3708
6396	SALETE BILIBIO DE OLIVEIRA	4643
12774	SALETE DE OLIVEIRA E OUTROS	9532
7127	SALMO RAMOS FILHO	30524
7127	SALMO RAMOS FILHO	5256
32425	SAMUEL HUBER	5106
40532	SANDRA AP LEMOS DA SILVA PRONER E CELIO LUIZ PRONER	23080
40532	SANDRA AP LEMOS DA SILVA PRONER E CELIO LUIZ PRONER	33597
11132	SANDRA PAULA XAVIER PEREIRA	8248
5790	SANDRO ADRIANO BORTOLUZ	26106
30982	SANDRO JOSE VASTRES	3568
4184	SANDRO SCHNEEBERGER	3131

39641	SANDRO TRINDADE	33511
39641	SANDRO TRINDADE	28902
15079	SANTINA MOREIRA	11250
32384	SAULO VINICIUS,MABEL CRISTINE E CEZAR LOURENÇO BRANCHER	5488
9186	SAVIO DE JESUS MACHADO	6709
9186	SAVIO DE JESUS MACHADO	28432
37095	SEBASTIANA MALAQUIAS	4324
37095	SEBASTIANA MALAQUIAS	4325
9058	SEBASTIANA TETZLAFF	7828
9058	SEBASTIANA TETZLAFF	6625
10469	SEBASTIAO ANTUNES PEREIRA	7717
5838	SEBASTIAO BARBOSA DE MATTOS	4279
5838	SEBASTIAO BARBOSA DE MATTOS	21325
14857	SEBASTIAO IGNACIO DE LIMA	11046
5714	SEBASTIÃO MARQUES	21274
5714	SEBASTIÃO MARQUES	21275
37980	SEBASTIÃO XAVIER CORREA E OUTROS	4425
13326	SELIO GASPARETTO	9971
11898	SELMA ELICKER	8866
2576	SELMA NUNES MOREIRA	2054
37224	SELMA SALETE DA SILVA	10685
5104	SELVINO FICAGNA	3757
36599	SENAI	33852
36599	SENAI	34062
15308	SERGIO APARECIDO PEREIRA	11381
33089	SERGIO BRUNO DA SILVA AMORA	10725
602	SERGIO CAMPANA	482
21028	SERGIO DOS SANTOS	7818
41159	SERGIO DOS SANTOS	9738
14101	SERGIO LEMOS DA SILVA E SIMONE CARNERA DA SILVA	10509
14101	SERGIO LEMOS DA SILVA E SIMONE CARNERA DA SILVA	33817
15544	SERGIO LUIZ RATTI	32473
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27283
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27251
13537	SEVERINO MANOEL DA SILVA	10130
5542	SIDOM ESTRUES DA SILVA	4097
10500	SILVANA ROSA THOMAS DE AMORIN	7747
2828	SILVESTRE COMIN	2183
2828	SILVESTRE COMIN	2187
33776	SILVIA LUCHETTA	4907
5068	SILVIA MARIA SALARDI	3737
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9576
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9022
4420	SILVIO HENRIQUE PANCERA	3296
7067	SILVIO KERCHBAUMER	5238
37615	SILVIO SOUZA DA CRUZ E SOLANGE APARECIDA CAMARGO	3349
15513	SIMONE APARECIDA MOSLINGER STEFANES BELLAN	23476
41891	SIMONE, DEMETRIUS, ELIANE, VIVIANE, E MICAEL FERNANDES	33963
41891	SIMONE, DEMETRIUS, ELIANE, VIVIANE, E MICAEL FERNANDES	33965
41891	SIMONE, DEMETRIUS, ELIANE, VIVIANE, E MICAEL FERNANDES	33964
9175	SINOIR ROSEGHINI CORREA	6700

15466	SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	11458
42461	SOCIEDADE COM HAB E E DEBORA ZAMBOM DORIGON	27632
34589	SOCIEDADE COM HAB E ADÃO DANIEL VIEIRA	27498
33647	SOCIEDADE COM HAB E ADAO SANGALI	30282
33647	SOCIEDADE COM HAB E ADAO SANGALI	4277
36529	SOCIEDADE COM HAB E ADOALDO SERNAJOTO	27604
31008	SOCIEDADE COM HAB E ANACLETO JOEL DORNELLES DA SILVA	27512
34250	SOCIEDADE COM HAB E ANDRÉA RIEPE PIRES	27607
34635	SOCIEDADE COM HAB E ANGELO ADÃO LOURENÇO	27549
34849	SOCIEDADE COM HAB E AQUILES DE CAMARGO	26311
39322	SOCIEDADE COM HAB E ARI MACHADO	27507
15487	SOCIEDADE COM HAB E CELSO PIRES DE LIMA	23491
34629	SOCIEDADE COM HAB E CINTHIA ANA STEFANES	27528
33787	SOCIEDADE COM HAB E CLARICE ANTUNES PIRES / ALVARO LEMOS	3410
33787	SOCIEDADE COM HAB E CLARICE ANTUNES PIRES / ALVARO LEMOS	20910
12241	SOCIEDADE COM HAB E CLAUDEMIR ANTONIO DAVE	9149
32910	SOCIEDADE COM HAB E CLAUDEMIR DAPPER	27110
30877	SOCIEDADE COM HAB E CRISTIANE PEREIRA DIAS	27515
34627	SOCIEDADE COM HAB E DEJANIRA DE FÁTIMA MELLO	27527
38071	SOCIEDADE COM HAB E ELIANE APARECIDA ZACARON	11491
34622	SOCIEDADE COM HAB E ENEDINA FREITAS DUTRA	27524
42780	SOCIEDADE COM HAB E EVA SERENITA DA SILVA	27646
33483	SOCIEDADE COM HAB E GILMAR RAMOS DO PRADO	2663
34523	SOCIEDADE COM HAB E GIOVANA APARECIDA RECK HORÁCIO	27611
34559	SOCIEDADE COM HAB E GIOVANA DA SILVA SCAPINI	27599
34586	SOCIEDADE COM HAB E GISLAINE ANTUNES PEREIRA	27516
34558	SOCIEDADE COM HAB E IRACY RODRIGUES DA SILVA	27587
32933	SOCIEDADE COM HAB E ITAMAR PREZOTTO	11768
34531	SOCIEDADE COM HAB E IVA LUIZA DA SILVA	27642
38933	SOCIEDADE COM HAB E IVO MACHADO	27533
33057	SOCIEDADE COM HAB E IVONINA RIBEIRO DA LUZ	27509
34594	SOCIEDADE COM HAB E JANE DO PRADO	27505
30996	SOCIEDADE COM HAB E JEAN DOMINGOS BRESSAN	27517
15503	SOCIEDADE COM HAB E JOAO MARIA DA SILVA	11492
34533	SOCIEDADE COM HAB E JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS	27641
34591	SOCIEDADE COM HAB E JOSÉ CAIO DORNELLES DA SILVA	27502
35006	SOCIEDADE COM HAB E LACIR ANTONIO PONCIO DE OLIVEIRA	11293
34625	SOCIEDADE COM HAB E LÉIA REGINA DE LIMA	27526
34562	SOCIEDADE COM HAB E LÉO AUGUSTO MENDES	27620
43298	SOCIEDADE COM HAB E LORECI DOS REIS	27590
34630	SOCIEDADE COM HAB E MARA LUCIA DA ROSA	27551
31050	SOCIEDADE COM HAB E MARIA DE FATIMA KLUVES	11255
34631	SOCIEDADE COM HAB E MARIA DOS SANTOS CAMPOS	27550
35072	SOCIEDADE COM HAB E MARIA EDIR ALVES	11433
15539	SOCIEDADE COM HAB E MARIA INÊS SALETE ROCHA	11521
41758	SOCIEDADE COM HAB E MARIA IZABEL DA ESPADA DE OLIVEIRA	4288
33201	SOCIEDADE COM HAB E MARIA SALETE RAMOS	23128
35582	SOCIEDADE COM HAB E MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA	4442
34541	SOCIEDADE COM HAB E MELISSA PRADO DE SOUZA	27648
34466	SOCIEDADE COM HAB E MIGUEL ANTONIO MISTURINI	23456
34567	SOCIEDADE COM HAB E NEREU DE ARAÚJO	27621

35584	SOCIEDADE COM HAB E NILSON DA ROSA	4435
34620	SOCIEDADE COM HAB E NOEMI SOARES VARELA	27523
34538	SOCIEDADE COM HAB E NOEMIA BARBOSA MAGOLT	27591
40559	SOCIEDADE COM HAB E ONEIDE TEREZINHA DA COSTA	33663
37178	SOCIEDADE COM HAB E ORLANDO CASADO	2758
37178	SOCIEDADE COM HAB E ORLANDO CASADO	29792
33786	SOCIEDADE COM HAB E RAQUEL CAVALHEIRO CABRAL	12064
39771	SOCIEDADE COM HAB E RONILDO STANK DE MATTOS	4296
40344	SOCIEDADE COM HAB E ROSALINA DE FATIMA RAMOS	27518
34540	SOCIEDADE COM HAB E ROSANE APARECIDA XAVIER LEITE	27623
34588	SOCIEDADE COM HAB E ROSEMILDA DOS SANTOS	27520
34542	SOCIEDADE COM HAB E ROVANIA JANICE DA SILVA	27588
15555	SOCIEDADE COM HAB E SEVERINO PEREIRA	11537
34521	SOCIEDADE COM HAB E SIMARA CRISTIANI MOREIRA	27627
34560	SOCIEDADE COM HAB E VALDEMAR KUNTZE	27645
36759	SOCIEDADE COM HAB E VALDO AMORIM	11292
40317	SOCIEDADE COM HAB E VALMIR DOMINGOS BENITES	33629
15558	SOCIEDADE COM. HAB. E ANGELINA MOLIN	11540
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	27555
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33653
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33661
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	11500
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33637
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33065
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33621
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33650
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33658
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33618
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	12121
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33626
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33655
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	27594
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23478
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	11760
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33647
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	11546
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33623
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	27554
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	4299
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33631
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33660
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23475
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33636
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33665
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	11454
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	12144
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23459
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33633
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	20799
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33641
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23480

4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	21682
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	4166
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23477
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33066
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33651
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	3043
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33659
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33635
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33063
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	4295
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	2842
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33627
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33648
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	27529
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	11115
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	4287
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33632
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23479
5856	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL E SINCLAIR TEREZA ALVES	4294
11516	SOLANGE MARIA DA SILVA	8563
6360	SONIA BAZEI	4619
14551	SONIA CHAVES	10834
9851	SUCESORES DE LIDIA NATUS	22261
9851	SUCESORES DE LIDIA NATUS	7208
42782	SUELEN COMIN E ANGELO ERNESTO COMIN	11182
8159	SUELEN E PAOLA ANTUNES DE MORAES	5984
35288	SUELI DE OLIVEIRA TIZIAN	11819
11752	SUELI DE SOUZA VARGAS	8744
42763	SUELI FATIMA PALHANO	7294
42763	SUELI FATIMA PALHANO	7296
36921	SUSTENE APARECIDA SIMONETTO, CARLOS MAURÍCIO DAGOSTINI	31380
32645	SUZANA MARIA FERREIRA PALUDO	6057
38770	SUZANA TEREZINHA DIDONÉ GUADAGNIN	27464
12919	SYLVIO APOLINARIO DE MELLO	9626
14721	TACY ALCIDES HACK	10978
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	928
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	938
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	935
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	34345
7350	TANIA DAS GRACAS KANGERSKY	5398
36190	TANIA MARIA DALFOVO LUNARDI	4522
14572	TECLA LOPES SCHULKA E OUTROS	10852
33392	TEILOR ANTONIO MOLINARO	9276
13478	TELISMAR GEWEHR	10092
35223	TELMO MACAN E ARLETE FILOMENA DENBINSKI MACAN	5276
41172	TERCILIO FERREIRA BRANDÃO	8908
32764	TERCILO FAVETTI	2851
38236	TERESINHA DE FÁTIMA DA SILVA GRONDEK	11531
21167	TERESINHA RODRIGUES VIEIRA TELES	1715
5873	TEREZA COLHS	4307
5873	TEREZA COLHS	21331

41309	TEREZINHA DE JESUS FONCECA	34098
12966	TEREZINHA DOS ANJOS	9666
12966	TEREZINHA DOS ANJOS	9665
37147	TEREZINHA M. ,CARMELINDA ANA, NELVA, JOSÉ MARCHELO GALILHETI	10642
40540	TEREZINHA MARIA DAROLD	9587
5791	TEREZINHA TOPANOTTI DA SILVA	4252
15560	TEREZINHA VIEIRA E ELEMAR EDSON BOMM	11542
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4648
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	11205
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4740
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	30512
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	33173
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	28677
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	9725
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	11174
40480	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA E ROSANGELA FÁTIMA DEMELLO	9755
6479	TERRAMAR E ELIEZER DA SILVA	4717
6479	TERRAMAR E ELIEZER DA SILVA	4714
12974	TERRAMAR E FRANCISCO NIQUELATTI	9672
6540	TERRAMAR E MARINO JACOMEL	4769
6540	TERRAMAR E MARINO JACOMEL	4908
6540	TERRAMAR E MARINO JACOMEL	4893
36140	THEREZINHA DE ALMEIDA	4475
30872	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS	4591
33703	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA	4578
33703	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA	21490
32284	THIAGO RODRIGO FACHINELLO	3912
32284	THIAGO RODRIGO FACHINELLO	5013
32284	THIAGO RODRIGO FACHINELLO	3908
32802	TIAGO BRUNO BORTOLON	10237
36380	TIAGO DE SOUZA	8216
40139	TIAGO PIRES DE MELO	11235
41871	TRANSPORTES ALBINO LTDA	4519
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	34652
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	34649
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	34770
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	34672
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	34753
35871	TULIO CESAR DASSI	10566
10399	ULISSES ANTONIO ZANCANARO E OSMAR CARLOS ZANCANARO	7650
10399	ULISSES ANTONIO ZANCANARO E OSMAR CARLOS ZANCANARO	7649
35795	UNIÃO FEDERAL	2123
30780	VALDAIR DE LIMA PRUCHE	11448
13581	VALDECIR ANTONIO NORA	10151
6171	VALDECIR DELLA VECCHIA	4493
39524	VALDECIR JOSÉ MONFROI E ANGELINA FELTES	4419
4702	VALDECIR JOSE SETE	3510
3217	VALDECIR JOSE SETE E GEOVANA TEREZINHA SETE	2407
15061	VALDECIR ROQUE RODRIGUES	11234
37983	VALDEMAR ANTONIO RIBEIRO	9701
14366	VALDEMAR BERNARDES	10689

14981	VALDEMAR GAEDKE	11161
11156	VALDEMAR LIMA KATSCHI	8271
32476	VALDEMAR MACIEL	8142
32476	VALDEMAR MACIEL	31607
6068	VALDEMAR RIBEIRO BITTENCURT	4423
3750	VALDEMIR MISTURINI	2763
15519	VALDENIR F RODRIGUES	11501
13069	VALDENIR FERREIRA	9763
13069	VALDENIR FERREIRA	32595
8873	VALDIR ALVES SAMPAIO	6503
6484	VALDIR BIAZUS CORTINA	4719
30961	VALDIR DA SILVA	4671
30961	VALDIR DA SILVA	30256
4044	VALDIR IGNACIO	3025
6352	VALDIR R MARCONDES E LADIR MARTINAZZO	4616
12976	VALDOIR QUAIATTO	27626
15601	VALDOMIRO DE LIMA FRANCO	23498
10015	VALDOMIRO PEDRO TIRELLI	7328
18367	VALDOVINO GONCALVES LINS	22339
10006	VALERIO LISSA DAL PRA	9967
34258	VALESCA E EDIO PLINIO LAMB, ILSE LAMB, ANDRÉIA E ANGELA MEIR	3198
34258	VALESCA E EDIO PLINIO LAMB, ILSE LAMB, ANDRÉIA E ANGELA MEIR	3200
34258	VALESCA E EDIO PLINIO LAMB, ILSE LAMB, ANDRÉIA E ANGELA MEIR	3199
40108	VALESKA, THIAGO E MICHELA LIZZI LAGRANHA	22955
31528	VALMIR ALCEBIADES PESSOLI	8010
31528	VALMIR ALCEBIADES PESSOLI	8011
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	580
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	584
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	583
8675	VALMOR FRANCISCO BELOTTO	8318
8675	VALMOR FRANCISCO BELOTTO	8317
5697	VALTOR SILVEIRA BRAGA	4193
820	VANDERLEI MARCOS BORTOLLI	622
4075	VANDERLEI RIBAS	3048
32466	VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA	22807
32466	VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA	9603
14964	VERA LUCIA RUARO	11144
34428	VERA TEREZA QUIBEN PRADI	1210
7489	VERENA TEREZA PERSCH BERTO	5503
5648	VERONICA CORREIA FREITAS	4167
35416	VERONICA SALETE SYCHOCKI	8840
15127	VICTOR CESAR SUFREDINI	11265
15127	VICTOR CESAR SUFREDINI	11267
12218	VILARIO CORBANI	9133
616	VILMA TEREZA ROMAGNA HILDEBRANDO	489
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	30318
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	30319
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	4464
4125	VILMAR LIERMANN	20809
4125	VILMAR LIERMANN	3088
2405	VILMAR MIGUEL SARTORI	1932

2405	VILMAR MIGUEL SARTORI	1952
15410	VILMAR R DA SILVA	11425
5420	VILMAR VIEIRA	4000
6290	VILSON DA ROSA	4569
6290	VILSON DA ROSA	21481
12188	VILSON E JOSE ALVES FERNANDES	9113
8947	VILSON PIQUETTI	6554
8947	VILSON PIQUETTI	2591
8947	VILSON PIQUETTI	6830
8947	VILSON PIQUETTI	2662
8947	VILSON PIQUETTI	4665
8947	VILSON PIQUETTI	5031
39576	VILSON PIQUETTI E IVETE WASEN	9353
39576	VILSON PIQUETTI E IVETE WASEN	9321
39576	VILSON PIQUETTI E IVETE WASEN	9320
13594	VILSON SILVEIRA	10162
9563	VILSON VIEIRA DOS SANTOS	7012
34275	VITOR ZAGONEL	5297
30946	VITÓRIO JOSÉ POLO	6505
14221	VLADIMIR ELOI MARCIO	10573
30632	VOLMAR ROQUE BENETI E MARLI A. DAMASCENO BENETI	498
4409	VOLMIR DA SILVA	3286
42675	VOLNEY KIELING	28909
10033	WALDEMAR MARCA	7342
20834	WALDIR QUAIATTO	9654
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	31620
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	8236
13042	WALDOMIRO MENDES	9737
15452	WALDOMIRO PALHANO	11451
13005	WALDOMIRO SOARES, EZIEL SOARES, EZEQUIEL SOARES, JESIEL SOAR	9704
14339	WALMOR ROCHA	10663
12764	WALTER ANDRE SCHNEEBERGER	1919
13871	WALTER DE OLIVEIRA	10387
18159	WANDERLEI ANTONIO MARIN	2410
10322	WANDIR PEREIRA DE MENDONCA JUNIOR	27177
10322	WANDIR PEREIRA DE MENDONCA JUNIOR	7934
15419	WELLINGTON DE OLIVEIRA	11434
3046	WERNER SPECHT	20674
32599	WERNER WENDERER	21121
17510	WILMAR SCALCO	33057
1115	WILSON ANTONIO CECCONELLO	34185
1115	WILSON ANTONIO CECCONELLO	34196
10207	WILSON GARCIA DOS ANJOS	7483
19621	WILSON JAIR WITTE	711
3808	WILSON JOSE PEREIRA	2818
5418	WILSON ZANCHETA	3998
5418	WILSON ZANCHETA	7319
5418	WILSON ZANCHETA	7320
105	YEDE CECILIA BADOTTI NEZELLO	1832
15498	YONE PEREIRA FERNANDES	11487
12899	ZEFERINO FERREIRA DE LIMA	9612

5262	ZEILA CARVALHO DE MELO	3879
17966	ZELIA MOREIRA GODOY	3346
17966	ZELIA MOREIRA GODOY	2623
15501	ZELINDA CORREIA	11490
14275	ZENI APARECIDA DE ASSIS	10613
15581	ZENIR DE MATTOS	11562
9262	ZENIRA MARIA DA SILVA	6767
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2614
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2616
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2613
2581	ZILMAR ANTONINHO MATTIUZ	2058
18420	ZITA MOMM PAGANELLI	10728

Editais de Contribuição de Melhoria Nº 004/2011

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 004/2011

Rafael Laske, Prefeito de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 192 e seguintes da Lei Complementar nº 31/97, alterada pela Lei Complementar nº 128/06 faz saber a quem interessar possa, que o Município de Joaçaba lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CML - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos na obra de melhoramento da Rua Minas Gerais, com 1.003,24 m² de pavimentação asfáltica e valor estimado da obra de R\$ 48.255,16. São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital.

Os proprietários dos imóveis lindeiros tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público fixado na Prefeitura Municipal de Joaçaba e no Setor de Tributação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Joaçaba, 30 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE

Resumo Contrato JHL 0109/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0109/2011
TOMADA DE PREÇOS JHL 0009/2011
PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0063/2011
PROTOCOLO Nº 3013/2011

Data: 22/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO GUARDA CORPO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC.

Contratado: IDEAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE FIBRA DE VIDRO LTDA ME

Valor total do contrato: R\$104.280,50 (Cento e quatro mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.052

ELEMENTO: 4.4.90.51.07

Prazo de vigência: 60 DIAS APÓS EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO.

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Ordem de Serviço 0008/2011 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0008/2011

Autorizo por meio desta, a empresa IDEAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE FIBRA DE VIDRO LTDA ME a iniciar os serviços referentes à Reforma de Guarda Corpo na Estação de Tratamento de Esgoto, localizada na cidade de Luzerna/SC, de acordo com as especificações pertinentes n Tomada de Preços JHL 0009/2011, Processo JHL 0063/2011, Protocolo JHL 3013/2011, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0109/2011 de 22 de dezembro de 2011.

O valor Total dos serviços e materiais contratados é de R\$ 104.280,50 (Cento e quatro mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta centavos), com prazo de execução de 60 (Sessenta) dias,

a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 22 de dezembro de 2011.

Contratante : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: IDEAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE FIBRA DE VIDRO LTDA ME

Engº Responsável: Gilberto Leal Portes - Engenheiro Químico

CREA/SC 250620775-9

CRQ 13300688

RECEBI EM ____/____/____

Contrato JHL 0110/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0110/2011
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo SIMAE 0365/2011

Contrato Administrativo nº 09/2011 - Contrato de Rateio

Data: 23/12/2011

OBJETO: Transferência De Recursos Públicos para Consorcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental.

Contratado: Cisam Meio Oeste.

Valor total do Contrato: R\$ 35.004,50 (Trinta e cinco mil e quatro reais e cinquenta centavos).

Programa/atividade -14.01.2086.

Elemento - 4.4.71.00.00

Elemento - 3.3.71.00.00

Prazo de execução: 01/01/2012 a 31/12/2012.

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE

Resumo Contrato JHL 0101/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0101/2011
PREGÃO JHL 0044/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0061/2011

PROTOCOLO Nº 2923/2011

Data: 21/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE FUNILARIA E PINTURA DESTINADA A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Contratado: CESAR AUGUSTO SILOCCHI ME

Valor total do contrato: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061 e 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0102/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0102/2011
PREGÃO JHL 0044/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0061/2011

PROTOCOLO Nº 2923/2011

Data: 21/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA DESTINADA A

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ACOPLADOS EM VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Contratado: VIEIRA & VIEIRA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LTDA EPP

Valor total do contrato: R\$ 11.550,00 (Onze mil, quinhentos e cinquenta reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0103/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0103/2011

PREGÃO JHL 0044/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0061/2011

PROTOCOLO Nº 2923/2011

Data: 21/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA E ELÉTRICA DESTINADA A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Contratado: AUTO VOLKS LTDA ME

Valor total do contrato: R\$ 4.130,00 (Quatro mil, cento e trinta reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061 e 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0104/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0104/2011

PREGÃO JHL 0044/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0061/2011

PROTOCOLO Nº 2923/2011

Data: 21/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA E ELÉTRICA DESTINADA A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Contratado: MECÂNICA SPIER LTDA

Valor total do contrato: R\$9.730,00 (Nove mil, setecentos e trinta reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061 e 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0105/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0105/2011

PREGÃO JHL 0044/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0061/2011

PROTOCOLO Nº 2923/2011

Data: 21/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA E ELÉTRICA DESTINADA A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Contratado: AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA ME

Valor total do contrato: R\$40.750,00 (Quarenta mil, setecentos e cinquenta reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061 e 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0106/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0106/2011

PREGÃO JHL 0044/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0061/2011

PROTOCOLO Nº 2923/2011

Data: 21/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA E ELÉTRICA DESTINADA A MANUTENÇÃO DE MOTOS DA FROTA DO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Contratado: BRANDÃO MOTO PEÇAS LTDA

Valor total do contrato: R\$5.610,00 (Cinco mil, seiscentos e dez reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0107/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0107/2011

PREGÃO JHL 0044/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0061/2011

PROTOCOLO Nº 2923/2011

Data: 21/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA ESPECIALIZADA E FUNILARIA E PINTURA DESTINADA A MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA FROTA DO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Contratado: LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor total do contrato: R\$31.000,00 (Trinta e um mil reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061 e 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0108/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0108/2011

PREGÃO JHL 0044/2011

PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0061/2011

PROTOCOLO Nº 2923/2011

Data: 21/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA E ELÉTRICA DESTINADA A MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA FROTA DO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Contratado: FORMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Valor total do contrato: R\$34.800,00 (Trinta e quatro mil e oitocentos reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061 e 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012
 Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

ContratoS da SAUDE LAGES-SC

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC TORNA PÚBLICO:
 COTRATO N.º 180/2011

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.703.684/0001-50, com sede à Rua Antonio Edu Vieira n.º 646 - Lages/SC - cep:88.508-300 - fone:99831026.

VALOR: R\$ 477.774,27.

PRAZO: DOZE MESES

Recursos do Ministério da Saúde, Portaria n.º 1637; 2.226/2009 - Plano Nacional de Implantação de UBS.

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviço de execução de construção de Uma Unidade de Saúde Básica com área construída de 388,90m², no Bairro Pro Morar, com fornecimento de material.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n.º 57/2011, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2011, aberto em 25/10/2011 e homologado em 13/12/2011.

COTRATO N.º 181/2011

CONTRATADA: FRANMEX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.999.189/0001-91, estabelecida à Rua Otacílio Vieira da Costa n.º 190 - Lages/SC - cep: 88.501-050.

VALOR: R\$ 479.121,82.

PRAZO: DOZE MESES

Recursos do Ministério da Saúde, Portaria n.º 1637; 2.226/2009 - Plano Nacional de Implantação de UBS.

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviço de execução de construção de Uma Unidade de Saúde Básica com área construída de 388,90m², no Bairro Santa Catarina, com fornecimento de material.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n.º 57/2011, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2011, aberto em 25/10/2011 e homologado em 13/12/2011.

Lages, 22 de DEZEMBRO de 2011.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município de Lages

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei Nº 854/2011

LEI Nº 854 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações

com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 30.509,00

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 30.509,00

Função 12 Educação 30.509,00

Sub-Função 361 Ensino Fundamental 30.509,00

Programa 04 Educação é Tudo 30.509,00

Projeto/Atividade 2.008 Transporte Escolar Ensino Fundamental 30.509,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 30.509,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 30.509,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 30.509,00

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 30.509,00

Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 10.000,00

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 10.000,00

Função 12 Educação 10.000,00

Sub-Função 365 Educação Infantil 10.000,00

Programa 04 Educação é Tudo 10.000,00

Projeto/Atividade 2.009 Transporte Escolar Ensino Infantil 10.000,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 10.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 10.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 10.000,00

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 40.509,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 5.000,00

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 5.000,00

Função 04 Administração 5.000,00

Sub-Função 122 Administração Geral 5.000,00

Programa 03 Gestão Geral e Administrativa 5.000,00

Projeto/Atividade 2003 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças 5.000,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 5.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 5.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 5.000,00

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 5.000,00

Órgão 03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 430,00

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 430,00

Função 04 Administração 430,00

Sub-Função 122 Administração Geral 430,00

Programa 12 Fortalecimento dos Municípios 430,00

Projeto/Atividade 2.032 Contribuição a Entidades Municipalistas 430,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 430,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 430,00

Modalidade de Aplicação 50 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 430,00

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 430,00

Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 12.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 12.000,00
 Função 15 Urbanismo 12.000,00
 Sub-Função 452 Serviços Urbanos 12.000,00
 Programa 10 Revitalização da Área Urbana 12.000,00
 Projeto/Atividade 2.029 Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas 12.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 12.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 12.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 12.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recurso Ordinário 12.000,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 950,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 950,00
 Função 12 Educação 950,00
 Sub-Função 365 Educação Infantil 950,00
 Programa 04 Educação é Tudo 950,00
 Projeto/Atividade 1.005 Construção de Creche 950,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 950,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 950,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 950,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 950,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 955,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 955,00
 Função 12 Educação 955,00
 Sub-Função 361 Ensino Fundamental 955,00
 Programa 04 Educação é Tudo 955,00
 Projeto/Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto 955,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 955,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 955,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 955,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 955,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 224,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 224,00
 Função 12 Educação 224,00
 Sub-Função 361 Ensino Fundamental 224,00
 Programa 04 Educação é Tudo 224,00
 Projeto/Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto 224,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 224,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 224,00
 Modalidade de Aplicação 91 Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrante dos Orçamentos Fiscais e da Sociedade 224,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 224,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 9.090,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 9.090,00
 Função 12 Educação 9.090,00
 Sub-Função 365 Educação Infantil 9.090,00
 Programa 04 Educação é Tudo 9.090,00
 Projeto/Atividade 2.007 Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil (60% FUNDEB) 9.090,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 9.090,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 9.090,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 9.090,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 9.090,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 3.139,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 3.139,00
 Função 12 Educação 3.139,00
 Sub-Função 361 Ensino Fundamental 3.139,00
 Programa 04 Educação é Tudo 3.139,00
 Projeto/Atividade 2.008 Transporte Escolar Ensino Fundamental 3.139,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 3.139,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 3.139,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 3.139,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 3.139,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 455,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 455,00
 Função 12 Educação 455,00
 Sub-Função 365 Educação Infantil 455,00
 Programa 04 Educação é Tudo 455,00
 Projeto/Atividade 2.009 Transporte Escolar - Ensino Infantil 455,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 455,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 455,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 455,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 455,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 7.513,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 7.513,00
 Função 12 Educação 7.513,00
 Sub-Função 365 Educação Infantil 7.513,00
 Programa 04 Educação é Tudo 7.513,00
 Projeto/Atividade 2.009 Transporte Escolar - Ensino Infantil 7.513,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 7.513,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 7.513,00
 Modalidade de Aplicação 91 Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrante dos Orçamentos Fiscais e da Sociedade 7.513,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 7.513,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 753,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 753,00
 Função 27 Desporto e Lazer 753,00
 Sub-Função 812 Desporto Comunitário 753,00
 Programa 05 Cultura Esporte e Turismo 753,00
 Projeto/Atividade 2.014 Comissão Municipal de Esporte 753,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 753,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 753,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 753,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recurso Ordinário 753,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO 40.509,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Dezembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios em
26/12/2011

Lei Nº 855/2011

LEI Nº 855 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 12.668,00
Unidade Orçamentária 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 12.668,00
Função 08 Assistência Social 12.668,00
Sub-Função 244 Assistência Comunitária 12.668,00
Programa 07 Vivendo com Amor 12.668,00
Projeto/Atividade 2.022 Assistência a Famílias Carentes 12.668,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 12.668,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 12.668,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 12.668,00
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 12.668,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 12.668,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 3.768,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 3.768,00
Função 26 Transporte 3.768,00
Sub-Função 782 Transporte Rodoviário 3.768,00
Programa 09 Revitalização das Estradas 3.768,00
Projeto/Atividade 1.024 Construção de Ponte de Concreto 3.768,00
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Investimento 3.768,00
Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Despesa de Capital 3.768,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 3.768,00
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 3.768,00
Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 5.000,00
Unidade Orçamentária 03 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 5.000,00
Função 08 Assistência Social 5.000,00
Sub-Função 244 Assistência Comunitária 5.000,00
Programa 07 Vivendo Com Amor 5.000,00
Projeto/Atividade 2.038 Funcionamento e Manutenção do CRAS 5.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 5.000,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 5.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 5.000,00
Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

1.000,00

Unidade Orçamentária 02 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA - FIA 1.000,00

Função 08 Assistência Social 1.000,00

Sub-Função 243 Assistência a Criança e ao adolescente 1.000,00

Programa 08 Assistência ao Menor com Responsabilidade 1.000,00

Projeto/Atividade 2.027 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil 1.000,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 1.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 1.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 1.000,00

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 1.000,00

Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 2.900,00

Unidade Orçamentária 03 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 2.900,00

Função 08 Assistência Social 2.900,00

Sub-Função 241 Assistência ao Idoso 2.900,00

Programa 07 Vivendo Com Amor 2.900,00

Projeto/Atividade 2.024 Integração do Idoso 2.900,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.900,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 2.900,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 2.900,00

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 2.900,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 12.668,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Dezembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei Nº 856/2011

LEI Nº 856 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 18.402,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 18.402,00
Função 26 Transporte 18.402,00
Sub-Função 782 Transporte Rodoviários 18.402,00
Programa 09 Revitalização das Estradas 18.402,00
Projeto/Atividade 2.028 Funcionamento e Manutenção 18.402,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 18.402,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 18.402,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 18.402,00
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 18.402,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 18.402,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 14.884,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 14.884,00
 Função 15 Urbanismo 14.884,00
 Sub-Função 451 Infra-Estrutura Urbana 14.884,00
 Programa 10 Revitalização da Área Urbana 14.884,00
 Projeto/Atividade 1.026 Pavimentação de Ruas 14.884,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Investimento 14.884,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Despesa de Capital 14.884,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 14.884,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 14.884,00
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 518,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 518,00
 Função 15 Urbanismo 518,00
 Sub-Função 452 Serviços Urbanos 518,00
 Programa 10 Revitalização da Área Urbana 518,00
 Projeto/Atividade 1.036 Construção de Muro de arrimo para CONTENÇÃO de Encostas na Área Urbana 518,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Investimento 518,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Despesa de Capital 518,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 518,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 518,00
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 3.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 3.000,00
 Função 15 Urbanismo 3.000,00
 Sub-Função 452 Serviços Urbanos 3.000,00
 Programa 10 Revitalização da Área Urbana 3.000,00
 Projeto/Atividade 2.029 Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas 3.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 3.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 3.000,00
 Modalidade de Aplicação 91 Aplicações Diretas Decorrente de Operação entre Órgãos, fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social 3.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 3.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO 18.402,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Dezembro de 2011.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei Nº 857/2011

LEI Nº 857 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

16.000,00
 Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 16.000,00
 Função 10 Saúde 16.000,00
 Sub-Função 301 Atenção Básica 16.000,00
 Programa 06 Saúde com Excelência 16.000,00
 Projeto/Atividade 2.015 Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS 16.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 16.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 16.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 16.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - saúde 16.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 16.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com as seguintes estruturas, até o limite dos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 10.000,00
 Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.000,00
 Função 10 Saúde 10.000,00
 Sub-Função 301 Atenção Básica 10.000,00
 Programa 06 Saúde com Excelência 10.000,00
 Projeto/Atividade 1.020 Aquisição de Veículo - Saúde 10.000,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Investimentos 10.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Despesa de Capital 10.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 10.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - saúde 10.000,00
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 2.000,00
 Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.000,00
 Função 10 Saúde 2.000,00
 Sub-Função 301 Atenção Básica 2.000,00
 Programa 06 Saúde com Excelência 2.000,00
 Projeto/Atividade 2.016 Atenção Básica 2.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 2.000,00
 Modalidade de Aplicação 91 Aplicações Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social 2.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - saúde 2.000,00
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 4.000,00
 Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4.000,00
 Função 10 Saúde 4.000,00
 Sub-Função 301 Atenção Básica 4.000,00
 Programa 06 Saúde com Excelência 4.000,00
 Projeto/Atividade 2.019 Assistência Farmacêutica 4.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 4.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 4.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 4.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - saúde 4.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO 16.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Dezembro de 2011.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Pregão fms.043.2011 - ACADEMIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
EDITAL

Pregão Presencial nº 043/2011

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA, DESTINADOS AS ACADEMIAS AO AR LIVRE, DECORRENTES DO PROJETO EXERCITANDO A SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 12 de janeiro de 2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 12 de janeiro de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

Massaranduba

PREFEITURA

MINUTA CO 24.2011 - DRA ALESSANDRA F. FARIAS

CONTRATO Nº. 24/2011

PROCESSO: Edital de Credenciamento 01/2009

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: Dra. ALESSANDRA LEITE FERNANDES DE FARIAS

OBJETO: Contrato referente a Prestação de Serviços de Atendimento Médico de Urgência por hora no Pronto Atendimento Municipal

VALOR: R\$ 62,00 (sessenta e dois reais)

DATA DA VIGENCIA: 01.12.2011 a 31.12.2011

SUZANE ELISIA F. REINKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CO 78.2011 ILUM PUBLICA - TISSI

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 78/2011

PROCESSO: Convite para Compras e Serviços 111 / 2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba

CONTRATADO: TISSI COMERCIO E INSTALAÇÕES DE MAT. ELÉTRICOS LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para executar a instalação e manutenção da iluminação pública e instalações elétricas diversas, totalizando 1173 horas de serviço.

VALOR: R\$ 41.055,00 (quarenta e um mil e cinquenta e cinco reais).

DATA DA VIGÊNCIA: 16 / 12 / 2011 a 16 / 04 / 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

MINUTA CO 21.2011 - DR Ramon Vieira

CONTRATO Nº. 21/2011

PROCESSO: Edital de Credenciamento 01/2009

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: Dr. Ramon Vieira

OBJETO: Contrato referente a Prestação de Serviços de Atendimento Médico de Urgência por hora no Pronto Atendimento Municipal

VALOR: R\$ 62,00 (sessenta e dois reais)

DATA DA VIGENCIA: 01.12.2011 a 31.12.2011

SUZANE ELISIA F. REINKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

MINUTA CO 22.2011 - DR ALEXANDRE A. ZAMUNER

CONTRATO Nº. 22/2011

PROCESSO: Edital de Credenciamento 01/2009

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: Dr. ALEXANDRE AUGUSTO ZAMUNER

OBJETO: Contrato referente a Prestação de Serviços de Atendimento Médico de Urgência por hora no Pronto Atendimento Municipal

VALOR: R\$ 62,00 (sessenta e dois reais)

DATA DA VIGENCIA: 01.12.2011 a 31.12.2011

SUZANE ELISIA F. REINKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

MINUTA CO 23.2011 - DRA JULIANA C RIBEIRO

CONTRATO Nº. 23/2011

PROCESSO: Edital de Credenciamento 01/2009

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: Dra. JULIANA CAMURÇA RIBEIRO

OBJETO: Contrato referente a Prestação de Serviços de Atendimento Médico de Urgência por hora no Pronto Atendimento Municipal

VALOR: R\$ 62,00 (sessenta e dois reais)

DATA DA VIGENCIA: 01.12.2011 a 31.12.2011

SUZANE ELISIA F. REINKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

MINUTA CO 4.2010 - 2º Aditivo RECICLE LIXO HOSPITALAR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 4/2010

CONTRATO ADITIVO Nº 4/2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Convite Compras e Serviços nº. 02/2010.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: CATARINENSE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar).

VALOR: R\$ 1.470,00 (Um mil, quatrocentos e setenta reais) por mês, de acordo com o índice do IGPM de 5,95%, apurado no período de março a novembro de 2011.

DATA DA VIGENCIA: 03.01.2012 a 31.12.2012

SUZANE ELISA F. REINKE - GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL

Minuta CO 5.2010 - 1º Aditivo

CONTRATO Nº. 5/2010

CONTRATO ADITIVO Nº. 5/1

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba

CONTRATADO: SÉRGIO LUIZ PACHECO

OBJETO: O presente contrato consiste na locação de sala comercial para INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, de acordo com o Processo de Dispensa de Licitação nº. 02/2010, homologada em 21 de dezembro de 2010. VALOR: R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) por mês, totalizando R\$ 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais), para o período de 12 meses

DATA DA VIGENCIA: 01.01.2012 a 31.12.2012

SUZANE ELISA F. REINKE - GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata Nº 2.2011 FMS LANCETAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2011

Processo Licitatório Nº. 30/2011 - FMS

Pregão Presencial Nº. 17/2011 - FMS

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 16 de Dezembro de 2011 do ano de 2011, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 30/2011 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS DE TIRAS DE GLICEMIA E LANCETAS, COM FORNECIMENTO DE GLICOSÍMETROS A TÍTULO DE COMODATO, DESTINADOS PARA A ATENDIMENTO DE PACIENTES DE MASSARANDUBA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA, neste ato representado por MARCOS ANTONIO GUGELMIN VELHO	03.241.947/0001-82
MEDICAL VENDAS LTDA, neste ato representado por MARCIEL APARECIDO BELOTTO	07.774.682/0001-39

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS DE TIRAS DE GLICEMIA E LANCETAS, COM FORNECIMENTO DE GLICOSÍMETROS A TÍTULO DE COMODATO, DESTINADOS PARA A ATENDIMENTO DE PACIENTES DE MASSARANDUBA, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA	LANCETA DESCARTAVEL AUTOMATICA RESTRATIL PARA PUNCAO DIGITAL EM CONFORMIDADE COM A NR32	UNID	PREMIUM	30.000	0,23	R\$ 6.900,00

Total do Fornecedor: R\$ 6.900,00

02	MEDICAL VENDAS LTDA	TIRA TESTE PARA MEDIÇÃO QUANTITATIVA DE GLICOSE SANGUINEA.	UNID	ON CALL PLUS	30.000,00000	0,44	R\$ 13.200,00
----	---------------------	--	------	--------------	--------------	------	---------------

Total do Fornecedor: R\$ 13.200,00

Total Geral dos Itens: R\$ 20.100,00

Fornecedor	Item/Sub	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitario	Preço Total
112615 - CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA	1	PREMIUM	30.000	UNID	R\$ 0,23	R\$ 6.900,00
112615 - CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA	2	BIOCHECK	30.000	UNID	R\$ 0,45	R\$ 13.500,00
124958 - MEDICAL VENDAS LTDA	1	LABOR	30.000	UNID	R\$ 0,24	R\$ 7.200,00
124958 - MEDICAL VENDAS LTDA	2	ON CALL PLUS	30.000	UNID	R\$ 0,44	R\$ 13.200,00

Total Geral ---> 40.800,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ VINTE MIL E CEM REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, iniciando no dia 16 de Dezembro de 2011, findando no dia 16 de Dezembro de 2012, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas

detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 30/2011 - Pregão Presencial Nº. 17/2011.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 30/2011 - Pregão Presencial Nº. 17/2011 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e

devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação Descrição

06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002 GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA

2033 Atendimento à população

33903299000000 OUTROS MATERIAIS DISTRIBUICAO GRATUITA

16401 Piso de Atenção Básica - PAB

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de

Preços, sem justificativa aceita pelo órgão

ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2011, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 16 de Dezembro de 2011.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA, neste ato representado por MARCOS ANTONIO GUGELMIN VELHO	03.241.947/0001-82
MEDICAL VENDAS LTDA, neste ato representado por MARCIEL APARECIDO BELOTTO	07.774.682/0001-39

CONTRATADA

MEDICAL VENDAS LTDA

MARCIEL APARECIDO BELOTTO

Contratada

CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA
MARCOS ANTONIO GUGELMIN VELHO
Contratada

Ata Nº. 3.2011 FMS FILMES RX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3 / 2011

Pregão Presencial Nº. 31/2011

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 16 de Dezembro de 2011 do ano de 2011, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 31/2011 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE FILMES PARA RAIOS-X, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, neste ato representado por GUIDO ANDRE SEVERO PEIXOTO	05.531.725/0001-20
IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, neste ato representado por DIRCEU AMAURI KOBES	33.255.787/0001-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE FILMES PARA RAIOS-X, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	QTDE	Valor Unit.	Valor Total
01	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	FILME PARA RAIOS X 18X24 CM, BASE VERDE, CAIXA COM 100 PELICULAS	CX	FUJI	15	R\$ 49,50	R\$ 742,50
02	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	FILME PARA RAIOS X, 30X40CM, BASE VERDE, CAIXA COM 100 PELICULAS	CX	FUJI	15	R\$ 137,00	R\$ 2.055,00
03	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	FILME PARA RAIOS X, 35X35 CM, BASE VERDE, CAIXA COM 100 PELICULAS	CX	FUJI	15	R\$ 139,75	R\$ 2.096,25

04	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	FILME PARA RAO X, 35X43 CM, BASE VERDE, CAIXA COM 100 PELICULAS	CX	FUJI	15	R\$ 139,75	R\$ 2.096,25
Total do Fornecedor: R\$ 6.990,00							
05	IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A	FILME PARA RAO X, 20X25 CM, BASE VERDE, CAIXA COM 100 PELICULAS	CX	IBF	20	R\$ 72,00	R\$ 1.440,00

Total do Fornecedor: R\$ 1.440,00

Total Geral dos Itens: R\$ 8.430,00

Fornecedor	Item/Sub	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitário	Preço Total
105856 - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO	1	FUJI	15	CX	49,50	742,50
105856 - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO	2	FUJI	15	CX	137,00	2.055,00
105856 - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO	3	FUJI	15	CX	139,75	2.096,25
105856 - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO	4	FUJI	15	CX	139,75	2.096,25
124346 - IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE	1	FUJI	15	CX	49,59	743,85
124346 - IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE	2	IBF	15	CX	137,99	2.069,85
124346 - IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE	3	IBF	15	CX	175,50	2.632,50
124346 - IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE	4	IBF	15	CX	213,00	3.195,00
124346 - IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE	5	IBF	20	CX	72,00	1.440,00

Total Geral ---> R\$ 17.071,20

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ OITO MIL E QUATRO-CENTOS E TRINTA REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, iniciando no dia 16 de Dezembro de 2011, findando no dia 16 de Dezembro de 2012, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 31/2011 - Pregão Presencial Nº. 18/2011.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de

Processo Licitatório Nº. 31/2011 - Pregão Presencial Nº. 18/2011 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação Descrição

06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002 GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA

2037 Manutenção do hospital de Massaranduba

33903036000000 MATERIAL HOSPITALAR

12355 Transf. de Convênios do Estado Saúde

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2011, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 16 de Dezembro de 2011.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
CONTRATANTE

SUZANE ELISA F. REINKE
Gestora dos Fundos Municipais

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, neste ato representado por GUIDO ANDRE SEVERO PEIXOTO	05.531.725/0001-20
IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, neste ato representado por DIRCEU AMAURI KOBBS	33.255.787/0001-91

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
GUIDO ANDRE SEVERO PEIXOTO
Contratada

IBF IND.BRASILEIRA DE FILMES SA
DIRCEU AMAURI KOBBS
Contratada

Meleiro

PREFEITURA

Portaria n.º 434/2011

PORTARIA n.º 434/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE MONITOR DE MÚSICA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1408/2009 e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1463/2010, de 18 de novembro de 2010 e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor HENRIQUE GOMES, ocupante do cargo de Monitor de Música, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível referência MAG 150 conforme anexo V da Lei nº 1409/2009, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 075/2011.

Meleiro, 23 de Dezembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 435/2011

PORTARIA n.º 435/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE MONITOR DE MÚSICA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1408/2009 e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1463/2010, de 18 de novembro de 2010 e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor FERNANDO LUIZ MATIOLA, ocupante do cargo

de Monitor de Música, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível referência MAG 150 conforme anexo V da Lei nº 1409/2009, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 076/2011.

Meleiro, 23 de Dezembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

1º termo aditivo concurso 002/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 007/2011

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO torna público o 1º Termo Aditivo de alteração do Edital n. 002/2011 para provimento dos cargos do Quadro de Pessoal Civil da Administração do Município de Monte Carlo:

ONDE SE LÊ:
EMENTAS
ENSINO SUPERIOR
CONHECIMENTOS GERAIS (20 QUESTÕES)

LÍNGUA PORTUGUESA - (Em conformidade com a nova Lei Ortográfica). Compreensão e interpretação de texto(s). Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Emprego da crase. Pontuação. Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo. Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal. Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, correspondência oficial.

LEIA-SE:

LÍNGUA PORTUGUESA -Compreensão e interpretação de texto(s). Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Emprego da crase. Pontuação. Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo. Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal. Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, correspondência oficial.

Monte Carlo, 05 de dezembro de 2011.
ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

2º termo aditivo concurso 02/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 007/2011

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO torna público o 1º Termo Aditivo de alteração do Edital n. 002/2011 para provimento dos cargos do Quadro de Pessoal Civil da Administração do Município de Monte Carlo:

INCLUIR:

1.6 Tabela de atribuições dos cargos ofertados neste concurso público Municipal:

CARGOS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

FARMACÊUTICO Fazer manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender à produção de remédios e outros preparados; subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário médico, para recuperar ou melhorar o estado de saúde de pacientes; controlar entorpecentes e produtos equiparados, anotando sua venda em regras, guias e livros, segundo os receituários devidamente preenchidos, para atender aos dispositivos legais; analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração, ou seus insumos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento; analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos, para controlar sua pureza, qualidade e atividade terapêutica; efetuar análise bromatológica de alimentos, valendo-se de métodos, para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade, com vistas ao resguardo da saúde pública; fiscalizar com a Vigilância Sanitária as farmácias, drogarias e indústrias químico-farmacêuticas, quanto ao aspecto sanitário, fazendo visitas periódicas e autuando os infratores, se necessário, para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente; assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica, a fim de fornecer subsídio para a elaboração de ordem de serviço, portarias, pareceres e manifestos; fazer relatório mensal dos trabalhos realizados; controlar a manutenção de níveis de estoques dos materiais da Farmácia e do laboratório, suficientes para o desenvolvimento das atividades; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO Executa serviços internos e externos, entregando e/ou afixando documentos, correspondências, jornais e pequenos volumes, dirigindo-se aos locais indicados; executar serviços de apoio administrativo nos diversos órgãos e unidades da Administração Pública municipal; entregar e receber documentos, assinando ou solicitando protocolo, para comprovar a execução do serviço; efetuar pequenas compras e pagamentos do órgão; auxiliar em serviços de escritório, separando e carimbando documentos, preparando etiquetas e realizando outras tarefas, sob orientação; atender pessoas, prestando-lhes as informações necessárias e encaminhando-as aos locais solicitados; anotar recados e telefonemas, comunicando posteriormente aos interessados; processa cópias de documentos; dirige veículos

leves e motocicleta, quando solicitado pela chefia imediata e realiza demais serviços relativos aos expedientes gerais.

ONDE SE LÊ:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia 28 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 14 de dezembro de 2011, no seguinte endereço: no Paço Municipal, SC 456, Km 15, Centro, esquina com a rua Vilma Gomes - Monte Carlo, SC.

LEIA-SE:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia 28 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 11 de janeiro de 2012 ()

ONDE SE LÊ:

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 14 de dezembro de 2011 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme modelo constante do Anexo I.

LEIA-SE:

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 11 de janeiro de 2012 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme modelo constante do Anexo I.

ONDE SE LÊ:

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, dia 15 de dezembro de 2011.

LEIA-SE:

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, 12 de janeiro de 2012.

ONDE SE LÊ:

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 18 de dezembro de 2011 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

5.2.1

LEIA-SE:

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 15 de janeiro de 2012 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

5.2.1

Monte Carlo, 25 de novembro de 2011.

ONDE SE LÊ:

9.2. Os recursos deverão ser entregues e protocolizados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no seguinte endereço: Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina- AMPLASC, com endereço na Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro, Campos Novos-SC - CEP 89620-000 Fone/Fax: (49) 3541-0855, em até 2 (dois) dias úteis, após a publicação dos relatórios descritos nos subitens 10.1. b e d, horário das 13:00 hs. até as 18:00 hs. mediante comprovação do pagamento da "Taxa de Recurso".

LEIA-SE:

9.2. Os recursos deverão ser entregues e protocolizados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no seguinte endereço: Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina- AMPLASC, com endereço na Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro, Campos Novos-SC - CEP 89620-000 Fone/Fax: (49) 3541-0855, em até 2 (dois) dias úteis, após a publicação dos relatórios descritos nos subitens 10.1. b e d, horário das 13:00 hs. até as 18:00 hs. Não haverá cobrança de taxa de recurso.

EXCLUIR:

9.2.1. O valor da taxa de recurso será de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para os cargos de nível superior e de R\$ 15,00 (quinze reais) para os demais cargos, que será aplicado somente em relação à letra "b" do subitem 10.1 deste Edital.

INCLUIR:

12.9. A banca examinadora deste concurso poderá ser contatada pelo e-mail amplasc@amplasc.org.br, pelo site www.amplasc.org.br e pelo fone: 049- 35410855 ou no endereço: Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro Campos Novos-SC.

Monte Carlo, 16 de dezembro de 2011.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Termo Aditivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

CONCURSO PÚBLICO 001/2011

EDITAL Nº 005/2011

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO torna público o 2º Termo Aditivo de alteração do Edital n. 005/2011 para provimento dos cargos do Quadro de Pessoal Civil da Administração do Município de Monte Carlo:

INCLUIR:

1.6 Tabela de atribuições dos cargos ofertados neste concurso público Municipal:

CARGOS	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
--------	----------------------

MÉDICO (A)

Trabalho inerente à profissão, segundo os princípios e técnicas inerentes à medicina; incluindo: atendimento às consultas e aos pacientes hospitalizados, fazendo as anotações devidas; orientação aos pacientes, como seres integrais e sociais; notificação de doenças, nos termos da lei; orientar enfermeiros, residentes e estagiários; participar de reuniões de trabalho, conferência médica e de desenvolvimento de recursos humanos e outras atividades correlatas. Executar tarefas a partir de objetivos previamente definidos na área médica de sua especialização; auxiliar na elaboração e execução de estudos, planos e projetos, dentro da área médica de sua especialização; interpretar documentos, segundo sua especialização, para atender as necessidades do serviço; avaliar a capacidade física e mental das pessoas; avaliar laudos e exames médicos ou de especialistas; realizar vistorias e emitir laudos médicos relativos à capacidade das pessoas; examinar processos e procedimentos de interesse do município; prescrever medicamentos; aplicar recursos da medicina preventiva e terapêutica para promover, preservar e recuperar a saúde dos servidores e membros da Instituição; elaborar prontuário médico; elaborar pareceres da sua área específica quando a situação de saúde e /ou jurídica assim exigir; executar outras tarefas correlatas; participar dos programas de atendimento à população atingida por calamidade pública; integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; realizar estudos e inquéritos sobre os níveis das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados; participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva; participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde; participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendam aos interesses da Instituição; fornecer dados estatísticos de suas atividades; participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior; proceder à notificação das doenças compulsórias à autoridades sanitária local; opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.

SUPERVISOR(A) DE TESOUREARIA

Supervisionar e controlar equipe e serviços financeiros, efetuar e conferir pagamentos, planejar e solucionar pendências, projetar receitas, elaborar demonstrativos financeiros e econômicos, programar pagamentos, examinar prestações de contas, conciliar valores, atender auditorias, planejar fluxo de caixa, controlar saldos bancários, negociar taxas de juros, pesquisar taxas bancárias, controlar entrada de recursos, distribuir tarefas, orientar execução de trabalhos, estabelecer prioridades de trabalho e demais atividades da função.

**SUPERVISOR
DE RECURSOS
HUMANOS**

Analisa e controla a variação dos custos na folha de pagamento, promovendo a inclusão dos percentuais de aumentos concedidos, elaborando e definindo quadros, tabelas, gráficos e programas demonstrativos; controla e executa a movimentação de entrada de dados no sistema de folha de pagamento, alterando dados e incluindo informações, para manter atualizados os relatórios solicitados; providencia admissões, transferência e rescisões de contratos, observando a legislação e normas vigentes, para dar prosseguimento a estes processos; acompanha e analisa as mudanças na legislação, avaliando impactos e propondo alternativas, para permitir o correto desenvolvimento dos trabalhos; executa registros nos assentamentos de funcionários, controlando férias, efetuando inclusões, alterações e exclusões, para manter em ordem seus arquivos; responde pela compra e distribuição de vale-transporte, tíquete-refeição e outros benefícios instituídos, observando prazos e levantando custos, para cumprir programas sociais existentes; esclarece e orienta os funcionários, informando quanto aos seus deveres e direitos, para ampliar a divulgação das normas da empresa; acompanha e executa programa de seleção e treinamento, levantando necessidade, orientando na elaboração de material didático, definindo metodologias, conteúdos e carga horária, para conseguir o máximo aproveitamento; providencia apoio logístico aos programas de treinamento, convocando participantes, preparando material didático e locais de realização, para assegurar perfeitas condições ou desenvolvimento; promove o recrutamento de mão de obra, consultando arquivos, cadastros, currículos e realizando entrevistas, para assegurar o desenvolvimento dos quadros da empresa; assessora a direção geral nos atendimentos com representantes trabalhistas, emitindo pareceres sobre as matérias tratadas, para organizações trabalhistas, para assegurar providências compatíveis com o interesse do pessoal e da empresa; responde pela eficácia da administração de cargos da política de remuneração, adotando normas consistentes e baseadas em modernas políticas da área, para assegurar a retenção da mão de obra qualificada.

Atividade profissional no campo do serviço social, na viabilização de ações assistenciais, com a aplicação dos princípios e técnicas pertinentes à área, aplicadas ao exame e solução dos problemas de ordem sócio-econômica; planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área do desenvolvimento comunitário; participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; fornecer dados sociais para a elucidação de diagnósticos médicos e periciais; diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidade, grupos e indivíduos que atinjam um nível satisfatório de saúde; desenvolver atividades que visem à promoção, à proteção e à recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais; mobilizar recursos da comunicação para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população; prover, adequar e capacitar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividades do Serviço Social; participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde; orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições; esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar;

ASSISTENTE SOCIAL

assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões; planejar políticas sociais; elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades; pesquisar a realidade social: realizar estudo sócio-econômico; pesquisar interesses da população, perfil dos usuários, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; monitorar as ações em desenvolvimento: acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários; articular recursos disponíveis: identificar equipamentos sociais disponíveis na instituição; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação de desempregados; desempenhar tarefas administrativas; cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos; utilizar recursos de informática; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; efetuar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais; dar informações e pareceres sobre materiais específicos; assistir menores, incapazes, doentes mentais, idosos, etc.; prestar serviços de âmbito social aos carentes e seus familiares a fim de promover o bem-estar social; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho.

FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

Coordenar e determinar o cumprimento de normas técnicas da ABNT e Secretaria Estadual de Saúde no caso de pesagens, aferições, acondicionamento, procedência e conservação de produtos; realiza trabalho de fiscalização de atividades, locais e ambientais, para se detectarem situações ou comportamentos individuais ou de grupos, nocivos à saúde coletiva; fiscalização e inspeção relacionada à vigilância sanitária e epidemiológica; coleta de material para análise em laboratório; campanhas de levantamento de vetores; controle e combate a vetores e roedores; desenvolver atividades de orientação e fiscalização das condições sanitárias e de resguardo da saúde pública e do trabalhador, nas seguintes áreas: de alimentos, bebidas e água para consumo humano; b) de saneamento, inclusive habitacional, tanto urbano quanto rural; c) produtos químicos e farmacêuticos; d) de condições de trabalho em qualquer ramo de atividade; realizar inspeções, vistorias e emissão de alvarás sanitários; registrar ocorrências, emitir termos de notificação ou multa e dar cumprimento à legislação, na execução das ações de fiscalização; fiscalização de comércio de alimentos, lavratura de autos de infração e de coleta de amostra, termos de intimação e multas; elaboração de relatórios de inspeção; fazer cumprir as leis que proíbem criação de animais no perímetro urbano; fiscalizar o cumprimento das leis que disponham sobre: proibição de depositar lixo nos leitos dos rios, lotes vagos e ruas; fiscalizar o cumprimento das leis que disponham sobre depósito de material em vias públicas; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.

OPERADOR ADMINISTRATIVO

Elaboração e análise de documentos, relatórios e demonstrativos e gráficos; lançamentos e registros próprios de escritório, inclusive lançamentos contábeis (empenhos, pagamentos, elaboração de balancetes e demonstrativos) e de administração tributária; conferência de dados e documentos; redação e digitação de textos relacionados com administração; atendimento ao público; organização de fichários e arquivos; formalização de processos administrativos, recebimento e conferência, inspeção, armazenamento e distribuição de materiais, à vista de documentação; organização e manutenção de arquivo ou fichário geral ou de unidade administrativa, segundo os princípios e técnicas pertinentes; classificação, numeração e arquivamento, distribuição de documentos e controles de lançamentos tributários; expedição de certidões e alvarás; operação de computador; atendimento do público interno ou externo, buscando identificá-las e encaminhá-las aos setores competentes; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho.

ASSISTENTE DE CRECHE	Auxilia no planejamento de jogos e entretenimentos, atividades musicais, rítmicas e outras atividades a serem desenvolvidas pelas crianças, selecionando ou preparando textos adequados, consultando obras específicas ou trocando ideias com orientadores educacionais, para obter um roteiro que facilite as atividades educativas e o relacionamento educador-educando; auxilia na coordenação das atividades do curso, desenvolvendo nos alunos o gosto pelo desenho, pintura, modelagem, conversação, canto e dança, através da prática destas atividades, para ajudar as crianças a compreenderem melhor o ambiente que as rodeia, estimular-lhes as inclinações e aptidões e promover sua evolução harmoniosa; infunde nas crianças hábitos de limpeza, obediência, tolerância e outros atributos morais e sociais, empregando recursos audiovisuais ou outros meios, a fim de contribuir para a educação das mesmas; registra as atividades desenvolvidas no curso e todos os acontecimentos pertinentes, fazendo anotações no livro de controle, para possibilitar a avaliação do desenvolvimento do curso. Auxilia na organização de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural ou recreativo.
----------------------	--

ONDE SE LÊ:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia 23 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 14 de dezembro de 2011 ()

LEIA-SE:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre às 08:00 hs do dia 23 de novembro de 2011 até as 14:00 hs do dia 11 de janeiro de 2012 ()

ONDE SE LÊ:

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 14 de dezembro de 2011 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme modelo constante do Anexo I.

LEIA-SE:

3.7. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar, para concorrer à vaga de deficiente, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no período compreendido entre as 12:00 horas do dia 23 de novembro até às 14:00 horas do dia 11 de janeiro de 2012 na Prefeitura de Monte Carlo, o Atestado para Caracterização de Pessoa Portadora de Deficiência, conforme modelo constante do Anexo I.

ONDE SE LÊ:

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, dia 15 de dezembro de 2011.

LEIA-SE:

4.1.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Chefe do Poder Executivo

Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos <http://www.amplasc.org.br> - www.montecarlo.sc.gov.br e no Mural do Paço Municipal de Monte Carlo, 12 de janeiro de 2012.

ONDE SE LÊ:

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 18 de dezembro de 2011 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

5.2.1

LEIA-SE:

5.2. A prova escrita para todos os cargos será realizada no dia 15 de janeiro de 2012 e terá duração total de 03:30 (três horas e trinta minutos) horas com início às 08:30 horas.

5.2.1

Monte Carlo, 25 de novembro de 2011.

ONDE SE LÊ:

9.2. Os recursos deverão ser entregues e protocolizados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no seguinte endereço: Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina- AMPLASC, com endereço na Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro, Campos Novos-SC - CEP 89620-000 Fone/Fax: (49) 3541-0855, em até 2 (dois) dias úteis, após a publicação dos relatórios descritos nos subitens 10.1. b e d, horário das 13:00 hs. até as 18:00 hs. mediante comprovação do pagamento da "Taxa de Recurso".

LEIA-SE:

9.2. Os recursos deverão ser entregues e protocolizados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no seguinte endereço: Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina- AMPLASC, com endereço na Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro, Campos Novos-SC - CEP 89620-000 Fone/Fax: (49) 3541-0855, em até 2 (dois) dias úteis, após a publicação dos relatórios descritos nos subitens 10.1. b e d, horário das 13:00 hs. até as 18:00 hs. Não haverá cobrança de taxa de recurso.

EXCLUIR:

9.2.1. O valor da taxa de recurso será de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para os cargos de nível superior e de R\$ 15,00 (quinze reais) para os demais cargos, que será aplicado somente em relação à letra "b" do subitem 10.1 deste Edital.

INCLUIR:

12.9. A banca examinadora deste concurso poderá ser contatada pelo e-mail amplasc@amplasc.org.br, pelo site www.amplasc.org.br e pelo fone: 049- 35410855 ou no endereço: Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro Campos Novos-SC.

Monte Carlo, 16 de dezembro de 2011.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO
CONCURSO PÚBLICO 001/2011

EDITAL Nº 005/2011

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO torna público o 1º Termo Aditivo de alteração do Edital n. 001/2011 para provimento dos cargos do Quadro de Pessoal Civil da Administração do Município de Monte Carlo:

INCLUIR:

1.2. Os cargos e vagas objeto deste Concurso Público são descritos na tabela abaixo:

OPERADOR(A) ADMINISTRATIVO	40 HORAS	01 VAGA + CADASTRO DE RESERVA	887,22
----------------------------	----------	-------------------------------	--------

ONDE SE LÊ:

5.1.1. A prova escrita para os cargos de superior constará de:

LEIA-SE:

5.1.1. A prova escrita para todos os cargos constará de:

ONDE SE LÊ:**ENSINO MÉDIO**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 QUESTÕES - CADA QUESTÃO VALERÁ 0,30)

FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA - Código Sanitário (Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, Decreto nº 12.342, de 27 de setembro de 1978, Portaria Conjunta CVS/IAL nº 9, de 12 de novembro de 2004). Portaria CVS 6/99, de 10/03/99 (Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004). Noções básicas de legislação ambiental: Federal - Constituição Federal de 1988 (artigo 225), Lei 6.938/81 (artigos 2º e 3º), Lei 4.771/65 e suas alterações (artigos 2º, 3º e 4º); Saúde Coletiva: aspectos conceituais e Metodológicos, Histórico da saúde pública no Brasil: organização dos serviços de saúde e políticas de saúde, com destaque para as ações de planejamento, educação em saúde e vigilância à saúde. Gestão do SUS. Implicações conceituais e metodológicas da Saúde Coletiva.

LEIA-SE:**ENSINO MÉDIO**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 QUESTÕES - CADA QUESTÃO VALERÁ 0,30)

FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de legislação ambiental: Federal - Constituição Federal de 1988 (artigo 225), Lei 6.938/81 (artigos 2º e 3º), Lei 4.771/65 e suas alterações (artigos 2º, 3º e 4º); Lei 6.259/75 e Lei 9.782/99. Saúde Coletiva: aspectos conceituais e Metodológicos, Histórico da saúde pública no Brasil: organização dos serviços de saúde e políticas de saúde, com destaque para as ações de planejamento, educação em saúde e vigilância à saúde. Gestão do SUS Implicações conceituais e metodológicas da Saúde Coletiva. Portaria GM nº 1172 de junho de 2004 e suas alterações, a Portaria GM/MS 399/2066. Legislação da União e do Estado de Santa Catarina desde que pertinente ao assunto, bem como normas da ANVISA e SUS.

Monte Carlo, 25 de novembro de 2011.
ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA**Lei Complementar Nº 009/2011.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2011.

DISPÕE SOBRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito do Município de Morro da Fumaça, Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I**Das Disposições Preliminares**

Artigo 1º - Fica instituído, nos Termos da Presente Lei, o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal que tem como princípios básicos a organização técnica, científica e administrativa do trabalho, a qualificação, a dedicação e a valorização de seus integrantes.

TÍTULO II**Do Plano de Carreira e Remuneração**

Artigo 2º - Integram o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Público Municipal:

- I - Quadro Pessoal;
- II - Estrutura Organizacional de Carreiras;
- III - Tabela Salarial;
- IV - Progressão Funcional.

Artigo 3º - Para efeitos da aplicação do presente plano, é adotada a seguinte terminologia:

- I - Plano de Carreira: Conjunto de normas estruturadoras das carreiras dos grupos ocupacionais que correlaciona cargos a níveis de escolaridade e padrões de vencimento.
- II - Grupo Ocupacional: Conjunto de cargos de provimento efetivo, agrupados de acordo com a natureza da atividade, com carreiras próprias que tem

por objetivo atender a rede municipal de ensino.

III - Quadro de Pessoal: Conjunto de cargos de provimento efetivo.

IV - Cargo de Provimento Efetivo: Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades de acordo com a área de atuação e formação profissional.

V - Nível: Graduação vertical ascendente de cada cargo dos grupos ocupacionais.

VI - Referência: Graduação horizontal ascendente em cada nível dos cargos de cada grupo ocupacional.

VII - Tabela Salarial: Conjunto de valores do vencimento base, distribuídos em linhas verticais e horizontais progressivas e estruturado na forma organizacional das carreiras.

VIII - Progressão Funcional - Ascensão funcional do Profissional do Magistério no Plano de Carreira.

TÍTULO III

Da Composição do Quadro de Pessoal
Da Composição

Artigo 4º - O quadro de pessoal do Magistério Público Municipal compõe-se dos cargos de provimentos efetivos, classificados e inseridos nos grupos ocupacionais, abaixo relacionados:

I - Grupo Docente: Professor.

II - Grupo de Apoio Técnico Pedagógico:

a) Especialistas em Assuntos Educacionais:

- * Técnico em Gestão Escolar;
- * Coordenador Pedagógico;
- * Psicopedagogo.

b) Auxiliar de Ensino

III - Grupo de Apoio Administrativo:

a) Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar);

b) Psicólogo;

Nutricionista;

Fonoaudiólogo;

Zelador de escola.

f) Gestor Master.

Parágrafo Único - O número de cargos/vagas do quadro do Magistério e as respectivas habilitações exigidas para cada nível ou grupo de níveis de carreiras dos grupos ocupacionais estão inseridos nos anexos I a III.

Artigo 5º - Os cargos dos grupos de docente, apoio técnico pedagógico e apoio administrativo têm suas respectivas atribuições, especificações e identificações, nas formas estabelecidas nos anexos IV a XIV desta Lei.

Parágrafo Único: As descrições e especificações de cargos a que se refere o "Caput" deste artigo contêm denominação do cargo, grupo ocupacional, descrição sumária e detalhada, habilitação profissional e jornada de trabalho.

TÍTULO IV

Do Enquadramento

Artigo 6º - Os atuais titulares de cargo efetivo do Magistério, pertencente ao nível I, Professor habilitação 2º grau magistério, passarão a ocupar quadro de habilitação em nível médio, conforme linhas de correlação constantes do Anexo XV desta Lei.

Artigo 7º - O enquadramento dos atuais titulares do cargo de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais, habilitação nível superior, Licenciatura Plena, dar-se-á conforme linha de correlação constante do Anexo XV desta Lei, integrando o Quadro Permanente de Pessoal Efetivo do Magistério.

Parágrafo Único: Os atuais titulares do cargo de Instrutor de Ensino Especial, com habilitação de nível superior, Licenciatura Plena, passarão a ocupar, por transposição, o Cargo de Professor e serão enquadrados conforme linha de correlação, constantes do Anexo XV desta Lei.

TÍTULO V

Da Formação Profissional dos Grupos Ocupacionais do Magistério

Artigo 8º - A formação profissional exigida para o exercício das diferentes atividades e modalidades no ensino na Rede Municipal é a de Nível Superior de Licenciatura Plena para os cargos Docente e Especialista em Assuntos Educacionais e a de Nível Superior para Psicólogo, Nutricionista e Fonoaudiólogo.

Artigo 9º - Excepcionalmente, poderá ser aceita habilitação de nível médio na modalidade magistério e/ou normal, para os atuais professores que estiverem atuando na Educação Infantil, Ensino Especial e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

§ 1º - A Progressão do Profissional do Magistério enquadrado no disposto deste artigo será automática, após apresentação de certificado de conclusão de curso superior, com habilitação na área de atuação.

§ 2º - À Secretaria Municipal de Educação caberá incentivar e promover programas de formação profissional aos profissionais do magistério que se encontram na situação disposta no "Caput" deste artigo, de forma a atender ao disposto no artigo 8º desta Lei.

Artigo 10- A formação profissional exigida para o exercício das atividades de Auxiliar de Ensino e Oficial de Serviços Administrativos Escolares é a de nível médio, com conhecimento específico na área de atuação, conforme anexos II e III desta Lei.

TÍTULO VI

Da Estrutura Organizacional da Carreira

Capítulo I

Da Composição

Artigo 11 - A estrutura organizacional da carreira dos cargos que integram os Grupos Ocupacionais Docente, Apoio Técnico Pedagógico para as funções de Técnico em Gestão Escolar, Coordenador Pedagógico e Psicopedagogo e Apoio Administrativo para as funções de Psicólogo, Nutricionista e Fonoaudiólogo, do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério, é constituída de 08 (oito) níveis e 05 (cinco) referências, observada a formação profissional exigida, na forma dos anexos I a III desta Lei.

Parágrafo Único - Excetuam-se da composição da Carreira estabelecida neste artigo os cargos de Oficial de Serviços Administrativos Escolares, Gestor Master, Auxiliar de Ensino e Zelador de escola, observando as habilitações profissionais, integrarão carreiras de 06 (seis) níveis e 05 (cinco) referências, respectivamente conforme anexos II, III, XVI e XVII desta Lei.

Capítulo II

Do Ingresso na Carreira

Artigo 12 - O ingresso na carreira funcional dos cargos dos grupos ocupacionais do Quadro de Pessoal do Magistério dar-se-á nos termos desta Lei e Legislação Municipal Específica, através de Concurso Público de provas e títulos.

§ 1º - Constituem registros de escolaridade para os cargos de que trata o "Caput" deste artigo os constantes dos anexos I a III desta Lei.

§ 2º - O ingresso de que trata o "Caput" deste artigo dar-se-á no nível 1, referência A, das respectivas carreiras.

Artigo 13 - O provimento dos cargos dos grupos ocupacionais a que se refere o "Caput" deste artigo ocorrerá mediante nomeação através de ato do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 14 - Os profissionais do Quadro Permanente do Magistério serão lotados na Unidade Escolar, conforme quadro lotacional da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 15 - O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado durante o período de 03 (três) anos, ocorrerá entre a

posse e a investidura permanente do cargo.

Capítulo III

Da Progressão Funcional

Artigo 16 - O progresso funcional dos ocupantes dos cargos pertencentes aos Grupos Docente (Professor), Apoio Técnico Pedagógico (Especialistas em Assuntos Educacionais) e Apoio Administrativo (Psicólogo, Nutricionista e Fonoaudiólogo) ocorrerá dentro do mesmo cargo, após o cumprimento do estágio probatório, nas seguintes modalidades:

Progressão por horas de aperfeiçoamento;
Progressão por avaliação de desempenho;
Progressão por nova habilitação profissional.

Parágrafo Único – Para os ocupantes dos cargos de Auxiliar de Ensino, Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar) e Zelador de escola a progressão funcional dar-se-á apenas por horas de aperfeiçoamento e por avaliação de desempenho.

Artigo 17 - A Progressão por horas de aperfeiçoamento e a Progressão por avaliação de desempenho ocorrerão anualmente e de forma alternada, sempre no mês de fevereiro, só podendo acessar uma referência por ano, sendo que a primeira progressão ocorrerá de acordo com a alínea "a" deste artigo e da seguinte forma:

- a) 01 (uma) referência pela comprovação de participação em 80 (oitenta) horas de cursos presenciais de atualização e ou aperfeiçoamento do período anterior ao da operacionalização, diretamente relacionada à disciplina ou área de atuação.
- b) 01 (uma) referência pelo resultado satisfatório do desempenho no exercício do cargo, levando em consideração os seguintes critérios:
- I - Assiduidade e pontualidade;
 - II - Experiência e dedicação ao serviço;
 - III - Participação extra- classe;
 - IV - Disciplina e responsabilidade.

Artigo 18 - Os ocupantes dos Grupos Docente, de Apoio Técnico Pedagógico e Apoio Administrativo serão submetidos à avaliação permanente, que será efetuada anualmente pela Secretaria Municipal de Educação e com a ciência do mesmo.

Artigo 19 - Para atendimento da letra "b" do artigo 17, a Secretaria Municipal de Educação fará estudo do sistema de avaliação e desempenho funcionais, que será regulamentado por ato do Prefeito Municipal e elaborado por comissão composta pela Secretaria da Educação: 03 (três) servidores estáveis do Quadro do Magistério indicados pela Secretaria Municipal de Educação, 01(um) professor do Ensino Fundamental e 01 (um) professor do ensino de Educação Infantil, indicados pelos seus pares.

Artigo 20 - A Progressão por nova habilitação ocorrerá a qualquer tempo e após o estágio probatório, em nível/classe/referência correspondente à habilitação de acordo com o anexo XVI desta Lei, por comprovação de nova habilitação profissional que não implique em mudanças de área de ensino, disciplina, atuação e cargo.

Parágrafo Único: Excetuam-se desse artigo os ocupantes do cargo de Auxiliar de Ensino, Gestor Master, Zelador e de Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar) que não obterão Progressão por nova habilitação profissional.

Capítulo IV

Da Política de Valorização Profissional

Artigo 21 - A Administração Pública Municipal promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, nos termos do Estatuto e do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal:

- I - Ingresso, exclusivamente por concurso público;
- II - Piso Salarial de acordo com os anexos XVI a XVIII desta Lei;
- III - Qualificação continuada;
- IV - Progresso funcional.

Artigo 22 - À Secretaria Municipal de Educação compete planejar, organizar, promover e/ou executar cursos de capacitação de recursos humanos, bem como implantar e ou implementar Programas de Desenvolvimento e de Formação Pedagógica aos Profissionais do Magistério de forma continuada e emergencial.

Artigo 23 - À Secretaria Municipal de Educação compete, ainda, estabelecer mecanismos e programas de crescimento funcional e de valorização para o pleno desempenho das atividades inerentes ao exercício do cargo Profissional do Magistério.

Capítulo V

Da Jornada de Trabalho

Artigo 24 - A jornada de trabalho do professor poderá ser de 05 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), 35 (trinta e cinco) ou 40 (quarenta) horas semanais, incluindo as horas-atividade, tomando-se por base a carga curricular de cada Unidade Escolar.

§ 1º - As horas-atividade a que se refere o "Caput" deste artigo são destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com as propostas pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - O professor do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, com jornada de

trabalho de 40 (quarenta), 35 (trinta e cinco), 30 (trinta), 25 (vinte e cinco), 20 (vinte), 15 (quinze), 10 (dez) ou 05 (cinco) horas semanais, deverá, obrigatoriamente, ministrar 32 (trinta e duas), 28 (vinte e oito), 24 (vinte e quatro), 20 (vinte), 16 (dezesesseis), 12 (doze), 8 (oito) ou 04 (quatro) horas-aula, respectivamente.

§ 3º - Para atender as necessidades de ensino, o professor poderá ultrapassar o número de aulas, determinada em cada carga horária, remunerando-se as aulas excedentes, acrescidas de 3,5% (três vírgula cinco por cento) por aula ministrada, calculada sobre o valor do cargo efetivo.

§ 4º - As horas-atividade a que se refere o § 1º do artigo 24 integram a jornada de trabalho, observando-se as disposições do § 2º do mesmo artigo.

Artigo 25 - O professor em regência de classe de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental cumprirá jornada de trabalho de 20 (vinte) ou de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que 20% (vinte por cento) dessas serão destinada às horas-atividade.

Parágrafo Único - No período destinado às horas-atividade, a que se refere o "Caput" deste artigo, poderá ser oferecido ao aluno as disciplinas de Educação Física, Língua Estrangeira, Informática, ECA, Arte e/ou outras disciplinas, ministradas por professores habilitados do Quadro de Pessoal do Magistério ou por profissional legalmente autorizado.

Artigo 26 – O Membro do Magistério será lotado na Unidade de Ensino e a jornada de trabalho deverá ser, obrigatoriamente, cumprida e completada onde for necessário, inclusive em mais de um estabelecimento de ensino, quando for o caso.

Artigo 27 - A ampliação da jornada de trabalho do Membro do Magistério dar-se-á mediante a existência de vagas, devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - A ampliação da jornada de trabalho de que trata o “Caput” deste artigo dar-se-á por concurso interno, realizado entre os profissionais pertencentes ao quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, sempre que houver a existência de vaga e havendo mais de um interessado na vaga, a autoridade competente dará preferência:

I - ao de maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
II - ao de maior tempo de serviço no Magistério;
III - ao de maior número de horas de aperfeiçoamento.

Artigo 28 - A ampliação da jornada de trabalho a que se refere o “Caput” do artigo 27 dar-se-á em um ou dois estabelecimentos de ensino, desde que obedecidos os critérios do Parágrafo Único do artigo 27. Cabe ao interessado comprovar, ainda, a compatibilidade de horário e a viabilidade de locomoção entre uma escola e outra.

Artigo 29 - A carga horária poderá ser reduzida, com a conseqüente redução salarial na mesma proporção, mediante requerimento justificado do interessado e

autorização da Secretaria da Educação, respeitando a disponibilidade de professor para substituir o mesmo.

Artigo 30 - Quando ocorrer a extinção da escola, alteração de matrícula ou disciplina que importe em redução de lotação, o Membro do Magistério cumprirá e ou completará a jornada de trabalho em outra Unidade Escolar, de livre escolha e em concordância com a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Os critérios para a complementação da jornada de trabalho a que se refere o “Caput” deste artigo serão definidos da seguinte forma:

I - ao que tiver menor tempo de serviço na Unidade Escolar;
II - ao que tiver menor tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
III - ao que tiver menor tempo de serviço no Magistério;
IV - ao de menor habilitação.

Artigo 31 - A jornada de trabalho dos ocupantes do grupo ocupacional de Apoio Técnico Pedagógico e de Apoio Administrativo para as funções de Psicólogo, Nutricionista e Fonoaudióloga poderá ser de 10 (dez), 20 (vinte) 30 (trinta) 40 (quarenta) horas semanais, mediante requerimento do servidor pertencente a este grupo e autorização da Secretaria da Educação.

Parágrafo Único – Excetuam-se deste artigo os ocupantes dos cargos de Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar), Zelador e Gestor Master, do Grupo de Apoio Administrativo, cuja jornada de trabalho deverá ser de 40 (quarenta) horas semanais.

TÍTULO VII

Do Vencimento e da Remuneração

Capítulo I

Do Vencimento

Artigo 32 - O vencimento é a retribuição pecuniária devida aos Profissionais do Magistério pelo efetivo exercício do cargo público, com valor fixado em Lei.

§ 1º - O vencimento base dos ocupantes de cargos dos grupos ocupacionais do Quadro do Magistério, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais é o fixado em níveis e referências, segundo os valores constantes nos anexos XVI a XVIII desta Lei.

§ 2º - Os valores constantes nos anexos XVI a XVIII serão multiplicados pelo valor 10 (dez), assim denominado como Unidade Relativa de Valor (URV), que servirá como base de cálculo para o vencimento inicial.

Artigo 33 - O professor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente, retribuição pecuniária equivalente ao nível de vencimento do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, anexo XV desta Lei, a seguir especificado:

I - Professor de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental com Licenciatura Plena, habilitação nas séries iniciais ou disciplina que irá atuar, perceberá mensalmente retribuição de 100% (cem por cento) da tabela de Licenciatura Plena, Nível I, Referência A.

II – Professor de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental, sem habilitação, perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente a 80%, Licenciatura Plena - LP 1, Referência A.

Capítulo II

Da Remuneração

Artigo 34 - A remuneração é constituída do vencimento base do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias estabelecidas em Lei.

Artigo 35 - O professor de Educação Infantil e do Ensino Fundamental fará jus à gratificação de incentivo à Regência de Classe no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do vencimento do cargo.

Parágrafo Único - A concessão da gratificação de que trata o “Caput” deste artigo fica vinculada à jornada de trabalho cumprida pelos ocupantes dos cargos mencionados neste artigo.

Artigo 36 - A gratificação de que trata o artigo 35 desta Lei será suspensa no caso do membro do magistério afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo, exceto em gozo de férias, licença saúde e licença gestação.

Artigo 37 - O Membro do Magistério afastado da ministração de aulas para exercer o cargo de Diretor de Escola fará jus ao vencimento da carga horária de 40 (quarenta) horas aula e mais uma gratificação de função, conforme o número de alunos: até 300 (trezentos) alunos, 30% (trinta por cento); de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) alunos, 40% (quarenta por cento); acima de 500 (quinhentos) alunos, 50% (cinquenta por cento); calculados sobre o vencimento do cargo efetivo.

Artigo 38 - O cargo de Diretor de Escola será exercido por Professor do Quadro Efetivo do Magistério, com formação de Nível Superior com Licenciatura Plena.

Artigo 39 - O Membro do Magistério que exercer o cargo de Coordenador de CEI – Centro de Educação Infantil – ou de Regente de Unidade Escolar do Ensino Fundamental fará jus a 15% (quinze por cento) calculados sobre o vencimento do cargo efetivo

referente a 20 horas-aula.

Parágrafo Único - O cargo de Coordenador de Centro de Educação Infantil será exercido por Professor do Quadro Efetivo do Magistério, com formação de Nível Superior com Licenciatura Plena.

Artigo 40 – Os funcionários ocupantes do cargo de Zeladores e Secretários de Escola terão uma gratificação de função, conforme o número de alunos: até 100 (cem) alunos, 10% (dez por cento); de 101 (cento e um) a 300 (trezentos) alunos, 15% (quinze por cento); acima de 301 (trezentos e um), 20% (vinte por cento);

calculados sobre o vencimento do cargo efetivo.

Parágrafo Único- Para a concessão da gratificação será observado, ainda, a assiduidade do funcionário.

Artigo 41 - A cada 03 (três) anos de efetivo exercício, o servidor receberá gratificação de 06% (seis por cento) sobre o seu vencimento, a título de Triênio.

Parágrafo Único - A gratificação por Triênio não será acumulável, sendo cada uma delas calculada sobre o vencimento do servidor, conforme nível/referência da tabela salarial constante nos anexos XVI, XVII E XVIII desta Lei.

Artigo 42 - Fica instituído o Prêmio Assiduidade no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser concedido ao profissional do Magistério, em exercício de suas funções em unidade escolar, que no período de um semestre tiver comprovada apenas 02 (duas) faltas justificadas ao trabalho.

§1º A gratificação de que trata o caput deste artigo não integra o salário do profissional do Magistério, ficando apenas como abono pela assiduidade.

§2º Não se aplica o caput deste artigo aos zeladores/merendeiras e Secretários de Escola.

Capítulo III

Da Licença Prêmio

Artigo 43 - Após cada quinquênio de serviço público municipal, a partir da entrada em vigor desta lei, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo fará jus a uma licença com remuneração, como prêmio, pelo período de 03 (três) meses.

Parágrafo único. É vedada a conversão da licença-prêmio, de que trata o "caput" deste artigo, em pecúnia.

Artigo 44 – Para a concessão da Licença Prêmio, serão respeitados primeiro o tempo de serviço e em segundo a idade, para critério de desempate.

Artigo 45 - Interrompe-se a contagem do quinquênio, se o funcionário sofrer, no período, pena de suspensão ou faltar ao serviço, sem justificção, por mais de 10 (dez) dias.

§ 1º A contagem será suspensa pelo prazo de licença não remunerada ou, pelo período que exceder a noventa (90) dias no quinquênio, no caso de licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família.

§ 2º Excetuam-se do parágrafo anterior as licenças compulsórias.

Capítulo IV

Da Remoção

Artigo 46 – Remoção é o deslocamento por necessidade do ensino

ou por permuta do servidor do magistério, de uma para outra unidade escolar.

§ 1º A remoção dar-se-á mediante requerimento justificado do interessado e aprovação da Secretaria de Educação.

§ 2º O requerimento e aprovação far-se-ão, no período que antecede o final do ano letivo, salvo interesse do ensino, obedecidas as normas elaboradas pela Secretaria de Educação.

Capítulo V

Da Aposentadoria

Artigo 47 – O servidor do magistério deste Município será aposentado nos termos da Constituição Federal e Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Municipal 1010/2001).

TÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 48 - A pedido do Membro do Magistério estável poderá ser concedida licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, podendo ser prorrogada por igual período.

Artigo 49 - Ficam transformados os atuais cargos do Quadro do Magistério, instituídos pela Lei nº 1.011/2001, Lei nº 1.013/2001 e Lei nº 1.266/2008, com denominações e quantitativos estabelecidos nos anexos I a XVIII desta Lei.

Artigo 50 - Ficam absorvidas e extintas pelos vencimentos constantes nos anexos XVI a XVII, os vencimentos instituídos por leis municipais.

Artigo 51 - A tabela de remuneração dos docentes está definida na tabela em anexo, cujo ponto médio terá referência no custo médio/aluno/ano, calculado com base nos recursos que integram o Fundo da Educação sobre os quais são adicionadas as demais receitas provenientes de impostos.

Artigo 52 - Cabe à Secretaria Municipal da Educação e da Administração a coordenação e implantação do presente plano.

Artigo 53 - Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2012, salvo o triênio previsto para 6% (seis por cento) que entrará em vigor a partir de Janeiro de 2013, ficando revogada toda Legislação Municipal que disponha de matéria de que

trata esta Lei e em especial a Lei nº 1277/2008.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

Quadro Permanente do Magistério Público Municipal
Grupo: Docente

Cargo	Nº de Vagas	Nível	Habilitação Profissional
Professor	150	1 2 3 4	Habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena na área específica.
		5 6 7 8	Habilitação em curso de nível superior de Licenciatura plena, na área específica, e curso de pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) na área específica de atuação ou disciplina.



MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Rua 20 de Maio, 100 - Centro - Morro da Fumaça - SC

CEP: 88830-000 www.morrodafumaca.sc.gov.br

CNPJ: 83.000.323/0001-02

ESTADO DE SANTA CATARINA



ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

Quadro Permanente do Magistério Público Municipal Grupo: Apoio Técnico Pedagógico

Cargo	Nº de Vagas	Nível	Habilitação Profissional
Especialistas em Assuntos Educacionais:	03	1 2 3 4	Habilitação em curso de nível superior de licenciatura Plena, com habilitação em uma das seguintes áreas: Gestão Escolar, Supervisão Escolar ou Orientação Educacional.
*Técnico em Gestão Escolar	03	5 6 7 8	Habilitação em curso de nível superior na área específica e curso de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) na área de atuação.
*Coordenador Pedagógico	04	1 2 3 4	Habilitação em curso de nível superior na área da Educação.
*Psicopedagogo	03	5 6 7 8	Habilitação em curso de nível superior na área da educação e



MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Rua 20 de Maio, 100 - Centro - Morro da Fumaça - SC

CEP: 88830-000 www.morrodafumaca.sc.gov.br

CNPJ: 83.000.323/0001-02

ESTADO DE SANTA CATARINA



* Auxiliar de Ensino	20	1 2 3 4	curso de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) na área de atuação.
			Habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena na área específica de atuação.
			Habilitação em curso de nível superior na área específica e curso de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) na área de atuação.
			Habilitação de nível médio em curso de Magistério ou Normal.
		5 6 7 8	
		1 2 3 4 5 6	



MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Rua 20 de Maio, 100 - Centro - Morro da Fumaça - SC

CEP: 88830-000 www.morrodafumaca.sc.gov.br

CNPJ: 83.000.323/0001-02

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011



Quadro Permanente do Magistério Público Municipal Grupo: Apoio Administrativo

Cargo	Nº de Vagas	Nível	Habilitação Profissional
* Oficial de Serviços Administrativos Escolares	06	1 2 3 4 5 6	Habilitação de nível médio.
* Psicólogo	02	1 2 3 4 5 6 7 8	Habilitação em curso de nível superior na área específica de atuação com registro no órgão competente. Habilitação em curso de nível superior na área específica e curso de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) na área específica de atuação. Habilitação em curso de



MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Rua 20 de Maio, 100 - Centro - Morro da Fumaça - SC

CEP: 88830-000 www.morrodafumaca.sc.gov.br

CNPJ: 83.000.323/0001-02

ESTADO DE SANTA CATARINA



* Nutri- cionista	02	1 2 3 4	nível superior na área específica de atuação com registro no órgão competente.
		5 6 7 8	Habilitação em curso de nível superior na área específica e curso de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) na área específica de atuação.
* Fono- audiólogo	02	1 2 3 4	Habilitação em curso de nível superior na área específica de atuação com registro no órgão competente
		5 6 7 8	Habilitação em curso de nível superior na área específica e curso de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou



MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Rua 20 de Maio, 100 - Centro - Morro da Fumaça - SC

CEP: 88830-000 www.morrodafumaca.sc.gov.br

CNPJ: 83.000.323/0001-02

ESTADO DE SANTA CATARINA



<p>* Zelador de escola</p>	<p>45</p>	<p>1 2 3 4 5 6</p>	<p>Doutorado) na área específica de atuação.</p>
<p>* Gestor Master</p>	<p>01</p>	<p>1 2 3 4</p>	<p>Ensino Fundamen- tal Completo.</p> <p>Habilitação de nível superior em curso de Magistério ou Normal.</p>

ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do Cargo: Professor
Grupo Ocupacional: Docente
Descrição Sumária: Realizar o exercício da docência em classes de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Descrição Detalhada: <ul style="list-style-type: none"> · Participar da elaboração do Regimento Escolar e proposta Pedagógica da escola; · Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; · Participar do processo de planejamento das atividades da escola; · Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; · Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; · Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; · Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; · Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; · Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento; · Atualizar-se em sua área de conhecimento; · Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; · Zelar pela aprendizagem do aluno; · Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; · Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe; · Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe; · Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do Órgão Superior Competente; · Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; · Zelar pela disciplina e pelo material docente; · Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.
Habilitação Profissional: Nível Superior de Licenciatura Plena
Jornada de Trabalho: 05 (cinco) a 40 (quarenta) horas semanais

ANEXO V DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do Cargo: Técnico em Gestão Escolar (Especialista em Assuntos Educacionais)
Grupo Ocupacional: Apoio Técnico Pedagógico
Descrição Sumária: Desenvolver e executar atividades de administração, planejamento, Orientação e Supervisão Escolar.

Descrição Detalhada:

- Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas às finalidades da educação;
- Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Buscar atualização permanentemente;
- Ajudar a implantar e manter formas de atuação, estabelecidos com o propósito de assegurar as metas e objetivos traçados para garantir a função social da escola;
- Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;
- Colaborar com a direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do projeto político-pedagógico da escola;
- Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional;
- Participar na construção do projeto político-pedagógico
- Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional;
- Coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar, garantindo o seu cumprimento;
- Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento psicopedagógicos do educando;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução;
- Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- Supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;

☐ Executar outras atividades afins.

Habilitação Profissional:

Curso de nível superior de Licenciatura Plena, com habilitação em uma das seguintes áreas: Gestão Escolar, Supervisão Escolar ou Orientação Educacional.

Jornada de Trabalho:

20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO VI DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do Cargo: Coordenador Pedagógico
Grupo Ocupacional: Apoio Técnico Pedagógico
Descrição Sumária: Desenvolver e executar atividades de administração, planejamento, Orientação e Supervisão Escolar.

Descrição Detalhada:

- Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometa com o atendimento às necessidades reais dos educandos;
- Avaliar o desempenho da escola como um todo, avaliando suas possibilidades e necessidades;
- Apresentar propostas pedagógicas visando a melhoria da qualidade de ensino;
- Coordenar a elaboração dos Projetos pedagógicos;
- Coordenar as atividades pedagógicas visando o pleno rendimento escolar;
- Assessorar o trabalho docente quanto a métodos e trabalhos de ensino e colaborar nas buscas;
- Promover o aperfeiçoamento do professor através de encontros de estudo ou reuniões pedagógicas;
- Integrar os profissionais da Educação, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Administração Municipal.
- Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico na rede municipal de ensino;
- Identificar, junto com a equipe escolar, casos de educandos que apresentem dificuldades escolares e necessitem de atendimento diferenciado, orientando decisões que proporcionem encaminhamentos adequados, especialmente no que se refere a recuperação paralela e ao apoio pedagógico;
- Garantir a implementação e avaliação dos programas e projetos que assegurem a implementação da Educação Inclusiva;
- Coordenar e propor diretrizes aos profissionais do apoio técnico pedagógico: técnico em gestão escolar, técnico pedagógico, psicopedagoga e auxiliar de ensino e do apoio administrativo: psicólogo, nutricionista e fonoaudiólogo.

Habilitação Profissional: Nível Superior na Área da Educação

Jornada de Trabalho: de 20(vinte) a 40 (quarenta) horas semanais

ANEXO VII DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do Cargo: Psicopedagogo (Especialista em Assuntos Educacionais)

Grupo Ocupacional: Apoio Técnico Pedagógico

Descrição Sumária:

Executar atividades relacionadas a criar condições para uma melhor aprendizagem individual, grupal e comunitária dos alunos do ensino público municipal.

Descrição Detalhada:

- Subsidiar os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos;
- Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Participar na construção do projeto político-pedagógico;
- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno vive;
- Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando à construção da cidadania;
- Colaborar na construção da auto-estima do aluno, visando a aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;
- ☐ Resolver os problemas de aprendizagem através de atendimentos individuais e terapêuticos, prevenindo e reabilitando o indivíduo.
- Executar outras atribuições correlatas, integrantes do universo de funções da profissão de psicopedagogo.

Habilitação Profissional:

Curso de nível superior de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no órgão competente.

Jornada de Trabalho:

20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO VIII DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do Cargo: Auxiliar de Ensino

Grupo Ocupacional: Apoio Técnico Pedagógico

Descrição Sumária:

Auxiliar os docentes em Centros de Educação Infantil e/ou em classes com projeto de Inclusão, no tocante ao atendimento às crianças.

Descrição Detalhada:

Executar trabalhos de auxílio aos docentes do Ensino no tocante a:

- Recepcionar as crianças na entrada e saída do horário escolar;
- Realizar tarefas de banho e higiene das crianças;
- Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados;

- Manter vigilância permanente às crianças no tocante a saúde e alimentação;

- Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças;

- Auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças;

- Auxiliar os professores em sala de aula do ensino fundamental, dando atendimento especial aos alunos com necessidades especiais.

- Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

Habilitação Profissional:

Curso de nível médio (Magistério ou Normal).

Jornada de Trabalho:

20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO IX DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do Cargo: Gestor Master

Grupo Ocupacional: Apoio Administrativo

Descrição Sumária:

Auxiliar nos Programas do Ministério da Educação.

Descrição Detalhada:

Bolsa Família

- Visualizar e imprimir Manual do Sistema;
- Cadastrar Operadores Municipais Auxiliares e Operador Diretor de Escola;
- Visualizar quadro de avisos;
- Alterar senha;
- Efetuar logout (sair);
- Emitir relatórios gerenciais;
- Emitir relatórios de baixa frequência;
- Imprimir formulários para as escolas;
- Registrar as frequências dos alunos conforme orienta o Manual;
- Pesquisar Beneficiários;
- Monitorar a permanência das pessoas cadastradas sob a sua responsabilidade, efetuando o descadastramento quando for o caso;

Programa Série Escola:

- Coordenar as Secretárias de Escola;
- Monitorar o backup de cada escola;
- disponibilizar cadastros as escolas.

Programas do FNDE:

LSE - Levantamento da Situação Escolar :

- Fazer o levantamento da Situação Escolar de cada escola juntamente com direção e engenheiro da Prefeitura, após alimentar o sistema onde serão inseridas todas as informações coletadas;
- Fazer o monitoramento do mesmo.

PAR –Plano de ações Articuladas

- Alimentar o sistema (SIMEC) com coletas de informações quantitativas e qualitativas. O instrumento está estruturado em quatro grandes dimensões, compostas por áreas de atuação e com indicadores específicos para cada área, totalizando oitenta e dois indicadores.

PNAE- Programa Nacional de alimentação Escolar

- Monitorar o sistema;
- Enviar a prestação de contas ao Conselho de Alimentação Escolar até 15 de fevereiro do ano subsequente ao do recebimento;
- Depois de avaliar a documentação, o CAE elabora parecer e o remete, junto com a prestação de contas e todos os comprovantes de despesas, para o FNDE até 31 de março;
- Alimentar no sistema o formulário de coleta de dados do CAE, quando terminar o mandato do mesmo do município e após enviar ao FNDE;R

Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate):

As secretarias de educação por meio da Gestora Master têm até o dia 28 de fevereiro de cada ano para enviar ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-Fundeb) a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Pnate no exercício anterior, acompanhada de toda a documentação constante da Resolução do FNDE que regulamenta o programa.

- Atualizar o sistema (CACS) com os membros do FUNDEB quando terminar o mandato dos membros.

Censo Escolar

O Censo Escolar é uma pesquisa realizada junto aos estabelecimentos de ensino, para levantamento de dados e informações relativas à educação básica, objetivando subsidiar a elaboração de análises, diagnósticos, planejamento do sistema educacional do país e a definição e monitoramento das políticas públicas que promovam um ensino de qualidade para todos os brasileiros. Com essas informações, o MEC gerencia programas como o Fundeb, a Alimentação Escolar, a distribuição de Livros Didáticos, o Dinheiro Direto na Escola, o Mais Educação, o PDE, entre outros.

- Capacitar as Secretárias de Escola para alimentar o sistema das mesmas.
- Monitorar a fidedignidade das informações no sistema colocados por cada usuário.

As autoridades do Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com suas respectivas competências, são responsáveis pela exatidão e fidedignidade das informações prestadas ao Censo Escolar. Os dados só podem ser lançados no sistema Educacenso com a identificação do informante, que está sujeito à Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992, caso os dados declarados sejam falsos, imprecisos ou não possam ser confirmados.

PDDE – Programa Dinheiro direto na Escola

- Fazer a Prestação de contas

1 - A prestação de contas segue os seguintes passos:

As unidades executoras das escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal por meio da Gestora Mater encaminham a prestação de contas dos recursos recebidos às prefeituras ou secretarias de Educação até 31 de dezembro do ano do repasse.

2 -De posse das prestações de contas das UEx, as prefeituras e secretarias de Educação devem:

- analisar as prestações de contas e arquivar toda essa documentação;
 - consolidar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas encaminhadas pelas unidades executoras das escolas de sua rede de ensino;
 - prestar contas ao FNDE dos recursos transferidos para atendimento às escolas que não possuem unidades executoras;
- encaminhar a documentação até 28 de fevereiro do ano subsequente ao ano do repasse ao FNDE.

3 -Auxiliar na criação da APPs de Escolas quando necessário.

Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola)

As escolas públicas de educação básica que não tiveram desempenho satisfatório no Ideb por meio da ação PDE Escola recebem recursos que são repassados para as unidades de ensino das redes estaduais e municipais que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e planejaram a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola). Assim a Gestora Master auxiliará as escolas com a Prestação de Contas e como alimentar o sistema.

Habilitação Profissional:

Habilitação de nível superior em curso de magistério ou normal.

Jornada de Trabalho:

40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO X DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do Cargo: Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar)

Grupo Ocupacional: Apoio Administrativo

Descrição Sumária: Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; receber e entregar documentos e correspondências.

Descrição Detalhada:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos;
- Organizar e manter atualizada a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos;
- Redigir, revisar, organizar, digitar expediente a ser submetido ao diretor da unidade escolar;
- Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores;
- Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
- Comunicar ao diretor da unidade escolar toda irregularidade que venha a ocorrer no órgão;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo;
- Coordenar, controlar e executar o cadastramento dos bens de caráter permanente da unidade escolar;
- Executar trabalhos referentes o registro e controle de serviços contábeis e estatísticos;
- Expedir registros, históricos escolares e outros documentos, sob orientação do diretor da unidade escolar;
- Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- Colaborar, no que for da sua área de atuação, na execução de programas e projetos educacionais;
- Atuar, nas atividades relacionadas à disciplina, no âmbito da unidade escolar;
- Colaborar com os professores, promovendo atividades para o bom relacionamento dos alunos com todos os segmentos da unidade escolar;
- Promover a sociabilidade entre alunos, professores e direção da unidade escolar;
- Manter contatos constantes com alunos e professores no que diz respeito à integração dos mesmos no grêmio, associações, etc.;
- Atuar no controle da frequência dos alunos e professores;
- Auxiliar a direção da unidade escolar no que se refere às atividades de administração de pessoal: controle de férias, distribuição de folha de pagamento e instrução de processos relativos à solicitações de benefícios, etc.;
- Auxiliar no controle de estoques, classificando, codificando e controlando o material permanente e de consumo;
- Auxiliar na área de coleta e processamento de dados utilizando sistemas manuais e mecanizados;
- Coletar, registrar e transmitir dados relativos às atividades da unidade escolar;
- Atuar, em qualquer caso, nas tarefas administrativas compatíveis com sua área de atuação e mediante as necessidades da escola;
- Aplicar as técnicas administrativas de formação no âmbito da unidade escolar, quando for o caso;
- Executar eventualmente outras tarefas correlatas.

Habilitação Profissional:

Curso de nível médio.

Jornada de Trabalho:

40 horas semanais

ANEXO XI DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do Cargo: Psicólogo

Grupo Ocupacional: Apoio Administrativo

Descrição Sumária:

Desenvolver ações de acompanhamento dos fenômenos psíquicos e de comportamento dos alunos da rede municipal e dos profissionais do Magistério que atuam na Educação, através de entrevista, observação e testes adequados, incluindo palestras e cursos de orientação para pais professores e alunos, bem como outras atribuições inerentes à profissão

Descrição Detalhada:

- Promover o acompanhamento e o atendimento psicológico aos alunos da rede municipal;
 - Realizar psicodiagnósticos para fins de avaliação das condições pessoais do aluno e da instituição;
 - Realizar, quando necessário, visitas domiciliares, devidamente autorizadas;
 - Desenvolver programas específicos que atendam às necessidades psicológicas dos alunos;
 - Utilizar métodos e técnicas psicológicas e terapia breve e grupal, com os objetivos de diagnóstico psicológico;
 - Orientar psicopedagogicamente e solucionar problemas de ajustamento;
 - Manter atualizados prontuários de atendimento;
 - Preencher relatórios necessários à comprovação do atendimento;
- Prestar assessoramento na área de sua competência;
- Participar na construção do projeto político-pedagógico;
 - Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometa com o atendimento às reais necessidades dos alunos;
 - Avaliar o desempenho da Escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade;
 - Apresentar propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
 - Assessorar o trabalho docente quanto a métodos e trabalho de ensino e colaborar na busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar;
- ☐ Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontro de estudo ou reuniões pedagógicas;
- ☐ Colaborar com as atividades de articulação da escola-família-comunidade;
- Executar outras atribuições correlatas, integrantes do universo de funções da profissão de psicólogo.

Habilitação Profissional:

Curso de Nível Superior na área específica de atuação com registro no órgão competente.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) ou 40 (quarenta) semanais.

ANEXO XII DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011**DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

Denominação do Cargo: Nutricionista

Grupo Ocupacional: Apoio Administrativo

Descrição Sumária:

Atividade de natureza especializada, de orientação e assistência nutricional à coletividade para a atenção primária em saúde, elaboração, adequação, e avaliação nutricional dos cardápios das instituições educacionais do município, bem como efetuar o controle higiênico-sanitário das mesmas e participar de programas de educação nutricional.

Descrição Detalhada:

Supervisionar, controlar, coordenar e sugerir a compra e o preparo da merenda escolar;

Ministrar cursos de capacitação e orientação à professores, pais, familiares e à população em geral, na busca da melhoria da qualidade da alimentação dos alunos, filhos e pessoas doentes que dependam de acompanhamento nutricional;

Planejar e elaborar cardápios, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de preparação dos mesmos;

Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição;

Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento;

Realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestras em nutrição e dietética;

Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente;

Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas;

Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;

Participar de programa de treinamento, quando convocado;

Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;

Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;

Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Habilitação Profissional:

Curso de Nível Superior na área específica de atuação com registro no órgão competente.

Jornada de Trabalho:

20 (vinte) ou 40 (quarenta) semanais.

ANEXO XIII DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011**DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

Denominação do Cargo: Fonoaudiólogo

Grupo Ocupacional: Apoio Administrativo

Descrição Sumária:

Desenvolver serviços referentes à pesquisa, prevenção, orientação e tratamento de distúrbios da voz, fala e linguagem, abrangendo inclusive os processos de leitura, escrita e matemática no atendimento aos educandos das instituições de ensino municipal, bem como a ministração de palestras e curso de orientação e aperfeiçoamento para pais e professores, incluindo outras atribuições inerentes à profissão.

Descrição Detalhada:

Avaliar as deficiências de educandos, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias;
Encaminhar o paciente ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações;
Desempenhar ações preventivas e curativas dos problemas de linguagem oral, escrita, audição e problemas psicomotores;
Programar, desenvolver e supervisionar o treinamento de voz, fala, linguagem, expressão e compreensão do pensamento verbalizado e outros, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, empostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras;
Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade da reabilitação fonoaudiológica;
Elaborar relatórios, avaliar os resultados do tratamento e dar alta;
Aplicar os procedimentos fonoaudiológicos e desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;
Executar atividades administrativas em sua área de atuação;
Participar de programa de treinamento, quando convocado;
Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
Indicar medidas de higiene pessoal;
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Habilitação Profissional:

Curso de Nível Superior na área específica de atuação com registro no órgão competente.

Jornada de Trabalho:

20 (vinte) ou 40 (quarenta) semanais.

ANEXO XIV DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011**DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

Denominação do Cargo: Zelador de escola
Grupo Ocupacional: Apoio Administrativo
Descrição Sumária: Desenvolver serviços referentes à limpeza, organização e manutenção predial escolar, bem como ao preparo da merenda escolar.
Descrição Detalhada: Zelar pela limpeza, manutenção e higiene do patrimônio Público Municipal; Higienizar e desinfetar as áreas e equipamentos sob sua responsabilidade; Zelar pelas condições de acondicionamento e destino do lixo, conforme normas da vigilância sanitária; Lavar e secar utensílios e demais bens da escola; Mudar a posição dos móveis e equipamentos, colocando-os nos locais designados; Preparar e servir cafés, chá, sucos, lanches, merenda e outros; Guardar e manter o controle do gasto de materiais e produtos utilizados na desinfecção e higiene escolar; Guardar e manter o controle do consumo da merenda escolar; Cultivar hortas e jardins pertencentes à área escolar; Realizar pequenos reparos no espaço físico do prédio e bens materiais, procurando mantê-los em funcionamento, na medida do possível; Atender a outras atribuições correlatas determinadas por seu superior imediato.
Habilitação Profissional: Ensino Fundamental Completo.
Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO XV DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011**QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

Grupo: Docente

Cargo: Professor

Linha de Correlação de Enquadramento

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Nível / Referência	Cargo	Nível/ Referência
Professor-I- Magistério			MAG LP - 1A até 6E
Professor II a V (Nível Superior/ Pós- Graduado)		Qua-dro Situa-ção transi-tória	MAG LP - 1A até 8E
Instrutor de Ensino Especial		Profes-sor/Es-pecia-lista em Assun-tos Educa-cionais	MAG LP - 1A até 8E
		Profes-sor	

ANEXO XVI DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

Quadro Permanente do Magistério Público Municipal

Grupo: Apoio Técnico Pedagógico (Técnico em Gestão Escolar, Psicopedagogo e Coordenador Pedagógico)

Grupo: Apoio Administrativo (Nutricionista, Fonoaudiólogo e Psicólogo)

Técnico em Gestão Escolar, Psicopedagogo, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Nutricionista e Coordenador Pedagógico.	HABILITAÇÃO
Nível Superior (Graduação)	1ª a 4E
Especialização	5ª a 8E
Mestrado e/ou Doutorado	6ª a 8E

ANEXO XVII DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011**TABELA SALARIAL****QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

Grupo: Docente

Apoio Técnico Pedagógico: Gestor Master

Cargo: Professor e Gestor Master

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

HABILI-TAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS				
		A	B	C	D	E

LICENCIATURA PLENA	1	144,81	147,71	156,06	153,67	156,75
	2	159,88	163,08	166,34	169,67	173,06
	3	176,52	180,05	183,65	187,33	191,07
	4	194,90	198,79	202,77	206,83	210,96
PÓS-GRADUAÇÃO (Especialização, Mestrado ou Doutorado)	5	209,33	213,52	217,79	222,14	226,59
	6	231,11	235,74	240,46	245,27	250,18
	7	255,18	260,28	265,49	270,80	276,21
	8	281,74	287,37	293,12	298,98	304,96

ANEXO XVIII DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

TABELA SALARIAL

QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Grupo: Apoio Administrativo

Cargo: Oficial de Serviços Administrativos Escolares (Secretário Escolar)

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS				
		A	B	C	D	E

Nível Médio	1	85,00	86,70	88,43	90,20	92,00
	2	93,84	95,72	97,63	99,58	101,57
	3	103,60	105,67	107,78	109,94	112,14
	4	114,38	116,67	119,00	121,38	123,81
	5	126,29	128,82	131,40	134,03	136,71
	6	139,44	142,23	145,07	147,97	150,93

ANEXO XIX DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

TABELA SALARIAL

QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Grupo: Apoio Técnico Pedagógico

Apoio Administrativo

Cargo: Auxiliar de Ensino

Zelador de escola

Jornada de trabalho: 40 horas semanais

HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS				
		A	B	C	D	E
	1	75,00	76,50	76,73	79,59	81,18
	2	82,80	84,46	86,55	87,87	89,63
	3	91,42	93,25	95,11	97,01	98,96
	4	100,93	102,95	105,01	107,11	109,26
Nível Médio	5	111,44	113,67	115,94	118,26	120,63
	6	123,04	125,50	128,01	130,57	133,18

ANEXO XX DA LEI COMPLEMENTAR 009-2011

TABELA SALARIAL

QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Grupo: Apoio Técnico Pedagógico

Apoio Administrativo

Cargo: Técnico em Gestão Escolar, Coordenador Pedagógico, Psicopedagogo, Psicólogo, Nutricionista e Fonoaudiólogo

Jornada de trabalho: 40 horas semanais

HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS				
		A	B	C	D	E

LICENCIATURA PLENA	1	210,10	214,31	218,60	222,97	227,43
	2	231,98	236,62	241,35	246,18	251,10
	3	256,12	261,24	266,47	271,80	277,24
	4	282,78	288,44	294,21	300,09	306,09
PÓS-GRADUAÇÃO (Especialização, Mestrado ou Doutorado)	5	312,21	318,46	324,83	331,32	337,95
	6	344,71	351,60	358,64	365,81	373,13
	7	380,59	388,20	395,96	403,88	411,96
	8	420,20	428,60	437,18	445,92	454,84

Lei Complementar Nº. 008/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº. 008/2011

Institui no âmbito da legislação municipal a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipais - NF-em e Recibo Provisório de Serviços - RPS e estabelece outras providências.

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços de Serviços Municipais - NF-em, a ser emitida por todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes do imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN), estabelecidas no Município de Morro da Fumaça.

§ 1º. A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipais - NF-em é documento obrigatório a ser emitido ao término da prestação de serviços, esteja ou não o contribuinte inscrito no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - CMC, ou gozando de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal.

§2º. Caberá ao regulamento disciplinar a emissão da NF-em definindo, em especial, os contribuintes sujeitos a sua utilização, por faixa de receita bruta ou estrutura operacional, e ou enquadramento fiscal.

Art. 2º. Fica instruída no âmbito da legislação municipal a figura do Recibo Provisório de Serviço - RPS, destinado a operacionalizar

o uso da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-em, cabendo ao regulamento dispor sobre sua forma e utilização.

Parágrafo único. Emitido o RPS este deverá ser convertido em NF-em nos seguintes prazos:

I - Até o décimo quinto (15º) dia subsequente ao da sua emissão nas hipóteses descritas nos artigos 306, 307 e 308 da Lei Complementar nº 002/09.

II - Até o décimo quinto (15º) dia do mês subsequente ao da sua emissão nas demais hipóteses.

Art. 3º. A geração de NF-em, constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do imposto, sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo único. Sobre a insuficiência ou não do recolhimento do ISSQN no prazo legal incidirão os devidos acréscimos moratórios estabelecidos na legislação municipal.

Art. 4º. Os tomadores de serviços responsáveis pela retenção do imposto descrito no artigo 304 da Lei Complementar nº 002/2009, cujo prestador tenha sede em outra localidade, estão obrigados a gerar declaração eletrônica na forma regulamentar.

Art. 5º. Nas infrações relativas à NF-em, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - 45 (quarenta e cinco) UFM's para cada NF-em Municipal não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II - 182 (cento e oitenta e duas) UFM's para cada emissão indevida de NF-em tributáveis como isentos, imunes ou não tributáveis; (NR)

III - 91 (noventa e uma) UFM's para cada NF-em Municipal indevidamente cancelada, conforme disposto em regulamento.

Art. 6º. Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 45 (quarenta e cinco) UFM's para cada RPS não emitida;

II - 45 (quarenta e cinco) UFM's para cada RPS emitido e não convertido em NF-em, nos prazos regulamentares;

III - 45 (quarenta e cinco) UFM's para cada RPS não convertido em NF-em e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

§1º. Aplicar-se-á a multa igual a 200% (duzentos por cento) do valor do imposto não recolhido, no caso da constatação da não emissão do RPS em procedimento fiscal.

§2º. A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no parágrafo único, do art. 2º da presente Lei Complementar, implicará em multa diária correspondente a 0,083% (zero vírgula zero oitenta e três por cento) até atingir o máximo de 15% (quinze por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sendo que, expirado este prazo, a multa devida será igual a 100% (cem por cento) do valor ao respectivo imposto.

Art. 7º. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-em, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 1820 (um mil oitocentos e vinte) UFMs.

Art. 8º. Não incidirá preço público relativo às emissões de NF-em quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Art. 9º. É de competência da Unidade de Fiscalização de Tributos, da Secretaria de Finanças, todos os atos relativos a operacionalização do sistema da NF-em.

Parágrafo único. As especificidades dos procedimentos de rotina não previstos no regulamento da NF-em, poderão ser baixadas por meio de instrução normativa expedida conjuntamente pelo Gerente da Unidade de Fiscalização de Tributos e pelo Secretário da Fazenda Municipal.

Art. 10. O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei Complementar no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº. 1497/2011

LEI Nº. 1497/2011

ATUALIZA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui a zona residencial 1 na atual lei de zoneamento de uso e ocupação do solo urbano do Município de Morro da Fumaça- lei 802/94, que será regido pelos dispositivos desta lei e de seus anexos integrantes.

Parágrafo único São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:

- I. Anexo 01 – Mapa de Zoneamento Urbano;
- II. Anexo 02 – Tabela de Uso da zona residencial;
- III. Anexo 03 – Tabela Perímetro Urbano da sede do município -zona residencial 1.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a lei municipal n. 1447, de 19 de Maio de 2011.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ANEXO II- DA LEI 1497/2011

TABELA I - ZONA RESIDENCIAL 1 — ZR1

USO			OCUPAÇÃO									
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (m²/m)	COEFICIENTE DE APROV		MÁXIMO TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECULO FRONTAL (m)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m)	
				PERMITIDO				PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS
Habitação Unifamiliar												
Habitação Coletiva (1)		Habitação Transitória 1 (1)										
Condomínio Horizontal		Indústria I - Anexos a residência (1)										
Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro		Comunitário 2- Ensino e Culto Religioso	360/12 (2)	2 (3)	3 (4)	50	25	6 (5)	8 (4)	4	H/6 min. 1,5 Facultativo para uma das divisas	Facultativo no terreno 1,5 (6)
Comunitário 1 e 4 (1)												

Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 30% (trinta por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada acrescida do recuo frontal obrigatório de sua respectiva zona.

Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:

até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída; ótico com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;

porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior; floreiras e sacadas.

A utilização de coeficiente de aproveitamento máximo 3 (três) e altura máxima de 8 (oito) pavimentos será através da utilização dos instrumentos de transferência de potencial construtivo e outorga onerosa de construir a critério do conselho de desenvolvimento municipal.

Os pavimentos destinados as áreas de garagem/estacionamento de veículos, com no máximo 2 (dois) pavimentos, não contarão para o cálculo de número de pavimentos.

Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Obs. O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

ANEXO III- DA LEI 1497/2011

PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO -ZONA RESIDENCIAL 1-

CAMINHAMENTO SENTIDO HORÁRIO

Do prolongamento da Avenida Júlio Coral, seguindo pela Rodovia Estadual Genésio Mazon até o final do prolongamento da Rua Veríssimo Cândido Davi;

Seguindo pelo prolongamento da Rua Veríssimo Cândido Davi até o Prolongamento da Avenida Tranquilo Pellegrin;

Seguindo numa linha imaginária que parte do Prolongamento da Avenida Tranquilo Pellegrin, passando pelo extremo leste do Loteamento Vandete Maccari, até encontrar a Avenida Celeste Recco;

Seguindo pela Avenida Celeste Recco até encontrar a Rua Ascendino Paulo Fernandes;

Seguindo pela Rua Ascendino Paulo Fernandes até encontrar a Rodovia Anel de Contorno (SC 443) a Rua Emílio Frasson;

Seguindo pela Rodovia Anel de Contorno (SC 443), até encontrar a rótula com a Rua José Cechinel;

Seguindo pela Rua José Cechinel até encontrar o início da Rua Euclides José Piva;

Seguindo pela Rua Emílio Frasson e pela Rua Euclides José Piva até encontrar a Rua Genoveva Guglielmi Bortolato;

Seguindo pela Rua Genoveva Guglielmi Bortolato até a Rua Pedro Bertan;

Seguindo pela Rua Pedro Bertan até a Rua Humberto Amadeu Bortolato;

Seguindo pela Rua Humberto Amadeu Bortolato e pela Rua

Urussanga até a Rua Antonio Bortolato;
Seguindo pela Rua Antonio Bortolato até o prolongamento da Rua Valmir Martinhago;
Seguindo pelo Prolongamento da Rua Valmir Matinhago até a Rua Francisco Rodrigues Junior;
Seguindo Pela Rua Francisco Rodrigues Junior até a Avenida Júlio Coral;
Seguindo pela Avenida Júlio Coral até a Rodovia Municipal Genésio Mazon.

OBS: Quando se refere à "Via" subentende-se os terrenos frontais à referida via, sendo lado par e ímpar da mesma.

PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO -ZONA RESIDENCIAL 1-

CAMINHAMENTO SENTIDO HORÁRIO

Do Prolongamento da Rua Quintino Padoin seguindo por uma linha imaginária a 100,00 metros, no lado Sul, da Rua Natal Padoin até o Prolongamento da Rua João Pagnan;
Seguindo pela Rua João Pagnan até a Rua Rafael Zaccaron;
Seguindo pela Rua Rafael Zaccaron até a Rua João de Roch;
Seguindo pela Rua João de Roch, numa linha imaginária, até 100,00 metros, no lado Sul, da Rua Luiz de Rochi;
Seguindo por uma linha imaginária a 100,00 metros da Rua Luiz de Rochi até o Prolongamento da Rua Quintino Padoin,
Seguindo pelo Prolongamento da Rua Quintino Padoin, numa linha imaginária, a 100,00 metros, no lado Sul, da Rua Natal Padoin.

OBS: Quando se refere à "Via" subentende-se os terrenos frontais à referida via, sendo lado par e ímpar da mesma.

Lei Nº. 1498/2011

LEI Nº. 1498/2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO E CONCEDER SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DO RIO RONCO D'ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal em exercício de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio, através da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, com a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DO RIO RONCO D'ÁGUA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Estrada Geral, s/n., Linha Cabral, neste município de Morro da Fumaça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.125.616/0001-38.

Art. 2º - Para a efetivação da parceria fica a Prefeitura Municipal autorizada a conceder Subvenção no valor de até R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) por mês, totalizando R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais) por ano.

Art. 3º - O Termo de Convênio será regido pela Lei Federal 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94 e suas atualizações.

Art. 4º - O Termo de Convênio terá a vigência de 01 (um) ano, a partir da assinatura do Convênio anteriormente mencionado, podendo ser prorrogado por meio de aditivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, mediante acordo entre os participantes.

Art. 5º - As condições para a suspensão e/ou rescisão do Ajuste

deverão constar do Termo de Convênio.

Art. 6º - A minuta com os termos do referido convênio está no anexo único, parte integrante desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Concede incentivos fiscais a empresa que especifica.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 639 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE INCENTIVOS FISCAIS A EMPRESA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, combinado com a lei complementar n° 124 de 02/12/2011,

CONSIDERANDO a Resolução n° 02/2011 do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Navegantes,
DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos à empresa Huisman Propriedades e Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o número 14.107.187/0001-31, os seguintes incentivos fiscais previstos na lei complementar n° 124 de 02/12/2011:

I - isenção de 40% (quarenta por cento) do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - na aquisição do imóvel destinado à implantação ou ampliação do empreendimento econômico;

II - isenção de 40% (quarenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - após expedição do Alvará para construção da obra, pelo período de 05 (cinco) anos;

III - isenção de 40% (quarenta por cento) da taxa de licença para execução da obra do imóvel destinado à implantação ou ampliação do empreendimento econômico;

IV - isenção de 30% (trinta por cento) do Imposto Sobre Serviços - ISS - pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data de expedição do Alvará de Funcionamento, respeitando-se sempre o limite do art. 88 dos ADCT (mínimo de 2%).

V - isenção de 40% (quarenta por cento) da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento regular de estabelecimento pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar do início das atividades da empresa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 21 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Nomeia membros para instituírem Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência de Navegantes

DECRETO N° 452 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011
NOMEIA MEMBROS PARA INSTITUÍREM O CONSELHO DE ADMINISTRATIVO E O CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES-NAVEGANTESPREV.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO o artigo 4º da Lei Complementar nº 100 de 27 de junho de 2011, que instituiu o Instituto de Previdência de Navegantes, autarquia gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Navegantes, e também o art. 27 da Lei nº 99 de 23 de maio de 2011, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Navegantes.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Conselho de Administração do Instituto de Previdência de Navegantes - NAVEGANTESPREV, cujos integrantes são os seguintes:

I - Representantes dos servidores Ativos e Inativos

TITULAR: Vanessa Faim
SUPLENTE: Kátia Regina Bento Bolsoni

TITULAR: Joel Vieira
SUPLENTE: Charles Soares

TITULAR: José dos Passos Lemos
SUPLENTE: Belmira Ottoboni

II - Representante do Poder Legislativo

TITULAR: Vilsemar Olímpio Duarte
SUPLENTE: Vanildo Telles

III - Representantes do Poder Executivo

TITULAR: Gianini Grazieli Francisco
SUPLENTE: Nádia Braz Bins

TITULAR: Juliana Rúbia da Costa Succo
SUPLENTE: Induri Nunes

Art. 2º Fica instituído o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

I - Representantes dos servidores Ativos e Inativos

TITULAR: Paulo Celso Mafra
SUPLENTE: Rodolfo Francisco Couto Filho

TITULAR: Manuel Fermino Bento
SUPLENTE: Maria Isabel Cardoso

II - Representantes do Poder Executivo

TITULAR: Edinéia Bett Santiago
SUPLENTE: Soraia Youshai

Art. 3º Os Conselhos ora instituídos serão presididos por Gianini Grazieli Francisco e Edinéia Bett Santiago.

Art. 4º Os membros efetivos do Conselho Administrativo terão gratificação mensal para o exercício dos cargos conforme disposto nos incisos I e II do artigo 10 da Lei Complementar nº100 de 27 de junho de 2011.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

CONSELHO de DESENVOLVIMENTO ECONOMICO de NAVEGANTES Resolução Nº 02/2011

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE NAVEGANTES
RESOLUÇÃO Nº 02/2011

O conselho de Desenvolvimento Econômico de Navegantes - DE-SANAVE - reunido em 19/12/2011, de acordo com o art. 8º da Lei Complementar nº 124 de 02 de dezembro de 2011, resolve, à:

Empresa Huisman Propriedades e Empreendimentos Imobiliários Ltda, com CNPJ 14.107.187/0001-31.

Art. 1º - Conceder isenção de 40% (quarenta por cento) do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, na aquisição do imóvel destinado a implantação ou ampliação do empreendimento econômico.

Art. 2º - Conceder isenção de 40% (quarenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, após expedição do alvará para construção da obra, pelo período de 5 (cinco) anos.

Art. 3º - Não conceder isenção da contribuição de melhoria.

Art. 4º - Conceder isenção de 40% (quarenta por cento) da taxa de licença para execução da obra do imóvel destinado a implantação ou ampliação do empreendimento econômico.

Art. 5º - Conceder isenção de 30% (trinta por cento) do Imposto Sobre Serviços - ISS, pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da data de expedição do alvará de funcionamento, respeitando-se sempre o limite do artigo 88 dos ADCT (mínimo de 2%).

Art. 6º - Conceder isenção de 40% (quarenta por cento) da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento regular de estabelecimento, pelo de 5 (cinco) anos, a contar do início das atividades.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2011.
SANDRA DEMÉTRIO SANTIAGO
Secretária de Desenvolvimento Econômico

Aviso de Licitação - Concorrência Pública nº 188/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 188/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONSTRUÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARTINHA CORREA DA SILVA. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 27/01/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 27/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 23 de dezembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Resultado do Julgamento Habilitação PL Nº 061/2011

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2011 - CARTA CONVITE Nº 021/2011-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a seleção de propostas mais vantajosa, na contratação de empresa para Execução de 02 Barracões Industrial a ser edificado na Área Industrial, totalizando 1.050 m2, com fornecimento de Material e Mão de Obra, em regime de empreitada global, com recursos do Convênio nº 15.116/2011-5-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço d'Oeste, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrantes deste edital, QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, VISOLI CONSTRUTORA LTDA EPP e NOEMIA DE MOURA ME - METALURGICA MOURA que se auto convidou, as quais pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 22 de Dezembro de 2.011.

Comissão Permanente de Licitação

Extrato Resultado Julgamento das Propostas PL Nº 061/2011

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2011 - CARTA CONVITE Nº 021/2011-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO: é a seleção de propostas mais vantajosa, na contratação de empresa para Execução de 02 Barracões Industrial a ser edificado na Área Industrial, totalizando 1.050 m², com fornecimento de Material e Mão de Obra, em regime de empreitada global, com recursos do Convênio nº 15.116/2011-5-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço d'Oeste, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrantes deste edital, QUE quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, restou classificada pela Comissão, apresentado a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA, a seguinte licitante: a empresa NOEMIA DE MOURA ME - METALURGICA MOURA, para o item 01, com valor de R\$ 52.346,15 (Cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta seis reais e quinze centavos) e para o item 02, valor de R\$ 67.328,61 (Sessenta e sete mil, trezentos e vinte oito reais e sessenta um centavos), totalizando o valor global de R\$ 119.674,76 (Cento e dezenove mil, seiscentos e setenta quatro reais e setenta seis centavos), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 22 de Dezembro de 2011.

Comissão Permanente de Licitação

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.506, de 22 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.506, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

APROVA O LOTEAMENTO POPULAR "TRANQUILO BENJAMIN GUZZI", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 84, XXIV, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei Municipal n.º 1.131, de 154 de junho de 2004, e arts. 4º, inc. II, e 18, inc. V, da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com alterações da Lei Federal n.º 9.785, de 29 de janeiro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o LOTEAMENTO POPULAR, de propriedade do Município, denominado "Tranquilo Benjamin Guzzi", de acordo com o Processo Administrativo nº 004/2011, livro 14, fl. 4, localizado no lado ímpar da Rodovia SC-303, Município e cidade de Pinheiro Preto - SC.

Art. 2º O LOTEAMENTO "Tranquilo Benjamin Guzzi" será implantado numa gleba de terra com área total de 94.500 m² (noventa e quatro mil e quinhentos metros quadrados), compondo-se de 164 (cento e sessenta e quatro) lotes distribuídos em 17 (dezessete) quadras denominadas de "1" a "17", perfazendo uma área total de 66.047,53 m², sendo:

I - 136 (cento e trinta e seis) destinar-se-ão a Lotes Residenciais, constituindo uma área total de 35.944,95 m²;

II - 04 (quatro) Lotes Institucionais, constituindo uma área total de 9.244,10 m²;

III - 03 (três) Lotes destinados à área de Preservação Permanente, constituindo uma área total de 9.963,75 m²;

IV - 21 (vinte e um) Lotes destinados à Área Verde, constituindo uma área total de 10.894,73 m²;

V - 24.449,21 m² (vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e nove metros e vinte e um centímetros quadrados) destinados às vias de circulação.

Art. 3º Os lotes estão assim distribuídos em relação às quadras:

I - Quadra 1, lotes de 01 a 06;
II - Quadra 2, lotes de 01 a 10;
III - Quadra 3, lotes de 01 a 01;
IV - Quadra 4, lotes de 01 a 02;
V - Quadra 5, lotes de 01 a 10;
VI - Quadra 6, lotes de 01 a 14;
VII - Quadra 7, lotes de 01 a 10;
VIII - Quadra 8, lotes de 01 a 16;
IX - Quadra 9, lotes de 01 a 10;
X - Quadra 10, lotes de 01 a 16;
XI - Quadra 11, lotes de 01 a 10;
XII - Quadra 12, lotes de 01 a 16;
XIII - Quadra 13, lotes de 01 a 12;
XIV - Quadra 14, lotes de 01 a 10;
XV - Quadra 15, lotes de 01 a 11;
XVI - Quadra 16, lotes de 01 a 05;
XVII - Quadra 17, lotes de 01 a 05.

Art. 4º Os lotes a serem demarcados possuirão as seguintes dimensões, confrontações e destinação:

QUADRA N. 01

LOTE N. 01 - ÁREA: 784,45 m² - Área Verde
Noroeste: Com a Rua "A", com 14,50 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 24,95 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 02, com 39,30 metros;
Sudoeste: Com a Rua Marginal, com 40,65 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 496,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "A", com 12,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06 (Área de Preservação Permanente), com 21,20 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 03, com 34,05 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 51,30 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 350,65 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "A", com 12,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06 (Área de Preservação Permanente), com 14,90 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 04, com 25,35 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 02, com 34,05 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 426,51 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "A", com 30,35 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06 (Área de Preservação Permanente), com 39,78 metros;
Nordeste: Sem confrontações;
Sudoeste: Com o Lote N. 03, com 25,35 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 1.070,40 m² - Área Institucional
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 24,95 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06 (Área de Preservação Permanente), com 58,05 metros;

Nordeste: Com parte do Lote N. 02, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua Marginal, com 55,55 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 3.356,35 m² - Área de Preservação Permanente
Noroeste: Com os Lotes N. 05, 02, 03 e 04, com 133,95 metros;
Sudeste: Com o Córrego e Terras de Flavio Luis Dell'antônio, com 167,55 metros;
Nordeste: Com o Rua "D", com 40,69 metros;
Sudoeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 43,96 metros;

QUADRA N. 02

LOTE N. 01 - ÁREA: 309,31 m² - Área Verde
Noroeste: Com a Rua "C", com 19,16 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 10, com 23,35 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 02, com 14,82 metros;
Sudoeste: Com a Rua Marginal, com 16,21 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 299,98 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "A", com 19,16 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 22,22 metros;
Nordeste: Com a Rua "D", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 14,82 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 281,76 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 22,22 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 24,74 metros;
Nordeste: Com a Rua "D", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 12,26 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 312,10 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 24,74 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 27,27 metros;
Nordeste: Com a Rua "D", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 12,26 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 342,44 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 27,27 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 29,80 metros;
Nordeste: Com a Rua "D", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 08, com 12,26 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 454,27 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 29,80 metros;
Sudeste: Com a Rua "A", com 32,86 metros;
Nordeste: Com a Rua "D", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 07, com 14,82 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 461,59 m² - Área Verde
Noroeste: Com o Lote N. 08, com 30,81 metros;
Sudeste: Com a Rua "A", com 32,86 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 06, com 14,82 metros;
Sudoeste: Com a Rua Marginal, com 15,37 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 357,31 m² - Área Verde
Noroeste: Com o Lote N. 09, com 28,64 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 07, com 30,81 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,26 metros;
Sudoeste: Com a Rua Marginal, com 12,89 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 329,94 m² - Área Verde
Noroeste: Com o Lote N. 10, com 26,35 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 28,64 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,26 metros;
Sudoeste: Com a Rua Marginal, com 12,93 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 299,53 m² - Área Verde
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 23,35 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 09, com 26,35 metros;

Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,26 metros;
Sudoeste: Com a Rua Marginal, com 13,21 metros;

QUADRA N. 03

LOTE N. 01 - ÁREA: 1.154,96 m² - Área Institucional
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 64,98 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 42,96 metros;
Nordeste: Com a Rua "D", com 48,27 metros;
Sudoeste: Sem confrontações;

QUADRA N. 04

LOTE N. 01 - ÁREA: 6.493,06 m² - Área Institucional
Noroeste: Com a Rua "C", com 92,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 02 (Área de Preservação Permanente), com 93,62 metros;
Nordeste: Com a Rua "F", com 72,03 metros;
Sudoeste: Com a Rua "D", com 70,70 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 2.577,38 m² - Área de Preservação Permanente
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 93,62 metros;
Sudeste: Com o Córrego e Terras de Flavio Luis Dell'atônio, com 96,09 metros;
Nordeste: Com a Rua "B" e Lote N. 01 da Quadra N. 13, com 30,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "D", com 35,70 metros;

QUADRA N. 05

LOTE N. 01 - ÁREA: 537,40 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 23,71 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Nordeste: Com os Lotes N. 02, 03 e 04, com 33,12 metros;
Sudoeste: Com a Rua "D", com 20,38 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 285,39 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 22,34 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "E", com 19,08 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 9,12 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 12,00 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;

Nordeste: Com a Rua "E", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 08, com 14,50 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 07, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "D", com 14,50 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 06, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "D", com 12,00 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "D", com 12,00 metros;

QUADRA N. 06

LOTE N. 01 - ÁREA: 305,06 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 21,04 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 14, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 02, com 18,20 metros;
Sudoeste: Com a Rua "E", com 11,67 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 412,79 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 20,46 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "F", com 22,51 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 18,20 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 14, com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 13, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 11, com 12,00 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 12,00 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "F", com 14,50 metros;

Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 14,50 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 08, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "E", com 14,50 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 07, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;

LOTE N. 11 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 12, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 06, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;

LOTE N. 12 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 13, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;

LOTE N. 13 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 14, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 12, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;

LOTE N. 14 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 13, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "E", com 12,00 metros;

QUADRA N. 07

LOTE N. 01 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 02, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "F", com 14,50 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "G", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 14,50 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 08, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 14,50 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 07, com 14,50 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 06, com 14,50 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 14,50 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

QUADRA N. 08

LOTE N. 01 - ÁREA: 260,51 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 20,10 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 16, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 02, com 13,80 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 11,91 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 278,79 m² - Área Verde
 Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 14,08 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 13,80 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Área Verde
 Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 16, com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 15, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 14, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 13, com 12,00 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial

Noroeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 11, com 12,00 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "G", com 14,50 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 14,50 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 09, com 14,50 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 14,50 metros;

LOTE N. 11 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 12, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 08, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

LOTE N. 12 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 13, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 07, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

LOTE N. 13 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 14, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 06, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

LOTE N. 14 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 15, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 13, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

LOTE N. 15 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 16, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 14, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

LOTE N. 16 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 15, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "F", com 12,00 metros;

QUADRA N. 09

LOTE N. 01 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 02, com 14,50 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "G", com 14,50 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;

Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 14,50 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 08, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 07, com 14,50 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 06, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 14,50 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

QUADRA N. 10

LOTE N. 01 - ÁREA: 287,62 m² - Área Verde
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 16, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 02, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 14,25 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 290,05 m² - Área Verde
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 14,50 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Área Verde
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;

Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 16, com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Área Verde
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 15, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 14, com 12,00 metros;
LOTE N. 06 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 13, com 12,00 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 11, com 12,00 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "H", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 14,50 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 09, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 14,50 metros;

LOTE N. 11 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 12, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 08, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

LOTE N. 12 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 13, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 07, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

LOTE N. 13 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 14, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 12, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 06, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

LOTE N. 14 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 15, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 13, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

LOTE N. 15 - ÁREA: 240,00 m² - Área Verde

Noroeste: Com o Lote N. 16, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 14, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

LOTE N. 16 - ÁREA: 240,00 m² - Área Verde
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 15, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "G", com 12,00 metros;

QUADRA N. 11

LOTE N. 01 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 02, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "H", com 14,50 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 14,50 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 08, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 07, com 14,50 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 06, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "H", com 14,50 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;

Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

QUADRA N. 12

LOTE N. 01 - ÁREA: 289,84 m² - Área Verde
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 16, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 02, com 14,49 metros;
Sudoeste: Com a Rua "H", com 14,49 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 288,86 m² - Área Verde
Noroeste: Com a Faixa de Domínio da SC 303, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 14,40 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 14,49 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Área Verde
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 16, com 12,00 metros;
LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 15, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 14, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 13, com 12,00 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 11, com 12,00 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "I", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 14,50 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 09, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "H", com 14,50 metros;

LOTE N. 11 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 12, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 08, com 12,00 metros;

Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

LOTE N. 12 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 13, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 07, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

LOTE N. 13 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 14, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 06, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

LOTE N. 14 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 15, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 13, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

LOTE N. 15 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 16, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 14, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

LOTE N. 16 - ÁREA: 240,00 m² - Área Verde
 Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 15, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "H", com 12,00 metros;

QUADRA N. 13

LOTE N. 01 - ÁREA: 4.030,02 m² - Área de Preservação Permanente
 Noroeste: Com a Rua "B", Lote N. 02 e 12, com 252,56 metros;
 Sudeste: Com o Córrego e Terras de Flavio Luis Dell'antônio, com 232,50 metros;
 Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 50,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 02 da Quadra N. 04, com 25,00 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 525,68 m² - Área Institucional
 Noroeste: Com a Rua "B", com 42,90 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,35 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 01 (Área de Preservação Permanente), com 36,61 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;

Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;

LOTE N. 11 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "B", com 12,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 12, com 12,00 metros;
 Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 20,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;

LOTE N. 12 - ÁREA: 4.785,71 m² - Área Verde
 Noroeste: Com os Lotes N. 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, com 120,35 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 01, com 126,85 metros;
 Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 73,91 metros;
 Sudoeste: Sem confrontações;

QUADRA N. 14

LOTE N. 01 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com o Lote N. 02, com 14,50 metros;
 Sudoeste: Com a Rua "I", com 14,50 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "J", com 14,50 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 01, com 14,50 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
 Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
 Nordeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;
 Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
 Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;

Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 08, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "J", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 07, com 14,50 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 06, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 14,50 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 03, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;

QUADRA N. 15

LOTE N. 01 - ÁREA: 191,06 m² - Área Verde
Noroeste: Com a Faixa de Domínio do SC 303, com 2,58 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 02, com 8,42 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 35,55 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 34,75 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 303,23 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 01 e Terras de Lenir Tomazi Varela, com 20,02 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 03, com 14,75 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 15,57 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 286,86 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 20,02 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "J", com 13,93 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 02, com 14,75 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 11, com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 10, com 12,00 metros;

LOTE N. 06 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;

Sudeste: Com o Lote N. 07, com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 09, com 12,00 metros;

LOTE N. 07 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 06, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com a Rua "J", com 14,50 metros;
Sudoeste: Com o Lote N. 08, com 14,50 metros;

LOTE N. 08 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 07, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 14,50 metros;

LOTE N. 09 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 08, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 06, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;

LOTE N. 10 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 11, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 09, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 05, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;

LOTE N. 11 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 10, com 20,00 metros;
Nordeste: Com o Lote N. 04, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "I", com 12,00 metros;

QUADRA N. 16

LOTE N. 01 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com a Rua "C", com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 14,50 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 14,50 metros;

QUADRA N. 17

LOTE N. 01 - ÁREA: 260,67 m² - Área Verde

Noroeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 20,02 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 12,62 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 13,44 metros;

LOTE N. 02 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 01, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;

LOTE N. 03 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 02, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;

LOTE N. 04 - ÁREA: 240,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 03, com 20,00 metros;
Sudeste: Com o Lote N. 05, com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 12,00 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 12,00 metros;

LOTE N. 05 - ÁREA: 290,00 m² - Lote Residencial
Noroeste: Com o Lote N. 04, com 20,00 metros;
Sudeste: Com a Rua "B", com 20,00 metros;
Nordeste: Com Terras de Lenir Tomazi Varela, com 14,50 metros;
Sudoeste: Com a Rua "J", com 14,50 metros.

Art. 5º As áreas de equipamentos comunitários e urbanos, praças, espaços livres, área de APP e institucional constante do projeto aprovado e memorial descritivo do empreendimento, continuarão bens de domínio do Município de Pinheiro Preto, nos termos do art. 22 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de novembro de 1979, sendo:

I - 04 (quatro) Lotes Institucionais, constituindo uma área total de 9.244,10 m²;

II - 03 (três) Lotes destinados à área de Preservação Permanente, constituindo uma área total de 9.963,75 m²;

III - 21 (vinte e um) Lotes destinados à Área Verde, constituindo uma área total de 10.894,73 m²;

IV - 24.449,21 m² destinados às vias de circulação.

Art. 6º O Município, titular do loteamento, deverá executar as obras constantes dos projetos aprovados, tais como:

I - demarcação dos lotes, das áreas de preservação permanente e das áreas verdes;

II - demarcação das ruas;

III - nivelamento das ruas;

IV - construção do meio fio lateral;

V - pavimentação, com cascalho, das ruas de circulação;

VI - instalação da rede elétrica, rede de esgotamento pluvial e rede de água, bem como acesso ao local;

Art. 7º O Município terá o prazo de 4 (quatro) anos para executar as obras e serviços na forma dos projetos e cronograma de execução das obras aprovados.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE DEZEMBRO DE 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.504, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 3.504, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 17º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme abaixo discriminado;

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0901 Fundo Municipal de Saúde

0901.10 Saúde

0901.10.301 Atenção Básica

0901.10.301.0021 Saúde Básica

0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3190000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 02

Art. 2º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0901 Fundo Municipal de Saúde

0901.10 Saúde

0901.10.301 Atenção Básica

0901.10.301.0021 Saúde Básica

0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33900000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 02

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.505, de 21 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.505, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 17º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) conforme abaixo discriminado;

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0901 Fundo Municipal de Saúde
 0901.10 Saúde
 0901.10.301 Atenção Básica
 0901.10.301.0021 Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 3371-0000 Aplicações Diretas R\$ 2.300,00
 Fonte de Recursos 02

Art. 2º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901 Fundo Municipal de Saúde
 0901.10 Saúde
 0901.10.301 Atenção Básica
 0901.10.301.0021 Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 33900000 Aplicações Diretas R\$ 2.300,00
 Fonte de Recursos 02

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE DEZEMBRO DE 2011.
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Portaria Nº 298, de 21 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº 298, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.
 HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 010/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Homologar o resultado do processo seletivo para provimento em caráter temporário sob regime especial, edital de processo seletivo n.º 010/2011, na forma do quadro abaixo:

PROFESSOR ÁREA I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL				
HABILITADOS				
INSCRITOS DEFERIDOS		MÉDIA PROVA	TÍTULOS	TOTAL GERAL
1º	Iara Aparecida Duquesne	2,88	6,00	8,88
2º	Beatriz Aparecida Cherubini de Oliveira	2,40	6,00	8,40
3º	Rosana dos Santos	2,56	5,54	8,10
4º	Solange Aparecida Batista Manica	1,92	5,98	7,90
5º	Bernardete Pasetto Farina	2,40	5,06	7,46
6º	Ivania Beal Bressan	1,92	5,50	7,42
7º	Aline Perazzoli Buratto	1,92	5,47	7,39
8º	Susana Scortegagna Ceron	1,28	6,00	7,28

9º	Vera Luci de Oliveira Zanella	2,72	4,50	7,22
10º	Claudia Regina da Costa	2,56	4,53	7,09
11º	Tais Crestani	1,28	5,71	6,99
12º	Veronice Fritzen	1,44	5,50	6,94
13º	Carmen Regina de Oliveira Dalmolin	1,76	5,12	6,88
14º	Terezinha Slongo Coma-chio	3,04	3,82	6,86
15º	Ângela Maria Mazureck Rabuske	2,24	4,46	6,70
16º	Marinez Beal Partyka	1,44	5,00	6,44
17º	Fabiana Kopp Benque	1,28	5,10	6,38
18º	Tatiane Aparecida Fragoso Caldas Caum	1,76	3,72	5,48
19º	Marlei Maria Panceri	2,08	3,23	5,31
20º	Gislene Corrêa	1,12	4,16	5,28
21º	Juliana Pasold Guzzi	1,60	3,57	5,17
22º	Rosana Carlesso Alberti	1,44	3,65	5,09

PROFESSOR ÁREA I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

NÃO HABILITADOS

INSCRITOS DEFERIDOS		MÉDIA	TÍTULOS	TOTAL GERAL
1º	Salette Lurdes Gris Bender	2,72	1,76	4,48
2º	Talita Pellicioli	2,56	1,56	4,12
3º	Josianne Dallabrida Gaspar	1,6	1,85	3,45
4º	Vanderléa Ana Carleto Siqueira	1,6	1,56	3,16
5º	Olivete Vescovi Dall’Bosco	1,12	1,75	2,87
6º	Andreia Tere- sinha Ferrari Lamperti	0,96	1,61	2,57
7º	Jussara Pivet- ta Duquesne	1,12	1,06	2,18
8º	Sirlei Apareci- da Denardi	1,44	0,00	1,44

PROFESSOR ÁREA II – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

INSCRITOS DEFERIDOS	MÉDIA PROVA	TÍTULOS	TOTAL GERAL
---------------------	-------------	---------	-------------

1º	Rosana dos Santos	2,56	5,54	8,10
2º	Solange Aparecida Batista Manica	1,92	5,98	7,90
3º	Ivania Beal Bressan	1,92	5,50	7,42
4º	Susana Scortegagna Ceron	1,28	6,00	7,28
5º	Claudia Regina da Costa	2,56	4,53	7,09
6º	Veronice Fritzen	1,44	5,50	6,94
7º	Carmen Regina de Oliveira Dalmolin	1,76	5,12	6,88
8º	Terezinha Slongo Comachio	3,04	3,82	6,86
9º	Ângela Maria Mazureck Rabuske	2,24	4,46	6,70
10º	Marinez Beal Partyka	1,44	5,00	6,44
11º	Marlei Maria Panceri	2,08	3,23	5,31
12º	Gislene Corrêa	1,12	4,16	5,28
13º	Rosana Carlesso Alberti	1,44	3,65	5,09
14º	Saleta Lurdes Gris Bender	2,72	1,76	4,48
15º	Talita Pellicioli	2,56	1,56	4,12
16º	Josianne Dallabrida Gaspar	1,6	1,85	3,45
17º	Vanderléa Ana Carleto Siqueira	1,6	1,56	3,16
18º	Olivete Vescovi Dall'Bosco	1,12	1,75	2,87
19º	Jussara Pivetta Duquesne	1,12	1,06	2,18
20º	Sirlei Aparecida Denardi	1,44	0,00	1,44

PROFESSOR ÁREA III – ENSINO FUNDAMENTAL

INSCRITOS	MÉDIA PROVA	TÍTULOS	TOTAL GERAL
1º Vera Luci de Oliveira Zanella	2,72	4,50	7,22
2º Fabiana Kopp Benque	1,28	5,10	6,38
3º Andreia Terezinha Ferrari Lamperti	INDEFERIDO		

PROFESSOR ÁREA IV – ENSINO FUNDAMENTAL

INSCRITOS	MÉDIA PROVA	TÍTULOS	TOTAL GERAL
1º Juliana Pasold Guzzi	1,6	3,57	5,17

PROFESSOR ÁREA V – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

INSCRITOS	MÉDIA PROVA	TÍTULOS	TOTAL GERAL
1º Iara Aparecida Duquesne	2,88	6,00	8,88
2º Bernardete Pasetto Farina	2,4	5,06	7,46
3º Aline Perazzoli Buratto	1,92	5,47	7,39
4º Tais Crestani	1,28	5,71	6,99
5º Ivanize comerlato Gregolon	2,08	3,60	5,68

PROFESSOR ÁREA VI – COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

INSCRITOS	MÉDIA	TÍTULOS	TOTAL GERAL
1º Evandro Rabuske	2,08	4,25	6,33
2º Leandro da Silva	2,56	3,66	6,22

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE DEZEMBRO DE 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 299, de 21 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 299, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 049/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 049/2011, modalidade pregão presencial, referente aquisição de tinta para pintura do prédio do Centro Administrativo do Município de Pinheiro Preto, e adjudica o objeto licitado à empresa RAFA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PINTURA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.024.056/0001-50, pelo preço global de R\$ 7.740,00 (sete mil e setecentos e quarenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE DEZEMBRO DE 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 300, de 21 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 300, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 047/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 047/2011, modalidade pregão presencial, referente aquisição de tinta para pintura do prédio

do Centro Educacional Pe. Trudo Plessers, Município de Pinheiro Preto, e adjudica o objeto licitado à empresa RAFA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PINTURA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.024.056/0001-50, pelo preço global de R\$ 28.670,00 (vinte e oito mil e seiscentos e setenta reais)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE DEZEMBRO DE 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 301, de 21 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 301, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 048/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 048/2011, modalidade pregão presencial, a Contratação de Serviços Técnicos (mão-de-obra) para execução de serviços de pintura das instalações do Centro Administrativo de Pinheiro Preto, e adjudica o objeto licitado à empresa RAFA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PINTURA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.024.056/0001-50, pelo preço global de R\$ 5.999,00 (cinco mil e novecentos e noventa e nove reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE DEZEMBRO DE 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 302, de 22 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 302, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 021/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão comissão de licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 021/2011, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.492.725/0001-03, referente à pavimentação em pedra irregular na Rua Reinaldo Antonio Bressan, pelo valor global de R\$ 29.075,01 (vinte e nove mil e setenta e cinco reais e um centavo).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE DEZEMBRO DE 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Resolução Nº 002, de 22 de Dezembro de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.
HOMOLOGA REGISTRO CANDIDATURAS À CONSELHEIRO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PINHEIRO PRETO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no art. 6º do Edital nº 001/2011, que regulamenta o processo eleitoral para eleição dos Conselheiros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, RESOLVE:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos seguintes candidatos à vaga de Conselheiro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente:

Nº INSCRIÇÃO	Nº DO CANDIDATO	NOME
01	112	VERA LUCIA ZAGO
02	212	MARLI BOLZANI
03	312	ALEXANDRA ZANELLA
04	412	SIMONE APARECIDA ANDRETTA
05	512	JUREMA DA SILVA CAVAZINI
06	612	ANA PAULA DEMORI CARLETTO
07	712	GLADIS MAGALI FRANÇA
08	812	LORETI HACK RABUSKE

Art. 2º Fica conferido aos cidadãos e ao Órgão do Ministério Público o direito de, no prazo de 2 (dos) dias, impugnarem o registro homologado das candidaturas, na forma do disposto no art. 6º do Edital nº 001/2011 (Regulamento do Processo Eleitoral).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 22 de dezembro de 2011.

ELISANGELA BIRNFELD
Presidente

Porto Belo

PREFEITURA

Errata Relatório Pessoal Consolidado

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2010 A JUNHO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.374.936,55	5.850,21
Pessoal Ativo	14.593.083,68	5.850,21
Pessoal Inativo e Pensionistas	781.852,87	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	781.314,87	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	781.314,87	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.593.621,68	5.850,21
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		14.599.471,89
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		33.627.967,68
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		43,41%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <60%>		20.176.780,61
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <54%>		18.159.102,55

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
Contador CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSÉ IRINEU SERPA
Secretário da Fazenda



Errata Relatório Pessoal Executivo

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2010 A JUNHO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.762.998,71	5.850,21
Pessoal Ativo	13.981.145,84	5.850,21
Pessoal Inativo e Pensionistas	781.852,87	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	781.314,87	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	781.314,87	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.981.683,84	5.850,21
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		13.987.534,05
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		33.627.967,68
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		41,59%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <54%>		18.159.102,55
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <51,30%>		17.251.147,42
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
Contador CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSÉ IRINEU SERPA
Secretário da Fazenda

Errata Relatório Pessoal Legislativo

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER LEGISLATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2010 A JUNHO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	611.937,84	0,00
Pessoal Ativo	611.937,84	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	611.937,84	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		611.937,84
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		33.627.967,68
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		1,82%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <6%>		2.017.678,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <5,7%>		1.916.794,16
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ALBERT STADLER	ROBSON DECEZARO TESTONI	GILMARA MONTEIRO BALTAZAR	JOSÉ IRINEU SERPA
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC 029.384/O-2	Controle Interno - Mat.: 1079-01	Secretário da Fazenda

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 721/2011

DECRETO Nº 721, de 20 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.962, de 14 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplemento o orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2009 - Manutenção do Ensino Infantil
MODALIDADE 3190-113 - Aplicações Diretas 43 10.000,00

ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental
MODALIDADE 3190-112 - Aplicações Diretas 20 30.000,00
MODALIDADE 3190-113 - Aplicações Diretas 21 4.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 44.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação nas fontes 112-FUNDEB 60% e 113-FUNDEB 40% do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 722/2011

DECRETO Nº 722, de 20 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplemento o orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2010 - Manutenção Servs.Administrativos do Ensino
MODALIDADE 3390-104 - Aplicações Diretas 17 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte 104-25% dos Impostos e das Transferências de Impostos do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria Nº 063/2011

PORTARIA Nº 063, de 22 de dezembro de 2011.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 052, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 052, de 09 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0780/RH

PORTARIA N. 0780/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento ao disposto no Art. 216, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, conceder à Comissão prorrogação por 30 (trinta) dias, contados a partir de 07/12/2011, para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2011, instaurado através da Portaria n. 0683/RH de 21/10/2011 (publicada em 07/11/2011), em atendimento ao Ofício n. 006/P.A.D.004/2011, considerando a complexidade dos trabalhos para apuração dos fatos, realização de vistorias e oitiva de

servidores e demais envolvidos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Lsos

Portaria Nº. 0793/RH

PORTARIA Nº. 0793/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 187, § 5º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 30 (trinta) dias, a partir de 23/12/2011, para a conclusão da Sindicância Administrativa n. 010/2011, instaurada através da Portaria n. 0677/RH publicada em 24/10/2011, em atendimento ao Ofício n. 007/S.A./010/2011, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria Nº. 0794/RH

PORTARIA Nº. 0794/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 187, § 5º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 30 (trinta) dias, a partir de 23/12/2011, para a conclusão da Sindicância Administrativa n. 011/2011, instaurada através da Portaria n. 0678/RH publicada em 24/10/2011, em atendimento ao Ofício n. 008/S.A./011/2011, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria Nº. 0795/RH

PORTARIA Nº. 0795/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 187, § 5º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 30

(trinta) dias, a partir de 23/12/2011, para a conclusão da Sindicância Administrativa n. 012/2011, instaurada através da Portaria n. 0679/RH publicada em 24/10/2011, em atendimento ao Ofício n. 005/S.A./011/2011, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria Nº. 0796/RH

PORTARIA Nº. 0796/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 187, § 5º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 30 (trinta) dias, a partir de 24/12/2011, para a conclusão da Sindicância Administrativa n. 013/2011, instaurada através da Portaria n. 0723/RH publicada em 23/11/2011, em atendimento ao Ofício n. 004/S.A./013/2011, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Dispensa de Licitação 165/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 165/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: SERVIÇOS E MATERIAIS PARA REFORMA E RECUPERAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO E GINÁSIO MUNICIPAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

Valor aproximado R\$ 82.320,69 (oitenta e dois mil e trezentos e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 15 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Quarto Termo Aditivo ao Convênio Nº. 006/2007 DVCAA

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 006/2007, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/ FMS E A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE RIO DO SUL – HOSPITAL

SAMÁRIA – CNES 2379627

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti, 154 neste ato representada pelo Secretário de Saúde Municipal, Sra. Sueli Teresinha de Oliveira, brasileira, portadora da carteira de identidade Nº. RG 1.899.522, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob Nº. 619.127.609-59, doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a Comunidade Evangélica de Rio do Sul, neste ato representado pelo seu representante legal, o Sra. Astrid Helga Dyck, brasileira, portadora da carteira de identidade Nº. RG 152.199, inscrita no CPF/MF sob Nº. 901.611.819-53, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA, representados, neste ato, por seu diretor clínico, Dr. Ralfino Haffemann, CRM/SC nº. 909, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nº. 1.721/2005, SAS/MS nº. 635/2005, GM/MS nº. 3.123/06 e GM/MS nº. 3.277/06, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Reajustar os Recursos Financeiros devido à atualização do Incentivo à Contratualização-IAC/Hospital Filantrópico, conforme Portaria/MS/GM nº. 2.506, republicada em 30/11/2011, no valor de R\$ 7.758,60, retroativo a competência julho/2011. Assim, ficam alterados os quadros de recursos financeiros da CLÁUSULA NONA do respectivo Convênio, os quais serão transferidos em parcelas mensais (1/12) e recebem a seguinte descrição respectivamente:

Resumo da programação Orçamentária	Mensal	Anual
Pré fixado	118.751,98	1.425.023,76
Pós-Fixado (alta complexidade)	-	-
Pós-fixado (FAEC-estratégico)	8.264,34	99.172,08
TOTAL	127.016,32	1.524.195,84

Detalhamento do PRÉ-FIXADO	Mensal	Anual
Média complexidade ambulatorial	12.712,05	152.544,60
Média complexidade hospitalar	83.464,77	1.001.577,24
INTEGRASUS	3.273,23	39.278,76
Incentivo a Contratualização/Hospital Filantrópico-IAC/MS	16.304,69	195.656,28
Incentivo à Contratualização/Hospital Filantrópico-IAC/SES/SC	2.997,24	35.966,88
TOTAL	118.751,98	1.425.023,76

Detalhamento do PÓS-FIXADO	Mensal	Anual
FAEC-Estratégico (Política Nacional de cirurgias eletivas)	8.264,34	99.172,08
TOTAL	8.264,34	99.172,08

CLÁUSULA SEGUNDA: o presente Termo Aditivo entra em vigor na

data de sua publicação.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2011.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Saúde Rio do Sul/SC	ASTRID HELGA DYCK Presidente da Comunidade Evangélica de Rio do Sul/Hospital Samária
---	---

Testemunhas: 1) _____
Tânia Regina Cipriani
CPF 542.636.119-34

2) _____
Joacir Pandini
CPF 481.281.129-53

Quinto Termo Aditivo ao Convênio Nº. 007/2007 DVCAA

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 007/2007, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – FUSAVI – CNES 2568713

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº. 10.469.199/0001-55, situada na rua Tuiuti – 154, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde, Sra. Sueli Teresinha de Oliveira, brasileira, portadora da carteira de identidade Nº. RG 1.899.522, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF Nº. 619.127.609-59, doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, CNPJ nº. 73.433.427/0001-57, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Giovanni Nascimento, brasileiro, portador da carteira de identidade Nº. RG 1.225.960.8, expedida pela SSP/SC e inscrito no CPF Nº. 523.143.409-49, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA, representados, neste ato, por seu diretor clínico, Dr. Marcelo Vier Gambetta, CRM/SC nº 11065, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs, 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 3.277/06, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO, que se regerá pelas normas gerais da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Reajustar os Recursos Financeiros devido à atualização do Incentivo à Contratualização-IAC/Hospital Filantrópico, conforme Portaria/MS/GM nº. 2.506, republicada em 30/11/2011, no valor de R\$ 82.829,53, retroativo à competência julho/2011. Assim, ficam alterados os quadros de recursos financeiros da CLÁUSULA NONA do respectivo Convênio, os quais serão transferidos em parcelas mensais (1/12) e recebem a seguinte descrição respectivamente:

Resumo da programação Orçamentária	Mensal	Anual
Pós-fixado (alta complexidade)	560.872,14	6.730.465,68

Pós-fixado (FAEC-estratégico)	37.073,27	444.879,24
Pré-fixado	1.479.438,80	17.753.265,60
TOTAL	2.077.384,21	24.928.610,52

Detalhamento PÓS-FIXADO - Alta Complexidade HOSPITALAR	Mensal	Anual
Neurologia/Neurocirurgia	15.815,21	189.782,52
Cirurgia Cardíaca - Adulto	372.131,01	4.465.572,12
Cardiologia Intervencionista	110.225,44	1.322.705,28
Cardiologia – Implante Marca Passo	46.943,34	563.320,08
Cirurgia Vascular	15.757,14	189.085,68
TOTAL	560.872,14	6.730.465,68

Detalhamento PÓS-FIXADO / FAEC-estratégico	Mensal	Anual
FAEC-estratégico – hospitalar / cirurgias eletivas	15.242,69	182.912,28
FAEC-Ações Relacionadas à Doação de Órgãos - (transplante) - hospitalar	3.830,58	45.966,96
FAEC-estratégico – ambulatorial / mamografia rastreamento	18.000,00	216.000,00
TOTAL	37.073,27	444.879,24

Detalhamento do PRÉ-FIXADO	Mensal	Anual
Média complexidade - hospitalar	970.540,06	11.646.480,72
Média complexidade - ambulatorial	155.050,03	1.860.600,36
Alta complexidade - ambulatorial	32.980,13	395.761,56
Termos de Compromisso Alta Complexidade - Ambulatorial	20.933,45	251.201,40
INTEGRASUS-Incentivo a Integração ao SUS/MS	57.453,67	689.444,04
Incentivo a Contratação-IAC/MS	162.461,79	1.949.541,48
Incentivo à Contratação-IAC/SES	78.699,67	944.396,04
IAPI-Incentivo ao Atendimento à População Indígena/MS	1.320,00	15.840,00
TOTAL	1.479.438,80	17.753.265,60

CLÁUSULA SEGUNDA: o presente Termo Aditivo de Convênio entra em vigor na data de sua publicação.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2011.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Saúde Rio do Sul/SC	GIOVANI NASCIMENTO Presidente da FUSAVI
---	--

Testemunhas:

1) _____
Tânia Regina Cipriani
CPF nº. 542.636.119-34

2) _____
Joacir Pandini
CPF nº. 481.281.129-53

Edital Processo Seletivo N. 018/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 018/2011

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, Sr. Milton Hobus e a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Sueli Teresinha de Oliveira, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNAM PÚBLICO a realização de PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas para função de caráter temporário na Secretaria Municipal de Saúde.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionadas ao presente processo seletivo serão publicados no site do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br) e/ou no site do Diário Oficial dos Municípios - DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

1.2 O prazo de validade deste processo seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação do Decreto de homologação final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

1.3 Para o candidato que não aceitar a vaga apresentada ou dela desistir, não será apresentada outra.

1.4 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas disposto neste edital, não gera direito de contratação, visto que esta será realizada de acordo com a necessidade e seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

2 – DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

2.1 Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;

2.2 Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3 Quitação com as obrigações militar e eleitoral;

2.4 Aptidão física e mental para o exercício da função a que concorre;

2.5 Habilitação para a função (conforme item 3 deste edital);

2.6 Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;

2.7 Não haver sofrido as penalidades previstas no art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº. 207/2010 e alterações posteriores;

2.8 Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

2.9 No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes de todas as exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo;

2.10 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3 – DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, ATUAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO.

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO/REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	ATUAÇÃO	SALÁRIO BASE
Médico	01	40h	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Estratégia de Saúde da Família	R\$ 8.592,82
Enfermeiro	01	40h	Graduação em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Estratégia de Saúde da Família	R\$ 2.864,27
Técnico em Enfermagem	01	40h	Ensino Médio e Curso Técnico em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Estratégia de Saúde da Família	R\$ 1.750,38

Citar auxílio alimentação...

3.1 As vagas oferecidas neste edital está em conformidade com o item V do Art. 2º da Lei nº. 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e abrange também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

3.2 As atribuições das funções são constantes do ANEXO I, deste edital.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições estarão abertas no período de 27/12/2011 até 10/01/2012.

4.2 A Ficha de Inscrição para este Processo Seletivo está disponibilizada no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

4.3 O candidato deverá preencher todos os dados da ficha de inscrição e entregá-la, devidamente assinada, pessoalmente ou por procuração, na Secretaria Municipal de Saúde, Sala 108, sito a Rua Tuiuti, 154, Rio do Sul - SC, das 07h30min às 13h30min (dia 30/12 até 12h), com os documentos constantes no item abaixo:

4.4 Para inscrição o candidato deverá apresentar:

- Fotocópia do Registro de Identidade e do CPF;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (caso de haver empate);
- Fotocópia e original de Certidão ou Declaração de Conclusão de cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento, se tiver, nos termos do item 7.2 deste edital;
- Original de comprovação de tempo de serviço, se tiver, nos termos do item 7.2 deste edital;
- Tabela de Títulos (Anexo IV), devidamente preenchida e assinada;
- Endereço, telefone e e-mail para contato.

4.5 O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, responsabilizando-se pelas consequências de erros ou não preenchimento de qualquer campo daquele documento.

4.6 Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfazer integralmente todas as condições estabelecidas neste edital.

4.7 O candidato, ao preencher a ficha de inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo, em plena concordância das mesmas.

4.8 Após o prazo de inscrição, dia 11/01/2012, as mesmas serão

publicadas no site do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br), em ordem alfabética.

4.9 O candidato terá 01 (um) dia útil após a publicação no site para solicitar recurso referente a esta fase, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração (conforme Anexo III deste Edital) devidamente instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. A Secretaria Municipal de Administração - através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através do site já citado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo de recurso, as inscrições serão automaticamente homologadas, dando início ao processo de seleção.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, compreenderá exame de habilidades e de conhecimentos, aferidos da seguinte maneira: Primeira etapa: Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório (exceto para a função de Médico)

Segunda etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório

5.2 O Resultado final dar-se-á mediante somatório de pontos de cada etapa do processo de avaliação.

6 - DA PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva (de caráter eliminatório e classificatório) será realizada no dia 16/01/2012, em local e horário divulgados no site do Município de Rio do Sul, dia 11/01/2012, juntamente com a relação de inscritos.

6.2 O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de quinze minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade válido e com foto, ficha de inscrição e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

6.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova o documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo, trinta dias.

6.4 Será vedado o acesso dos candidatos que chegarem com atraso, não havendo tolerância sob qualquer alegação ou justificativa.

6.5 Durante a realização da prova não será permitida consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como porte e/ou uso de bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura, óculos escuros, máquinas de calcular, relógios analógicos e/ou digitais, telefones celulares, pager, computadores pessoais ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico.

6.6 A constatação, por qualquer meio, de que o candidato não respeitou ao disposto no item 6.5 deste edital, verificada a qualquer momento, mesmo que a prova já tenha sido entregue, implicará eliminação do candidato no processo seletivo, sem qualquer outro aviso ou comunicação.

6.7 Os três últimos candidatos da sala somente poderão entregar a prova e retirar-se, simultaneamente.

6.8 A duração da prova será de 3 horas e o candidato só poderá retirar-se do local de aplicação após 30 minutos de seu início, não podendo levar o caderno de provas.

6.9 No caso de anulação de qualquer questão da prova objetiva, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

6.10 O gabarito das provas estará disponibilizado no site do Município de Rio do Sul, no dia 17/01/2012.

6.11 O não comparecimento à prova objetiva independente do motivo, caracterizará desistência e resultará na eliminação do candidato deste Processo Seletivo.

6.12 A prova objetiva constará de 30 questões, sendo 25 de Conhecimentos Específicos e 05 sobre Conhecimentos Gerais, conforme Conteúdo Programático disposto no Anexo II deste edital.

6.13 As questões da prova objetiva serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas de resposta cada uma, das quais apenas UMA será a correta, de acordo com o comando da questão.

6.14 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O correto preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato.

6.15 Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas.

6.16 O candidato deverá assinar a folha de resposta. A não assinatura implicará na nulidade das questões e eliminação do candidato do processo seletivo.

6.17 É de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não assinatura e de marcações indevidas na folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

6.18 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção exata.

6.19 A nota da prova objetiva será calculada conforme tabela abaixo, sendo automaticamente reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis):

Questões	Pontuação por acerto	Pontuação Total
Questões de conhecimentos gerais	0,20	1,0
Questões de conhecimentos específicos	0,40	9,0
Valor da prova		10,0

6.20 – DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E DO PRAZO PARA RECURSO

6.20.1 O resultado da prova objetiva será publicado no site do Município de Rio do Sul, no dia 18/01/2011. Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III. A Secretaria de Administração - através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o novo resultado através do site já citado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo do recurso, o resultado da prova objetiva será automaticamente homologado, dando sequência ao processo de seleção.

7 - DA PROVA DE TÍTULOS

7.1 A Prova de Título, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos através da conclusão de cursos e experiências profissionais estreitamente relacionadas com a função a ser exercida pelo candidato.

7.2 PARA A FUNÇÃO DE MÉDICO será considerado como título:

a) Certificado (original e fotocópia) de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, na área de Medicina, com carga horária mínima de 360 horas, devidamente registrado no órgão competente.

(Não serão aceitas Declarações de Conclusão de Curso ou Histórico Escolar, apenas o Certificado);

b) Certidão ou Declaração (original e fotocópia) de conclusão de cursos (palestras, seminários, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, com carga horária mínima de 8h e relacionados com a área de Medicina, realizados a partir do ano de 2006 e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que contenha o período de realização e carga horária do evento);

c) Certidão ou Declaração original circunstanciada expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação, para comprovação de tempo de serviço ou Carteira de Trabalho que conste a data de

entrada e saída. Caso o registro na carteira ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. Somente será considerado período de atuação como Médico.

7.2.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Especialização na área de Saúde da Família: 3,0 pontos;
- b) Outras especializações na área da Saúde: 2,0 pontos;
- c) Participação em cursos de aperfeiçoamento na área da saúde com carga horária até 40 horas: 1,0 ponto;
- d) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária superior a 40 horas: 3,0 pontos;
- e) Experiência profissional em Estratégia de Saúde da Família, de 6 a 12 meses: 2,0 pontos;
- f) Outra experiência profissional na área da saúde, de 6 a 12 meses: 1,0 ponto;
- g) Experiência Profissional em Estratégia de Saúde da Família, superior a 12 meses: 4,0 pontos;
- h) Outra experiência profissional na área da saúde, superior a 12 meses: 3,0 pontos;

7.3 PARA A FUNÇÃO DE ENFERMEIRO será considerado como título:

a) Certificado (original e fotocópia) de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, na área de Enfermagem, com carga horária mínima de 360 horas, devidamente registrado no órgão competente. (Não serão aceitas Declarações de Conclusão de Curso ou Histórico Escolar, apenas o Certificado);

b) Certidão ou Declaração (original e fotocópia) de conclusão de cursos (palestras, seminários, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, com carga horária mínima de 8h e relacionados com a área de Enfermagem, realizados a partir do ano de 2006 e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que contenha o período de realização e carga horária do evento);

c) Certidão ou Declaração original circunstanciada expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação, para comprovação de tempo de serviço ou Carteira de Trabalho que conste a data de entrada e saída. Caso o registro na carteira ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. Somente será considerado período de atuação como Enfermeiro.

7.3.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Especialização na área de saúde pública: 2,0 pontos;
- b) Participação em cursos de aperfeiçoamento na área da saúde com carga horária até 40 horas: 1,0 ponto;
- c) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária superior a 40 horas: 3,0 pontos;
- e) Experiência profissional, em Estratégia de Saúde da Família, de 6 a 12 meses: 2,0 pontos;
- f) Outra experiência profissional na área da saúde, de 6 a 12 meses: 1,0 ponto;
- g) Experiência Profissional em Estratégia de Saúde da Família, superior a 12 meses: 4,0 pontos;
- h) Outra experiência profissional na área da saúde, superior a 12 meses: 3,0 pontos;

7.4 PARA A FUNÇÃO TÉCNICO EM ENFERMAGEM será considerado como título:

a) Atestado de Frequência em curso de Enfermagem, emitido por Instituição de Ensino credenciada, que conste a fase que está cursando;

b) Certidão ou Declaração (original e fotocópia) de conclusão de cursos (palestras, seminários, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, com carga horária mínima de 8h e relacionados com a área de Enfermagem, realizados a partir do ano de 2006 e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em

que não for possível a apresentação do certificado serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que contenha o período de realização e carga horária do evento); c) Certidão ou Declaração original circunstanciada expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação, para comprovação de tempo de serviço ou Carteira de Trabalho que conste a data de entrada e saída. Caso o registro na carteira ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. Somente será considerado período de atuação como Técnico em Enfermagem.

7.4.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Cursando a última fase do curso de Enfermagem : 2,0 pontos;
- b) Participação em cursos de aperfeiçoamento na área da saúde com carga horária até 40 horas: 1,0 ponto;
- c) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária superior a 40 horas: 3,0 pontos;
- e) Experiência profissional em Estratégia de Saúde da Família, de 6 a 12 meses: 2,0 pontos;
- f) Outra experiência profissional na área da saúde, de 6 a 12 meses: 1,0 ponto;
- g) Experiência Profissional em Estratégia de Saúde da Família, superior a 12 meses: 4,0 pontos;
- h) Outra experiência profissional na área da saúde, superior a 12 meses: 3,0 pontos;

7.5 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

7.6 A pontuação aferida à experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência, não sendo considerados períodos inferiores há 06 meses (acumulando-se a pontuação obtida com experiência em Estratégia de Saúde da Família e outras experiências na área da saúde).

7.7 Somente serão considerados para análise, os títulos entregues no ato da inscrição e devidamente relacionados na tabela constante do Anexo IV deste Edital.

7.8 Não serão aceitos títulos entregues em outra data que não a do ato de inscrição.

7.9 Os títulos devidamente relacionados na tabela constante do Anexo IV não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos serão objetos de análise pela Comissão Especial de Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

7.10 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme dispõe o item 9 deste edital.

7.11 Não serão considerados para fins de pontuação para tempo de serviço, períodos de estágio.

8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- a) Maior tempo de experiência (tempo de serviço);
- b) Maior número de horas em capacitação;
- c) Maior número de dependentes;
- d) Maior idade.

8.1 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo.

9 - DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DO PRAZO PARA RECURSO

9.1 O resultado final será publicado no site do Município de Rio do Sul e no DOM – Diário Oficial dos Municípios, no dia 25/01/2012. Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado, para solicitar recurso (referente ao Resultado Final e a Prova de Títulos) devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III. A Secretaria Municipal de Administração - através da

Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através dos locais já citados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo do recurso, o resultado será homologado através de Decreto e encerrado.

9.2 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora do prazo disposto no item 9.1 deste edital.

10 – DA CONVOCAÇÃO

10.1 O candidato aprovado será convocado na medida em que surgir a necessidade de preenchimento da vaga, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, através de publicação no site oficial do município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br).

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

10.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado através do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados na ficha de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos, Prefeitura Municipal de Rio do Sul – SC, quando houver alteração dos dados informados na ficha de inscrição.

10.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

10.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

10.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

11 – DA CONTRATAÇÃO

10.1 A contratação prevista neste edital tem caráter emergencial e deve ocorrer imediatamente após a convocação, sendo o contrato encerrado no momento em que tomarão posse os candidatos aprovados em Concurso Público, nos termos dos Art. 2º, inciso V e Art. 4º inciso II, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

11.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

11.3 Previamente a contratação, mediante convocação, será exigido do candidato classificado os seguintes documentos:

- a) CPF
- b) Registro de Identidade
- c) Carteira de reservista (se homem)
- d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- e) Certidão nascimento ou casamento
- f) Certidão nascimento filhos (menores de 14 anos)
- g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais
- h) 01 foto 3x4 atualizada
- i) Comprovante dos requisitos exigidos para a função (conforme item 3 deste edital)
- j) Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- l) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- m) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- n) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- o) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)
- p) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- q) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- r) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

12 – DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	27/12 a 10/01/2012
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PROVA	11/01/2012
RECURSO INSCRIÇÕES	12/01/2012
PROVA OBJETIVA	16/01/2012
GABARITO PROVA OBJETIVA	17/01/2012
PUBLICAÇÃO RESULTADO PROVA OBJETIVA	18/01/2012
RECURSO PROVA OBJETIVA	19 e 20/01/2012
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL	25/01/2012
RECURSO RESULTADO FINAL	26 e 27/01/2012
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO	01/02/2012

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As contratações serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada;

13.2 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao regime geral de Previdência Social (INSS);

13.3 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência;

13.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão especial de Processo Seletivo;

13.5 Os anexos I, II, III e IV são partes integrantes deste edital;

13.6 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 22 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS	SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

MÉDICO

Descrição Sumária: Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Principais Atribuições: Promover ações em saúde que propicie o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos diferentes níveis de atenção. Emitir pareceres. Prescrever medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica. Prestar a plena atenção aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina. Realizar cirurgias de pequeno, médio e grande porte, de acordo com sua atribuição técnica. Manter o registro dos usuários atendidos (prontuário), incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada. Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias. Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões

administrativas, visitas domiciliares etc. Difundir os conhecimentos médicos preparando material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, participando de encontros, congressos e demais eventos na área, entre outros. Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço. Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação dos casos. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Executar outras atividades compatíveis com formação profissional.

ENFERMEIRO

Descrição Sumária: Realizar cuidados diretos de enfermagem, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade. Supervisionar e coordenar as ações do pessoal auxiliar e equipe multiprofissional quando for o caso. Principais Atribuições: Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem, visando o cumprimento de padrões e normas preestabelecidos. Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; durante o tempo e frequência necessários de acordo com as necessidades de cada paciente. Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc. Proceder, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), observadas as disposições legais da profissão. Aplicar a sistematização da assistência de enfermagem aos clientes e implementar a utilização dos protocolos de atendimento. Planejar ações de enfermagem, levantar necessidades e problemas, diagnosticar situação, estabelecer prioridades e avaliar resultados. Implementar ações e definir estratégias para promoção da saúde, participar de trabalhos de equipes multidisciplinares e orientar equipe para controle de infecção. Organizar e dirigir os serviços de Enfermagem e suas atividades técnicas e auxiliares, quando designado. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento das Unidades de Saúde. Registrar observações e analisar os cuidados e procedimentos prestados pela equipe de enfermagem. Participar da execução de programas práticos de ensino e treinamento. Dirigir e controlar o funcionamento das salas de procedimentos médicos e de material esterilizado. Orientar o pessoal do serviço de enfermagem no expurgo, preparo e esterilização do material destinado a pequenas cirurgias, de material esterilizado e às diversas unidades da secretaria. Executar as tarefas específicas com rigorosa técnica asséptica. Participar nos programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados. Incentivar a formação e ou participação ativa da comunidade nos Conselhos Locais, Regionais e Municipal de Saúde. Possibilitar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde e vigilância, sempre que necessário, colaborando na elaboração, desenvolvimento e implementação de programas no seu campo de atuação. Proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo ações intersetoriais e parcerias com empresas e

organizações privadas ou públicas, jornais entre outros. Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros. Contribuir com conhecimentos de sua área técnica de formação para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para plena assistência à saúde, bem como participar dos procedimentos de vigilância sanitária à saúde e de vigilância epidemiológica para a população. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Executar outras atividades compatíveis com formação profissional.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Descrição Sumária: Orientar e executar o trabalho técnico de assistência de enfermagem aos clientes da Instituição, auxiliar nas atividades de planejamento, promoção de saúde e outras atividades por ela desenvolvidas. Efetuar registros e relatórios de ocorrências e procedimentos. Trabalhar em conformidade com as normas e procedimentos de biossegurança. Principais Atribuições: Prestar assistência sob orientação do médico ou enfermeiro, através de serviços técnicos de enfermagem, tratamentos, cuidados de conforto, higiene pessoal e outros. Atender a prescrições médicas, procedendo a triagem dos pacientes, controlando sinais vitais dos mesmos, auxiliando em consultas, realizando vacinas, bem como ministrando medicamentos, tratamentos e outros dados aos usuários. Auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção. Realizar atividades na promoção de campanha do aleitamento materno. Auxiliar nas atividades de urgência e emergência em atendimentos especializados, sob supervisão de profissional habilitado em ações que requeiram maior complexidade. Realizar exames de eletrodiagnósticos e registrar os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem. Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura. Preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica. Realizar registros da assistência de enfermagem prestada ao cliente e outras ocorrências a ele relacionadas. Auxiliar o médico nos procedimentos de pequenas cirurgias e coletar materiais para exame laboratorial. Realizar acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário. Garantir pleno funcionamento da unidade de trabalho, bem como a qualidade e quantidade de medicamentos e material ambulatorial, controlando o estoque, solicitando reposição de material, realizando organização, manutenção, controle, limpeza, esterilização de materiais, equipamentos e ambientes. Garantir a correta execução das atividades, orientando, supervisionando e treinando o pessoal, auxiliar. Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização do material e equipamento, bem como sua conservação, preparo, armazenamento e distribuição, comunicando ao superior eventuais problemas. Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico. Garantir a promoção da saúde pública, auxiliando aos usuários, prestando informações sobre consultas, exames, medicamento e outros, bem como assistindo ao enfermeiro na execução de programas de educação para a saúde. Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

ANEXO II
DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA

ENFERMEIRO

Conhecimentos Gerais:

Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.

Conhecimentos Específicos:

Saúde Pública

Norma Regulamentadora nº 32;

Código de Ética;

Programa Nacional de Imunização;

Política Nacional de Saúde do Homem;

Conhecimentos técnicos de enfermagem, hipertensão arterial, diabetes;

Assistência à saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, aleitamento materno, planejamento familiar);

Assistência à saúde da criança e adolescente;

DST/HIV/AIDS e doenças transmissíveis;

Doenças de notificação compulsória;

Processos de saúde e doença;

Atribuições do enfermeiro na ESF e equipe de ESF;

Normas e rotinas de enfermagem;

Interação com o usuário

Feridas;

Curativos;

Evolução do paciente;

Tuberculose e infecções oportunistas;

Saúde do idoso;

Dengue;

Hanseníase.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Conhecimentos Gerais:

Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.

Conhecimentos Específicos:

Saúde Pública;

Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS).

Política Nacional de Humanização;

História das Políticas de Saúde no Brasil;

Ética Profissional;

Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios;

Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação à gestantes no pré-natal;

Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis;

Métodos contraceptivos;

Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm³)

Rotinas básicas:

Pressão arterial

Temperatura

Acomodação de pacientes ao leito

Locais e forma de administração de medicamentos, aparelhos e utensílios

Verificação de trabalho de parto

Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório

Conhecimentos sobre:

Hipercalcemia

Cianose

Tuberculose pulmonar e seu tratamento

Pneumonias

Varizes esôfago – gástricas
Rubéola
Alcalose respiratória
Parada circulatória
Meningite
Causas de mortalidade infantil
Generalidades e conceitos fundamentais

ANEXO III

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

A SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO):

Processo Seletivo nº 018/2011 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Rua: _____ Nº: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Telefone para contato: _____

E-mail: _____

Função a que concorre: _____

Número de Inscrição: _____

Motivo do recurso: _____

Fundamentação e argumentação lógica: _____

Data: ____/____/2011

Assinatura: _____

ANEXO IV

TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 018/2011

Nome Candidato:					Função:			
					Para uso da Comissão Especial Processo Seletivo			
Título (certificado, declaração, carteira Con- traba- lho...)	Con- teúdo título	Data título	Carga ho- rária curso / tempo servi- ço	Instituição promo- tora curso/ Órgão atuação	Validado Confir- mação Co- re- mis- são (sim / não)			

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato

Assinatura recebedor dos títulos

Salto Veloso

PREFEITURA

Extrato de Dispensa Licitatória Nº 0020/2011

Extrato de Dispensa Licitatória

Nº 0020/2011

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Municipal

Objeto: Publicação de dados Oficiais

Base Legal: Processo Licitatório nº 0119/2011 -

DL nº 0020/2011.

Contrato: 0100/2011

Vigência: 02/01/12 à 31/12/12

Valor: 2.880,00 reais

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 22 de dezembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.342, de 22 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.342, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

Proíbe a utilização de máquinas, equipamentos e veículos, pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica expressamente proibida a utilização de máquinas, equipamentos e veículos, pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, pelos servidores públicos municipais, no período de 23 de dezembro de 2011 a 15 de janeiro de 2012.

§ 1º. Excetua-se da previsão constante do caput, os seguintes de máquinas, equipamentos e veículos, utilizados pela:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Secretaria Municipal de Saúde;

III - Conselho Tutelar;

IV - Veículo utilizado na Inspeção Sanitária, pertencente a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural;

V - Retroescavadeiras e caminhões pipa, utilizados para realização de serviços emergenciais, relacionados ao abastecimento de água.

§ 2º. O descumprimento da previsão do caput deste artigo, implicará na propositura do devido processo administrativo disciplinar e aplicação das sanções cabíveis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade Processo 163/2011

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO: N. 163/2011
INEXIGIBILIDADE: N. 3/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, PARA TODOS OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO 2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
CNPJ: 83.021.873/0001-08
CONTRATADAS: EDITORA POSITIVO LTDA, CNPJ: 79.719.613/0001-33; E
DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S.A., CNPJ: 79.065.181/0001-94
Valor Total: R\$ 1.033.634,12 (um milhão, trinta e três mil e seiscentos e trinta e quatro reais e doze centavos).
Período de vigência: De 02/01/2012 a 31/12/2012.
Fundamento legal: art. 25, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto 168.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
DECRETO Nº 168/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 603/2010:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 52.357,48 (cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos) por conta do excesso de Arrecadação nas dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.03.2.003 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração
Finanças e Planejamento R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.04.2.006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 1.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

04.01.12.361.4-2005 - Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 10.257,48

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.189 - Aplicações Diretas R\$ 10.257,48

05 - SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.02.08.243.09.2.011 - Func. e Manut. da Assistência Social R\$ 1.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

05.02.08.243.09.2.013 - Manutenção das Creches R\$ 2.600,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 2.600,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.22.2.017 - Func. e Manut. da Coord. de Serviços Públicos R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

07.01.26.782.22.2.016 - Func. e Manut. da Coord. de Obras R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.845.24.2.021 - Contribuição ao PASEP R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.16.2.023 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Munic. Agropecuario R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2011.
ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto 172/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
DECRETO Nº 172 /2011
ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 652/11:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais) a dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.1.012 - Pavimentação de Ruas R\$ 115.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 115.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.17.512.12.1.018 - Saneamento Básico R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

11.01.10.301.12.2.054 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 38.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

11.01.10.301.12.2.034 - Aquisição de Mobiliário - Saúde R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

11.01.10.301.12.2.052 - Func. e Manut. Da Coord. Saúde Vigilância em Saúde R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

11.01.10.301.12.2.053 - Func. e manutenção da Coord. Saúde Assistência Farmacêutica R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.22.2017 - Func.e Manutenção da Coord.

Serviços Públicos R\$ 17.112,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.00 - Aplicações Diretas R\$ 13.412,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.00- Aplicações Diretas R\$ 3.700,00

07.01.26.782.22.2016 - Func.e Manutenção da Coord.

De Obras R\$ 6.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

10 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.16.2.024 - Realização de Eventos Promocionais R\$ 1.388,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.00 - Aplicações Diretas R\$

1.388,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto 175/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 175 /2011

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 660/11:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 83.000,00 (Oitenta e três mil reais) a dotação abaixo identificada:

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6.1.062 - Construção de um

Centro de Artes e Ofícios R\$ 83.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 83.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 83.000,00 (Oitenta e três mil reais) na dotação abaixo identificada:

02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.2.2002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito R\$ 13.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.3.2003 - Func. e Manutenção da

Secretaria de Adm. Finanças e

Planejamento R\$ 17.700,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.700,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.306.4.2007 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar - Ensino Fundamental R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.01.12.306.4.2039 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar - Ensino Infantil R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

04.01.12.366.4.2009- Educação de Jovens e Adultos R\$ 10.500,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.6.182.22.2.019 - Segurança no Trânsito R\$ 7.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.2025 - Funcionamento e Manutenção
Do Meio Ambiente R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

10.10.20.606.16.2.023 Func. e Manutenção do Fundo
Municipal Agropecuário R\$ 17.800,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.800,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 21 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto 179/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.
sc.gov.br

DECRETO n.º 179/2011

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Servidores, Janice de Freitas, Maria Madalena Kretzer Gelsleichter, Michelle Nalovaiko, Leandro Rangel dos Santos e Edson José da Silva Filho para, Sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo 002/2011.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de Dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Edital Processo seletivo 02.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Fone/Fax: (048) 32770122

CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC.

www.pmspa.sc.gov.br / administracao@pmspa.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2011

O Prefeito de São Pedro de Alcântara – SC Ernei José Stähelin torna público que estão abertas às inscrições ao Processo Seletivo para formação de Cadastro de Reserva para possível Admissão em Caráter Temporário no ano de 2012, seu Quadro de Pessoal, conforme quadro demonstrativo:

Cód	CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA	Tipo de Prova
01	Agente Administrativo	CR(*)	Ensino Médio e/ou Técnico Administrativo.	984,52	40 horas	Escrita
02	Auxiliar de Serviços Gerais	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série).	652,68	40 horas	Escrita
03	Contador	CR(*)	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis com registro no órgão de classe competente	3.096,67	40 horas	Escrita
04	Mecânico II	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série) e CNH.	1.389,16	40 horas	Prática
05	Médico Veterinário	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária com registro no órgão de classe competente	1.326,43	20 horas	Escrita
06	Motorista II	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série)– CNH - D	1.041,03	40 horas	Prática
07	Operador de Máquina I	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série)– CNH - C	745,85 + ajuda de custo 230,00	40 horas	Prática
08	Operador de Máquina II	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série)– CNH - C	991,46+ 430,00	40 horas	Prática
09	Operador de Máquina III	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série)– CNH - C	1.400,82+ 150,00	40 horas	Prática
10	Técnico em Contabilidade	CR(*)	Ensino Médio / Técnico Contabilidade com registro no órgão de classe competente	1.053,58	40 horas	Escrita
11	Técnico em Edificações	CR(*)	Ensino Médio / Técnico Edificações com registro no órgão de classe competente	1.053,58	40 horas	Escrita
12	Telefonista	CR(*)	Ensino Médio.	652,68	30 horas	Escrita
13	Trabalhador Braçal	CR(*)	Alfabetizado.	652,68	40 horas	Prática
14	Agente Comunitário de Saúde – PSF	CR(*)	Ensino Fundamental e comprovar residência na área da inscrição. Residir na área da comunidade em que atuar.	652,68	40 horas	Escrita
15	Agente de Controle de Endemias	CR(*)	Ensino Médio	802,17	40 horas	Escrita
16	Agente de Vigilância Epidemiológica	CR(*)	Ensino Médio Técnico em Enfermagem ou Auxiliar em Enfermagem com Capacitação em Sala de Vacina e BCG, com registro no COREN.	1.041,03	40 horas	Escrita
17	Auxiliar Consultório Dentário – PSF	CR(*)	Ensino Fundamental	666,76	40 horas	Escrita

18	Auxiliar de Enfermagem – PSF	CR(*)	Ensino Médio + Auxiliar de Enfermagem ou Técnico em Enfermagem com registro no COREN de Auxiliar de Enfermagem.	700,09	40 horas	Escrita
19	Enfermeiro – PSF	CR(*)	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN.	2.526,54 + 567,00	40 horas	Escrita
20	Médico Clínico Geral- PSF	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina Clínica Geral e registro no CRM.	6.596,20 + 1.904,66	40 horas	Escrita
21	Médico Clínico Geral	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina Clínica Geral e registro no CRM	3.214,90 + 952,32	20 horas	Escrita
22	Médico Ginecologista/Obstetra	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina - Especialidade médica na área e registro no CRM.	3.214,90 + 952,32	20 horas	Escrita
23	Médico Pediatra	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina - Especialidade médica na área e registro no CRM.	3.214,90 + 952,32	20 horas	Escrita
24	Odontólogo	CR(*)	Ensino Superior – Odontologia com registro no CRO	2.652,86	40 horas	Escrita
25	Odontólogo – PSF	CR(*)	Ensino Superior – Odontologia com registro no CRO	2.856,69	40 horas	Escrita
26	Técnico em Enfermagem	CR(*)	Ensino Médio + Técnico em Enfermagem com registro no COREN de Técnico em Enfermagem, capacitação em sala de vacina.	1.053,58	40 horas	Escrita
27	Oficial de Manutenção e Conservação	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª série)	602,12	40 Horas	Prática
28	Fiscal de Tributos	CR(*)	Ensino Médio	1.053,58	40 horas	Escrita
29	Engenheiro Civil	CR(*)	Certificado de conclusão de Engenharia Civil com registro no órgão de classe competente	1.326,43	20 horas	Escrita
30	Professor I (Auxiliar de Sala)	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (Cursando).	594,00	20 horas	Escrita e Títulos
31	Professor II – Educação Infantil / Ensino Fundamental e Educação Especial	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia, habilitação Educação Infantil / Séries Iniciais.	777,97	20 horas	Escrita e Títulos
32	Professor Horista Habilitado - Português	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
33	Professor Horista Habilitado -	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
	Matemática					
34	Professor Horista Habilitado - História	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
35	Professor Horista Habilitado – Geografia	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos

36	Professor Horista Habilitado – Ciências	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
37	Professor Horista Habilitado – Ensino Religioso	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	77,07	hora/aula	Escrita e Títulos
38	Professor Horista Habilitado – Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
39	Professor Horista Habilitado – Artes	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
40	Professor Horista Habilitado – informática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
41	Professor Horista Habilitado – Alemão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
42	Professor Horista Habilitado – Inglês	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
43	Professor Horista Habilitado – Música	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
44	Professor Horista Habilitado – Violão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos
45	Bibliotecário	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	2.652,86	40 horas	Escrita e Títulos
46	Professor Horista Não Habilitado - Portu- guês	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
47	Professor Horista Não Habilitado - Mate- mática	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
48	Professor Horista Não Habilitado - História	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
49	Professor Horista Não Habilitado – Geo- grafia	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
50	Professor Horista Não Habilitado – Ciên- cias	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
51	Professor Horista Não Habilitado – Ensino Religioso	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
52	Professor Horista Não Habilitado – Educa- ção Física	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim (a partir da 5ª fase).	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
53	Professor Horista Não Habilitado –	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
	Artes					
54	Professor Horista Não Habilitado – Infor- mática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos

55	Professor Horista Não Habilitado – Alemão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
56	Professor Horista Não Habilitado – Inglês	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
57	Professor Horista Não Habilitado – Música	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
58	Professor Horista Não Habilitado – Violão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos

(*) CR – Cadastro de Reserva - Vagas a serem preenchidas em Caráter Temporário, de acordo com a necessidade do Município, no exercício de 2012. As admissões poderão ou não se concretizarem.

Inscrições: Serão realizadas no período de 26.12.2011 a 09.01.2012, das 13:00 às 18:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal, Setor de Pessoal, sito à Praça Leopoldo Francisco Kretzer, Centro - São Pedro de Alcântara.

Provas Escritas : Serão realizadas no dia 14.01.2012, na Escola Básica Municipal DR. Adalberto Tolentino de Carvalho, das 14:00 as 16:00 horas.

O Edital completo está afixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal e disponível no site www.pmspa.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara, em 22 de Dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Fone/Fax: (048) 32770122
CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC.
www.pmspa.sc.gov.br /
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2011

O Prefeito de São Pedro de Alcântara, SC – Ernei José Stähelin, torna público que estão abertas, no período de 26.12.2011 a 09.01.2012, das 13:00 às 18:00 horas, as inscrições ao Processo Seletivo para formação de Cadastro de Reserva para Admissões em Caráter Temporário, para eventuais vagas que ocorrerem no Exercício de 2012, no Quadro de Pessoal da Administração Municipal, a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

I – DOS CARGOS/EMPREGOS DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

O Candidato prestará prova para apenas um cargo, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Cód	CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA	Tipo de Prova
01	Agente Administrativo	CR(*)	Ensino Médio e/ou Técnico Administrativo.	984,52	40 horas	Escrita

02	Auxiliar de Serviços Gerais	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série).	652,68	40 horas	Escrita	
03	Contador	CR(*)	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis com registro no órgão de classe competente	3.096,67	40 horas	Escrita	
04	Mecânico II	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série) e CNH.	1.389,16	40 horas	Prática	
05	Médico Veterinário	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária com registro no órgão de classe competente	1.326,43	20 horas	Escrita	
06	Motorista II	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série)– CNH - D	1.041,03	40 horas	Prática	
07	Operador de Máquina I	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série)– CNH - C	745,85+ajuda de custo 230,00	40 horas	Prática	
08	Operador de Máquina II	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série)– CNH - C	991,46+aju da de custo 430,00	40 horas	Prática	
09	Operador de Máquina III	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª. Série)– CNH - C	1.400,00+ajuda de custo 150,00	40 horas	Prática	
10	Técnico em Contabilidade	CR(*)	Ensino Médio / Técnico Contabilidade com registro no órgão de classe competente	1.053,58	40 horas	Escrita	
11	Técnico em Edificações	CR(*)	Ensino Médio / Técnico Edificações com registro no órgão de classe competente	1.053,58	40 horas	Escrita	
12	Telefonista	CR(*)	Ensino Médio.	652,68	30 horas	Escrita	
13	Trabalhador Braçal	CR(*)	Alfabetizado.	652,68	40 horas	Prática	
14	Agente Comunitário de Saúde – PSF	CR(*)	Ensino Fundamental e comprovar residência na área da inscrição. Residir na área da comunidade em que atuar.	652,68	40 horas	Escrita	
15	Agente de Controle de Endemias	CR(*)	Ensino Médio	842,27	40 horas	Escrita	
16	Agente de Vigilância Epidemiológica	CR(*)	Ensino Médio Técnico em Enfermagem ou Auxiliar em Enfermagem com Capacitação em Sala de Vacina e BCG, com registro no COREN.	1.041,03	40 horas	Escrita	
17	Auxiliar Consultório Dentário – PSF	CR(*)	Ensino Fundamental	700,09	40 horas	Escrita	
18	Auxiliar de Enfermagem – PSF	CR(*)	Ensino Médio + Auxiliar de Enfermagem ou Técnico em Enfermagem com registro no COREN de Auxiliar de Enfermagem.	1.040,99	40 horas	Escrita	
19	Enfermeiro – PSF	CR(*)	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN.	2.652,86 + 567,00	40 horas	Escrita	

20	Médico Clínico Geral-PSF	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina Clínica Geral e registro no CRM.	6.596,20 + 1.904,66	40 horas	Escrita	
21	Médico Clínico Geral	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina Clínica Geral e registro no CRM	3.214,90 + 952,32	20 horas	Escrita	
22	Médico Ginecologista/Obs-tetra	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina - Especialidade médica na área e registro no CRM.	3.214,90 + 952,32	20 horas	Escrita	
23	Médico Pediatra	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina - Especialidade médica na área e registro no CRM.	3.214,90 + 952,32	20 horas	Escrita	
24	Odontólogo	CR(*)	Ensino Superior – Odontologia com registro no CRO	2.652,86	40 horas	Escrita	
25	Odontólogo – PSF	CR(*)	Ensino Superior – Odontologia com registro no CRO	2.856,69	40 horas	Escrita	
26	Técnico em Enfermagem	CR(*)	Ensino Médio + Técnico em Enfermagem com registro no COREN de Técnico em Enfermagem, capacitação em sala de vacina.	1.053,58	40 horas	Escrita	
27	Oficial de Manutenção e Conservação	CR(*)	Ensino Fundamental (até 4ª série)	602,12	40 Horas	Prática	
28	Fiscal de Tributos	CR(*)	Ensino Médio	1.053,58	40 horas	Escrita	
29	Engenheiro Civil	CR(*)	Certificado de conclusão de Engenharia Civil com registro no órgão de classe competente	1.326,43	20 horas	Escrita	
30	Professor I (Auxiliar de Sala)	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (Cursando).	594,00	20 horas	Escrita e Títulos	
31	Professor II – Educação Infantil / Ensino Fundamental e Educação Especial	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia, habilitação Educação Infantil / Séries Iniciais.	777,97	20 horas	Escrita e Títulos	
32	Professor Horista Habilitado - Português	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
33	Professor Horista Habilitado - Matemática	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
34	Professor Horista Habilitado - História	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
35	Professor Horista Habilitado – Geografia	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
36	Professor Horista Habilitado – Ciências	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
37	Professor Horista Habilitado – Ensino Religioso	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	77,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
38	Professor Horista Habilitado – Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	

39	Professor Horista Habilitado – Artes	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
40	Professor Horista Habilitado – Infor- mática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
41	Professor Horista Habilitado – Alemão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
42	Professor Horista Habilitado – Inglês	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
43	Professor Horista Habilitado – Música	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
44	Professor Horista Habilitado – Violão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	11,07	hora/aula	Escrita e Títulos	
45	Bibliotecário	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim.	2.652,86	40 horas	Escrita e Títulos	
46	Professor Horista Não Habilitado - Por- tuguês	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
47	Professor Horista Não Habilitado - Ma- temática	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
48	Professor Horista Não Habilitado - História	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
49	Professor Horista Não Habilitado – Geografia	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
50	Professor Horista Não Habilitado – Ciências	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
51	Professor Horista Não Habilitado – En- sino Religioso	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
52	Professor Horista Não Habilitado – Edu- cação Física	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim (a partir da 5ª fase).	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
53	Professor Horista Não Habilitado – Artes	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
54	Professor Horista Não Habilitado – In- formática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
55	Professor Horista Não Habilitado – Alemão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
56	Professor Horista Não Habilitado – Inglês	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	
57	Professor Horista Não Habilitado – Música	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos	

58	Professor Horista Não Habilitado – Violão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando na Área afim.	9,70	hora/aula	Escrita e Títulos
----	---	-------	--	------	-----------	----------------------

II – DA NSCRIÇÃO

Inscrições: Serão realizadas no período de 26.12.2011 a 09.01.2012, das 13:00 às 18:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal, Setor de Pessoal, sito à Praça Leopoldo Francisco Kretzer, no Centro da cidade de São Pedro de Alcântara, nos termos do Edital.

1. O pagamento da inscrição deverá ser no ato da inscrição, nos respectivos valores:
R\$ 10,00 (vinte reais) para cargos com exigência de Ensino Fundamental (1º Grau);
R\$ 20,00 (trinta reais) para cargos com exigência de Ensino Médio (2º Grau);
R\$ 30,00 (quarenta reais) para cargos com exigência de Nível Superior;.
2. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.
3. Os documentos de identidade e pessoais do candidato serão devolvidos no ato de apresentação, após as devidas anotações na ficha de inscrição.
4. O candidato cuja documentação não for considerada em ordem, terá sua inscrição indeferida.
5. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação e afixação, em local público e no site WWW.pmspa.sc.gov.br.
6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

O candidato deverá anexar à Ficha de Inscrição:

1. Fotocópia dos seguintes documentos:
 - 1.1. Identidade (Carteira de Identidade Civil ou Profissional) e CPF (se tiver o CPF na carteira de identidade, é dispensada a fotocópia do mesmo – caso contrário, é obrigatório a fotocópia do CPF), PIS/PASEP.
2. Certificado de Cursos de Aperfeiçoamento referente aos três últimos anos (no ato da inscrição) – para os cargos da área do Magistério – para a prova de títulos – nos termos do Capítulo VII deste edital.
 - 2.1. A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma.
 - 2.2. Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração no requerimento, exceto o referente ao endereço do candidato.
 - 2.3. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, enquanto estiver participando do Concurso e no período subsequente, se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.
 - 2.4. A adulteração de qualquer elemento da cópia da cédula de identidade, em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição ou em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo, se a inscrição já estiver homologada.
 - 2.5. O Edital, a Ficha de Inscrição e Anexos está disponível no site: www.pmspa.sc.gov.br, somente para efeitos de consulta e impressão.

III - DO CANDIDATO PORTADOR DE EFICIÊNCIA

1. Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo desde que a deficiência de que são portadoras seja compatível com as atribuições do cargo em provimento.
2. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas oferecidas para cada Cargo ou 01(uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior a unidade e o número de vagas igual ou superior a 05(cinco).
3. Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e alterações.
4. As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
5. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá comunicá-la especificando-a no topo da Ficha de Inscrição em cor vermelho – DEFICIENTE FÍSICO - e anexar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova (solicitação de prova especial Ampliada).
6. Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados, dentro do prazo do período das inscrições, serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, estando impossibilitados de realizar a prova em condições especiais.
7. O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.
8. Não será contratado o candidato cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada.
9. As inscrições que cumprirem os requisitos aqui exigidos serão homologadas.
10. O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, até a data limite para a realização das inscrições.
11. Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
12. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização de provas deverão mencionar, em declaração anexa a ficha de inscrição, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Comissão do Processo Seletivo que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

IV - CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE).

No ato da posse o candidato deverá apresentar:

1. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.
2. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial.
- 2.1. As despesas com exames serão custeados pelo candidato classificado.
3. Declaração de bens que constituem seu patrimônio.
4. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.
5. Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares.
6. Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de identidade;
 - Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
 - CPF;
 - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo, no ato da Posse;
 - Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição.
 - Comprovar idade mínima de 18 anos.
 - Uma foto 3x4
 - Certidão de Nascimento ou Casamento.
 - Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP.
 - Folha Corrida Judicial.
 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos.
 - Outros documentos exigidos por Lei.
7. O candidato, mesmo aprovado no Processo Seletivo, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.
8. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo, a novo chamamento uma só vez.

V – DO REGIME EMPREGATÍCIO

Os habilitados e classificados no Processo seletivo serão admitidos sob o regime Celetista.

VI – DAS PROVAS

A Realização das Provas obedecerá aos seguintes critérios:

1. A Prova escrita terá a duração de até 02:00 (Duas horas).
- 1.1. Não haverá provas fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes.
- 1.2. O Gabarito das provas será publicado as 18:00 horas do dia 14/01/2012.
2. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 30 (trinta) minutos ao local das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta.
3. O ingresso na sala de provas, só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição e documento de inscrição no Processo Seletivo, entregue quando do ato de inscrição.
4. Não será admitido às provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.
5. No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos de rádio tipo "walk-man" ou similar, bem como o uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, bem como folha de rascunho.
6. O caderno de questões é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na GRADE DE RESPOSTAS.
7. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

8. Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;
9. O candidato deverá preencher o Cartão Resposta cobrindo inteiramente com caneta esferográfica, tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida. O Cartão Resposta será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido obrigatoriamente ao final da prova, devendo o mesmo ser colocado dentro do envelope que se encontra sobre a mesa.
10. Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta, por erro do candidato.
11. Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.
12. O candidato, ao terminar a prova escrita, colocará o seu cartão resposta dentro do envelope, disponível sobre a mesa, sem auxílio de fiscais.
13. Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais, na coordenação do concurso.
14. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:
 - Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
 - For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
 - Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
 - Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;
 - Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;
 - Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

A) PROVAS ESCRITAS E TÍTULOS

Cargos: MAGISTÉRIO

Para estes Cargos o Concurso será de Prova Escrita, de caráter eliminatório, e de Títulos (Cursos de Aperfeiçoamento na área para a qual o candidato se inscreveu)

1. Serão considerados como Títulos os certificados de cursos de aperfeiçoamento na área para a qual o candidato se inscrever.
2. Somente serão aceitos certificados de cursos de aperfeiçoamento devidamente registrados dos quais constem os conteúdos programáticos, a carga horária e o período da realização. Não serão aceitas Declarações de frequência a cursos de aperfeiçoamento. Somente Certificados.
3. Cada hora de curso de aperfeiçoamento, na área específica, valerá 0,1 (zero vírgula um décimo) e o máximo de horas que o candidato poderá apresentar e/ou aproveitar, será 100 (cem) horas, totalizando até 10 pontos.
- 3.1. Os comprovantes (fotocópias) dos certificados dos cursos de aperfeiçoamento deverão ser anexados à ficha de inscrição, pelo próprio candidato, no ato da inscrição.
4. Somente será considerado CLASSIFICADO na Prova Escrita o candidato que obtiver a nota mínima 4,00 (quatro pontos), sem a atribuição do peso indicado no item a seguir (item 5).
5. PARA EFEITOS DE CLASSIFICAÇÃO, A NOTA DA PROVA ESCRITA SERÁ SOMADA COM A NOTA DA PROVA DE TÍTULOS. CADA PROVA TERÁ SEU PESO DEFINIDO DA SEGUINTE FORMA:
 - a) Prova Objetiva: Peso 8,00 (oito) - atribuindo-se à nota obtida o fator de multiplicação 0,8.
 - b) Prova de Títulos: Peso 2,00 (dois) - atribuindo-se à nota obtida o fator de multiplicação 0,2.
6. O Resultado Final será a soma das notas.
7. As provas escritas de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, valendo cada uma 0,32 pontos (sem o peso 8,0), abrangerão as seguintes disciplinas:

Conhecimentos Gerais	05
Conhecimentos Específicos	10

8. Os conteúdos programáticos estão nos anexos I, II e III – partes integrantes deste Edital.

B) PROVAS ESCRITAS

Cargos: De acordo com o Capítulo I deste Edital

Para estes cargos o Processo seletivo constará somente de Provas Escritas.

1. Serão considerados habilitados na prova Escrita (escrita) o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos.
2. As provas escritas de 25 (vinte cinco) questões de múltipla escolha, valendo cada uma 0,40 pontos, abrangerão as seguintes disciplinas:

Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação Máxima
Língua Portuguesa	05	25	0,40	10,00
Matemática	05			
Conhecimentos Gerais	05			
Conhecimentos Específicos	10			

- Mecânico;
- Motorista;
- Telefonista;
- Trabalhador Braçal;
- Auxiliar de Serviços Gerais.
- Operador de manutenção e conservação- Para estes cargos, não haverá provas de conhecimentos específicos, somente 05 questões de Língua Portuguesa, 05 de Matemática e 10 de Conhecimentos Gerais, valendo cada uma delas a quantia de 0,50 pontos. – cujos conteúdos programáticos estão no anexo I deste Edital.3. Os conteúdos programáticos estão nos anexos I, e II – partes integrantes deste Edital.

CAPÍTULO VIII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

- I – possuir maior idade, dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- II – possuir maior número de pontos na prova Prática, se for o caso;
- III – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos, se for o caso;
- IV – possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- V – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;
- VI – possuir maior número de pontos na prova de Matemática;
- VII – o candidato mais velho.

IX – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS.

Provas Escritas : Serão realizadas no dia 14.01.2012, às 14:00 horas na Escola Municipal DR. Adalberto Tolentino de Carvalho-Bairro – Santa Teresa - São Pedro de Alcântara.

X – DOS RECURSOS

Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- I – do presente edital;
- II – do não deferimento do pedido de inscrição;
- III – da formulação das questões;

IV – da discordância com o gabarito das provas escritas;

V – da classificação;

VI – da homologação do resultado do Processo Seletivo;

2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

3. Os demais recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço, sua fundamentação que deverá ser clara e objetiva e será dirigido à Comissão do Processo Seletivo.

4. O recurso só será conhecido se encaminhado, pelo candidato recorrente, para o e-mail: jurídico@pmspa.sc.gov.br o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis excluídos o dia da publicação:

- da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
- dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas;
- da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo;
- os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e encaminhados pelo candidato para o e-mail: jurídico@pmspa.sc.gov.br . Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal.

XI - DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano;

1.1. A aprovação no Processo Seletivo não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade.

2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Edital de Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

3. A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

4. Será automaticamente cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da mesma com cheque sem provisão de fundos, ou outra irregularidade que impossibilite o recebimento da quantia.

5. Caberá à Empresa Organizadora do Concurso a anulação de questões.

6. Serão publicados os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida para cada uma das provas.

7. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão do . Será destituído da Comissão, se constatado em qualquer fase do Processo Seletivo, o membro que tiver qualquer parentesco com os candidatos inscritos.

8. A guarda dos cartões respostas deste Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Empresa Lutz – concursos, Concursos Assessoria e Projetos Técnicos Ltda., por um período de 06 meses após a homologação do resultado final, quando serão incinerados.

9. Os casos omissos serão resolvidos pelo setor jurídico desta Prefeitura.

São Pedro de Alcântara, em 22 de Dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

ANEXO I

Conteúdos Gerais - Programáticos para as Provas – ENSINO FUNDAMENTAL

Disciplina	Conteúdos
------------	-----------

Língua Portuguesa	Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês.
Matemática	Número e problemas, envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples
Conhecimentos Gerais	Atualidades do Brasil e de Santa Catarina, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina, Histórico Municipal.(aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município).

Conteúdos Gerais Programáticos para as Provas – ENSINO MÉDIO/SUPERIOR

Disciplina	Conteúdos
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Semântica, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira: suas escolas, seus escritores e suas obras. Funções da Linguagem
Matemática	(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.

Conhecimentos Gerais	Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais, do Brasil e de Santa Catarina, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; terceiro Setor; Relações com o trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; população; Estados Brasileiros; Organização social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal.(aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). Constituição Federal nos assuntos relacionados aos direitos e deveres do cidadão, administração pública, servidor público, previdência social.
----------------------	--

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo/Emprego	Descrição Sumária do Cargo
---------------	----------------------------

Febre tifóide, salmoneloses, difteria, meningites agudas, tétano, coqueluche, erisipela, escarlatina, encefalites a vírus, dengue, mononucleose infecciosa, gripe, caxumba, poliomielite anterior aguda, sarampo, rubéola, varicela, AIDS, toxoplasmose, cólera, leptospiroses humanas.

DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO
Bronquite crônica e enfisema pulmonar, asma brônquica, bronquites agudas, pneumonias adquiridas na comunidade e no hospital, tuberculose pulmonar.

DOENÇAS DO SISTEMA CIRCULATÓRIO
Insuficiência cardíaca congestiva, edema agudo do pulmão, angina pectoris, infarto agudo do miocárdio, dislipidemias, doenças vasculares periféricas: obstrução arterial aguda, trombose venosa aguda.

DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO
Hérnia de hiato e esofagite de refluxo, gastrites, úlcera péptica gastroduodenal, diarreias, parasitoses intestinais, constipação intestinal crônica, pancreatite aguda, pancreatite crônica, hepatites agudas a vírus, hepatite crônica, cirrose hepática.

NEFROLOGIA
Insuficiência renal aguda, insuficiência renal crônica, tratamento clínico da hipertensão arterial, infecção do trato urinário: fisiopatologia e tratamento.

HEMATOLOGIA
Anemias, agranulocitose, anemia aplástica, púrpuras trombopáticas, terapêutica anti-trombótica.

ENDOCRINOLOGIA
Diabetes insipidus, hipertireoidismo, hipotireoidismo, tiroidites, diabetes mellitus, hipoglicemias, obesidade.

DERMATOLOGIA
Acne vulgar, dermatite seborréica, urticária, psoríase, úlcera de perna, piodermite, micoses superficiais, sífilis, hanseníase, cancro mole, linfogranuloma venéreo, donovanose, gonococcia.

NEUROLOGIA - Noções
Classificação clínica e diagnóstica das epilepsias, conduta prática nas convulsões, AVC, cefaléias, doença de Parkinson, neurocisticercose, síncope.

OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA - Noções
Pré-natal, hiperemese gravídica, abortamento, moléstia hipertensiva específica da gravidez, leucorréias, doença inflamatória pélvica aguda, tensão pré-menstrual, dismenorréia, sangramento uterino disfuncional, síndrome do climatério, câncer de mama, câncer de colo uterino.

PEDIATRIA - Noções
Alimentação da criança, imunização: esquema de vacinação, infecções das vias aéreas superiores, gastroenterocolites agudas infecciosas, desidratação na síndrome diarreica, pneumonias e bronco pneumonias.

Médico Clínico Geral e do PSF

E conteúdos comuns a todas as especialidades da área médica

Médico Pediatra

Médico

UROLOGIA - Noções Hiperplasia benigna da próstata, litíase urinária, pielonefrites, infecções urinárias inespecíficas, infecções genitais

PSIQUIATRIA - Noções
Oligofrenias, alcoolismo, depressões, esquisofrenias, distúrbio do pânico.

REUMATOLOGIA - Noções
Artrite reumatóide, moléstia reumática, lúpus eritematoso sistêmico, espondilite anquilosante, osteomielite, osteoartrose, osteoporose.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS;
1. PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, LEIS E REGULAMENTAÇÃO;
2. PACTO PELA SAÚDE EM 2006;
3. RESPONSABILIDADE SANITÁRIA DAS INSTÂNCIAS GESTORAS DOS SUS.
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF;
PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PAC.

- Alimentação da criança, imunização: infecções das vias aéreas superiores, gastroenterocolites agudas infecciosas, desidratação na síndrome diarreica, pneumonias e bronco pneumonias.
- Generalidades e conceitos fundamentais; atualidades sobre pesquisas médicas.
- Esquema de vacinação;
- Diagnósticos, terapia e prevenção de doenças referentes a esta especialidade: (diarreia, asma brônquica, febre, pneumonia, infecção urinária, parasitose, plicogênica, leucemia, cardiopatias, acionóticas, úlcera péptica, tumores ósseos e gonadais, febre amarela).
- Alimentos e alimentação da criança e do adolescente;
- Prevenção e controle de zoonoses
- Generalidades e conceitos fundamentais;

Ginecologista/Obstetra

- Diagnósticos e terapia e prevenção de doenças referentes a esta especialidade
- Engenharia Genética (ação dos agentes mutagênicos) Teratogênese
- Indicação para cesária; uso de hormônios.
- Exames de rotinas indicados
- Métodos contraceptivos;
- Causas e tipos de aborto
- Atualidades sobre pesquisas médicas
- Generalidades e conceitos fundamentais;
- Pré-natal, hiperemese gravídica, abortamento, moléstia hipertensiva específica da gravidez, leucorréias, doença inflamatória pélvica aguda, tensão pré-menstrual, dismenorréia, sangramento uterino disfuncional, síndrome do climatério, câncer de mama, câncer de colo uterino.

- Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica;
- Esquema de vacinação - controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação a gestantes no pré-natal
- Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios.
- Saúde Pública e saneamento básico
- Conhecimentos sobre: Hipercalcemia
Cianose
Tuberculose pulmonar e seu tratamento
Pneumonias
Varises esôfago - gástricas
Rubéola;

<p>Técnico de Enfermagem</p>	<p>Alcalose respiratórias Parada circulatória Menigite</p> <ul style="list-style-type: none"> - Causas de mortalidade infantil - Generalidades e conceitos fundamentais; - As atribuições do profissional da categoria - Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem) - Normas de biossegurança - Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial, - Assistência à saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar) - Assistência à saúde da criança e do adolescente - Assistência à saúde mental - Assistência ao paciente hospitalizado - Precauções universais, desinfecções de utensílios. <p>Saúde Pública;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes - Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. - Equipe de saúde e equipe de enfermagem - Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial - Esquema de vacinação – doenças parasitárias; - Métodos contraceptivos; - Rotinas Básicas: <p>Pressão arterial – Temperatura; Acomodação de pacientes ao leito</p> <p>Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto</p> <p>Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção. - Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3) - Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica - Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem - Noções básicas de informática 	<p>-Noções elementares referente à assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial.</p> <p>-Noções elementares referente à assistência à saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar,)</p> <p>-Noções elementares referente à assistência à saúde da criança e do adolescente</p> <p>-Noções elementares referente a Saneamento Básico.</p> <p>-Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes</p> <p>-Noções elementares referente ao processo saúde e doença.</p> <p>-Equipe de saúde.</p> <p>-Programa de Saúde da Família – estratégia de reorientação do modelo assistencial – Princípios e diretrizes (equipe mínima, territorialização,).</p> <p>-Programa de Agente Comunitário de Saúde</p> <p>-Atribuições do Agente Comunitário de Saúde – Lei 11.350</p> <p>-Noções elementares referente às Doenças Sexualmente Transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção</p> <p>-Visita Domiciliar (características e objetivos).</p> <p>Agente Comunitário de Saúde</p> <p>-SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica – Fichas A, B, C, D, SSA2, PMA2.</p> <p>-O Cadastro das Famílias e o Acompanhamento a Gestante, Hipertenso, Diabético.</p> <p>E</p> <p>-Noções referente a Doenças de Notificação Compulsória.</p> <p>Agente de Controle às Endemias</p> <p>-Noções elementares referente o acompanhamento ao paciente com tuberculose e hanseníase.</p> <p>-Noções elementares referente à Saúde Bucal.</p>
------------------------------	--	---

Agente Vigilância Epidemiológica	<ul style="list-style-type: none"> -Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil -A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis -Agentes infecciosos e suas propriedades -Aedes Aegypti -Dengue -Métodos de combate à dengue. -Conceitos Básicos usados em Epidemiologia -Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva -Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva – coeficiente, taxa,) e utilização nos serviços de saúde. -Conhecimento da Portaria n 1943/MG?MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória. -Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica – Município, Estado e União -Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis. -Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores. -Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas. -Vigilância Epidemiológica das Zoonoses. -Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações) 	
Agente Administrativo	<p>Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos Dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei De Responsabilidade Fiscal -Generalidades administrativas e Contábeis. -Código Tributário Nacional -Técnica Legislativa – 	
	<ul style="list-style-type: none"> - Lei que instituiu a licitação na modalidade de pregão (Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002); - Correspondência oficial conforme Manual de Redação da Presidência da República; - - Noções básicas sobre atos administrativos, processos administrativos e serviços públicos; - Noções sobre compras, licitações, contratos administrativos; - Noções sobre serviços de recursos humanos; - Noções básicas sobre contabilidade e gestão fiscal; - Noções sobre serviços de controle de patrimônio e almoxarifado; - Informática básica, - Editores de texto, planilhas eletrônicas, internet, correio eletrônico, intranet; - Estatuto dos servidores públicos do Município; - Lei Orgânica do Município. 	<ul style="list-style-type: none"> -Generalidades e curiosidades - conceitos técnicos constantes do código de Postura do Município e demais legislação para o exercício do cargo; -Forma de procedimentos e execução para solucionar problemas envolvendo: Embargo, Habite- se, Afastamento, Infrações diversas e suas penalidades; -Noções sobre construção (Piso, telhado, teto, paredes, isolamento proteção de edifícios, concretagem, esquadrias, pavimentações, saneamento básico, drenagem, proteção de edifícios., área, capacidade em m3, materiais de construção -Legislação pertinente - -Áreas correlatas da engenharia civil – campo de atuação – atribuições -Aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, humanísticos e políticos da engenharia -Noções básicas de informática; - Estruturas de Concreto Armado; - Construção Civil; - Estradas; - Estruturas de Aço e Madeira; - Teoria e/ou Estabilidade das Construções; - Saneamento; - Geologia e Mecânica dos Solos; - Hidrologia e Hidráulica; - Materiais de Construção Civil; - Desenho Técnico; - Higiene e Segurança do Trabalho; - Fundações e Obras de Terra; - Topografia; - Pontes.

Engenheiro Civil

Auxiliar de Enfermagem - PSF	<ul style="list-style-type: none"> -Generalidades e conceitos fundamentais; -As atribuições do auxiliar de enfermagem -Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem -Normas de biossegurança -Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial, -Assistência à saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar,) -Assistência à saúde da criança e do adolescente -Assistência a saúde mental -Assistência ao paciente hospitalizado -Precauções universais, desinfecções de utensílios. <p>Saúde Pública;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes -Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. -Equipe de saúde e equipe de enfermagem -Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial -Esquema de vacinação – doenças parasitárias; -Métodos contraceptivos; -Rotinas Básicas: <p>Pressão arterial – Temperatura; Acomodação de pacientes ao leito</p> <p>Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto</p> <p>Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção. <p>Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3</p> <p>Noções básicas de informática</p>
------------------------------	---

Contador	<p>1 - LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 e suas emendas.</p> <p>Constituição do Estado de Santa Catarina, de 05 de outubro de 1989 e suas emendas.</p> <p>2 – ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICAAdministração pública: administração direta e indireta. Processo orçamentário: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária: classificação institucional, funcional-programática, econômica e por fonte de recursos. Receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias. Execução orçamentária e contábil: estágios da receita e da despesa pública; créditos adicionais. Patrimônio público: aspectos qualitativos e quantitativos; variações patrimoniais: variações ativas e variações passivas. Dívida pública flutuante e fundada; plano de contas: função e funcionamento das contas. Escrituração contábil. Controle interno e controle externo. Prestação de contas e transparência na gestão fiscal: relatório resumido da execução orçamentária, relatório de gestão fiscal e balanço geral do exercício. Lei 4.320/64 e suas alterações.</p> <p>3 - CONTABILIDADE GERAL.</p> <p>Princípios contábeis, regime de competência, plano de contas, conciliação contábil, registros contábeis. Controle contábil e registros do ativo imobilizado, diferido e patrimônio líquido. Demonstrações contábeis: estruturação e movimentação das contas contábeis, demonstração do resultado do exercício, balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstrações de origens e aplicações de recursos. Análise e interpretação de demonstrações contábeis.</p> <p>4 - DIREITO ADMINISTRATIVO.</p> <p>Administração Pública. Agentes públicos. Poderes Administrativos. Atos administrativos: conceito, classificação e espécies. Serviço público. LEI Nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 - Institui a modalidade de licitação denominada pregão. Código Tributário Nacional e suas alterações. LEI 10028/00 - Investigação administrativa- Improbidade Administrativa - Finanças publicas.</p>
Técnico em Edificações	<ul style="list-style-type: none"> -Generalidades e conceitos técnicos constantes do Código de Obras do Município e demais legislação para o exercício do cargo; -Forma de procedimentos e execução para solucionar problemas envolvendo: Embargo, Habite- se, Afastamento, Infrações diversas e suas penalidades; -Noções sobre construção (Piso, telhado, teto, paredes, proteção de edifícios, concretagem, esquadrias, pavimentações, saneamento básico, drenagem, proteção de edifícios. -Lei Orgânica do Município -Código de Posturas -Noções básicas de informática

-Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica;
 -Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação a gestantes no pré-natal
 -Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios.
 -Saúde Pública e saneamento básico
 -Conhecimentos sobre: Hipercalcemia
 Cianose
 Tuberculose pulmonar e seu tratamento
 Pneumonias
 Varises esôfago – gástricas
 Rubéola;
 Alcalose respiratórias Parada circulatória Menigite
 -Causas de mortalidade infantil
 -Generalidades e conceitos fundamentais;
 -As atribuições do profissional da categoria
 -Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem)
 -Normas de biossegurança

-Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial.
 -Assistência à saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar,)
 -Assistência à saúde da criança e do adolescente
 -Assistência a saúde mental
 -Assistência ao paciente hospitalizado
 -Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública;
 -Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes
 -Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis.
 -Equipe de saúde e equipe de enfermagem
 -Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial
 -Esquema de vacinação – doenças parasitárias;
 -Métodos contraceptivos;
 -Rotinas Básicas: Pressão arterial – Temperatura;
 Acomodação de pacientes ao leito
 Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto
 Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório;
 -Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção
 -Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3
 -Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica
 -Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem
 -Constituição Federal – na parte relacionada ao SUS
 -NOB 96
 -Estratégia da Saúde da Família – PSF e PACS
 -Situação da Saúde da Família. Perfil epidemiológico
 -NOAS 01/2001
 -Normas Operacionais da Assistência a Saúde História da Saúde no Brasil

Enfermeiro

Fiscal (de tributos) (Nível Médio)

Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos;
 Lei de Responsabilidade Fiscal;
 Generalidades Contábeis;
 Correspondência Oficial;
 Código Tributário Nacional;
 Noções Básicas de Informática
 Lei federal n.º 8137, 27 de dezembro de 1990 (definição dos crimes contra a ordem econômica);
 Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003;
 Estatuto Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006).

Médico Veterinário

-Atualidades, generalidades, aspectos econômicos, sociais e políticos da agropecuária no Brasil e no mundo.
 -Legislação específica da profissão – CFMV e CRMV's
 -Plantas tóxicas, descrição, nomenclatura, classificação, tratamento, agrupamento, sintomas, ação. Presença nas pastagens.
 -Bovinos, eqüinos, ovinos, suínos, aves e pequenos animais – manejo e patologias.
 -Parasitologia -Nutrição animal
 -Microbiologia
 -Inspeção de Produtos de Origem Animal
 -Tecnologia de Produtos de Origem Animal
 -Vigilância Sanitária
 -Zoonoses
 -Epidemiologia
 -Calendário de vacinas dos animais domésticos
 -Farmacologia
 - Manejo de plantas forrageiras
 -Clínica e produção de animais marinhos
 -Clínica e produção de animais selvagens
 -Evolução e comportamento animal

Auxiliar de Consultório Dentário

-Atribuições do Atendente de Consultório Odontológico;
 -O atendente de consultório odontológico e a equipe de saúde bucal;
 -Noções básicas referentes à assistência em Saúde Bucal (individual e coletiva) e seus objetivos;
 -Noções de biossegurança (equipamento de proteção individual, imunização, .
 -Limpeza, desinfecção e esterilização de material
 -Manuseio da comunicação na assistência em odontologia (no telefone, na sala de espera, ..)
 -Noções básicas de informática
 -Constituição Federal – na parte relacionada ao SUS
 -NOB 96
 -Estratégia da Saúde da Família – PSF e PACS
 -Situação da Saúde da Família. Perfil epidemiológico
 -NOAS 01/2001
 -Normas Operacionais da Assistência a Saúde História da Saúde no Brasil.

	<ul style="list-style-type: none"> - Anatomia Da Face; - Anatomia Bucal E Dentária; - Cirurgia Oral; - Instrumentais Cirúrgicos; - Materiais Dentários; - Dentística Restauradora; - Oclusão; - Endodontia; - Periodontia; - Farmacologia Aplicada À Odontologia; - Terapêutica Odontológica; - Patologia Bucal; - Radiologia Odontológica; - Epidemiologia; - Odontologia Social; - Traumatismo Dentário; - Microbiologia Oral; - Urgências Em Odontologia; - Cariologia; - Doenças Sistêmicas Com Repercussão Na Cavidade Oral; - Biossegurança; - Ergonomia; - Noções Básicas De Próteses; - Saúde Bucal Coletiva; .1. Prevenção Em Saúde Bucal; .2. Educação Em Saúde; .3. Promoção De Saúde Bucal; .4. Programa Sb Brasil – Mec. Sistema Único De Saúde – Sus; 1. Princípios, Diretrizes, Leis E Regulamentação; .2. Pacto Pela Saúde Em 2006; 3 .Responsabilidade Sanitária Das Instâncias Gestoras Dos Sus. . Programa De Saúde Da Família – Psf; .1. Equipe De Saúde Bucal; .2. Estratégias De Saúde Bucal; .3. Programa De Agentes Comunitários De Saúde – Pac. -
Odontólogo (todos)	
Técnico em Contabilidade	<ul style="list-style-type: none"> -Constituição Federal e suas Emendas, nos assuntos relacionados com o Servidor Público, Previdência Social, Administração Pública -Lei das Licitações. -Lei de Responsabilidade Fiscal -Lei da Contabilidade Pública. – Lei nº 4320 /64 e suas alterações
	<ul style="list-style-type: none"> -Código Tributário nacional -Noções básicas de informática

	<ul style="list-style-type: none"> -Conceitos e generalidades sobre a evolução da biblioteconomia no Brasil e no mundo; -Histórico e formação das bibliotecas no Brasil e no mundo; -Forma de organização e estrutura das bibliotecas de referência e as circulantes -Funcionamento e rotina das modernas bibliotecas. -Decreto 56.725 de 16.08.65 -Código de Ética do CFB - Resolução CFB 42/2001\ -Organização e Administração de Biblioteca -Bibliotecas Públicas: Funções, objetivos e Estrutura -Classificação (CDD) -Catalogação: (AACR2) -Estudo de usuário e de comunidade -Desenvolvimento de Coleções -Automação de Biblioteca Serviço de Referência e Informação - Noções básicas de informática
Bibliotecário	

ANEXO III

Conteúdos Programáticos

AREA: MAGISTÉRIO CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AREA	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Professor (todos)	<ul style="list-style-type: none"> - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento -Didática Geral; -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -PPP – Plano Político Pedagógico da escola -Constituição Federal, na parte referente a Educação -ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) -Temas transversais ou multidisciplinares -PCN -RCNEI (ED. INFANTIL) -Estudos Temáticos -História da Educação e da Pedagogia -Sociologia da Educação -Filosofia da Educação. -Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 -Metodologia das Disciplinas -Atualidades dentro da área educacional;
(conteúdos gerais)	
Também específicos para Professor de Ensino Fundamental e Educação Especial– 1º ao 5º ano, Educação Infantil, Auxiliar de Sala	
Informática Educativa	<p>Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office(Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores.</p> <p>1.A Sociedade Do Conhecimento</p>

	<p>2. Mídia Impressa, On-Line (Sites De Dados Estatísticos Sociais, Econômicos, Políticos, Culturais)</p> <p>3. Pesquisa E Produção De Tabela A Partir De Um Gráfico E Vice-Versa</p> <p>4. Importância Social E Cultural Da Tv</p> <p>5. A Imagem Eletrônica</p> <p>6. O Vídeo e sua Importância no Contexto da Sala de Aula</p> <p>7. Elaboração De Sites, Blogs, Flogs</p> <p>8. Educação Colaborativa</p> <p>9. Fluxos e Redes</p> <p>10. Educação A Distância: Tv, Dvd, Internet</p> <p>11. Análise, Crítica E Criação De Vídeo, Dvd, Sites</p> <p>12. Hipertexto E Projetos De Aprendizagem</p> <p>13. Mídias E O Processo De Planejamento, Ensino E Aprendizagem</p> <p>14. Lei 9.610 De Direito Autoral</p> <p>15. Cinema, Filmes Na Escola</p> <p>16. Rádio Na Escola</p> <p>17. Ensinar Com Internet E Com Os Computadores</p> <p>18. Softwares Livres e Seu Uso Na Escola.</p> <p>19. Imersão Na Informação</p> <p>20. Ferramentas Da Web Para A Aprendizagem Colaborativa: Blogs, Weblogs, Redes Sociais, Wikis, Web 2.0</p> <p>21. Co-Autoria, Links, Banco De Idéias. Espaços De Formação E Aprendizagem On-line</p>	<p>1. História da Educação Física no Brasil</p> <p>2. Didática da Educação Física</p> <p>3. Psicologia da Aprendizagem</p> <p>4. Sociologia do Esporte</p> <p>5. Noções de Fisiologia, Anatomia, Cinesiologia e Desenvolvimento Motor Aplicado à Educação Física</p> <p>6. Noções do Treinamento Desportivo</p> <p>7. Metodologia do Ensino de Educação Física</p> <p>8. Metodologia do Ensino dos Esportes:</p> <p>a) Voleibol</p> <p>b) Basquetebol c) Handebol</p> <p>d) Futebol e) Futsal</p> <p>f) Natação</p> <p>g) Atletismo – Saltos, Corridas, Arremessos e Lançamentos.</p> <p>Conteúdo Programático: A Educação Física no currículo escolar. A história da Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem social. Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Noções de Fisiologia do exercício. A Educação Física e os parâmetros curriculares. Educação Física, Inclusão e Diversidade. Concepção histórico social da criança. Jogos e brincadeiras na educação infantil. Educação Psicomotora e as fases do desenvolvimento infantil.</p>
Ensino Religioso	<p>-História do Ensino Religioso</p> <p>-Legislação do Ensino religioso no Brasil e SC</p> <p>-Fenômeno religioso e diversidade</p> <p>-Conhecimento religioso</p> <p>-Concepções do Ensino Religioso</p> <p>-Objetivos do Ensino Religioso</p> <p>-Fundamentos e Metodologia para o Ensino Religioso</p> <p>-Conteúdos para o Ensino Religioso</p> <p>-Avaliação do Ensino Religioso</p>	<p>-Música: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto social e educacional no Brasil e no Mundo</p> <p>-Correntes – estilos</p> <p>-Correlação da música com as demais disciplinas</p> <p>-Metodologia utilizada pela música para a formação do homem.</p>
Inglês		<p>-Classes gramaticais</p> <p>-Interpretação de Textos</p> <p>-Vocabulário</p> <p>-Gramática</p>
Alemão		<p>-Classes gramaticais</p> <p>-Interpretação de Textos</p> <p>-Vocabulário</p> <p>-Gramática</p>
Língua Portuguesa		<p>Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas;</p> <p>Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem</p>

Matemática	(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
Ciências	-Visão Geral e origem da vida; -Citologia -Citoplasma -Metabolismo energético das células -Células; -Reprodução Histologia animal -Genética -Ecologia
História	-História do Brasil, de Santa Catarina e Geral
Geografia	-Geografia do Brasil, de Santa Catarina e Geral
Artes	-Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; -Correntes -Correlação das Artes com as demais disciplinas; -Metodologias utilizadas pelas Artes para formação do homem.
Violão	Origem; História; Estilos; Características gerais, sobre o nome, uso na música popular; Construção; Cabeça, braço e escala; Corpo; 2.2.1 Faixas laterais; Fundo; Tampo; Encordoamento; Execução; Música clássica; Principais compositores que escreveram para o instrumento; Música popular; Principais instrumentistas; Bélgica; Brasil; Cabo Verde; Cuba; Espanha; Estados Unidos da América; Portugal; ARTE: Definições, Utilidade, Formas, gêneros, mídias, e estilos, Arte: classe e valor, História da Arte, Características, Habilidade, Estética, Valor.

ANEXO IV ATESTADO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Atesto, em cumprimento a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto nº 3298/99 de 20 de dezembro de 1999, que o(a) Sr.(a) , portador do RG nº , nascido em / / , foi devidamente avaliado clinicamente enquadrando-se, segundo o Artigo 4º, do Decreto 3298/99, na seguinte categoria:

1. () deficiência física
2. () deficiência auditiva
3. () deficiência visual

4. () deficiência mental
5. () múltipla
6. () Outras. Quais
7. CID
8. Especificação das atividades relativas ao cargo compatíveis com a deficiência apresentada: -
Local: Data: / /

Assinatura do Médico

Nome do Médico:

CRM Nº

Declaro ter recebido cópia deste atestado e autorizo a declaração do CID/ diagnóstico correspondente à minha deficiência. Assinatura do (a) candidato (a)

ANEXO V FORMULÁRIO DE RECURSO

NOME DO CANDIDATO:

ENDEREÇO: TELEFONE:

CARGO:

Nº de INSCRIÇÃO:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- () Contra Indeferimento de Inscrição
() Contra Gabarito da Prova Escrita
() Contra Resultado Prova Escrita
() Contra Resultado Prova Prática
() Contra Resultado Prova Títulos

Ra

Nº da questão: Gabarito oficial:

Resposta do Candidato:

Justificativa do candidato – Razões do Recurso

Usar um formulário para cada recurso.

O recurso só será conhecido se encaminhado para o e-mail: jurídico@pmspa.sc.gov.br

Data: / /2012

Assinatura do candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA		Nº da
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA		Ins-
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 002/2011		crição
Código do		
Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M() F()
CPF:	Título Eleitoral:	Estado Civil:
Endereço:		Bairro:

Município:	Estado:	CEP:
Fone: ()	e-mail -	
Portador de Necessidade Especial () Sim () Não	Declaração de Condições Especiais: () Sim () Não	
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		
São Pedro de Alcântara, em/...../20 .	Assinatura do Candidato:	

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 003/2010		Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta do Azul) e chegar 30 minutos de antecedência..		
São Pedro de Alcântara, em/...../20 .	Assinatura do Responsável pelo Recebimento: (Prefeitura ou Empresa)	

Via Candidato

Atenção: Esta Ficha é Apenas para os Professores

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 002/2011 - MAGISTÉRIO		Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 30 minutos de antecedência. Azul) e chegar 45 minutos de antecedência..		

São Pedro de Alcântara, em/...../20 .	Assinatura do Responsável pelo Recebimento: (Prefeitura ou Empresa)
--	---

Via Candidato

Schroeder**PREFEITURA****Decreto No 2.377/2011, de 22 de dezembro de 2011**

DECRETO No 2.377/2011, de 22 de dezembro de 2011
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES E SERVENTES, CONFORME EDITAL Nº002/2011/SECEL/PMS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada a lista classificatória referente ao Processo Seletivo de Professores e serventes, conforme Edital nº002/2011/SECEL/PMS, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição nº889, de 19 de dezembro de 2011.

Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da data de publicação deste Decreto, conforme disposto no Item 9 do Edital n.º 002/2011/SECEL/PMS - Edital de Abertura do Processo Seletivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002378/11 de 22 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 002378/11 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.800,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0005.2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.800,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0005.2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 600,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 800,00

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 900,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 22 de Dezembro de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.290/2011, de 22 de dezembro de 2011

PORTARIA No4.290/2011, de 22 de dezembro de 2011

NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993, **R E S O L V E :**

Art. 1º Nomear o Senhor Adilson Gorniack, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº508.202.579-15, CREA/SC nº27.947-3, como responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução, (com fornecimento de projeto executivo e estrutura e mão-de-obra, materiais e equipamentos), da estrutura pré-moldada em concreto (canha de bocha), com área total de 600m², anexa ao Ginásio de Esportes Alfredo Pasold, situada na Avenida dos Imigrantes, no município de Schroeder/SC, - Contrato nº. 221/2011 - PMS, Tomada de Preço nº. 11/2011-PMS, Processo nº. 150/2011-PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 22 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.291/2011, de 22 de dezembro de 2011

PORTARIA No4.291/2011, de 22 de dezembro de 2011

NOMEIA RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993, **R E S O L V E :**

Art. 1º Nomear o Senhor Adilson Gorniack, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº508.202.579-15, CREA/SC nº27.947-3, como responsável pelo levantamento dos serviços referentes ao Contrato nº131/2011-PMS, que foram efetivamente executados pela contratada para o respectivo pagamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 22 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.281/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.281/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Vanessa Skorek, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.282/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.282/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Ossilda Inês Nardelli Ronchi, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.283/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.283/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Nathaly Francieli Brum Alfaro, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.284/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.284/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Priscila Barboza Amorim de Oliveira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.285/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.285/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Otilia da Conceição dos Santos Hoffmann, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.286/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.286/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário, Sr. Sebastião de Andrade, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.287/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.287/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Ilce Schons, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.288/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.288/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Débora Martins de Araújo Leite, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.289/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.289/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o Parecer da Perícia Médica da Previdência Social, emitido em 30 de novembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a natureza do afastamento do funcionário, Sr. Fredelino Bolduan, de Auxílio Doença para Acidente de Trabalho, adquirindo efeitos retroativos a partir de 20 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Extrato do Contrato Nº. 222/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato do Contrato nº. 222/2011-PMS
Dispensa de Licitação nº. 59/2011-PMS - Processo nº. 173/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC.

Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária (PGT) aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes programas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Software desenvolvido pela FECAM, Programa de Gestão Tributária (PGT) com os módulos: REGIN, ITBI, Simples Nacional: -Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); Gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); -Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; -Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI);	12	Mês	600,00	7.200,00

VALOR R\$ TOTAL 7.200,00

Data da Assinatura: 23/12/2011 - Vigência: 1º de Janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Valor do contrato: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A15/2011 - FAS

TERMO ADITIVO Nº. A15/2011 - FAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2011-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: BONA GENTE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.150.822/0001-11, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, nº. 2.048, sala 02, Bairro Anita Garibaldi, na Cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-301, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela senhora Margarete Baldo de Andrade, inscrita no CPF sob o nº. 421.973.509-78, portadora da carteira de identidade nº. 4/R-1.509.478-SSI-SC.

Considerando o Contrato nº. 23/2011-FAS, celebrado em 10 de outubro de 2011, decorrente do Processo de licitação nº. 30/2011 - FAS, Modalidade Pregão Presencial nº. 14/2011-FAS, para aquisição de material para oficina Convivendo e Aprendendo Brincando

do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social, setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Considerando o artigo 57, § 1º, III, da Lei Federal nº 8666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando que se faz necessário o referido aditivo devido ao relatório de fiscalização nº 01/2011-CG/SCH, realizado pela Controladoria Municipal de Schroeder, para demonstrar irregularidades na questão dos preços praticados, que impedem o pagamento dentro do prazo da vigência atual do contrato.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 23/2011-FAS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até 30 de março de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 23/2011-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 22 de dezembro de 2011.

CONTRATADA:

BONA GENTE COMERCIAL LTDA

Margarete Baldo de Andrade

CPF sob o nº. 421.973.509-78

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

2ª _____

Nome: Orlando Tecilla

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A16/2011 - FAS

TERMO ADITIVO Nº. A16/2011 - FAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2011-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: TODT COMERCIAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.535.116/0001-89, estabelecida na Rua dos Imigrantes, nº. 304, sala 04, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-430, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Benicio Baldussi, inscrito no CPF sob o nº. 352.319.399-00 e portador da carteira de identidade nº. 627.848.5-SSP/SC.

Considerando o Contrato nº. 24/2011-FAS, celebrado em 10 de

outubro de 2011, decorrente do Processo de licitação nº. 30/2011 - FAS, Modalidade Pregão Presencial nº. 14/2011-FAS, para aquisição de material para oficina Convivendo e Aprendendo Brincando do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social, setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Considerando o artigo 57, § 1º, III, da Lei Federal nº 8666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando que se faz necessário o referido aditivo devido ao relatório de fiscalização nº 01/2011-CG/SCH, realizado pela Controladoria Municipal de Schroeder, para demonstrar irregularidades na questão dos preços praticados, que impedem o pagamento dentro do prazo da vigência atual do contrato.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 24/2011-FAS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até 30 de março de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 24/2011-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 22 de dezembro de 2011.

CONTRATADA:

TODT COMERCIAL LTDA - ME

Benicio Baldussi

CPF nº. 352.319.399-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A89/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A89/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: EDSON LUIZ KAMER - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.957.992/0001-40, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº. 298, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Edson Luiz Kamer, inscrito no CPF sob o nº. 745.214.389-20, portador da Carteira de

Identidade no 2.447.392-8, expedida pela SSP/RS.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 202/2011-PMS, celebrado em 30 de Novembro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 152/2011-PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 69/2011-PMS, para contratação de empresa especializada para aluguel, montagem e desmontagem de palco e locação de sistema de sonorização e iluminação com montagem e desmontagem, para apresentação do auto de natal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando os ofícios da Controladoria Municipal vê-se que há suspensão do contrato ante a apuração de eventuais irregularidades, vê-se que resta configurada a hipótese do art. 57, §1º, III da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para a prorrogação da vigência do contrato em 60 (sessenta) dias.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Quarta - da vigência no item 14.1 do contrato nº 202/2011-PMS, prorrogando-se em 60 (sessenta) dias.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 202/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 22 de dezembro de 2011.

CONTRATADA:

EDSON LUIZ KAMER - ME

Edson Luiz Kamer

CPF nº. 745.214.389-20

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Harildo Konell Nome: Neiva Plantikow

CPF nº. 733.280.659-20 CPF nº. 523.848,450-04

Timbó

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 411, de 26 de Dezembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 411, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timbó, cria o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos municipais de Timbó - TIMBOPREV e revoga a Lei Complementar nº 136 de 02 de Julho de 1998.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I - DA FILIAÇÃO CAPÍTULO ÚNICO

INTRODUÇÃO

Art. 1º Fica instituído, nos termos da presente lei complementar, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Timbó, disciplinando o artigo 61 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, em cumprimento às disposições constitucionais aplicáveis.

Art. 2º A previdência social dos servidores públicos do Município de Timbó, organizada na forma da presente Lei Complementar, visa assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de subsistência, por motivo de aposentadoria, invalidez, tempo de contribuição, morte, doença, reclusão e maternidade.

Art. 3º Fica criado o TIMBÓPREV, entidade autárquica, com personalidade jurídica própria e autonomia financeira e administrativa, com sede no município de Timbó, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A supervisão será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatório, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do TIMBÓPREV e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Governo Municipal.

Art. 4º Para os efeitos da presente Lei Complementar consideram-se:

I - como segurados obrigatórios os servidores públicos municipais desde que ocupantes de cargos de provimento efetivo, inclusive aqueles considerados estáveis pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal do Poder Executivo, suas autarquias e fundações públicas, criadas na forma da lei e do Poder Legislativo;

II - como dependentes as pessoas indicadas nos artigos 7º e 8º.

Parágrafo único. São considerados segurados obrigatórios os servidores efetivos e/ou estáveis ocupantes de cargo em comissão.

Art. 5º São excluídos do regime da presente Lei Complementar:

I - O Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e os Vereadores;

II - Os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação, exoneração, bem como de função temporária ou emprego público os contratados em regime celetista e os contratados temporários de excepcional

interesse público, regidos pelo regime administrativo especial.

Parágrafo único. Se as pessoas arroladas no inciso I forem servidores públicos do Município de Timbó, continuarão filiados ao Regime de que trata a presente Lei durante o mandato, desde que contribuam mensalmente, na forma do artigo 10.

Art. 6º Os servidores públicos municipais em Licença para Tratar de Interesses Particulares, mediante requerimento, poderão manter a qualidade de segurados do regime desta Lei e computar o tempo de contribuição para fins de benefícios nela previstos, ficando obrigados a contribuir com o percentual referente à contribuição do servidor, bem como da contribuição patronal.

Art. 7º Para os fins desta Lei Complementar, são considerados beneficiários os dependentes dos segurados:

I - Os cônjuges e companheiros entre si e os filhos de qualquer condição até a maioridade civil ou inválidos;

II - Os pais do segurado falecido ou o irmão órfão, não emancipado e até atingir a maioridade civil, e o inválido, enquanto durar a invalidez, desde que vivam comprovadamente e justificadamente sob sua dependência econômica.

§1.º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o(a) segurado(a), declarada judicialmente.

§ 2º A existência dos dependentes do inciso I afasta da concorrência à pensão aos relacionados no inciso II; inexistindo os primeiros, os pais terão preferência sobre os demais.

§ 3º A invalidez dos dependentes é verificada mediante exame médico procedido pela Perícia Médica através de médico designado pelo TIMBÓPREV, obedecidos os critérios da ética médica.

§ 4º A comprovação de dependência econômica dos dependentes enumerados inciso II deste artigo deverá ter como base a data do óbito do servidor, e obedecerão as regras e critérios estabelecidos em norma regulamentar.

Art.8º Faz jus à pensão a esposa separada de fato ou judicialmente e a divorciada que comprovar a condição de economicamente dependente do segurado, a separada ou divorciada que recebia pensão alimentícia, observando-se como limite o mesmo percentual que lhe foi conferido judicialmente.

Art.9º A pensão será dividida entre ex-esposa(o) e a nova esposa(o) ou companheira(o), se os separadas(os) de fato ou de direito ou divorciadas(os) recebiam pensão alimentícia, obedecendo neste caso o preconizado no artigo 8º, e a diferença, dividindo-se o valor do benefício proporcionalmente aos dependentes em partes iguais, até um máximo de 100% (cem por cento) dos vencimentos.

Parágrafo único. Não faz jus à pensão a(o) esposa(o) separada(o) de fato ou de direito e a(o) divorciada(o), que não recebem pensão alimentícia do segurado à época do óbito.

TÍTULO II DAS FONTES DE CUSTEIO

CAPÍTULO ÚNICO SEÇÃO I DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS E DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Art. 10. A contribuição mensal dos segurados ativos, inativos e pensionistas, será de 11% (onze por cento) sobre a remuneração

do cargo efetivo, incluídas as parcelas e vantagens percebidas em caráter permanente estabelecidas no artigo 12, e de proventos de aposentadoria e pensões, incidindo, inclusive sobre a gratificação natalina.

Art. 11. O Município de Timbó contribuirá, mensalmente, com o percentual de 22% (vinte e dois por cento) sobre a remuneração dos segurados, incidindo, inclusive, sobre a gratificação natalina.

§1º As alíquotas das contribuições a que se referem estes artigos serão revistas e fixadas anualmente no Plano de Custeio do Regime, aprovado em lei, com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial das prestações de previdência social dos servidores municipais, discriminando-se as taxas respectivas.

§2º O não recolhimento mensal das contribuições pelo Município de Timbó constitui crime administrativo e de responsabilidade, sujeitando a autoridade responsável pelo órgão infrator às penalidades legais.

§3º A retenção da contribuição mensal dos funcionários e o não recolhimento na data própria para fins previstos nesta Lei configura em crime de apropriação indébita, nos termos da Legislação Penal Brasileira, devendo respectivos valores ser atualizados monetariamente pela variação mensal do INPC e renderão juros de 6% (seis por cento) ao ano pela Tabela Price.

§4º As contribuições arrecadadas serão administradas em conta especial e serão utilizadas somente para aplicação desta Lei.

SEÇÃO II DAS BASES DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO

Art. 12. Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, a gratificação natalina e os valores incorporados em caráter permanente.

§1º Inclui na base de contribuição as parcelas remuneratórias recebidas em decorrência da regência de classe, hora atividade, ampliação de jornada de trabalho, inclusive àquelas incorporadas ao seu vencimento quando exercidas em caráter contínuo e permanente.

§2º A contribuição de que trata o caput incidirá sobre a integralidade do vencimento do cargo efetivo e das vantagens pagas ao servidor em caráter permanente, não se levando em conta quaisquer deduções.

§3º Serão integralmente utilizadas para o cálculo da média das maiores contribuições para fins de aposentadoria do servidor as parcelas decorrentes da regência de classe, hora atividade, ampliação de jornada de trabalho, na razão de 1/120 (um cento e vinte avos) do valor pago no último mês de exercício de cada mês em que o servidor percebeu a vantagem, em caráter permanente.

§4º Os servidores que já percebem e contribuem com essas vantagens de forma contínua poderão utilizar os valores já contribuídos para o cálculo da média das maiores contribuições quando da aposentadoria.

Art. 13. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas por este regime que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargo efetivo.

§ 1º A alíquota da contribuição cobrada dos segurados, para o

custeio, em benefício destes, não será inferior a da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

§ 2º A contribuição prevista no caput deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, na forma da lei federal, for portador de doença incapacitante.

SEÇÃO III DA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO

Art. 14. Mantém a qualidade de segurado, independente de contribuição o servidor que:

- I - Sem limite de prazo, quando estiver em gozo de benefício;
- II - Até um mês após o licenciamento, incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.

TÍTULO III DAS PRESTAÇÕES CAPÍTULO I DOS BENEFÍCIOS AOS SEGURADOS

SEÇÃO I DAS ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES

Art. 15. Os beneficiários do Regime desta Lei fazem jus aos seguintes benefícios:

- I - Quanto aos segurados:
 - a) Licença para tratamento de saúde;
 - b) Aposentadoria;
 - c) Licença maternidade e adoção.
 - d) Salário-família.

II - Quanto aos dependentes:

- a) Pensão por morte e por ausência;
- b) Auxílio-reclusão.

SEÇÃO II DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 16. A licença para tratamento de saúde por motivo de doença comum ou acidentária será concedida após parecer da Perícia Médica do Município de Timbó ou pela Perícia Médica designada pelo TIMBÓPREV pelo tempo que julgar necessário, correspondente a remuneração de contribuição, após o 15º dia do afastamento do servidor.

SEÇÃO III DA APOSENTADORIA

Art. 17. A aposentadoria será concedida à vista dos documentos comprobatórios da titularidade do cargo efetivo, da respectiva remuneração, do registro contábil das contribuições individuais e, alternativamente:

- I - na aposentadoria por invalidez, da comprovação da invalidez permanente, das suas causas, especificamente quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, nos termos desta Lei Complementar, e da impossibilidade de readaptação, por laudo passado por Perícia Médica Oficial do Município ou por Perícia Médica designada pelo TIMBÓPREV, e do tempo de contribuição;

II - na aposentadoria compulsória, da comprovação do completamento da idade limite prevista na norma constitucional;

III - na aposentadoria voluntária, da comprovação de ter cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo que servirá de base para o cálculo desse benefício, e do completamento de 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e de 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher.

§ 1º No caso de aposentadoria voluntária em cargo efetivo de professor, desde que comprovado o tempo de efetivo exercício de magistério, exclusivamente em funções de educação infantil e no ensino fundamental e médio, exigir-se-á a comprovação do completamento de 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se homem, e de 50 anos de idade e 25 anos de contribuição, se mulher.

§ 2º A aposentadoria voluntária poderá ser concedida pelo completamento de 65 anos de idade, se homem, e de 60 anos de idade, se mulher, independente do tempo de contribuição, desde que tenha 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo.

§ 3º A concessão da aposentadoria por invalidez e voluntária dependerá de requerimento e da publicação do ato, ainda que, no primeiro caso, tenha sido encaminhada por Perícia Médica Oficial do Município ou por Perícia Médica designada pelo TIMBÓPREV.

§ 4º Nos casos em que a aposentadoria tenha sido concedida por motivo de invalidez, será o aposentado submetido à inspeção médica periódica, após o decurso de dois anos, para efeito de reversão.

§ 5º A aposentadoria compulsória será automática, devendo ser declarada por ato, produzindo seus efeitos a partir do dia imediato ao do aniversário do segurado que assinala a idade limite de permanência no serviço público fixada no inciso II deste artigo.

§ 6º O tempo de contribuição federal, estadual, distrital, municipal ou por serviço prestado à atividade privada será contado para efeito de aposentadoria, mediante certidão expedida pelo órgão competente.

§ 7º Não haverá contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 8º São consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento administrativo e pedagógico, conforme critérios e definições estabelecidas em norma de cada ente federativo.

Art. 18. Para os efeitos de comprovação da invalidez permanente, declarada oficialmente, considera-se:

I - doença profissional, a que se deve atribuir, como relação de causa e efeito, às condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos;

II - acidente em serviço, o evento danoso que tenha como causa mediata ou imediata, o exercício das atribuições inerentes ao cargo, assim como a agressão sofrida e não provocada pelo segurado no exercício de suas atribuições ou em razão delas;

III - doença grave, contagiosa ou incurável, quando o sejam: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível

e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), doença de Alzheimer, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - SIDA e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

Parágrafo único. O acometimento de qualquer das doenças enumeradas no inciso III deste artigo, posteriormente à aposentadoria, uma vez declarado em laudo médico oficial, produzirá todos os efeitos jurídicos decorrentes, a partir da publicação do ato que o reconhecer.

Art. 19. A aposentadoria obedecerá ao que seja definido em lei complementar específica, de competência atribuída constitucionalmente à União, nos casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Art. 20. Para o cálculo dos proventos de aposentadorias dos servidores titulares de cargo efetivo e os estáveis, previsto no § 3º do art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência a que esteve vinculado correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, desde a competência julho/94 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º Na hipótese da não-instituição da contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no caput de trata este artigo, serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 4º A aposentadoria se dará com proventos integrais, considerada a média aritmética simples de que trata o caput deste artigo, nos casos de aposentadoria por invalidez permanente, decorrente de acidente em serviço, doença profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável e de aposentadoria voluntária pelo completamento da idade e do tempo de contribuição.

§ 5º Nos demais casos, de aposentadoria por invalidez permanente, de aposentadoria voluntária concedida por implemento de idade, e de aposentadoria compulsória, os proventos serão calculados proporcionalmente ao tempo de contribuição do segurado, em face do tempo exigido para a aposentadoria voluntária, observando-se, também, a média aritmética de que trata o caput deste artigo.

§ 6º Os proventos e aposentadoria de que tratam este artigo serão reajustados na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 21. É vedada a percepção simultânea de proventos decorrentes de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência do servidor público ou com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma

admitida constitucionalmente, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 22. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelos artigos 18 e 85 desta Lei, bem como em conformidade com o artigo 40 da Constituição Federal e pelas regras estabelecidas pelo art. 2º da EC 41/03, o servidor dos Poderes Legislativo e Executivo, e de suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da EC 41/03 poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 23. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pelo TIMBÓPREV, em fruição na data de publicação da EC 41/03, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º da mesma emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Parágrafo único. Aplica-se aos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do artigo 23, disposto no caput deste artigo.

Art. 24. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo artigo 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites

do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 24 desta Lei Complementar, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 25. Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos proventos de aposentadorias e pensões percebidos, cumulativamente ou não.

SEÇÃO IV DA LICENÇA MATERNIDADE E ADOÇÃO

Art. 26. O salário-maternidade é devido, durante cento e vinte dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, à segurada:

I - gestante, podendo iniciar do primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica;

II - que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até um ano de idade, contados da data da expedição do respectivo ato.

§ 1º Na hipótese de adoção ou guarda judicial para fins de adoção de criança, o pedido de licença será de:

a) 60 (sessenta) dias, quando se tratar de criança com idade a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos;

b) 30 (trinta) dias, quando se tratar de criança com idade a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, o pagamento do salário-maternidade terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, é devido salário-maternidade durante 30 (trinta) dias, contados da data do evento, findo o qual a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º Quando se tratar de aborto não delituoso, atestado por médico oficial, é assegurado à servidora salário-maternidade por até 30 (trinta) dias.

Art. 27. O valor do salário-maternidade corresponderá à remuneração de contribuição da servidora.

CAPÍTULO I

SEÇÃO V DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 28. O salário família é devido ao servidor inativo por dependente econômico, que tenha os proventos mensal igual ou inferior ao valor máximo fixado em lei federal específica.

Parágrafo único. Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família:

I - os filhos de qualquer condição até quatorze anos de idade ou, se inválido, de qualquer idade;

II - o menor de quatorze anos que mediante autorização judicial viver na companhia e a expensas do servidor;

III - a mãe e o pai inválidos e sem economia própria, devidamente comprovada.

Art. 29. Quando o pai e mãe forem servidores públicos inativos, o salário-família será pago a ambos.

Art. 30. O salário família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para o regime previdenciário.

Art. 31. Cada cota do salário-família corresponderá a uma porcentagem de cinco por cento do piso mínimo do Município, e será devida na data em que for protocolizado o requerimento, se devidamente instruído com os documentos comprobatórios.

CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS AOS DEPENDENTES

SEÇÃO I DA PENSÃO POR MORTE

Art. 32. Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor igual ao dos respectivos proventos de aposentadoria ou ao que teria direito, a partir da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida, observado o limite percebido como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

Art. 33. Aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados, falecidos a partir de 21 de junho de 2004 (data da publicação da Lei nº 10.887/2004), será concedido o benefício da pensão por morte que será igual:

I - a totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior a do óbito até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou

II - a totalidade da remuneração da contribuição percebida pelo servidor no cargo efetivo na data anterior a do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este valor, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

Art. 34. As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

Art. 35. São beneficiários das pensões:

I - vitalícias:

a) o cônjuge;

b) a pessoa separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia, observando-se como limite o mesmo percentual que lhe foi conferido judicialmente;

c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável, declarada judicialmente;

d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor, mediante comprovação.

II - temporária:

a) os filhos ou enteados, não emancipados e até atingirem a maioridade civil, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

b) o menor sob tutela até atingir a maioridade civil;

c) o irmão órfão, não emancipado, até atingir a maioridade civil, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovar a dependência econômica do servidor.

§ 1º A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "c" do inciso I deste artigo exclui desse direito os beneficiários referidos na alínea "d".

§ 2º A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo exclui desse direito os beneficiários referidos na alínea "c".

Art. 36. A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.

§ 1º Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

§ 2º Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

§ 3º Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária, o valor integral da pensão será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 37. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Parágrafo único. Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 38. Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do servidor.

Art. 39. Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

I - declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;

II - desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;

III - desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 40. Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

I - o seu falecimento;

II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

III - a cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido;

IV - a maioridade civil ou a emancipação de filho ou irmão órfão;

V - a acumulação de pensão na forma do artigo 44;

VI - a renúncia expressa.

Art. 41. Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

I - da pensão vitalícia para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionista remanescente da pensão vitalícia;

II - da pensão temporária para os co-beneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

Art. 42. As pensões decorrentes de falecimento de servidor (ativo ou inativo) ocorrido até 31.12.2003, bem como as concedidas do período de 01 de janeiro de 2004 a 19 de fevereiro de 2004, e as pensões decorrentes de falecimento de servidor aposentado de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 serão atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores ativos.

Art. 43. As pensões decorrentes de falecimento de servidor ocorrido a partir de 20.02.2004, concedidas de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 10.887/2004 e da Medida Provisória nº 167/2004 serão reajustadas na mesma data e no mesmo índice aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, de conformidade com a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 44. É vedada a percepção cumulativa de mais de duas pensões neste Regime, observado o disposto no artigo 21 desta Lei.

SEÇÃO II DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

Art. 45. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal concedida aos dependentes do segurado recolhido à prisão que perceber renda bruta igual ou inferior ao valor estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social, nos seguintes valores:

I - dois terços da remuneração de contribuição, quando afastado por motivo de prisão preventiva, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional, ou condenação por crime inafiançável, e processo no qual não haja pronúncia;

II - metade da remuneração durante o afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, à pena que não determine a perda do cargo.

§ 1º Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o segurado, se absolvido, terá direito à integralização da remuneração, cabendo à entidade na qual este estiver vinculado a obrigação de pagar o valor equivalente, como também de repassar ao Instituto a importância total paga aos dependentes do servidor a título do benefício, enquanto preso, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 2º O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o segurado for posto em liberdade, ainda que condicional.

§ 3º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependente, serão exigidos o documento que certifique o não pagamento da remuneração do segurado pelos cofres públicos em

razão da prisão e a certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento de pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 4º No caso de fuga da prisão do servidor, o pagamento do auxílio-reclusão será suspenso até a sua recaptura, sendo este restabelecido desde que mantida a qualidade de segurado.

§ 5º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Os proventos de aposentadoria e de pensão, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo, nem serem inferiores a menor referência salarial do Município.

§ 1º A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional, dos membros dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.

§ 2º Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o § 1º deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório prevista em lei.

Art. 47. É devido aos aposentados e pensionistas gratificação natalina, correspondentes a 1/12 avos por mês do valor do benefício de dezembro de cada ano, nos mesmos moldes da gratificação natalina assegurada aos servidores municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º A fração igual ou superior a quinze dias será considerada como mês integral.

§ 2º A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 48. Fica vedada a inclusão nos benefícios a que se refere o parágrafo primeiro do art. 46, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2º do Artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição da parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança para efeito de cálculo do benefício a ser concedido, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 49. O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no artigo 17, inciso III e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no artigo 17, inciso II desta Lei.

Parágrafo único. O abono previsto no caput deste artigo será

concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até 31 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação em vigor, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.

CAPÍTULO IV DA CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 50. O tempo de serviço prestado pelo servidor público municipal junto à iniciativa privada ou entes públicos, desde que comprove, nos termos da legislação previdenciária civil, poderá ser contado, dia a dia, para fins de aposentadoria e demais benefícios previstos nesta lei.

§ 1º Nenhum servidor, contudo, será aposentado nos termos desta lei, por tempo de contribuição, se ainda estiver em estágio probatório.

§ 2º É vedada a contagem de tempo de serviço da atividade privada com a atividade pública, quando prestados concomitantemente.

§ 3º As provas do tempo de serviço ficam reguladas nos termos da legislação previdenciária em vigor.

CAPÍTULO V DO CUSTEIO

SEÇÃO I DA RECEITA

Art. 51. São receitas do TIMBÓPREV:

I - A contribuição mensal, obrigatória, calculada sobre os vencimentos do servidor em atividade e sobre os proventos das aposentadorias dos servidores inativos e pensionistas, nos termos do artigo 10;

II - A contribuição mensal do Município, nos termos do artigo 11 desta Lei;

III - Os rendimentos e aplicações financeiras;

IV - Os resultantes de assinatura de convênios;

V - Receitas decorrentes da compensação financeira entre os regimes de previdência;

VI - Doações, legados e outras rendas e contribuições extraordinárias que vierem a ser instituídas.

§ 1º As receitas do TIMBÓPREV serão depositadas em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º As contribuições previstas nos incisos I e II serão creditadas na conta do TIMBÓPREV até o 10º dia útil do mês subsequente.

§ 3º O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao segurado e à entidade a qual estiver vinculado.

§ 4º As contribuições a que se refere o § 3.º deste artigo serão recolhidas pelo servidor diretamente ao TIMBÓPREV, salvo nos seguintes casos, quando a responsabilidade pelo recolhimento será do órgão ou entidade no qual o servidor estiver prestando serviço:

I - cedido para outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - investido em mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

CAPÍTULO VI DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 52. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e a contabilidade obedecerá às normas legais vigentes.

§ 1º Serão estabelecidas as adaptações necessárias do plano de contas e do processo de escrituração às peculiaridades da Autarquia, quando necessário, aprovadas pela autoridade competente.

§ 2º Além do plano de contas geral, na forma deste artigo, o Instituto poderá adotar outros, para controle interno, em casos específicos.

Art. 53. Sem prejuízo das normas a que alude o artigo anterior, a contabilidade do TIMBÓPREV evidenciará a receita e despesa de previdência social, de administração e de investimentos.

Art. 54. A proposta orçamentária para um exercício e o Balanço Geral, com a apuração do resultado do exercício, serão apresentados pela Administração do Instituto nos prazos estabelecidos.

Art. 55. Sob a designação de Reservas Técnicas, o Balanço Geral consignará as reservas matemáticas do regime de previdência social e as reservas de contingência ou déficit técnico.

§ 1º As reservas matemáticas do regime de previdência social constituem os valores atuais, nos termos dos exercícios, dos compromissos líquidos assumidos pelo TIMBÓPREV, relativamente aos benefícios concedidos e a conceder.

§ 2º As reservas de contingência ou o déficit técnico representam, respectivamente, o excesso ou a deficiência de cobertura no ativo das reservas matemáticas.

Art. 56. A Taxa de Administração será no limite máximo fixado em lei federal e o percentual será definido anualmente na Lei Orçamentária.

Art. 57. Sem dotação orçamentária, não se efetuará despesa alguma, nem se fará qualquer operação patrimonial, sob pena de responsabilidade dos que as autorizarem, inclusive a dos que houverem concorrido para a infração, além da anulação do ato, se houver para a Instituição qualquer prejuízo.

Art. 58. A fiscalização atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial será exercida na forma da Constituição e legislação complementar, obedecido o Regulamento do sistema de controle interno.

Parágrafo único. O TIMBÓPREV fará publicar no Boletim Oficial do Município até o último dia útil após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciária acumuladas no exercício financeiro em curso.

CAPÍTULO VII DA APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DO TIMBÓPREV

Art. 59. Fica constituído o TIMBÓPREV com finalidade exclusivamente previdenciária, para o qual serão canalizadas as contribuições respectivas, deduzido o valor dos benefícios em manutenção, integrado por bens, direitos e ativos a serem definidos no Plano de Custeio do Regime, aprovado anualmente, observados os critérios

de avaliação e preceitos da legislação federal pertinente.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano de Custeio, o TIMBÓPREV poderá valer-se de auditoria, realizada por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se as normas gerais de atuária, baixadas pelo Instituto Brasileiro de Atuária.

Art. 60. O plano de custeio do TIMBÓPREV será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo único. O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA será encaminhado ao Ministério da Previdência Social no prazo por ele estabelecido.

Art. 61. Para atender ao cumprimento de suas obrigações, o TIMBÓPREV empregará suas disponibilidades constituídas pelo artigo anterior e outras de acordo com planos atuariais sistemáticos de aplicação das reservas, segundo diretrizes técnicas gerais fixadas atuarialmente, as quais tenham em vista:

I - a segurança quanto à recuperação ou à conservação do valor nominal do capital investido, bem como à percepção de rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do Plano de Custeio, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, para a aplicação desses recursos;

II - a manutenção do valor real, em poder aquisitivo, das aplicações realizadas com essa finalidade;

III - a obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e o grau de liquidez indispensável às aplicações dos fundos de previdência, destinados a compensar as operações de caráter social;

IV - vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal.

Parágrafo único. As reservas, evidenciadas dentro das técnicas atuariais, integrarão o Plano de Custeio e serão estruturadas em planos de aplicação.

Art. 62. O TIMBÓPREV poderá firmar convênios, contratos ou acordos no interesse de suas aplicações patrimoniais, respeitada a legislação específica.

Art. 63. O patrimônio do Instituto é da sua exclusiva propriedade e em caso algum terá aplicação diversa da exigida pelas suas finalidades de previdência social definidas nesta Lei Complementar, sendo nulos de pleno direito os atos praticados em contrário, ficando os seus autores sujeitos às sanções legais, sem prejuízo das de natureza funcional, civil ou criminal em que venham a incorrer.

CAPÍTULO VIII DA ADMINISTRAÇÃO DO TIMBÓPREV

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64. O TIMBÓPREV será administrado colegialmente, cabendo as funções deliberativas a um Conselho de Administração e as funções gerais e administrativas ao Presidente e Vice Presidentes do Conselho de Administração.

§ 1º Haverá um Conselho Fiscal e uma Perícia Médica, com funções próprias.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e Fiscal do TIMBÓPREV não serão remunerados pelo exercício dessas funções, consideradas de serviço relevante.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 65. O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre servidores estáveis e efetivos, com os respectivos suplentes, da seguinte forma:

I - três indicados pelo Poder Executivo;

II - um indicado pelo Sindicato dos Servidores;

III - um indicado pelo Poder Legislativo

Parágrafo único. Somente poderão compor o Conselho de Administração, servidores efetivos e estáveis.

Art. 66. O mandato dos membros referidos não será remunerado, considerado serviço relevante, e será de 4 (quatro) anos, permitindo uma única recondução.

Art. 67. O Conselho reunir-se-á com a maioria de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 68. O Presidente e o Vice Presidente do Conselho serão eleitos entre os Conselheiros titulares, na primeira reunião ordinária da gestão.

Art. 69. As reuniões do Conselho serão secretariadas por um dos seus membros, indicado pelo Presidente e estas deverão ser registradas em livro próprio, autenticado pelo Presidente do Conselho.

Art. 70. Compete ao Conselho de Administração:

I - Decidir sobre as aplicações financeiras dos recursos do TIMBÓPREV;

II - Elaborar e votar o seu Regimento Interno;

III - Aprovar o orçamento do TIMBÓPREV;

IV - Aprovar o Plano de Contas do TIMBÓPREV;

V - Promover a avaliação técnica do TIMBÓPREV;

VI - Promover educação previdenciária;

Parágrafo único. O conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos três de seus membros.

Art. 71. Caberão ao Presidente e ao Vice Presidente do Conselho de Administração as funções gerais e administrativas do TIMBÓPREV.

Art. 72. Compete ao Presidente do TIMBÓPREV:

I - a representação do TIMBÓPREV, inclusive em juízo;

II - a coordenação geral da autarquia;

III - a movimentação das contas bancárias e das aplicações, em conjunto com o contador;

IV - a administração geral dos recursos humanos;

V - a autorização para a abertura de licitações, sua homologação e contratações;

VI - autorizar a concessão das prestações do regime previdenciário;

VII - proceder aos encaminhamentos decorrentes desta Lei

Complementar;

VIII - prestar as informações solicitadas pelos órgãos competentes;

IX - apreciar a admissibilidade dos recursos para julgamento do Conselho de Administração;

Art. 73. Fica criada, na estrutura do TIMBÓPREV, o quadro de servidores efetivos, nos moldes do Anexo I, os quais terão seus vencimentos custeados pelo Município.

§ 1º - Os cargos de provimento efetivo de que trata o presente artigo, são subordinados ao mesmo regime jurídico e previdenciário estabelecido para os servidores da Administração Direta, e submetidos ao Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Executivo Municipal.

§2º Os requisitos para acesso aos cargos criados por esta lei, bem como o descrito detalhado de suas atribuições/funções, será objeto de regulamentação do poder executivo.

§ 3º - A remuneração dos cargos criados por esta Lei, guardam equivalência às dos cargos de Pessoal Civil da Administração Direta, inclusive com vencimentos, abonos e vantagens nos mesmos índices, proporções e épocas concedidas aos servidores municipais.

§ 4º - Além do pessoal referido neste artigo, o TIMBÓPREV poderá receber servidores que lhe forem colocados à disposição segundo o Regime Jurídico a que estiverem sujeitos no órgão a que pertencerem, para o exercício de funções compatíveis com suas qualificações pessoais, independentemente de correlação com o cargo ocupado no órgão de origem.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 74. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) servidores efetivos e/ou estáveis, com os respectivos suplentes, sendo 1 indicado pelo Poder Executivo, um indicado pelo Poder Legislativo e um indicado pelo Sindicato da categoria e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para um mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 75. O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente e em caráter extraordinário, competindo-lhe escolher o seu Presidente e organizar-se para o exame dos balancetes mensais, contas e despesas extraordinárias do TIMBÓPREV, emitindo parecer e propondo ao Conselho de Administração as medidas que julgar conveniente.

Art. 76. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo exercício de sua função, considerada serviço relevante.

CAPÍTULO VIII

SEÇÃO V DA PERÍCIA MÉDICA

Art. 77. Compete à Perícia Médica, realizar as inspeções médicas para efeito de:

- I - posse em cargo público;
- II - readaptação;
- III - reversão;
- IV - aproveitamento;
- V - aposentadoria;
- VI - licença para tratamento de saúde;
- VII - salário-maternidade;
- VIII - expedição de laudo de licença para tratamento de saúde do segurado por prazo superior a 5 (cinco) dias.

§ 1º As despesas das inspeções médicas de que tratam os incisos anteriores serão custeadas pelo Município, inclusive quando decorrentes de exames laboratoriais e clínicos.

§ 2º A perícia médica do servidor será realizada por um médico perito, que emitirá laudo pericial para os efeitos deste artigo.

§ 3º Em caso de necessidade, o Presidente do TIMBÓPREV poderá contratar profissional especializado, especialmente nomeado para realização de perícia médica no servidor.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES DIVERSAS

SEÇÃO I DA DATA DO INÍCIO DOS BENEFÍCIOS DE PAGAMENTOS CONTINUADO

Art. 78. A licença para tratamento de saúde por motivo de doença comum ou acidentária tem início na data do exame médico pericial a cargo da Perícia Médica do Município.

Art. 79. A data do início da aposentadoria por invalidez, observado o prazo fixado do artigo 15, tem início no dia seguinte ao da cessação da licença para tratamento de saúde.

Art. 80. A data do início da aposentadoria por invalidez, voluntária, por idade, por tempo de contribuição integral ou proporcional e a do professor tem início na data da assinatura da Portaria de concessão do benefício, surtindo seus efeitos legais a partir da sua publicação.

Art. 81. A licença para a adoção tem início assim que a segurada tiver a guarda física do adotado.

SEÇÃO II DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 82. Ao TIMBÓPREV ficam assegurados os direitos, vantagens, isenções e privilégios de que goza a Fazenda Municipal.

Art. 83. O direito às prestações previdenciárias criadas por esta Lei Complementar não caducam, salvo as parcelas não requeridas, passados mais de cinco anos, contadas da data em que se tornaram devidas.

Capítulo II DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 84. Entende-se como tempo de contribuição, para efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço prestado pelo segurado na forma da legislação vigente.

Art. 85. Observado o disposto no artigo anterior e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas desta Lei Complementar, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o artigo 20, § 1º desta Lei Complementar, àquele que tendo ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, quando o servidor, cumulativamente:

- I - tiver 53 anos de idade, se homem, e 48 anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos no artigo 17, inciso III e § 1º, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para a aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para a aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O professor municipal, incluído o das autarquias e fundações, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de 17%, se homem, e de 20%, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo.

Art. 86. Os servidores inativos e pensionistas, anualmente, no mês de seu aniversário, deverão se apresentar ao TIMBÓPREV para fins de atualização cadastral.

Art. 87. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo artigo 18 e pelo artigo 85 desta Lei, bem como em conformidade com o artigo 40 da Constituição Federal e pelas regras estabelecidas pelo art. 2º da EC 41/03, o servidor dos Poderes Legislativo e Executivo, e de suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da EC 41/03 poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 88. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pelo TIMBÓPREV, em fruição na data de publicação da EC 41/03, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º da mesma emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 89. A vedação prevista no artigo 21 desta Lei Complementar, não se aplica aos inativos, que, até a publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público municipal por concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo presente regime, aplicando-se-lhes o limite de que trata o artigo 44 desta Lei.

Art. 90. As aposentadorias concedidas com base na contagem recíproca por tempo de serviço deverão evidenciar o tempo de serviço prestado à atividade privada para que se efetive a compensação financeira prevista no artigo 202, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 91. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Art. 92. As contribuições descontadas dos servidores e incorporadas ao TIMBÓPREV não serão devolvidas, salvo se forem feitas a maior.

Art. 93. Todos os recursos financeiros disponíveis do ativo e passivo vinculados ao FUNPREV, deverão ser transferidos, em até 10 (dez) dias a contar da aprovação desta Lei, à conta de titularidade da autarquia criada por esta Lei Complementar.

Art. 94. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2012, revogada a Lei Complementar nº 136 de 02 de Julho de 1998.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

ANEXO I

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO TIMBÓPREV

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA INICIAL	QUANT. DE CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL	JORNADA SEMANAL
AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	30	03	GA	35
CONTADOR	73	01	GP	35

TOTAL DE CARGOS DO QUADRO GERAL - 4(quatro).

Lei Complementar Nº 412, de 26 de Dezembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 412, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011
Reestrutura o Regime Municipal de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Timbó e o Fundo de Assistência à Saúde.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FINALIDADE**CAPÍTULO I**
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica Reestruturado o Regime Municipal de Saúde dos Servidores Públicos de Timbó destinado a assegurar, mediante contribuição, o direito suplementarmente, a assistência à saúde nos termos desta lei.

Art. 2º O Regime Municipal de Saúde dos Servidores Públicos compreende o Fundo de Assistência à Saúde, constituído para ser independente e auto suficiente, administrativa e financeiramente.

Parágrafo único. Fica reestruturado o Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos destinado a assegurar os meios financeiros indispensáveis à complementação do direito à saúde dos segurados obrigatórios do Regime Municipal.

Art. 3º O fundo será administrado por Conselho Gestor, constituído por 5 (cinco) servidores segurados indicados, representando o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Sindicato Representativo da Categoria, e fiscalizado por um Conselho Fiscal.

§ 1º As indicações para composição do Conselho Gestor e do Conselho Fiscal será feita pelas Entidades representadas, na proporção que lhes pouver, contendo o nome dos titulares e dos suplentes, podendo ser substituídas a qualquer tempo.

§ 2º A Secretaria Municipal da Fazenda e Administração prestará assessoria técnica ao Conselho Gestor do Fundo, de forma a possibilitar a correta aplicação financeira dos recursos, a prestação de contas e a administração dos benefícios.

Art. 4º A assistência à saúde, mediante contribuição, terá por fim garantir o acesso às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde dos segurados.

Parágrafo Único. O Conselho Gestor deverá regulamentar, implementar e fiscalizar a execução das diretrizes básicas de atendimento suplementar à saúde dos segurados, bem como promover estudos e estabelecer regras visando o atendimento suplementar facultativo aos dependentes do segurado, mediante contribuição complementar.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Art. 5º O orçamento do fundo constituído integrará o Orçamento Geral do Município em obediência aos princípios da unidade e universalidade, observando-se na sua elaboração e execução os padrões e normas aplicáveis ao Município.

Art. 6º O Município designará profissional habilitado, preferencialmente integrante do quadro de servidores municipais, para elaborar a escrituração contábil da conta do Fundo, sem ônus para este.

Parágrafo Único. Os balancetes do Fundo serão assinados pelo

Contador e pelo respectivo Presidente do Conselho Gestor.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO GESTOR

Art. 7º O Conselho Gestor do Fundo será composto de cinco membros e respectivos suplentes, indicados pelas autoridades competentes, na segunda proporção: 3(três) para representar o Poder Executivo, 1(um) para o Poder Legislativo e 1(um) para o Sindicato Representativo da Categoria.

§ 1º A instituição que indica o membro para o Conselho Gestor, poderá, a qualquer tempo, substituí-lo por outro segurado, encaminhando expediente ao Gabinete do Prefeito, que adotará as providências cabíveis para efetivação do ato.

§ 2º Somente poderão fazer parte do Conselho Gestor os servidores segurados.

§ 3º O exercício da função de Conselheiro é gratuita e se constitui em serviço público relevante.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.

Art. 8º O Conselho reunir-se-á em caráter ordinário ou extraordinário conforme definido em regulamento, com a maioria de seus membros, deliberando por maioria absoluta de votos.

Parágrafo Único. Das reuniões do Conselho serão lavradas atas registradas em livro próprio.

Art. 9º Na primeira reunião do Conselho, seus membros elegerão entre seus pares, em votação secreta, o Presidente, e este distribuirá, dentre os demais, as atribuições de Tesoureiro e/ou de Secretário.

Art. 10. Compete ao Conselho Gestor:

I - administrar os recursos do fundo, decidindo inclusive sobre aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

II - apresentar sugestões para elaboração do Regimento Interno;

III - auxiliar na execução da proposta orçamentaria do fundo, bem como fiscalizar e executar o respectivo orçamento;

IV - solicitar ao Prefeito a abertura de créditos suplementares e especiais;

V - aprovar o Plano de Contas do Fundo e zelar pela prestação de contas e escrituração contábil obrigatórias;

VI - promover estudos e avaliações técnicas do Fundo;

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO FISCAL

Art. 11. O Conselho Fiscal do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais, é composto de três membros e respectivos suplentes, indicados pelas autoridades competentes, para representar o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Sindicato Representativo da Categoria, observando-se o seguinte:

I - A instituição que indica o membro para o Conselho Fiscal, poderá, a qualquer tempo, substituí-lo por outro, encaminhando expediente ao Gabinete do Prefeito, que adotará as providências cabíveis para efetivação do ato.

II - Somente poderão fazer parte do Conselho Fiscal, como

titulares, servidores públicos com formação técnica-profissional adequada, nos termos do regulamento.

III - O exercício da função de Conselheiro é gratuita e se constitui em serviço público relevante.

IV - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de três anos, permitida uma recondução consecutiva.

§ 1º O Conselho Fiscal reunir-se-á em caráter ordinário ou extraordinário conforme definido em regulamento, com a maioria de seus membros, deliberando por maioria absoluta de votos.

§ 2º Na primeira reunião do Conselho, seus membros elegerão entre seus pares, em votação secreta, o Presidente, e este distribuirá, dentre os demais, a atribuição de Secretário.

§ 3º Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar a administração dos recursos do fundo, fiscalizando inclusive os pagamentos e as aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

II - apresentar sugestões para melhor aproveitamento dos recursos e adaptação das leis, regulamentos, regimentos e demais atos relativos ao Regime Municipal de Saúde dos Servidores Públicos;

III - fiscalizar a elaboração dos balancetes mensais e/ou anuais, e demais registros contábeis obrigatórios;

IV - emitir parecer pela aprovação ou rejeição das contas mensais ou anuais, conforme o caso;

V - fiscalizar a execução da proposta orçamentaria do fundo, bem como do orçamento anual e das prestações de conta;

VI - emitir parecer ou orientação sobre fatos específicos submetidos a sua apreciação pelo Conselho Gestor;

VII - sugerir a promoção de estudos e avaliações técnicas do Fundo;

VIII - representar aos dirigentes das entidades contribuintes, bem como, se julgado necessário, ao Tribunal de Contas do Estado, e ao Ministério Público, sobre irregularidades comprovadas na aplicação dos recursos do fundo.

TÍTULO II

DO PLANO DE CUSTEIO, DOS BENEFICIÁRIOS E DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

CAPÍTULO I DO FINANCIAMENTO

SEÇÃO I INTRODUÇÃO

Art. 12. O Regime Municipal de Saúde será financiado por recursos provenientes de contribuições de todos os servidores segurados e do respectivo órgão patronal, seja do Poder Executivo ou Legislativo.

Parágrafo Único. Constituem contribuições:

- a) as dos órgãos públicos municipais, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados ativos;
- b) as do segurado, incidentes sobre seu salário-de-contribuição.

SEÇÃO II DA CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO

Art. 13. A contribuição do segurado é calculada mediante a aplicação do percentual de 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento), sobre o valor do Plano Básico de Saúde contratado para este, sem prejuízo de eventual cobrança de fator moderador de uso instituído pelo respectivo Conselho Gestor, revertendo-se tal contribuição ao Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos.

SEÇÃO III DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Art. 14. A contribuição a cargo do respectivo órgão patronal, destinada ao Regime Municipal de Saúde, é de 66,66% (sessenta e seis vírgula sessenta e seis por cento), sobre o valor do Plano Básico de Saúde contratado para os segurados, revertendo-se tal contribuição ao Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos.

SEÇÃO IV DA ARRECADAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 15. A arrecadação e o recolhimento das contribuições e de outras importâncias devidas ao Regime Municipal de Saúde será feito pelo respectivo órgão patronal, que fica obrigado a:

I - arrecadar a contribuição dos segurados de seu quadro de servidores, descontando-a da respectiva remuneração;

II - recolher o produto arrecadado na forma do inciso anterior até o quinto dia útil do mês seguinte àquele a que se referirem, e transferir à conta do Fundo de Assistência à Saúde das importâncias correspondente ao cálculo de contribuição mensal, na base de:

a) 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento), sobre o valor do Plano Básico de Saúde contratado para o segurado, sem prejuízo de eventual cobrança de fator moderador de uso instituído pelo respectivo Conselho Gestor; e

b) 66,66% (sessenta e seis vírgula sessenta e seis por cento), sobre o valor do Plano Básico de Saúde contratado para o órgão patronal.

Art. 16. Para o pagamento de valores das contribuições e demais importâncias devidas ao Regime Municipal de Saúde, arrecadadas pelo respectivo órgão patronal e não recolhidas até a data de seu vencimento, incidirão atualização monetária pelo INPC e juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, além de 10% de multa.

Parágrafo Único. O não recolhimento ao fundo da contribuição arrecadada ou devida, salvo motivo justificado, constitui apropriação indébita, improbidade administrativa e crime de responsabilidade, nos termos da legislação específica, sujeitando a autoridade responsável pelo órgão infrator às penalidades legais.

SEÇÃO II DA CARÊNCIA

Art. 17. Independe de carência a concessão da assistência à saúde.

SUBSEÇÃO I DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 18. A assistência supletiva à saúde visa proporcionar ao segurado, mediante contribuição, os seguintes serviços de saúde:

- a) Consultas Médicas;
- b) Internações hospitalares;
- c) Cirurgias necessárias;
- d) Exames laboratoriais básicos;

e) Outros exames e especialidades básicas constantes da tabela da Associação Médica Brasileira - AMB.

§ 1º Os serviços a que se refere este artigo, serão implantados gradativamente pelo Fundo Municipal de Assistência à Saúde, por ato interno, à medida das suas possibilidades e disponibilidades financeiras, observado o que dispõe o regulamento de benefícios.

§ 2º A prestação dos serviços relativos à saúde, poderão ser efetuados:

I - Diretamente pelo Município, através de seus próprios meios e pessoal;

II - Por hospitais ou entidades particulares, sob convênios e planos firmados, conforme fixado em regulamento;

III - Por profissionais credenciados pelo Fundo Municipal de Assistência à Saúde, conforme estabelecido em regulamento.

§ 3º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Assistência à Saúde, à medida das suas possibilidades e disponibilidades financeiras, deverá implantar gradativamente a assistência à saúde facultativa, para os beneficiários dependentes, mediante contribuição suplementar do segurado, observado disposto no artigo 19.

§ 4º Mediante comprovação da vinculação do segurado a outro Plano de Saúde, de igual ou melhor cobertura do que aquela disponibilizada para este, o Conselho Gestor poderá autorizar o desligamento da condição de segurado obrigatório do Fundo Municipal de Assistência à Saúde, hipótese em que o servidor deverá firmar compromisso de manutenção desta condição de assistência supletiva à saúde, isentando a municipalidade de qualquer responsabilidade ou custo posterior ao seu desligamento.

SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES

Art. 19. Nenhum benefício ou serviço do Regime Municipal poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 20. Será fornecido ao beneficiário demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando-se o valor da mensalidade, as diferenças eventualmente pagas, com o período a que se referem, e os descontos efetuados.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Qualquer servidor integrante do Fundo de Saúde é parte legítima para representar aos dirigentes das entidades contribuintes, bem como ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, sobre irregularidades comprovadas na aplicação dos recursos do fundo.

Parágrafo único. Constitui ato de improbidade administrativa a aplicação irregular dos recursos do fundo, por dolo, fraude ou má-fé comprovadas em processo administrativo ou judicial.

Art. 22. Os valores incorporados ao Fundo de Assistência à Saúde, criado por esta lei, não poderão ser objeto de arresto ou penhora.

Parágrafo único. O fundo só poderá ser extinto por lei específica, respeitando-se a destinação exclusiva dos valores existentes para custeio da assistência à saúde dos servidores.

Art. 23. A presente lei será regulamentada, no que couber, pelo Conselho Gestor.

Parágrafo único. O regulamento elaborado pelo Conselho será submetido ao Prefeito Municipal, que terá trinta (30) dias para homologá-lo no todo ou em parte, através de decreto.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2012, revogada a Lei Complementar nº 153, de 18 de junho de 1999.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Lei Complementar Nº 413, de 26 de Dezembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 413, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a revisão geral anual, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A remuneração dos agentes públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município serão revistos, no mês de janeiro de cada ano, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices.

§ 1º A revisão geral anual de que trata o "caput" deste artigo, será concedida com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE acumulado no período posterior ao utilizado na última revisão, até o mês de dezembro, inclusive, estabelecido por ato regulamentador após sua divulgação oficial, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do ano de referência.

§ 2º A revisão será aplicada a todos os vencimentos, salários, proventos, pensões e/ou subsídios:

I - de cargos de provimento efetivo ou comissionados;

II - de admitidos em caráter temporário (ACT);

III - de Conselheiros Tutelares;

IV - dos empregos públicos da administração direta e indireta;

V - dos aposentados e pensionistas da municipalidade;

VI - dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador Presidente e Vereadores).

§ 3º A revisão geral de que trata o caput e § 1º deste artigo incide, inclusive, sobre o valor da bolsa de estudo de que trata a Lei nº 2.521, de 12/07/2011.

Art. 2º Os salários ou subsídios dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou comissionado, dos admitidos em caráter temporário, dos empregados públicos e dos Conselheiros Tutelares, do Poder Executivo do Município, administração direta e indireta, bem como o valor da bolsa de estudo de que trata a Lei nº 2.521, de 12/07/2011, serão reajustados no mês de janeiro de 2012, pela diferença entre o percentual de revisão disciplinada no artigo 1º desta Lei, correspondente ao IPCA(IGBE) acumulado de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011 e o teto de 8% (oito por cento), com efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2012.

Parágrafo Único. O reajuste de que trata este artigo não se aplicará ao subsídio dos agentes políticos municipais, sem prejuízo de sua aplicação ao subsídio ou salário dos servidores do Poder Legislativo mediante a edição de ato próprio.

Art. 3º As remunerações dos agentes públicos de que trata o "caput" do artigo 1º e seus §§ 2º e 3º, após a revisão e, nos casos

em que este couber, após o reajuste de que trata o art. 2º, serão objeto de tabelas publicadas por ato dos respectivos Poderes.

Art. 4º Para as remunerações majoradas devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 5º A despesa decorrente da aplicação desta Lei Complementar correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art.6º Fica revogado o artigo 1º da Lei Complementar nº 267, de 27 de maio de 2004, com redação dada pela Lei Complementar nº 383, de 28 de abril de 2010.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Lei Nº 2557, de 26 de Dezembro de 2011

LEI Nº 2557, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção das atividades de entidades deste município.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó fica autorizado a conceder auxílio financeiro no montante total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na proporção de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o exercício 2012, a cada uma das seguintes entidades:

I - Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Duque de Caxias, CNPJ nº 82.775.115/0001-12, com sede na Rua Geral de Mulde Central s/nº, Bairro Mulde Central, Timbó-SC;

II - Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, CNPJ nº 09.614.570/0001-46, com sede na Rua Pomeranos s/nº, Bairro Pomeranos, Timbó - SC;

III - Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Cedro, CNPJ nº 83.793.497/0001-70, com sede na Rodovia Municipal TBO-010 - Cedro Margem Esquerda, nº 7155, Bairro das Nações, Timbó - SC;

IV - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, CNPJ nº 83.792.960/0001-69, com sede na Rodovia Municipal TBO-010 - Cedro Margem Esquerda, nº 4406, Bairro das Nações, Timbó - SC;

V - Clube Ginástico Guairacás, CNPJ nº 82.775.099/0001-68, com sede na Rua Germano Brandes Senior, nº 950, Bairro Centro, Timbó-SC;

VI - Sociedade de Bocha e Bolão Recreativa, Desportiva e Cultural 9 de Maio, CNPJ nº 83.146.019/0001-78, com sede na Rua Edmundo Bell, nº 177, Bairro Dona Clara, Timbó-SC;

VII - Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz, CNPJ nº 82.776.246/0001-14, com sede na Estrada Geral Mulde Alta, s/nº, Bairro Mulde Alta, Timbó-SC;

VIII - Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Alegria, CNPJ nº

86.379.112/0001-10, com sede na Rua Edmundo Bell, s/nº, Bairro Dona Clara, Timbó-SC;

IX - Esporte Clube Água Verde, CNPJ nº 72.557.903/0001-89, com sede na Rua Alwin Schumann, nº 330, Bairro Pomeranos, Timbó-SC;

X - Clube Caça e Tiro Frederico Donner, CNPJ nº 86.379.104/0001-74, com sede na Rua Aristiliano Ramos, nº 1.439, Bairro das Capitis, Timbó-SC.

Parágrafo único. Os valores serão repassados em até 120 dias a contar da entrada em vigência da presente lei, e deverá ser destinados exclusivamente na manutenção das atividades das entidades.

Art. 2º Os presidentes das entidades referendadas no art. 1º desta lei, ficam responsáveis pelos recursos repassados, devendo aplicá-los de conformidade com o estabelecido nesta lei, prestando contas no prazo de 60(sessenta) dias a contar do repasse dos valores, nos termos do Decreto nº 2.292 de 28 de fevereiro de 2011.

Art. 3º A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2012 da Fundação Cultural de Timbó, com a seguinte classificação:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS
300000.00 - DESPESAS CORRENTES
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Lei Nº 2558, de 26 de Dezembro de 2011

LEI Nº 2558, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas à entidades deste município.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes fica autorizado no ano de 2012, a conceder auxílio financeiro às entidades abaixo descritas, nos seguintes valores e parcelas:

I - À Associação Desportiva Olímpica do Vale, inscrita no CNPJ nº 11.344.597/0001-08, para auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das escolinhas e das Equipes de Rendimento na modalidade esportiva de atletismo, o valor mensal de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais);

II - À Associação dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, inscrito no CNPJ nº 83.794.545/0001-44, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Basquete Masculino e Feminino, Futebol de Campo, Futsal Masculino e Feminino e Vôlei Feminino, o valor mensal de R\$ 15.000,00 (quinze

mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

III - À Associação de Moradores do Bairro das Nações, inscrita no CNPJ nº 79.358.503/0001-93, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bocha, o valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

IV - Ao Clube Ginástico Guairacás, inscrito no CNPJ nº 82.775.099/0001-68, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes das modalidades esportivas: Bolão 16 cm Masculino/Feminino; Futevôlei; Judô; Punhobol Masculino e Feminino; Vôlei de Areia Masculino e Feminino e Xadrez Masculino e Feminino, o valor mensal de R\$ 15.000 (quinze mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

V - À Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, inscrita no CNPJ nº 83.792.960/0001-69, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bolão 23cm, o valor mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

VI - À Associação dos Pais e Amigos da Ginástica Rítmica Desportiva de Timbó, inscrito no CNPJ nº 00.221.730/0001-12, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Ginástica Rítmica Desportiva, o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

VII - À Associação Desportiva Cultural Vale do Handebol, inscrita no CNPJ nº 09.114.744/0001-01, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Handebol, o equivalente a parcela mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

VIII - À Associação Timboense de Tênis de Mesa, inscrita no CNPJ nº 11.307.516/0001-08, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Tênis de Mesa, o valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

IX - Ao Clube Caça e Tiro Frederico Donner, inscrito no CNPJ nº 86.379.104/0001-74, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Tiro Esportivo Armas Curtas, Longas, Seta e Escolinha de Tiro, incluindo a compra da munição, que é utilizada nos treinos e competições, o valor mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

X - À Associação Cultural e Esportiva Rhinos, inscrita no CNPJ nº 08.295.923/0001-20, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da Equipe de Futebol Americano de Timbó, denominada "Rhinos", o valor mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 15.000,00

(quinze mil reais);

XI - Associação e Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade, inscrita no CNPJ nº 86.793.679/0001-40, para auxiliar no pagamento de parte das despesas do custeio da equipe Masculina e Feminina da modalidade de Vôlei, o valor mensal de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

XII - Associação de Árbitros do Médio Vale do Itajaí, inscrita no CNPJ nº 13.223.568/0001.13, para auxiliar no custo das atividades de capacitação, treinamento, orientação e formação de profissionais árbitros e mesários, bem como a execução das atividades de arbitragem para os campeonatos e demais eventos esportivos promovidos pela FME, o valor mensal de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), em 10 parcelas a contar do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

§ 1º Em contrapartida ao auxílio de que trata o caput deste artigo, deverá a entidade representar o Município e a FME nos campeonatos e provas Regionais, Estaduais e Nacionais nas modalidades estabelecidas, bem como instituir escolinhas de iniciação esportiva nas modalidades mencionadas, disponibilizando-as de forma gratuita aos munícipes de Timbó.

§ 2º Na hipótese do inciso XII, a contrapartida da Associação de Árbitros do Médio Vale do Itajaí, se dará através da capacitação, treinamento, orientação e formação de profissionais árbitros e mesários, bem como a execução das atividades de arbitragem para os campeonatos e demais eventos esportivos promovidos pela FME no ano de 2012.

§ 3º O repasse de que trata a presente lei não impede a Fundação Municipal de Esportes a investir diretamente através de recursos próprios nas modalidades esportivas mencionadas na presente norma.

Art. 2º As entidades beneficiadas pelo auxílio financeiro, autorizado por esta Lei, deverão prestar contas do valor repassado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao do repasse, junto ao Setor de Contabilidade do Município de Timbó.

Art. 3º A despesa com a execução da presente lei correrá à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2012 da Fundação Municipal de Esportes, com a seguinte classificação:

19.02.027.812.0091.2242 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.02.027.812.0091.2242 - TRANSFERENCIA A ENTIDADES ES-
PORTIVAS
19.02.027.812.0091.2242 - REPASSES DA FME PARA ENTIDADES,
CLUBES E ASSOCIAÇÕES
300000.00 - DESPESAS CORRENTES
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a contar do mês de março de 2012.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de dezembro; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2595, de 15 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2595, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 66.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, à conta de anulação no valor total de R\$ 66.500,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 9.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 9.000,00

TOTAL 9.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 9.000,00

TOTAL 9.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 48.100,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046. UNIDADES PRE-ESCOLARES

04.02.012.365.0020.2046. MANUTENÇÃO DAS UPES

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 23.100,00

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 25.000,00

TOTAL 48.100,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046. UNIDADES PRE-ESCOLARES

04.02.012.365.0020.2046. MANUTENÇÃO DAS UPES

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

11800 TRANSFERENCIA FUNDEB 23.100,00

0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 25.000,00

TOTAL 48.100,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 9.400,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.01.022.661.0030.2062. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

06.01.022.661.0030.2062. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 9.400,00

TOTAL 9.400,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.01.022.661.0030.2062. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

06.01.022.661.0030.2062. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 9.400,00

TOTAL 9.400,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2597, de 15 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2597, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2o deste decreto, conforme segue:

15.03.010.303.0076.2170. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.03.010.303.0076.2170. SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO

15.03.010.303.0076.2170. MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

337100.00 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS

0.16700 ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA 30.000,00

TOTAL 30.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2598, de 15 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2598, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 48.811,82.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

15.03.010.303.0076.2170. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.03.010.303.0076.2170. SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	
15.03.010.303.0076.2170. MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS
0.10200 REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP. SAUDE	30.354,61
0.16700 ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	18.457,21
TOTAL	48.811,82

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 48.811,82 (quarenta e oito mil, oitocentos e onze reais e oitenta e dois centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.03.010.303.0076.2170. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.03.010.303.0076.2170. SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	
15.03.010.303.0076.2170. MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
337100.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
0.10200 REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP. SAUDE	30.354,61
0.16700 ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	18.457,21
TOTAL	48.811,82

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2600, de 16 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2600, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 602.906,42.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 602.906,42 (seiscentos e dois mil, novecentos e seis reais e quarenta e dois centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS
11900	OUTRAS TRANSFERENCIA FUNDEB 51.628,86
11800	TRANSFERENCIA FUNDEB 183.484,27
TOTAL	235.113,13
04.02.012.365.0020.2046. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046. UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046. MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS
11900	OUTRAS TRANSFERENCIA FUNDEB 18.753,47
11800	TRANSFERENCIA FUNDEB -
TOTAL	18.753,47
04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS
11900	OUTRAS TRANSFERENCIA FUNDEB 156.281,89
11800	TRANSFERENCIA FUNDEB 178.793,89
TOTAL	335.075,78
04.03.012.361.0022.2054. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2054. ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2054. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS
11900	OUTRAS TRANSFERENCIA FUNDEB 13.964,04
TOTAL	13.964,04
TOTAL GERAL	602.906,42

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2602, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2602, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 59.000,00.

O Prefeito de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 49.497,68
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 9.502,32
 TOTAL 59.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 337100.00 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 59.000,00
 TOTAL 59.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
 DARCIZIO BONA
 Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2603, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2603, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 29.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010 e Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

21.01.023.695.0036.1211. FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
 21.01.023.695.0036.1211. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS
 21.01.023.695.0036.1211. CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ÁREAS DE TURISMO
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00
 TOTAL 10.000,00
 21.01.023.695.0036.2244. FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
 21.01.023.695.0036.2244. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS
 21.01.023.695.0036.2244. FORTALECER PARCERIA COM O INSTITUTO AMBIENTAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 19.000,00
 TOTAL 19.000,00
 TOTAL ANULAÇÃO DO FUMTUR 29.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), autorizado pela Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

21.01.023.695.0036.2200. FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR
 21.01.023.695.0036.2200. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS
 21.01.023.695.0036.2200. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 29.000,00
 TOTAL 29.000,00
 TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FUMTUR 29.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
 DARCIZIO BONA
 Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2605, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2605, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 45.000,00

O Prefeito de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010 e Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do

Orçamento-Programa 2011:

15.01.010.301.0070.2152. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.01.010.301.0070.2152. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
 15.01.010.301.0070.2152. MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITARIOS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE
 TOTAL 30.000,00
 15.04.010.305.0074.2168. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.04.010.305.0074.2168. VIGILANCIA EM SAUDE
 15.04.010.305.0074.2168. MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10200 REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE 4.000,00
 319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 11.000,00
 TOTAL 15.000,00
 TOTAL ANULAÇÃO DO FMS 45.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), autorizado pela Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
 15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 41.000,00
 319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
 0.10200 REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE 4.000,00
 TOTAL
 TOTAL SUPLEMENTAÇÃO DO FMS 45.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
 DARCIZIO BONA
 Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2606, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2606, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 22.000,00.

O Prefeito de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010 e Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

16.11.008.244.0087.2274. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 16.11.008.244.0087.2274. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA
 16.11.008.244.0087.2274. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.15200 OUTRAS TRANSF. REC. FUNDO ASSIST SOCIAL
 12.000,00
 TOTAL 12.000,00
 16.11.008.244.0087.2278. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 16.11.008.244.0087.2278. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA
 16.11.008.244.0087.2278. MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00
 TOTAL 10.000,00
 TOTAL ANULAÇÃO DO FMAS 22.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), autorizado pela Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUIPAMENTOS
 16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00
 0.15200 OUTRAS TRANSF. REC. FUNDO ASSIST SOCIAL
 12.000,00
 TOTAL 22.000,00
 TOTAL SUPLEMENTAÇÃO DO FMAS 22.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
 DARCIZIO BONA
 Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2607, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2607, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 70.000,00.

O Prefeito de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010 e Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

08.02.026.451.0052.1067. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02.026.451.0052.1067. OBRAS MUNICIPAIS

08.02.026.451.0052.1067. PONTES E OBRAS DE ARTE

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 70.000,00

TOTAL 70.000,00

RESUMO

0.10000 VINCULO LIVRE 70.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2254. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

22.01.013.392.0094.2254. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

22.01.013.392.0094.2254. MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 70.000,00

TOTAL 70.000,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÃO DO FCT 70.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2608, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2608, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 383.500,00.

O Prefeito de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010 e Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

02.01.004.122.0011.2006. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.01.004.122.0011.2006. ASSESSORIA DO GABINETE

02.01.004.122.0011.2006. MANUTENÇÃO DO ADMINISTRANDO NOS BAIRROS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00

TOTAL 3.000,00

03.03.004.128.0017.2032. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.03.004.128.0017.2032. RECURSOS HUMANOS, QUALIFICAÇÃO PROF.

03.03.004.128.0017.2032. QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

03.04.004.122.0018.1013. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.04.004.122.0018.1013. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

03.04.004.122.0018.1013. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

03.05.028.845.0007.0004. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.05.028.845.0007.0004. ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO

03.05.028.845.0007.0004. CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP PMT

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 30.000,00

TOTAL 30.000,00

04.02.012.306.0020.2048. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.02.012.306.0020.2048. UNIDADES PRE-ESCOLARES

04.02.012.306.0020.2048. MERENDA ESCOLAR DAS UPES

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 62.000,00

TOTAL 62.000,00

04.03.012.365.0022.2052. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.03.012.365.0022.2052. ENSINO FUNDAMENTAL

04.03.012.365.0022.2052. MAN. DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 71.000,00

TOTAL 71.000,00

06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO

06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 13.500,00

339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00

TOTAL 18.500,00

07.02.018.542.0044.2084. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE

07.02.018.542.0044.2084. MEIO E AMBIENTE

07.02.018.542.0044.2084. MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 13.000,00

TOTAL 13.000,00
 08.02.026.451.0052.1067. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.02.026.451.0052.1067. OBRAS MUNICIPAIS
 08.02.026.451.0052.1067. PONTES E OBRAS DE ARTE
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 113.000,00
 TOTAL 113.000,00
 09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
 09.01.004.062.0060.2104. MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00
 TOTAL 3.000,00
 09.01.004.092.0060.2100. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 09.01.004.092.0060.2100. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
 09.01.004.092.0060.2100. MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 50.000,00
 TOTAL 50.000,00
 RESUMO
 0.10000 VINCULO LIVRE 383.500,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 383.500,00 (trezentos e oitenta e três mil e quinhentos reais), autorizado pela Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
 15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 106.500,00
 319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 6.000,00
 TOTAL 112.500,00
 15.01.010.301.0070.2154. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.01.010.301.0070.2154. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
 15.01.010.301.0070.2154. MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 61.000,00
 TOTAL 61.000,00
 15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 210.000,00
 TOTAL 210.000,00
 TOTAL SUPLEMENTAÇÃO DO FMS 383.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2609, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2609, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 41.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010 e Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

08.02.026.451.0052.1067. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.02.026.451.0052.1067. OBRAS MUNICIPAIS
 08.02.026.451.0052.1067. PONTES E OBRAS DE ARTE
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 41.000,00
 TOTAL 41.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), autorizado pela Lei nº 2544, de 21 de dezembro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUIPAMENTOS
 16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 26.000,00
 319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 15.000,00
 TOTAL 41.000,00
 TOTAL SUPLEMENTAÇÃO DO FMAS 41.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2011; 142º ano de

Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2610, de 21 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2610, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 12.000,00.

O Prefeito de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUI SOCIAIS

16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DP DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGA-OS

0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 12.000,00

TOTAL 12.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUI SOCIAIS

16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DP DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 12.000,00

TOTAL 12.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2.618, de 21 de Dezembro 2011

DECRETO Nº 2.618, DE 21 DE DEZEMBRO 2011

Revoga o item 4, do artigo 2º do Decreto 2.461, de 16 de setembro de 2011, cancelando as eleições do cargo de provimento em comissão de Diretor da Unidade Escolar da Rede Municipal da Escola Municipal Professor Nestor Margarida.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso II e X, c/c art. 70, inciso I,

alíneas "a", "b" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com o art. 20 da Lei Complementar nº 196 de 29 de Dezembro de 2000, e

Considerando que compete privativamente ao Prefeito a nomeação e exoneração dos cargos públicos, especialmente os de provimento em comissão;

Considerando a decisão liminar proferida junto aos autos do processo do Mandado de Segurança n. 073.11.004827-2, que determinou a suspensão da realização das eleições para o cargo de Diretor e Auxiliar de Direção da Escola Municipal Professor Nestor Margarida, para o dia 24 de novembro de 2011;

Considerando que as eleições restam prejudicadas em virtude do encerramento do ano letivo, ocorrido em 16 de dezembro do corrente ano, conforme manifestação da Comissão Eleitoral Central designada pela Portaria nº 2.374 de 26 de Setembro de 2011;

Considerando que as eleições deveriam ocorrer até o final do ano letivo de 2011, a fim de possibilitar que os ocupantes dos referidos cargos tomassem posse no início de 2012, visando à preparação, em tempo hábil, do corpo administrativo e a definição do calendário escolar;

Considerando a impossibilidade de aproveitamento do trâmite previsto pelo Decreto n. 2.461, de 16 de setembro de 2011, em eleições que, supostamente, poderiam ocorrer durante o ano letivo de 2012;

Considerando que o ano letivo de 2012 coincidirá com ano eleitoral e último ano de mandato municipal, e visando impedir relação ou conotação política na escolha dos ocupantes aos cargos de Diretor e Auxiliar de Direção da Escola Municipal Professor Nestor Margarida;

DECRETA:

Art.1º. Fica revogada a eleição para escolha da nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão de Diretor e para o exercício das funções na qualidade de Auxiliar de Direção da Unidade Escolar da Rede Municipal denominada Escola Municipal Professor Nestor Margarida.

Art. 2º. Revoga-se o item 4, do artigo 2º do Decreto 2.461, de 16 de setembro de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro 2011; 142º de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó em exercício

Portaria No 2502, de 09 de Dezembro de 2011

PORTARIA No 2502, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional

interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 2386, de 21/06/2011 e Decreto 2530, de 11/11/2011 ,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

MÉDICO (GP-75)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Eddy Alvarez Antezana (Subst.João Alberto Mergen, que se encontra em afast.do exercício do cargo)	23/06/61	662.968.620-91	20h	05/12/2011 a 21/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2505, de 15 de Dezembro de 2011

PORTARIA No 2505, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Rogério Roedel, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a contar de 14 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal ROGÉRIO ROEDEL, contratado temporariamente para o cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1951, de 07 de março de 2011, alterada pelas Portarias nº 2061, de 02/05/2011, nº 2278, de 04/08/2011 e nº 2499, de 09/12/2011, a contar de 14 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2510, de 16 de Dezembro de 2011

PORTARIA No 2510, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 2386, de 21/06/2011 e Decreto 2530, de 11/11/2011 ,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

ENFERMEIRO (GP-65)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Darlane Kelly Franco de Lima (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	27/07/85	327.811.928-21	30h	16/12/2011 a 13/01/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2506, de 15 de Dezembro de 2011

PORTARIA No 2506, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Eliane Slomp, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 21 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ELIANE SLOMP, contratada temporariamente para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2361, de 14 de setembro de 2011, alterada pelas Portarias nº 2381, de 30/09/2011 e nº 2478, de 30/11/2011, a contar de 21 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2509, de 15 de Dezembro de 2011

PORTARIA No 2509, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera e designa Servidores para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar de 1º de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 2004, de 1º de abril de 2011, a contar de 1º de dezembro do corrente, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	PORT.QUE DESIGNOU
Fernanda B. Lofredo	FG-2	40	Coordenação das atividades de cadastramento da Dívida Ativa	2004/2011

Art.2º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, e artigo 3º da Lei Complementar nº 291, de 03/10/2005, os servidores abaixo relacionados, a contar de 1º de dezembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Valmor Pasold Junior	FG-4	20	Assessoria e coordenação das atividades relacionadas às contratações e exonerações no Departamento de Recursos Humanos

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Carmelinde Brandt	FG-4	20	Assessoria e coordenação da Central de Contratos Administrativos da Administração Direta e Indireta junto a Procuradoria Geral.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2513, de 20 de Dezembro de 2011

PORTARIA No 2513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza Servidor lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público, contratado temporariamente, abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito)

NOME	CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO	Nº CNH / CATEGORIA
Jair Hoengen	Pedreiro	01560509297 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 2514, de 20 de Dezembro de 2011

PORTARIA No 2514, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Prorroga por 30 (trinta) dias os prazos estabelecidos nos artigos 2º e 3º da Portaria nº 2476, de 29 de novembro do corrente, alterada pela Portaria nº 2483, de 1º de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, e §1º do art.139 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pela Presidente da Comissão de Sindicância nº 17/2011,

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias os prazos estabelecidos nos artigos 2º e 3º da Portaria nº 2476, de 29 de novembro do corrente, alterada pela Portaria nº 2483, de 1º de dezembro do corrente, ou seja, para apresentação da conclusão da Sindicância Administrativa nº 17/2011 e afastamento preventivo do exercício do cargo as servidoras Carlota Scoz e Sandra de Sá Teixeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de dezembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria Nº 2503, de 13 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 2503, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Gustavo Cabral Luetke, ocupante de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 21 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 21 de dezembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Gustavo Cabral Luetke	Assessor da Divisão de Imprensa e Comunicação / CC-4	Nº 443, de 04/05/2009

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2507, de 15 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 2507, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Exonera Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso I, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº

139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
Giseli Slomp	Assessor de Serviços - Nivel I / CC-5	1409/2010

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
José Roberto Carvalho de Jesus	Assessor da Divisão de Serviços Urbanos / CC-4	1547/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2508, de 15 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 2508, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Nomeia Servidores Públicos Municipais para exercerem cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 16 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com os artigos 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a contar de 16 de dezembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF.SALARIAL
Giseli Slomp	Assessor de Previdência / CC-3	61
José Roberto Carvalho de Jesus	Assessor de Custos e Patrimônio / CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2501, de 09 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 2501, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011 e Decreto nº 2530, de 11/11/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ivonete dos Santos Portela	2407/2011	13/01/2012
Marilene Lunardi Conti	2397/2011	13/01/2012
Sarita Lucia Machado Zumach	2437/2011	13/01/2012
Silvana Longo Roepke	2426/2011	13/01/2012
Simara Rosely Dumke	2451/2011	21/12/2011
Sonja Stupp Gonçalves	2432/2011	13/01/2012

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2504, de 13 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 2504, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Designa o Servidor Ivanir Rodrigues Sozin, para ocupar, em substituição o Servidor Atomir Sebastião Rufino, por motivo de férias, o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, no período de 22/12/2011 a 10/01/2012.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor IVANIR RODRIGUES SOZIN, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor da Divisão de Obras, Símbolo CC-3, para ocupar, em substituição ATOMIR SEBASTIÃO RUFINO, por motivo de férias, o cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Símbolo CC-2, no período de 22/12/2011 a 10/01/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2511, de 19 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 2511, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

Designa o Servidor Renato Nies para ocupar, em substituição o Servidor Ivanir Rodrigues Sozin, o cargo em comissão de Supervisor da Divisão de Obras, no período de 22/12/2011 a 10/01/2012.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor RENATO NIES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, para ocupar em substituição IVANIR RODRIGUES SOZIN, o cargo em comissão de Supervisor da Divisão de Obras, Símbolo CC-3, por motivo de afastamento temporário do exercício do cargo, no período de 22/12/2011 a 10/01/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria Nº 2512, de 20 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 2512, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Designa o Servidor Fabiano Martins Adriano para ocupar, em substituição o Servidor Nilton Theilacker, o cargo em comissão de Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no período de 02/01/2012 a 11/01/2012.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor FABIANO MARTINS ADRIANO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Institucional de Trânsito, Símbolo DAS-2, para ocupar em substituição NILTON THEILACKER, o cargo em comissão de Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, Símbolo DAS-1, por motivo de férias, no período de 02/01/2012 a 11/01/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Ext. Primeiro Termo aditivo 2011_127

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/127
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: Ronaldo Gehrke ME
OBJETO: Serviços de Jardinagem
PRAZO: Prorrogado por 12 meses.
DATA: 02/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Ext. Primeiro Termo aditivo 2011_178

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/178
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó
CONTRATADO: Polaris Serviços e Construções Ltda
OBJETO: Execução de mais um canteiros central na rua Arapon-
guinhas com Kurt Benecke
PRAZO: Prorrogado por 60 dias.
Valor acrescido: 22.237,73

DATA: 05/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Ext. Primeiro Termo aditivo 2011_89

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/89
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó
CONTRATADO: ONILDO GIESLER
OBJETO: Locação de Imóvel
PRAZO: Prorrogado por 12 meses.
DATA: 02/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Ext. Quarto Termo aditivo 2008_97

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2008/97
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó
CONTRATADO: Ademir Ladehoff
OBJETO: Locação de Imóvel
PRAZO: Prorrogado por 12 meses.
DATA: 02/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Ext. Segundo Termo aditivo 2010_146

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/146
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó
CONTRATADO: Ingobert Mayer ME
OBJETO: Locação de Centrais Telefônicas
PRAZO: Prorrogado por 12 meses.
DATA: 19/12/2011.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó

Ext. Segundo Termo aditivo 2010_147

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/147
CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó
CONTRATADO: Ingobert Mayer ME
OBJETO: Locação de Centrais Telefônicas
PRAZO: Prorrogado por 12 meses.
DATA: 19/12/2011.

DARCISIO BONA
Prefeito de Timbó

Ext. Segundo Termo aditivo 2010_148

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/148
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: Ingobert Mayer ME
OBJETO: Locação de Centrais Telefônicas
PRAZO: Prorrogado por 12 meses.
DATA: 19/12/2011.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó

Ext. Segundo Termo aditivo 2010_166

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/166
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó
CONTRATADO: EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agrop. E Extensão
Rural de Santa Catarina.
OBJETO: Assessoria técnica na área rural
PRAZO: Prorrogado por 12 meses.
Valor: R\$ 2.249,00 Mensais
DATA: 19/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Ext. Segundo Termo aditivo 2010_202

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/202

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó

CONTRATADO: Herbert Bartel

OBJETO: Locação de Imóvel

PRAZO: Prorrogado por 12 meses.

DATA: 02/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Ext. Terceiro Termo aditivo 2009_152

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2009/152

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADO: Imobiliária Alternativa Ltda

OBJETO: Locação de Imóvel Arquivo Histórico

PRAZO: Prorrogado por 12 meses.

DATA: 19/12/2011.

Jorge Revelino Ferreira

Presidente da FCT

Ext. Terceiro Termo aditivo 2010_161

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/161

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó

CONTRATADO: Haroldo Duwe

OBJETO: Locação de Imóvel

PRAZO: Prorrogado por 12 meses.

DATA: 02/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato de Termo Aditivo Convênio com Casa Geriátrica de Repouso de Brusque

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Timbó e a Casa Geriátrica de Repouso de Brusque.

CONVENIENTE: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social.

CONVENIADA: Casa Geriátrica de Repouso de Brusque.

OBJETO: o Convênio tem por finalidade atendimento de pessoas a partir dos 18 anos de idade, com deficiência física e mental (problemas psiquiátricos leves e moderados), idosos e dependentes químicos, de ambos os sexos. Data da assinatura: 02/12/2011. VALOR: R\$ 1.518,50 (um mil quinhentos e dezoito reais e cinquenta centavos) por interno. PRAZO: prorrogado até 31/12/2012

ELSON A. A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato de Termo Aditivo Convênio com Hospital OASE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Timbó e o Hospital e Maternidade OASE.

CONVENIENTE: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social.

CONVENIADA: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE.

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a manutenção do serviço de médico "internista" nas dependências do Hospital OASE. Data da assinatura: 08/12/2011. PRAZO: prorrogado até 31/03/2012

ELSON ANTONIO A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato de Termo Aditivo Convênio cooperação financeira com o Município de Benedito Novo

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Timbó e o Município de Benedito Novo para cooperação financeira ao serviço de atendimento médico especializado em urgência e emergência.

CONVENIENTE: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social.

CONVENIADO: Município de Benedito Novo.

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a cooperação financeira, pelo CONVENIADO ao CONVENIENTE, para manutenção do serviço de Atendimento Médico Especializado em Urgência e Emergência (Pronto Socorro) e Especialidade Médicas (Policlínica, Raio-X e Ultrassom) aos seus municípios, realizados atualmente junto às dependências do CEMUR. Data da assinatura: 08/12/2011. PRAZO: prorrogado até 31/07/2012.

ELSON ANTONIO A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato de Termo Aditivo Convênio cooperação financeira com o Município de Doutor Pedrinho

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Timbó e o Município de Doutor Pedrinho para cooperação financeira ao serviço de atendimento médico especializado em urgência e emergência.

CONVENIENTE: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social.

CONVENIADO: Município de Doutor Pedrinho.

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a cooperação financeira, pelo CONVENIADO ao CONVENIENTE, para manutenção do serviço de Atendimento Médico Especializado em Urgência e Emergência (Pronto Socorro) aos seus municípios, realizados atualmente junto às dependências do CEMUR. Data da assinatura: 08/12/2011. PRAZO: prorrogado até 31/07/2012.

ELSON ANTONIO A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato de Termo Aditivo Convênio cooperação financeira com o Município de Rio dos Cedros

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Timbó e o Município de Rio dos Cedros para cooperação financeira ao serviço de atendimento médico especializado em urgência e emergência.

CONVENIENTE: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social.

CONVENIADO: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros.

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a cooperação financeira, pelo CONVENIADO ao CONVENIENTE, para manutenção do serviço de Atendimento Médico Especializado em Urgência e Emergência (Pronto Socorro) e Especialidade Médicas (Policlínica, Raio-X e Ultrassom) aos seus munícipes, realizados atualmente junto às dependências do CEMUR. Data da assinatura: 08/12/2011. PRAZO: prorrogado até 31/07/2012.

ELSON ANTONIO A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato de Termo Aditivo Convênio cooperação financeira com o Município de Rodeio

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Timbó e o Município de Rodeio para cooperação financeira ao serviço de atendimento médico especializado em urgência e emergência.

CONVENIENTE: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social.

CONVENIADO: Município de Rodeio.

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a cooperação financeira, pelo CONVENIADO ao CONVENIENTE, para manutenção do serviço de Atendimento Médico Especializado em Urgência e Emergência (Pronto Socorro) e Especialidade Médicas (Policlínica, Raio-X e Ultrassom) aos seus munícipes, realizados atualmente junto às dependências do CEMUR. Data da assinatura: 08/12/2011. PRAZO: prorrogado até 31/07/2012.

ELSON ANTONIO A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato Termo Aditivo Convênio com Centro de Recuperação Beth Hayôtser

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Timbó e o Centro de Recuperação "Beth Hayôtser"

CONVENIENTE: Município de Timbó

CONVENIADA: Centro de Recuperação "Beth Hayôtser".

OBJETO: o convênio tem por finalidade o atendimento e recuperação de pessoas adultas, do sexo masculino ou feminino, com problemas e/ou dependência relacionada com as drogas, bebidas alcoólicas ou qualquer substância tóxica, encaminhados pelo Município. Data da assinatura: 09/12/2011. PRAZO: prorrogado até 31/12/2012.

ELSON A. A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Concurso Público - Edital 01-2011 - SAMAE, FUNDAÇÃO CULTURAL e FUNDAÇÃO de ESPORTES de TIMBÓ- SC

EDITAL CONJUNTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE TIMBÓ- SC

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL 01/2011

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Comissão Central de Concurso Público nº 01/2011, designada pela portaria nº 2309 de 18 de agosto de 2011, e considerando o que dispõe o Decreto nº 2362 de 30 de maio de 2011 com redação dada pelos Decretos nº 2569, de 30 de novembro de 2011 e 2604 de 21 de dezembro de 2011, e Leis Complementares 01/93 e 137/98 torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Concurso Público para preenchimento de vagas do quadro permanente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, da Fundação Cultural e da Fundação de Esportes de Timbó, conforme o Edital a seguir:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto do Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.2. As condições de habilitação, a descrição sumária dos cargos, a definição de conteúdos programáticos, o Concurso Público e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, III e IV parte integrante do presente Edital.

1.3. O candidato, para se inscrever deverá clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.4. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição da República, bem como o art. 12 da Lei Complementar nº 137/98, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, por cargo, no Concurso Público.

1.5. O disposto no subitem 1.4 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 10% (dez por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado.

1.6. Os candidatos aprovados no Concurso Público serão nomeados no quadro do órgão para o qual se inscreveu: SAMAE, Fundação Cultural ou Fundação de Esportes de Timbó.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Ter nacionalidade brasileira, admitidos estrangeiros na forma da lei.

2.2. Idade mínima de 18 (dezoito) anos (completados até a posse).

2.3. Estar no gozo dos direitos políticos.

2.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.5. Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

2.6. Comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação, etc.), exigidos para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no Anexo I do presente Edital, na data da posse.

2.6.1. Os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas deverão apresentar a Carteira Nacional de Habilitação, categoria C no momento da prova prática.

2.7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada através dos exames relacionados no item 10.2.1.

2.8. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

2.9. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão.

2.10. Declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aqueles previstos na Lei.

2.11. Declaração de bens.

3. VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. do Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de portador de deficiência, desde que declare essa condição no ato da inscrição e a deficiência de que é portador não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.

3.3. O candidato portador de deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

3.4. Conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá apresentar no ato da avaliação da compatibilidade, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.5. O candidato que tenha declarado sua deficiência será encaminhado, antes da homologação da inscrição, em data a ser divulgada, a uma junta oficial para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.6. A junta oficial será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.7. Compete à junta oficial, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto no item 1.4.

3.8. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 7 deste Edital.

3.9. Os portadores de deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.10. Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta oficial como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato poderá optar por outro cargo, com o mesmo valor de inscrição, desde que compatível com sua deficiência. Caso não haja essa possibilidade, o candidato receberá de volta o valor pago a título de inscrição.

3.11. A não-observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.12. Os portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.13. O candidato portador de deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia do Concurso deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em braile ou ampliada.

3.14. A não-solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.13, implica a sua não-concessão no dia da realização das provas.

3.15. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.16. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Concurso, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte,

observada a respectiva ordem de classificação.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: de 27 de dezembro de 2011 a 25 de janeiro de 2012, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br)

4.1.1. Os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão fazê-lo no período de 12 a 25 de janeiro de 2012 no TELECENTRO, situado na Rua Julius Scheidemantel, s/n - fundos (Anexo ao Pavilhão de Eventos Henry Paul) no horário das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

4.1.2 O candidato será responsável por sua inscrição, bem como por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.1.3. Valores de inscrição

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Superior	R\$ 80,00
Cargos de Nível Médio	R\$ 50,00
Cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto	R\$ 30,00

4.2. O candidato deverá acessar o site (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 27 de dezembro de 2011 e 19:00 (dezenove) horas do dia 25 de janeiro de 2012.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor de inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico (www.ibam-concursos.org.br) através da opção Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento eletrônico.

4.5. O pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições, até o horário definido no item 4.2, caso contrário não será considerado.

4.5.1. Os candidatos postulantes ao benefício previsto na Lei Municipal no. 2.275/2005, deverão apresentar comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais. O documento deverá ser apresentado no Departamento de Assistência Social situado ao lado da Prefeitura, pela Rua Sete de Setembro, 595.

4.5.1.1. Confirmada a falta de condições econômicas para o pagamento dos valores de inscrição, a assistente social fornecerá documento para a inscrição sob amparo da Lei, citada no item anterior.

4.5.2. Os candidatos doadores de sangue, que tenham doado 3 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses, perante declaração do órgão coletor ou cópia da carteira de doador com os devidos registros de doação, estarão isentos dos valores de inscrição, conforme a Lei Municipal no 2.275/2005.

4.5.2.1. A cópia do documento comprovante da qualidade de doador, deverá ser entregue no protocolo da Prefeitura ou enviado, por sedex ou AR para Prefeitura Municipal de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, CEP 89120-000, Timbó, aos cuidados da Comissão Especial do Concurso, exclusivamente durante o período de inscrições.

4.6. O candidato é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se até 5 (cinco) dias úteis antes da data de realização da prova não estiver confirmada a inscrição, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Concurso Público, no telefone (47) 3041-6262, a fim de verificar a razão da pendência.

4.7. O candidato deverá verificar, no prazo de 15 dias anteriores à realização da prova, através do site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) na Área do Candidato e no link Documentação do

Concurso, as informações sobre a data da prova, horário e local de realização da mesma.

4.8. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.9. O valor pago a título de inscrição não será devolvido.

5. CONCURSO PÚBLICO

5.1 O Concurso Público se desenvolverá, conforme o cargo, em duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

- a) Prova Escrita - de caráter eliminatório e classificatório - para todos os cargos;
- b) Prova de Títulos - de caráter classificatório - apenas para o cargo de nível superior;
- c) Prova de Aptidão Física - de caráter eliminatório - para os cargos de Auxiliar Operacional I e Operador de Máquinas.
- d) Prova Prática: de caráter eliminatório - para o cargo de: Operador de Máquinas.

5.2. PROVAS ESCRITAS

5.2.1. As provas escritas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.2.2. Nas provas escritas objetivas e eliminatórias, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.2.3. O conteúdo das questões variará de acordo com o grau de escolaridade exigido para o preenchimento do cargo ao qual o candidato concorrer.

5.2.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2.5 REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

5.2.6. As provas escritas serão realizadas no dia 26 de fevereiro de 2012, às 09 horas e terão a duração de 03 (três) horas.

5.2.7. O local da realização das provas estará disponível no link Documentação do Concurso e constará do cartão de confirmação de inscrição que poderá ser acessado via Internet no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link Área do Candidato, disponível após 10 de fevereiro de 2012.

5.2.8. As provas serão realizadas no Município de Timbó - SC, nos locais especificados pela organização do Concurso Público.

5.2.9. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até às 9:00 horas, quando os portões serão fechados.

5.2.10. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.2.11. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.12. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, oficial e com fotografia, e de canetas esferográficas de tinta azul ou preta.

5.2.13. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRA e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista e Passaporte.

5.2.14. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campanhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.2.15. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.16. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.8, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.2.17. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.2.18. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

5.2.19. A Comissão de Concurso poderá juntamente com a entidade organizadora do certame (IBAM), justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso Público.

5.2.20. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado às questões, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.21. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.2.22. Os gabaritos serão divulgados no 1º dia útil, após a aplicação das provas, nos sites (www.ibam-concursos.org.br) e (www.timbo.sc.gov.br).

5.3. TÍTULOS

5.3.1. 5.3.1. Para os candidatos ao cargo de Engenheiro Sanitarista e Ambiental, será executada Prova de Títulos de caráter classificatório nos seguintes moldes:

5.3.1.1. Os pontos referidos neste item obedecerão aos critérios a seguir:

- Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação, que guarde relação direta com a área de atuação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos, sendo possível apresentar até 02 (dois) certificados.

- Mestrado: reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 10 (dez) pontos, podendo apresentar um único certificado.

- Doutorado: reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 12 (doze) pontos, podendo apresentar um único certificado.

5.3.2. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados na Prova Escrita.

5.3.3. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.3.4. APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS:

5.3.4.1. Os títulos deverão ser fotocopiados e autenticados em cartório e entregues para registro no protocolo geral da Prefeitura Municipal ou enviados, através de Sedex ou AR, exclusivamente no período de inscrições, para a Prefeitura Municipal de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro CEP 89120-000 aos cuidados da Comissão de Acompanhamento do Concurso.

5.3.4.2. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição, nome do candidato e o cargo para o qual concorre.

5.4. DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA

Os candidatos dos cargos de Auxiliar Operacional I e Operador de Máquinas, que tiverem obtido a pontuação mínima estabelecida no Anexo II deste edital, na prova escrita, serão convocados, através de edital próprio, até 03 vezes a quantidade de vagas, para

prova de Aptidão Física.

5.4.1. Para submeter-se à Prova de Aptidão Física, o candidato deverá apresentar atestado médico original específico para a finalidade do concurso, em que conste seu nome completo e nº. do seu documento de identidade, datado de no máximo 15 (quinze) dias antes da prova. Deverá conter também o número do registro do médico responsável, inscrito no Conselho Regional de Medicina - CRM, que ateste ter o candidato as condições de saúde necessárias para a realização das provas.

5.4.2. O atestado médico disposto no item 5.3.1. será retido pela comissão examinadora e não será devolvido ao candidato.

5.4.3. A não apresentação do atestado médico, nos termos definidos no item 5.3.1, impedirá que o candidato participe da prova de aptidão física.

5.4.4. Para a Prova de Aptidão Física o candidato deverá apresentar-se:

a) trajado adequadamente (traje de prática esportiva condizente com as atividades a serem desenvolvidas, por exemplo, tênis, bermuda e camiseta).

b) munido de documento oficial de identificação, original com foto, (o mesmo informado no ato da inscrição).

5.4.5. A prova de Aptidão Física será composta de uma série de exercícios que o candidato deverá executar dentro de um tempo máximo estabelecido, de acordo com as regras da Organização Mundial de Saúde.

5.5. DOS TESTES FÍSICOS

Os testes abaixo relacionados têm como objetivo final determinar: Resistência Muscular Localizada de membros Superiores, Resistência Abdominal, Flexibilidade de Musculatura posterior e Capacidade Aeróbica. Serão considerados como linha de corte os valores mínimos considerados como "bom" pela tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

5.5.1. Não será permitido ao candidato:

I - receber qualquer tipo de ajuda física;

II - qualquer material ou equipamento que o beneficie na prova;

III - realizar os testes em jejum;

IV - comparecer inadequadamente trajado para o teste;

V - praticar qualquer ato de deslealdade com candidato concorrente;

5.5.2. Circuito de Aptidão Física.

5.5.2.1. A metodologia para a preparação e execução do Circuito de Capacidades Físicas, consistirá em executar com melhor qualidade um conjunto de 4 (quatro) testes práticos, determinados de Estações, a seguir especificadas:

5.5.3. Estação 1 - Teste de caminhada de 1 milha

O testado deverá caminhar (somente caminhar) uma milha ou mil seiscentos e nove metros, no menor tempo possível, sendo monitorado através de frequência cardíaca e tempo de realização de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Tabela de avaliação para Capacidade Aeróbica

(ml/kg x min⁻¹ - Teste de VO₂ - Capacidade aeróbica)

Exemplo:

Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 - 49	>=42	31 - 41	24 - 30	17 - 23	=<60

Concurso Público Edital Nº 01/2011 -
ADMINISTRAÇÃO DIRETA de TIMBÓ
 MUNICÍPIO DE TIMBÓ- SC
 CONCURSO PÚBLICO
 EDITAL Nº 01/2011 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE TIMBÓ

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Comissão Central de Concurso Público nº 01/2011, designada pela portaria nº 2309 de 18 de agosto de 2011, e considerando o que dispõe o Decreto nº 2362 de 30 de maio de 2011 com redação dada pelos Decretos nº 2569, de 30 de novembro de 2011 e 2604 de 21 de dezembro de 2011, e Leis Complementares 01/93 e 137/98 torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Concurso Público para o preenchimento dos cargos públicos existentes no Município de Timbó - SC, conforme o Edital a seguir:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto do Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.2. As condições de habilitação, a descrição sumária dos cargos, a definição de conteúdos programáticos, o Concurso Público e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, III e IV parte integrante do presente Edital.

1.3. O candidato, para se inscrever deverá clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.4. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição da República, bem como o art.12 da Lei Complementar nº 137/98, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, por cargo, no Concurso Público.

1.5. O disposto no subitem 1.4 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 10% (dez por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado.

1.6. Os candidatos aprovados no Concurso Público poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Timbó.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Ter nacionalidade brasileira, admitidos estrangeiros na forma da lei.

2.2. Idade mínima de 18 (dezoito) anos (completados até a posse).

2.3. Estar no gozo dos direitos políticos.

2.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.5. Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

2.6. Comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação, etc.), exigidos para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no Anexo I do presente Edital, na data da posse.

2.6.1. Os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas deverão apresentar a Carteira Nacional de Habilitação, categoria C no momento da prova prática.

2.7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada através dos exames relacionados no item 10.2.1.

2.8. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

2.9. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão.

2.10. Declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aqueles previstos na Lei.

2.11. Declaração de bens.

3. VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. do Decreto Federal no

3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de portador de deficiência, desde que declare essa condição no ato da inscrição e a deficiência de que é portador não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.

3.3. O candidato portador de deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

3.4. Conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá apresentar no ato da avaliação de compatibilidade, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.5. O candidato que tenha declarado sua deficiência será encaminhado, antes da homologação da inscrição, em data a ser divulgada, a uma junta oficial para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.6. A junta oficial será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.7. Compete à junta oficial, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto no item 1.4.

3.8. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 7 deste Edital.

3.9. Os portadores de deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.10. Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta oficial como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato poderá optar por outro cargo, com o mesmo valor de inscrição, desde que compatível com sua deficiência. Caso não haja essa possibilidade, o candidato receberá de volta o valor pago a título de inscrição.

3.11. A não-observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.12. Os portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.13. O candidato portador de deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia do Concurso deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em braile ou ampliada.

3.14. A não-solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.13, implica a sua não-concessão no dia da realização das provas.

3.15. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.16. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Concurso, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: de 27 de dezembro de 2011 a 25 de janeiro de 2012, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br)

4.1.1. Os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão fazê-lo no período de 12 a 25 de janeiro de 2012 no TELECENTRO, situado na Rua Julius Scheidemantel, s/n – fundos (Anexo ao Pavilhão de Eventos Henry Paul) no horário das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

4.1.2 O candidato será responsável por sua inscrição, bem como por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.1.3. Valores de inscrição

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Superior	R\$ 80,00
Cargos de Nível Médio	R\$ 50,00
Cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto	R\$ 30,00

4.2. O candidato deverá acessar o site (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 27 de dezembro de 2011 e 19:00 (dezenove) horas do dia 25 de janeiro de 2012.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor de inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico (www.ibam-concursos.org.br) através da opção Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento eletrônico.

4.5. O pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições, até o horário definido no item 4.2, caso contrário não será considerado.

4.5.1. Os candidatos postulantes ao benefício previsto na Lei Municipal no. 2.275/2005, deverão apresentar comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais. O documento deverá ser apresentado no Departamento de Assistência Social situado ao lado da Prefeitura, pela Rua Sete de Setembro, 595.

4.5.1.1. Confirmada a falta de condições econômicas para o pagamento dos valores de inscrição, a assistente social fornecerá documento para a inscrição sob amparo da Lei, citada no item anterior.

4.5.2. Os candidatos doadores de sangue, que tenham doado 3 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses, perante cópia da carteira de doador com os devidos registros de doação, estarão isentos dos valores de inscrição, conforme a Lei Municipal no 2.275/2005.

4.5.2.1. A cópia do documento comprovante da qualidade de doador, deverá ser entregue no protocolo da Prefeitura ou enviado, por sedex ou AR para Prefeitura Municipal de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, CEP 89120-000, Timbó, aos cuidados da Comissão Especial do Concurso, exclusivamente durante o período de inscrições.

4.6. O candidato é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se até 5 (cinco) dias úteis antes da data de realização da prova não estiver confirmada a inscrição, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Concurso Público, no telefone (47) 3041-6262, a fim de verificar a razão da pendência.

4.7. O candidato deverá verificar, no prazo de 15 dias anteriores à realização da prova, através do site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) na Área do Candidato e no link Documentação do Concurso, as informações sobre a data da prova, horário e local de realização da mesma.

4.8. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.9. O valor pago a título de inscrição não será devolvido.

5. CONCURSO PÚBLICO:

5.1 O Concurso Público se desenvolverá, conforme o cargo, em duas, três ou quatro etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

a) Prova Escrita – de caráter eliminatório e classificatório – para

todos os cargos;

b) Prova de Títulos – de caráter classificatório - apenas para os cargos de nível superior;

c) Prova de Aptidão Física – de caráter eliminatório - para os cargos de Agente de Trânsito e Transporte, Auxiliar Operacional I, Auxiliar de Recreação Infantil, Eletricista, Fiscal de Posturas, Marceneiro, Mecânico, Operador de Máquinas, Pedreiro, Soldador e Técnico em Segurança do Trabalho.

d) Prova Psicotécnica – de caráter eliminatório – para o cargo de Agente de Trânsito e Transporte;

e) Prova Prática: de caráter eliminatório – para os cargos de: Eletricista, Marceneiro, Mecânico, Operador de Máquinas, Pedreiro e Soldador.

5.2. DAS PROVAS ESCRITAS:

5.2.1. As provas escritas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.2.1.1 Nas provas escritas objetivas e eliminatórias, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.2.1.2. O conteúdo das questões variará de acordo com o grau de escolaridade exigido para o preenchimento do cargo ao qual o candidato concorrer.

5.2.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2.2. As provas escritas serão realizadas no dia 26 de fevereiro de 2012, às 09 horas e terão a duração de 03 (três) horas.

5.2.3. O local da realização das provas estará disponível no link Documentação do Concurso e constará do cartão de confirmação de inscrição que poderá ser acessado via Internet no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link Área do Candidato, disponível após 10 de fevereiro de 2012.

5.2.4. As provas serão realizadas no Município de Timbó - SC, nos locais especificados pela organização do Concurso Público.

5.2.5. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até às 9:00 horas, quando os portões serão fechados.

5.2.6. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.2.7. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.8. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, oficial e com fotografia, e de canetas esferográficas de tinta azul ou preta.

5.2.9. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRA e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista e Passaporte.

5.2.10. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.2.11. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.12. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.8, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.2.13. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.2.14. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

5.2.15. A Comissão de Concurso poderá juntamente com a entidade organizadora do certame (IBAM), justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso Público.

5.2.16. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado às questões, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.17. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.2.18. Os gabaritos serão divulgados no 1º dia útil, após a aplicação das provas, nos sites (www.ibam-concursos.org.br) e (www.timbo.sc.gov.br).

5.3. DA PROVA DE TÍTULOS

5.3.1. Para os candidatos a cargos de nível superior, será executada Prova de Títulos de caráter classificatório nos seguintes moldes:

5.3.1.1. Os pontos referidos neste item obedecerão aos critérios a seguir:

Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, que guarde relação direta com a área de atuação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos, sendo possível apresentar até 02 (dois) certificados.

Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 10 (dez) pontos, podendo apresentar um único certificado.

Doutorado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 12 (doze) pontos, podendo apresentar um único certificado.

5.3.2. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados na Prova Escrita.

5.3.3. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.3.4. Apresentação de títulos:

5.3.4.1. Os títulos deverão ser fotocopiados e autenticados em cartório e entregues para registro no protocolo geral da Prefeitura Municipal ou enviados, através de Sedex ou AR, exclusivamente no período de inscrições, para a Prefeitura Municipal de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro CEP 89120-000 aos cuidados da Comissão de Acompanhamento do Concurso.

5.3.4.2. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição, nome do candidato e o cargo para o qual concorre.

5.4. DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA

Os candidatos dos cargos de Agente de Trânsito e Transporte, Auxiliar Operacional I, Auxiliar de Recreação Infantil, Eletricista, Fiscal de Posturas, Marceneiro, Mecânico, Operador de Máquinas, Pedreiro, Soldador e Técnico em Segurança do Trabalho, que tiverem obtido a pontuação mínima estabelecida no Anexo II deste edital, na prova escrita serão convocados, através de edital próprio, até 03 vezes a quantidade de vagas, para prova de Aptidão Física.

5.4.1. Para submeter-se à Prova de Aptidão Física, o candidato deverá apresentar atestado médico original específico para a finalidade do concurso, em que conste seu nome completo e nº. do

seu documento de identidade, datado de no máximo 15 (quinze) dias antes da prova. Deverá conter também o número do registro do médico responsável, inscrito no Conselho Regional de Medicina - CRM, que ateste ter o candidato as condições de saúde necessárias para a realização das provas.

5.4.2. O atestado médico disposto no item 5.3.1. será retido pela comissão examinadora e não será devolvido ao candidato.

5.4.3. A não apresentação do atestado médico, nos termos definidos no item 5.3.1, impedirá que o candidato participe da prova de aptidão física.

5.4.4. Para a Prova de Aptidão Física o candidato deverá apresentar-se:

a) trajado adequadamente (traje de prática esportiva condizente com as atividades a serem desenvolvidas, por exemplo, tênis, bermuda e camiseta).

b) munido de documento oficial de identificação, original com foto, (o mesmo apresentado no ato da inscrição).

5.4.5. A prova de Aptidão Física será composta de uma série de exercícios que o candidato deverá executar dentro de um tempo máximo estabelecido, de acordo com as regras da Organização Mundial de Saúde.

5.5. DOS TESTES FÍSICOS

Os testes abaixo relacionados têm como objetivo final determinar: Resistência Muscular Localizada de membros Superiores, Resistência Abdominal, Flexibilidade de Musculatura posterior e Capacidade Aeróbica. Serão considerados como linha de corte os valores mínimos considerados como "bom" pela tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

5.5.1. Não será permitido ao candidato:

I – receber qualquer tipo de ajuda física;

II – qualquer material ou equipamento que o beneficie na prova;

III – realizar os testes em jejum;

IV – comparecer inadequadamente trajado para o teste;

V – praticar qualquer ato de deslealdade com candidato concorrente;

5.5.2. Circuito de Aptidão Física.

5.5.2.1. A metodologia para a preparação e execução do Circuito de Capacidades Físicas, consistirá em executar com melhor qualidade um conjunto de 4 (quatro) testes práticos, determinados de Estações, a seguir especificadas:

5.5.3. Estação 1 - Teste de caminhada de 1 milha

O testado deverá caminhar (somente caminhar) uma milha ou mil seiscentos e nove metros, no menor tempo possível, sendo monitorado através de frequência cardíaca e tempo de realização de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Tabela de avaliação para Capacidade Aeróbica

(ml/kg x min⁻¹ - Teste de VO₂ – Capacidade aeróbica)

Exemplo:

Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 - 49	>= 42	31 - 41	24 - 30	17 - 23	<17

Homens:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
50 - 59	>=43	34 - 42	25-33	18 - 24	<18

Fonte: American Heart Association 1980

5.5.4. Estação 2 – Flexão de Braços (Apoio de Frente no Solo)

O testado deverá se posicionar em quatro apoios (as duas mãos e os dois pés) corpo em extensão e cotovelos estendidos, deverá

realizar a flexão dos braços até que os cotovelos fiquem no nível dos ombros, voltando à posição inicial, realizando a extensão dos braços.

Variação para mulheres, apoio feito com os joelhos e não com os pés.

5.5.4.1. A avaliação consiste na contagem de repetições realizadas em 01 (um) minuto e classificada de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Tabela de avaliação para Flexão de Braço

Exemplo:

Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 -49	>= 24	15 - 23	11 - 14	05 - 10	<= 04

Homens:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
50 - 59	>= 21	13 - 20	10 - 12	07 - 09	- 06

Fonte: Pollock M.L.& Willmore.J.H. 1993

5.5.5. Estação 3 – Teste de Sentar e Alcançar

O testado deverá se posicionar sentado, pernas estendidas apoiadas na parte inferior do banco de WELLS, e em 3 (três) tentativas, no tempo máximo de 01 (um) minuto, buscar com uma flexão do tronco à frente, alcançar o mais longe possível na escala aplicada ao aparelho de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Tabela de avaliação para Flexibilidade

Exemplo:

Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 -49	>= 35	30-34	25-29	20 -24	<= 19

Homens:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
50 -59	>= 32	28-31	23-27	15-22	< 15

Fonte: Marins & Giannich 1998

5.5.6. Estação 4 - Flexão Abdominal

O testado deverá se posicionar em decúbito dorsal, pernas flexionadas, joelhos formando ângulo de 45°, planta dos pés no solo, pés fixados pelo avaliador e mãos na nuca. Realizar a flexão da coluna até encostar os cotovelos nos joelhos, voltando à posição inicial até que as omoplatas toquem o solo.

5.5.6.1. A avaliação consiste na contagem de repetições realizadas em 01 (um) minuto e classificada de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Tabela de avaliação para Flexão Abdominal

Exemplo:

Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 -49	>= 25	20-24	15-19	07-14	<= 06

Homens:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
50 - 59	>= 26	22-25	18-21	13-17	<= 12

Fonte: Pollock M.L.& Willmore.J.H. 1993

5.5.7 Da sequência dos testes.

5.5.8. Para garantir a agilidade e o bom andamento dos trabalhos, a equipe técnica, responsável pela aplicação dos testes, poderá optar pela alteração na sequência das estações.

5.5.9. Será Eliminado do Concurso Público o candidato que não atingir no mínimo o conceito de avaliação "bom" em todas as estações do circuito.

5.6. DA PROVA PSICOTÉCNICA

5.6.1. Os candidatos dos cargos de Agente de Trânsito e Transporte, que tiverem obtido a pontuação mínima estabelecida no Anexo II deste edital, na prova escrita e tiverem sido aprovados na Prova de Aptidão Física, serão convocados para prova Psicotécnica.

5.6.2. A prova Psicotécnica será realizada por meio da aplicação de medidas psicológicas (testes) objetivas e/ou projetivas, devidamente reconhecidas pelo órgão regulamentador da profissão de Psicólogo, buscando avaliar a capacidade/habilidade do candidato quanto a percepção/raciocínio espacial, atenção focada e difusa, e atitudes comportamentais

5.6.3. O laudo contendo o resultado do processo de avaliação será elaborado por profissionais especializados que realizem essa avaliação em conformidade com os processos técnico-científicos aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, devidamente credenciada pela empresa contratada para a execução do concurso.

5.6.3.1. Para a prova de aptidão psicotécnica, o candidato deverá trazer, além do documento de identificação, caneta azul ou preta.

5.7. DAS PROVAS PRÁTICAS

5.7.1. Os candidatos dos cargos de Eletricista, Marceneiro, Mecânico, Operador de Máquinas, Pedreiro e Soldador, que tiverem obtido a pontuação mínima estabelecida no Anexo II deste edital, na prova escrita e tiverem sido aprovados na Prova de Aptidão Física, serão convocados, para prova Prática.

5.7.2. O conteúdo, a convocação, o regulamento e os critérios de avaliação para os cargos a que se referem este item serão determinados em edital próprio a ser publicado após a realização da prova de aptidão física.

5.7.3. O conteúdo da prova prática a que se refere o item acima será vinculado a uma das funções de atribuição do cargo, de acordo com o Anexo I deste Edital.

6. CONTAGEM DE PONTOS

6.1. O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das disciplinas da Prova Escrita.

6.2. Para os cargos de Nível Superior, serão adicionados aos pontos obtidos pelo candidato na prova escrita, os pontos obtidos com os títulos, quando houver nos moldes do que disciplina o item 5.3 deste edital.

6.3. As provas de aptidão física, psicotécnica e prática serão eliminatórias, considerando-se o conceito de apto ou inapto, não gerando pontos, portanto.

7. RECURSOS E REVISÕES

7.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Concurso Público.

7.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Concurso Público, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso e entregue para registro no protocolo geral da Prefeitura do Município de Timbó, situada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, CEP 89120-000, Timbó, no horário de funcionamento do mesmo, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser firmado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra

questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

7.3. Será indeferido o requerimento que não atender os requisitos do item 7.2.

7.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pelos organizadores do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

7.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

7.6. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.7. No caso de o gabarito de alguma questão ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos através da internet, no site www.ibam-concursos.org.br e no mural da Prefeitura Municipal.

8. RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso Público, conforme descrito no item 5 do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

8.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Nível Superior e Médio:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-Profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Legislação;

3o) maior no de pontos na prova de Português;

4o) menor idade.

b) para o cargo de Nível Fundamental Completo e Incompleto:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-Profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Matemática;

3o) maior no de pontos na prova de Português;

4o) menor idade.

8.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso.

8.3. Apurada a classificação, esta será publicada como resultado final do Concurso Público, em ordem decrescente de pontuação, contendo a pontuação de todos os candidatos aprovados.

9. DO RESULTADO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. O resultado preliminar do Concurso Público contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos será publicado, em ordem decrescente de pontuação, nos sites (www.ibam-concursos.org.br), através da opção Documentação do Concurso, e (www.timbo.sc.gov.br), bem como estarão disponíveis no Mural de Atos da sede da Prefeitura do Município de Timbó, situada na Prefeitura do Município de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, CEP 89120-000, Timbó/SC.

9.2. O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será publicado no site www.ibam-concursos.org.br e, posteriormente homologado pelo Prefeito Municipal e publicado, em ordem crescente de classificação, em jornal de circulação diária no Município de Timbó e no site (www.timbo.sc.gov.br), bem como estará disponível no Mural de Atos da sede da Prefeitura do Município de Timbó.

9.3. Os candidatos aprovados poderão ser nomeados no período de validade do Concurso Público, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado seu endereço para fins de convocação, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Timbó, sob pena de serem considerados desistentes.

10. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

10.1. Após a homologação, os candidatos poderão ser nomeados a qualquer tempo, durante a vigência deste Concurso, através de portaria publicada no Mural de Atos da sede da Prefeitura do Município de Timbó.

10.2. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso, inclusive os portadores de deficiência, serão convocados para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos nos itens 2.1 a 2.11 do presente Edital, através de correspondência registrada e dos meios de comunicação julgados convenientes pela Administração Municipal.

10.2.1. Os candidatos convocados deverão se apresentar para a avaliação médica portando os laudos dos seguintes exames:

Exames com data de realização inferior a 90 dias:

- a) Hemograma Completo
- b) Glicemia de jejum;
- c) Perfil Lipídico (CT, LDL, HDL e Triglicerídios);
- d) TGO-TGO- Gama GT
- e) Ácido Úrico
- f) Uréia e Creatinina;
- g) V.D.R.L (sorologia para Lues);
- i) Exame de urina (EQU)
- j) Exame parasitológico de fezes;
- k) TSH (US) e T4 livre;
- l) Toxicológico de larga janela de detecção.

Exames com data de realização inferior 01 ano:

- a) Eletrocardiograma de repouso (com laudo); e
- b) RX do Tórax - P.A e perfil – Levar o laudo e as radiografias.
- c) Audiometria tonal
- d) Screening visual

Exames com validade permante:

Tipagem sanguínea – ABO e fator RH.

10.2.2. Os candidatos aos cargos de Auxiliar Operacional I, Agente de Trânsito e Transporte, Auxiliar de Recreação infantil, Médico Veterinário, Eletricista, Marceneiro, Mecânico, Operador de Máquinas, Pedreiro e Soldador, além dos exames relacionados no item anterior, deverão apresentar, com data de realização inferior a 01 ano, RX de Coluna Lombo-Sacra, 2 inc.

10.3. Os exames médicos serão eliminatórios, sendo excluídos do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

11.2. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso Público em qualquer de suas fases.

11.3. Será excluído do certame, por ato da Comissão, o candidato que:

- a) faltar a qualquer uma das fases do Concurso Público;
- b) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso Público;
- c) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- d) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- e) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- f) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

11.4. O presente Concurso Público objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime estatutário municipal.

11.5. A aprovação em Concurso Público não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura do Município de Timbó, dentro do prazo de validade do Concurso Público em conformidade ao número de vagas constantes do Anexo I deste

Edital, respeitada a ordem de classificação.

11.6. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pelos meios de divulgação definidos neste Edital a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante o certame.

11.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso Público, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Timbó, após a homologação do resultado do Concurso Público, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização desta informação.

11.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.9. O presente Edital estará disponibilizado no Mural de Atos da Prefeitura do Município de Timbó, bem como no site do IBAM, (www.ibam-concursos.org.br) e no site da Prefeitura do Município de Timbó (www.timbo.sc.gov.br) e seu extrato, publicado em jornal de circulação local.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Concurso Público, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.2. O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, a critério da Administração Municipal.

Timbó, 22 de dezembro de 2011.

Comissão Especial do Concurso Público

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC
CONCURSO PÚBLICO PMCP 001/ 2011
ANEXO I

CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas reservadas aos portadores de deficiência	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	VENCIMENTO R\$
NÍVEL SUPERIOR						
001	ADVOGADO	Diploma de conclusão da graduação em Direito e registro na OAB.	01	0	35h	4.138,10
002	ASSISTENTE SOCIAL	Diploma de conclusão da graduação em Serviço Social e registro no CRESS.	01	0	35h	2.335,02

003	ENGENHEIRO CIVIL	Diploma de conclusão do curso superior em Engenharia Civil, certificado de, no mínimo, 60h de curso de operação em softwares aplicados à área e Registro no CREA.	02	0	30h	2.506,46
004	FISCAL DE POSTURAS	Certificado de conclusão de graduação em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis ou Direito e Carteira Nacional de Habilitação, categoria B.	01	0	35h	1.722,86
005	FISCAL DE TRIBUTOS	Diploma de conclusão da graduação em Administração ou Ciências Contábeis ou Economia ou Direito e Carteira Nacional de Habilitação, categoria B.	01	0	35h	2.506,46
006	MÉDICO CLÍNICO GERAL - PSF	Diploma de conclusão da graduação em Medicina e registro no CRM.	05	0	40h	7.318,98 (*)

007	MÉDICO VETERINÁRIO	Diploma de conclusão da graduação em Medicina Veterinária e registro no CRM.	01	0	30h	2.506,46
NÍVEL MÉDIO						
008	AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE (**)	Certificado de conclusão do Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação, categoria AB.	06	0	44h	1.142,50

(*) Deste valor, R\$ 1.400,00 refere-se à gratificação. (**) Possibilidade de trabalho no sistema de escala.

CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas reservadas aos portadores de deficiência	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	VENCIMENTO R\$
NÍVEL MÉDIO						
009	AUXILIAR DE RE-CREACÃO INFANTIL	Certificado de conclusão do Ensino Médio	50	5	44h	770,40
010	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	Certificado de conclusão do Ensino Médio	08	0	35h	1.044,97
011	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	Certificado de conclusão do curso de Técnico em Segurança do Trabalho.	01	0	35h	1.338,16
NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO						

012	MECÂNICO	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental, Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" e comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na área de mecânica de veículos leves e/ou pesados.	02	0	44h	1.092,54
-----	----------	---	----	---	-----	----------

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

013	AUXILIAR OPERACIONAL I (**)	Saber ler e escrever.	153	15	44h	651,21
014	ELETRICISTA	Certificado de conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" e comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na área de eletricidade na construção civil.	03	0	44h	915,61

015	MARCENEIRO	Certificado de conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na área de marcenaria.	02	0	44h	915,61
016	OPERADOR DE MÁQUINAS (Escavadeira, Retroescavadeira, Operadora Carregadeira e Tratores)	Certificado de conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" e comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na área de máquinas pesadas.	13	1	44h	1.117,21
017	PEDREIRO	Saber ler e escrever e comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na área de construção civil.	13	1	44h	915,61
018	SOLDADOR	Saber ler e escrever e comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na área de soldagem.	02	0	44h	956,63

Obs. Todos os servidores, recebem, à título de Prêmio Eficiência, 22 quotas mensais de R\$ 9,40 cada.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC
CONCURSO PÚBLICO PMCP OO1/ 2011
ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS CARGOS

CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
NÍVEL SUPERIOR	
	Exercer, direta ou indiretamente, as atividades de defesa judicial e administrativa, orientação, consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo; Representar o Município, judicial e extrajudicialmente, em ações e atos jurídicos em geral; Promover a execução da dívida ativa do Município; Responder pela regularidade jurídica de todas as situações negociais, políticas e administrativas do Município; Receber e apurar a procedência das reclamações e denúncias contra órgãos da Administração Pública Municipal e determinar a instauração das medidas legais cabíveis; Elaborar pareceres jurídicos de projetos de leis, decretos, contratos e outros atos municipais; Assessorar técnica e operacionalmente a elaboração de projetos e atos administrativos oficiais expedidos pelo Poder Executivo; Assessorar, preventiva e corretivamente, os demais órgãos e unidades quanto aos assuntos jurídicos e atos legais vigentes; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
ADVOGADO	
	Realizar visitas domiciliares, estudos sócio econômicos, atendimento individual ou grupo, encaminhamentos e soluções a população, que se encontre em risco ou exclusão social, conforme LOAS e Plano Municipal de A. Social; Elaboração de programas, convênios e projetos de cunho social; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.
ASSISTENTE SOCIAL	
	Elaborar projetos de edificações públicas e/ou de interesse social e de parcelamento do solo de acordo com as atribuições determinadas pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia); Acompanhar e fiscalizar a implantação de loteamentos e desmembramentos; Coordenar os serviços da equipe de topografia; Coordenar atividades de sondagem geotécnica; Aplicar, e oferecer apoio técnico na elaboração e revisão da legislação urbanística e de uso e ocupação do solo e revisão do Plano Diretor; Efetuar acompanhamento de obras; Elaborar memoriais descritivos, quantitativos, orçamentos e demais documentações pertinentes para a licitação de obras públicas ou para encaminhamento a órgãos estaduais ou federais; Executar vistorias e efetuar laudos técnicos; Analisar e aprovar processos de loteamentos, desmembramentos e construções; Participar de congressos técnicos, seminários, painéis, encontros e em outros eventos relacionados especificamente ao setor para aperfeiçoamento das atividades; Responder tecnicamente junto ao órgão competente – CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), pelas ações de Engenharia pela Prefeitura, de acordo com as atribuições; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.
ENGENHEIRO CIVIL	

FISCAL DE POSTURAS	Exercer Poder de Polícia junto às atividades do comércio, indústria e prestação de serviços; Proceder a fiscalizações rotineiras, a fim de verificar a condição de licenciamento de comércio ambulante e eventual; Autuar e/ou notificar os estabelecimentos, profissionais liberais ou autônomos que estiverem em desacordo com o Código de Posturas, as leis, normas ou regulamentos municipais; Proceder vistoria para localização e funcionamento de atividades, aplicando a legislação municipal; Executar serviços auxiliares de atualização e manutenção do cadastro econômico (mobiliário) e imobiliário municipal; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.
FISCAL DE TRIBUTOS	Controlar, orientar e fiscalizar o lançamento de tributos municipais; Autuar e/ou notificar contribuintes inadimplentes com tributos municipais; Atuar nos serviços tributários internos, com atendimento aos contribuintes, perante o Conselho de Contribuintes e nos processos contenciosos administrativos; Executar serviços auxiliares de atualização e manutenção do cadastro econômico (mobiliário) e imobiliário municipal; Fiscalizar a inscrição e cobrança da dívida ativa municipal; Executar serviços auxiliares de Controladoria do Poder Executivo; Autenticar livros e documentos fiscais; Executar serviços de fiscalização, lançamento de tributos não declarados, homologação de recolhimentos de tributos e estimativas fiscais; Propor alterações e regulamentações da legislação tributária; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.
MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF	Exercer a clínica geral, incluindo execução de consultas clínicas, exames físicos, procedimentos ambulatoriais, exames ectoscópicos, diagnóstico, tratamento, prognóstico e acompanhamento de patologias; Prestar assistência integral, contínua e sistemática, com resolutividade e boa qualidade em relação às necessidades individuais ou coletivas de saúde da população em geral, no atendimento em unidades de saúde e/ou serviços de saúde do município; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
MÉDICO VETERINÁRIO	Planejar, organizar, supervisionar e executar programas de defesa sanitária, proteção e aprimoramento da pecuária e realizar estudos e pesquisas aplicando conhecimentos; Desenvolver programas de profilaxia, diagnósticos e tratamento de doenças dos animais, promover a fiscalização sanitária nos locais de produção animal; Prestar assistência técnica urbana e em extensão rural, com inseminação artificial inclusive, integral em propriedades agrícolas, contínua e sistemática, com resolutividade e boa qualidade em relação às necessidades individuais ou coletivas da saúde animal, atendimento em unidades de inspeção de saúde animal do município promovendo orientação aos produtores quanto a manipulação, armazenamento, comercialização, classificação da carcaça animal; Assistência técnica na defesa sanitária animal; auxílio e participação em eventos, feiras e congressos, execução auxiliar de atividades de escritório, dar consultas e emitir relatórios, exercer procedimentos de informática em editoração de texto e planilha de cálculos; referendando os programas preconizados pelo Ministério da Saúde e/ou implantados a nível estadual e/ou municipal; atividades de prevenção (palestras, seminários, etc.) e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
NÍVEL MÉDIO	

Orientar e prestar informações a qualquer cidadão sobre normas de trânsito; Executar a fiscalização do trânsito em geral e de veículos que fazem o transporte regulamentado pelo município, como transporte de escolar, transporte coletivo de passageiros, táxi, ciclomoteres, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada; Fiscalizar o cumprimento das normas regulamentares e da programação operacional estabelecidas para o sistema de transporte público, aplicar medidas administrativas e/ou autuar por irregularidades ocorridas; Fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária, ou que venha obstruir ou interromper a livre circulação ou comprometer a segurança do trânsito; Providenciar a sinalização de emergência e/ou medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos e modificações temporárias da circulação; Fiscalizar e manter o controle operacional dos pontos regulamentares de táxi e transporte coletivo; Auxiliar através de apoio operacional/fiscalização na realização de eventos em vias públicas por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e autorização prévia da DEMUTRAN; Trabalhar em conjunto com o Departamento de Educação para o Trânsito, na realização de palestras e atividades educativas; fiscalizar, quando autorizado por convênio, infrações de responsabilidade do Estado elencadas no Código de Trânsito Brasileiro.

AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Auxiliar a profissional titular no desenvolvimento dos três eixos da Educação Infantil: brincadeiras, linguagens e interações; Recepcionar as crianças e pais/familiares de forma respeitosa e cordial; Colaborar nos repasses de informações entre Famílias/ Instituição/Profissionais do NEI; Garantir às crianças atendimento, pautado no afeto, respeito e liberdade de expressão; Auxiliar as crianças na sua adaptação e integração na instituição; Acompanhar as crianças ao banheiro, ensinando-as o uso correto deste; Realizar a troca de fraldas com os cuidados de higiene indicados e auxiliar as famílias no processo do desfraldamento; Auxiliar no desenvolvimento dos hábitos de higiene; Realizar as trocas de roupas e dar banho sempre que necessário e cuidar do aspecto pessoal da criança; Vestir/ trocar as roupas das crianças levando em conta sempre o clima e a temperatura; Alimentar, acompanhar e auxiliar na alimentação das crianças, atendendo suas necessidades e oferecendo alimentos variados e adequados, procurando evitar desperdícios, orientando as crianças sobre a utilização de talheres e louças, visando uma postura correta e autônoma; Realizar a escovação após as refeições; Auxiliar na estimulação das crianças em todos os aspectos de seu desenvolvimento; Colaborar na efetivação do trabalho com a educadora infantil; Incentivar as crianças para a organização e arrumação de materiais e ambientes utilizados; Oferecer freqüentemente água e demais líquidos; buscando manter a hidratação constante da criança; Preparar e acompanhar o momento do descanso das crianças de forma agradável e afetuosa; Participar e interagir nas brincadeiras com as crianças; Dar assistência às crianças nas brincadeiras e/ou no espaço externo e interno; Promover a inclusão de todas as crianças respeitando suas particularidades e características; Organizar e zelar pelos pertences das crianças, tais como: mochilas, roupas, calçados, agendas e outros; Observar criteriosamente a entrega da criança, podendo ser realizada apenas para pessoas autorizadas formalmente pela família ou responsáveis; Responsabilizar-se conjuntamente com o profissional titular no atendimento e cuidado com as crianças; Participar cooperativamente das reuniões, encontros e demais eventos promovidos pela instituição (NEI) ou Secretaria de Educação (SEMED); Auxiliar na organização e funcionamento da instituição contribuindo com sugestões; Realizar outras atribuições compatíveis com sua área de atuação; Respeitar as normas e regras constituídas pela Instituição (NEI) e Secretaria de Educação (SEMED); Cumprir horários estabelecidos pela coordenação da instituição, podendo ser alterada conforme necessidade do NEI.

AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL

AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	Realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.); Atendimento ao público e encaminhamento de soluções e alternativas; Assessoramento administrativo aos demais cargos de nível administrativo, técnico ou profissional; Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados; Digitar textos previamente elaborados, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos; Auxiliar na separação, classificação, distribuição, numeração e expedição de licenças e correspondências; Entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse da prefeitura, aos respectivos contribuintes; Organizar e atualizar os fichários ou listagens; Renovar fichários ou listagens que se encontrarem com campos esgotados; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	Promover campanhas educativas vislumbrando a prevenção de acidentes de trabalho. Supervisionar as atividades ligadas à segurança do trabalho, visando assegurar condições que eliminem ou reduzam ao mínimo os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho, observando o cumprimento de toda a legislação pertinente.
NÍVEL FUNDAMENTAL	
MECÂNICO	Executar serviços de reparo e manutenção em veículos de passeio, camionetes, caminhões, com sistema de carburação normal, bico injetor e injeção eletrônica, serviços de suspensão da frota municipal, executar serviços de reparo e manutenção em máquinas leves e pesadas na frota municipal, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
AUXILIAR OPERACIONAL I	Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/ estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calcetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

ELETRICISTA	Executar serviços de manutenção na iluminação pública (troca e ajustes de conexões, fiação, comendo fotoelétrico, equipamentos auxiliares, braço, luminária e lâmpadas), atendendo as normas e exigências da concessionária; Executar serviços de manutenção e diagnóstico de defeitos da rede elétrica dos prédios do poder público municipal (fiação, quadros de distribuição, luminárias, lâmpadas, reatores, disjuntores, tomadas, etc); Executar serviços de manutenção e instalação de equipamentos e aparelhos elétricos; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
MARCENEIRO	Serviços gerais de marcenaria, manutenção de bens móveis da municipalidade, conserto de móveis e imóveis, fabricação e montagem de móveis, caixarias, etc.; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.
OPERADOR DE MÁQUINAS	Serviços gerais de operação/condução/direção de máquinas leves e pesadas (trator de pneu, trator de esteira, retroescavadeira, motoniveladora, escavadeira hidráulica, etc.) na execução de atividades; Operar retro-escavadeiras, pás-carregadeiras, trator de esteira e outras máquinas pesadas, destinadas a carregamento de caminhões, remoção de barro, reaterro, abertura de valas, colocação de tubulação, terraplenagens, abertura e conservação de ruas, etc; Conduzir máquinas e equipamentos aos locais de operação; Manutenção, conservação, proteção e revisão dos equipamentos; Realizar reparos de emergência em máquinas e equipamentos; Zelar pela limpeza e conservação da máquina operada; Promover o abastecimento de combustível, controle dos níveis água e óleo de seus veículos ou máquinas; comunicar, ao superior imediato, os defeitos de funcionamento apresentados pela máquina operada; preencher relatório diário de funcionamento da máquina; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.
PEDREIRO	Executar a abertura e fechamento de bocas de lobo, valas, com a remoção e conserto do pavimento, reaterro e apiloamento da vala; Executar consertos e substituição de tubos, fugar tubos, meio-fio, etc.; Executar instalações de pisos, azulejos e similares, reboco e acabamentos em geral, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; Executar obras municipais; Serviços de alvenaria em geral; Efetuar serviços de pinturas; Efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.
SOLDADOR	Executar serviços de solda MIG, solda de oxigênio e eletrodo (solda elétrica), realizar serviços de serralheria em geral, reparos com solda em veículos e máquinas da frota municipal, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; Efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

PREFEITURA DE TIMBÓ - SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL No 01/2011
ANEXO II
DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS

Escolaridade: Nível Superior

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido
Advogado, Engenheiro Civil, Fiscal de Posturas, Fiscal de Tributos e Médico Veterinário	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Constituição Federal.	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Superior

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido
Assistente Social e Médico Clínico Geral	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação do SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Médio

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigidos
Agente de Trânsito e Transporte, Auxiliar de Recreação Infantil, Auxiliar de Serviços Administrativos e Técnico em Segurança do Trabalho.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Constituição Federal.	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Fundamental

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigidos
Auxiliar Operacional I, Eletricista, Marceneiro, Mecânico, Operador de Máquinas, Pedreiro e Soldador.	Conhecimentos Técnico-profissionais	10	10	50
	Matemática	10	10	50
	Português	10	10	50

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2011
ANEXO III

NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos de Nível Superior

1. Interpretação de textos. 2. Funções da linguagem. 3. Variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua. 4. Formação das palavras (uso de prefixos e sufixos) 5. Acentuação gráfica. 6. Ortografia. 7. Classes de palavras - flexões e emprego de: substantivos, adjetivos, pronomes e verbos. 8. Regência nominal e verbal. 9. Crase. 10. Concordância nominal e verbal. 11. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos). 12. Estrutura do período e da oração: aspectos sintáticos e semânticos. 13. Pontuação.

Legislação Constitucional e Municipal para os cargos de Advogado, Engenheiro Civil, Fiscal de Posturas, Fiscal de Tributos e Médico Veterinário.

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). 3. A Lei Orgânica Municipal. Competências e limitações de cada Poder. 4. O Poder Legislativo. A Câmara Municipal. 5. O Poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. 6. Legislação Municipal aplicável ao servidor público: Leis Complementares nº 01 de 22/10/1993 e alterações posteriores; 137 de 02/07/1998 e alterações posteriores.

Legislação do SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso para os cargos de Assistente Social e Médico Clínico Geral.

1. Sistema Único de Saúde - Lei 8.080/90. 2. Participação e Controle Social, Lei 8.142/90. 3. Pactos pela Saúde, Portaria nº 399/GM de 22/02/2006 e Portaria nº 3.840 de 07/12/2010. 4. Redes de Atenção à Saúde. 5. Política Nacional de Atenção Básica, Portaria nº 648/GM de 28/03/2006. 6. Estratégia de Saúde da Família – ESF. 7. Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF. 8. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90. 9. Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03.

NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

ADVOGADO

Direito Constitucional

1. Princípios constitucionais. O princípio federativo. O princípio da separação dos Poderes. Direitos e garantias fundamentais. Autonomia e soberania. Princípios aplicáveis à Administração Pública. 2. Repartição de competências. 3. O Município e a Federação. O conceito de interesse local. A organização do Município. Autonomia municipal: limitações constitucionais. 4. O Poder Legislativo e sua competência. A Câmara Municipal. 5. O Poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. 6. Os servidores públicos: normas constitucionais. 7. Ordem econômica e ordem social. Intervenção do Estado no domínio econômico. 8. A prestação de serviços públicos e as normas constitucionais.

Direito Processual Civil

1. Teoria Geral do Processo. Ação, jurisdição e processo. Princípios gerais do direito processual. 2. Das partes no processo. Deveres, responsabilidade e despesas. Capacidade e legitimação. Litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros. 3. Competência. Critérios de determinação. Conexão e continência. Prorrogação e prevenção. Incidentes processuais sobre competência. 4. Atos processuais. Forma, lugar e tempo. Prazos processuais. Comunicação: citação e intimação. Nulidades dos atos. 5. Formação, suspensão e extinção do processo. 6. Processo de conhecimento.

Procedimento ordinário e sumário. Petição inicial e respostas do réu. Contestação e exceções. Reconvênção e pedido contraposto. Impugnação ao valor da causa e à gratuidade de justiça. Julgamento das ações repetitivas. Efeitos da revelia. Audiência preliminar. Saneamento do processo. Julgamento antecipado de mérito. Audiência de instrução e julgamento. 7. Direito probatório. Objeto de prova, ônus probatório, meios de prova e sistemas de valoração. As provas ilícitas. 8. Sentença. Elementos essenciais. Classificação das sentenças. Correção e integração da sentença. 9. Coisa julgada. Coisa julgada formal e material. Limites objetivos e subjetivos. 10. Recursos. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie: apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial e extraordinário, embargos de divergência. Procedimento dos recursos nos tribunais. Poderes do relator. 11. Execução em geral. As diversas espécies de execução. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença. Execução de obrigação de fazer e não fazer. Execução de título extrajudicial. Os meios de defesa do devedor. 12. Execução contra a Fazenda Pública. Embargos à execução contra a Fazenda Pública. 13. Processo cautelar. Disposições gerais e procedimentos específicos. 14. Antecipação de tutela. A antecipação de tutela fundada na urgência e na evidência. Medidas liminares em geral contra a Fazenda Pública. Pedidos de suspensão de liminar e de sentença. 15. Ações coletivas. Ação popular. Ações coletivas na Lei de Ação Civil Pública e no Código de Defesa do Consumidor. Mandado de segurança coletivo. Código Processual Civil - Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 e alterações; Lei de Execução Fiscal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e alterações; Lei do Mandado de Segurança – Lei nº 12016 de 07 de agosto de 2009.

Direito Administrativo

Agentes públicos. Classificação. Agentes políticos. A Constituição e os servidores públicos. Regime jurídico. Provedimento de cargos. Estabilidade. Aposentadoria. Direitos e vantagens. 2. Atos administrativos. Conceito. Requisitos. Pressupostos dos atos. Classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação e anulação. 3. Poder de polícia. Conceito. Essência. Fundamentos. Discricionariedade. Limitações administrativas. Servidão. O poder de polícia municipal. 4. Desapropriação. Conceito. Fundamentos. Requisitos. Competência legislativa. Objeto da desapropriação. Desapropriação por utilidade pública, por necessidade pública e por interesse social. Desapropriação por zona. Desapropriação indireta. Imissão de posse. Retrocessão. Indenização. 5. Licitação. Conceito. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Classificação. Adjudicação. Anulação e revogação. Recursos administrativos. 6. Contratos administrativos. Conceito. Características. Cláusulas essenciais. Alteração do contrato. Extinção do contrato. Teoria da imprevisão. Equilíbrio econômico financeiro. Sanções administrativas. Recursos. 7. Serviços públicos. Concessão, permissão e autorização. Privatização e terceirização. Parcerias. 8. Bens públicos. Conceito. Afetação e desafetação. Regime jurídico dos bens públicos. Formas de aquisição e alienação dos bens públicos. 9. Controle da Administração. Controle interno. Controle externo. Controle legislativo, judicial e popular. Lei de Responsabilidade Fiscal. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro. Legislação Municipal referente ao Plano Diretor do Município de Timbó sendo: Leis Complementares nº 335 de 05/10/2007; 342 de 13/12/2007; 343 de 13/12/2007; 344 de 13/12/2007; 345 de 13/12/2007; 363 de 17/12/2008; 364 de 17/12/2008 e alterações posteriores; Legislação Municipal aplicável ao servidor público: Leis Complementares nº 01 de 22/10/1993 e alterações posteriores; 137 de 02/07/1998 e alterações posteriores.

Direito Previdenciário

Seguridade Social. Origem e evolução legislativa no Brasil. Conceituação. Organização e princípios constitucionais. 2. Legislação Previdenciária. Conteúdo, fontes, autonomia. Aplicação das normas previdenciárias. Vigência, hierarquia, interpretação e integração. 3. Regime Geral de Previdência Social. Segurados

obrigatórios. Filiação e inscrição. Conceito, características e abrangência. 4. Segurado facultativo. Conceito características, filiação e inscrição. 5. Trabalhadores excluídos do Regime Geral. 6. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. 7. Financiamento da Seguridade Social. 8. Salário-de-contribuição. 9. Conceito. 10. Parcelas integrantes e parcelas não integrantes. 11. Limites mínimo e máximo. 12. Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão. 13. Proporcionalidade. 14. Reajustamento. 15. Plano de Benefícios da Previdência Social: beneficiários, espécies de prestações, benefícios, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios. 16. Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado. 17. Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações posteriores. 18. Lei nº 8.213, de 24/07/1991 e alterações posteriores. 19. Decreto nº 3.048, de 06/05/1999 e alterações posteriores. 20. Regime Próprio de Previdência Social. 21. Origem e evolução legislativa no Brasil. 22. Conceituação. 23. Organização e princípios constitucionais. 24. Segurados obrigatórios: servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo. 25. Filiação e inscrição. 26. Conceito e características. 27. Manutenção e Perda da qualidade de segurado. 28. Dependentes. 29. Manutenção e perda da qualidade de dependentes. 30. Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social: contribuição dos servidores e do Município. 31. Compensação Previdenciária. 32. Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição. 33. Cálculo Atuarial. 34. Periodicidade. 35. Plano de Benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social: benefícios (aposentadorias e pensões), disposições gerais e específicas, condições para a concessão, remuneração-de-contribuição, fator de proporcionalidade, renda mensal inicial. 36. Constituição da República. 37. Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/2003 e 47/2005. 38. Lei Federal nº 10.887/2004. 39. Organização administrativa dos Regimes Próprios de Previdência Social. 40. Lei Federal nº 9.717/98.

Direito Tributário

Sistema tributário constitucional. Princípios. Limitações ao poder de tributar. Imunidade. Repartição das receitas tributárias. 2. Espécies de tributos. Impostos, taxas e contribuições. Características. Fato gerador, base de cálculo, sujeito ativo e sujeito passivo. Alíquotas. 3. Crédito tributário. Constituição. O lançamento e suas modalidades. Obrigações principal e acessórias. Direitos e deveres dos contribuintes. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios. Ação fiscalizatória. Processo administrativo tributário. Dívida ativa. Renúncia fiscal. 4. Tributos municipais. Impostos, taxas e contribuições. Características do Sistema Tributário Municipal. Extrafiscalidade. Função social da propriedade. Progressividade dos impostos. Código Tributário Nacional Legislação Tributária do Município de Timbó em especial: Lei Complementar nº 142 de 21 de dezembro de 1998 e alterações posteriores.

ASSISTENTE SOCIAL

1. Questão Social. 2. Controle Social. 3. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 4. Dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas do Serviço Social. 5. Lei nº. 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. 8. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 9. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2005. 10. Resolução CNAS nº. 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 11. Lei nº. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. 12. Lei nº. 8.212/1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social: Títulos I, II, III e IV. 13. Cadastro Único - Decreto nº 6.135/07. 14. Benefícios Assistenciais. 15. Bolsa Família. 16. Estado e Políticas Sociais – desenvolvimento histórico no Brasil; 17 Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

ENGENHEIRO CIVIL

1. Etapas Preliminares e Obras de Infraestrutura: Aspectos legais, Legislação vigente, Estudo do terreno, Sondagens, Topografia, Demarcação da obra, Fundações diretas, Fundações indiretas. 2. Obras de Supraestrutura: Formas, Armaduras, Tecnologia do concreto, Concreto, Alvenaria. 3. Instalações Prediais. 3.1. Instalações hidráulicas: Instalações prediais de água fria. a) Sistemas de alimentação predial e distribuição de água fria. b) Dimensionamento do sistema de alimentação. c) Dimensionamento da estação elevatória. d) Dimensionamento do sistema de distribuição de água fria. 3.2. Instalações prediais de esgoto sanitário. a) Partes constituintes e funcionamento das instalações prediais de esgotos sanitários. b) Dimensionamento das canalizações de esgoto e ventilação. 3.3. Instalações prediais de esgotos pluviais. a) Dimensionamento das instalações prediais de esgotos pluviais. 3.4. Instalações hidráulico-prediais contra incêndio. a) Sistemas de proteção contra incêndio por extintores manuais. 4. Instalações Elétricas. a) Alimentação predial. PC. b) Quadros corta-circuitos. c) Tubulações, condutores, dimensionamento. d) Pontos de utilização / dimensionamento. 5. Instalações de Gás. a) Medidores. PI. b) Reguladores de pressão. c) Tubulação, dimensionamento. d) Pontos de utilização. e) Aquecimento e exaustão. 6. Instalações de Telefone. a) Quadros de distribuição. b) Tubulação interna e rede interna. c) Cabeamento. 7. Rede Lógica. a) Quadros de distribuição. b) Tubulação interna e rede interna. c) Cabeamento. 8. Esquadrias: a) Madeira. b) Metálica. c) PVC. 9. Serviços de Acabamento: a) Revestimento. b) Pavimentação. 10. Coberturas e Tratamento: a) Impermeabilização. b) Telhados – Madeiramento e telhas. 11. Louças e Metais. 12. Equipamentos Eletromecânicos. 13. Vidros: a) Lisos. b) Temperados. 14. Pavimentação: a) Projetos de vias urbanas. b) Obras de arte. c) Ensaios tecnológicos. d) Sinalização e controle de tráfego urbano. 15. Prestação de assistência técnico-gerencial à administração pública; 16. Emissão de laudos e pareceres; 17. Fiscalização e responsabilização de obras em andamento; 18. Termos de referências para contratação de serviços, projetos e equipamentos; 19. Análise de projetos. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro. Plano Diretor do Município de Timbó, Leis Complementares nº 335 de 05/10/2007; 342 de 13/12/2007; 343 de 13/12/2007; 344 de 13/12/2007; 345 de 13/12/2007; 363 de 17/12/2008; 364 de 17/12/2008 e alterações posteriores.

FISCAL DE POSTURAS

1. Autonomia e competência do Município. 2. Poder de polícia do Município: meios de atuação da fiscalização. 3. Atos administrativos relacionados ao poder de polícia: atributos, elementos, discricionariedade, vinculação; autorização e licença. 4. Direito de construir: fundamento, proteção à segurança e ao sossego, controle da construção, o papel do Município; licenciamento de obras, consulta prévia, aprovação de projeto, emissão de alvará, emissão de habite-se. 5. Código de Obras de Timbó. 6. Código de Posturas de Timbó. 7. Plano Diretor de Timbó: Leis Complementares nº 335 de 05/10/2007; 342 de 13/12/2007; 343 de 13/12/2007; 344 de 13/12/2007; 345 de 13/12/2007; 363 de 17/12/2008; 364 de 17/12/2008 e alterações posteriores. 8. Código Tributário: Taxas de Poder de Polícia: Lei Complementar nº 142/98 e alterações posteriores. 9. Lei Orgânica Municipal. 10. Fiscalização: vistorias, irregularidades, intimação, notificação, auto de infração, sanções, recurso, interdição, cassação de licença, apreensão de bens. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

FISCAL DE TRIBUTOS

Noções de Direito Constitucional. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado Brasileiro. Administração Pública. Tributação e Orçamento. Sistema Tributário Nacional. Princípios

constitucionais tributários. Repartição constitucional de competências tributárias. Limitações ao poder de tributar. Ordem econômica e financeira. 2. Noções de Direito Administrativo. Princípios da Administração Pública. Teoria geral do Ato Administrativo: conceito, classificação, espécies, elementos, requisitos e atributos do ato administrativo. 3. Direito Tributário. Conceito. Princípios. Normas gerais tributárias. Legislação Tributária: Vigência, interpretação, integração e aplicação. Conceito de tributo e espécies incluídas na competência tributária municipal. Incidência. Não Incidência. Imunidade. Isenção. Obrigação tributária: Principal e acessória. Hipótese de Incidência. Fato gerador. Sujeitos ativos e passivos. Contribuinte e Responsável. Responsabilidade Solidária e supletiva. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Crédito tributário: natureza, conceito, constituição, suspensão, extinção e exclusão. Lançamento: conceito, espécies, requisitos, efeitos, impugnação e revisão. Administração Tributária. Fiscalização: termos e procedimentos. Sigilo Fiscal. Fiscalização das empresas optantes pelo Simples Nacional. Dívida ativa: Requisitos e efeitos da inscrição. Certidão negativa. Prescrição e decadência. Renúncia de receitas. Infração, Fraude e Crimes contra a ordem tributária (lei 8.137/90). Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003. O ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: Incidência; Não Incidência; Fato Gerador; Serviços Tributáveis; Lista de serviços; Estabelecimento Prestador; Sujeito passivo; Contribuinte; Responsável; Base de cálculo; Alíquota; Preço do serviço. O ITBI – Imposto sobre a Transmissão inter vivos de Bens Imóveis: Fato gerador, Base de Cálculo, Sujeito Passivo. O IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: Fato gerador, Base de Cálculo, Sujeito Passivo. 4. Legislação Tributária do Município de Timbó. Código Tributário Municipal, legislação esparsa e regulamentos. 5. Noções de Direito Civil. Pessoas Naturais e Jurídicas. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Negócio jurídico. Contratos e espécies. A empresa, o empresário, a sociedade, o estabelecimento, nome empresarial e escrituração. Posse e Propriedade: conceito, aquisição e perda. 6. Contabilidade. Conceito, noções básicas, objeto, finalidade, usuários e funções. Patrimônio: conceito, bens, direitos e obrigações. Equação patrimonial, origem e aplicação de recursos. Conceitos contábeis básicos: contas, lançamentos, método das partidas dobradas. Balanço patrimonial: apresentação e composição. Apresentação da demonstração do resultado. 7. Auditoria. Conceito e espécies. Procedimentos de Auditoria. Papéis de Trabalho. Fraude e erro. Planejamento de Auditoria. Relevância. Risco de Auditoria. Aplicação de procedimentos de Auditoria. Relatório de Auditoria. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

MÉDICO CLÍNICO GERAL – ESF

Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde; Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso; Identificação das fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, adolescência, do adulto e da velhice. Assistência à gestação normal, identificando os diferentes tipos de risco; Cuidados ao recém nascido normal e condução da puericultura; Tratamento das afecções mais frequentes na infância, na adolescência, na idade adulta e na velhice; Interpretação de exames complementares de apoio diagnóstico na atividade clínica diária; Diagnóstico das patologias cirúrgicas mais frequentes e encaminhamentos necessários; Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais simples; Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional; Conhecimento sobre o ciclo vital, a estrutura e a dinâmica familiar; Promoção de ações de educação em saúde e ações em parceria com a comunidade; Identificação dos problemas de saúde da comunidade, particularizando grupos mais vulneráveis; Gerenciamento de serviços de saúde; Montagem e operação de sistemas de informação na Atenção Primária à Saúde; Montagem, orientação e avaliação de sistema de referência e contrarreferência; Estudos de prevalência e incidência de morbi-mortalidade e

de indicadores de saúde na população sob sua responsabilidade; Implementação, controle e avaliação do programa de imunização da unidade. Orientação e implementação de atividades de treinamento de pessoal e educação continuada para a equipe de saúde. Conhecimentos Gerais de Medicina: Semiologia médica; Radiologia Básica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Ética Médica: Aspectos da moral teórica e aplicação dos princípios éticos em situações concretas das atividades da vida pessoal e profissional. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

NÍVEL MÉDIO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos de Nível Médio

Interpretação de textos; Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; Regência nominal e verbal; concordância nominal e verbal. Classes de palavras - flexões e emprego de: substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes e verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação gráfica. Figuras de Linguagem/Sentido figurado. Crase.

Legislação Constitucional e Municipal para todos os cargos de Nível Médio.

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). 3. A Lei Orgânica Municipal. Competências e limitações de cada Poder. 4. O Poder Legislativo. A Câmara Municipal. 5. O Poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo.

NÍVEL MÉDIO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Legislação (Código de Trânsito Brasileiro e seus Regulamentos). Regras gerais de circulação. Deveres e Proibições. Infrações e penalidades dos veículos e dos condutores de veículos. Direção Defensiva. Prevenção de Acidentes. Condição Adversa. Colisão. Distância. Cruzamento. Ultrapassagem. Hidroplanagem. Curvas. Rodovias. Primeiros Socorros: Atitudes do Socorrista. Hemorragia. Queimadura. Fratura. Respiração. Circulação. Entorse. Luxação. Sinalização: Sinais de Apito. Placas de Advertência. Placas de Regulamentação. Placas de Indicação de Serviço Auxiliar. Sinalização Horizontal. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL

Relações de afetividade da família e da escola. Higiene da criança. Cuidados essenciais. A criança e seu espaço. Prevenção de acidentes. Cuidar e Educar. Higiene. Prevenção. Espaço na Creche. Rotina. Alimentos: importância dos alimentos para saúde, contaminação (microorganismos, doenças e intoxicações), rotulagem de produtos nutrientes, medidas caseiras. Programa Nacional de Alimentação Escolar: alimentação saudável. Qualidade e Eficiência no serviço Público. Estatuto da Criança e do Adolescente. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. 2. Administração e ambiente de trabalho: Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Followup. Check-list. Organização de reuniões e eventos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Qualidades pessoais e técnicas relativas à função de assessoria. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. 3. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, contrato, convênio, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. Windows XP e Windows 7: Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, painel de controles, exclusão e recuperação de arquivos ou pastas. Word 2003 e 2007: Estrutura básica dos documentos, criação, exclusão e recuperação de documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, configuração de páginas, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, ortografia e gramática, controle de quebras, numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto, mala direta. Excel 2003 e 2007: Estrutura básica das planilhas, formatação de dados, estilos pré-definidos, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, validação, classificação, sub-totais, obtenção de dados externos. Internet: Email, Segurança na internet, vírus e anti-vírus. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Auditorias em Segurança; Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – Ceres; Conceito sobre processos de gestão de qualidade, segurança e meio ambiente; Conceitos de gerenciamento de risco; Conhecimentos gerais sobre avaliações; Estatísticas de acidentes, cálculo de taxas de frequência e gravidade. Legislação Previdenciária referente a Acidente do Trabalho; Legislação que rege a segurança do trabalho (Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978-Normas Regulamentadoras); Normas técnicas específicas; Política de Saúde do Trabalhador para o SUS – Sistema Único de Saúde; Qualidade de vida no trabalho; Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador – Renast; Técnicas de análise de acidentes; Treinamento e formação da brigada de incêndio; Vínculo Empregatício. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro.

NÍVEL FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE NÚCLEO COMUM

Matemática para os cargos de Nível Fundamental

Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração,

multiplicação e divisão de números naturais e decimais. Interpretação e cálculos com idéia de porcentagem e fração. Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. Leitura e interpretação de gráficos e tabelas. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades e tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Geometria (ângulo).

Português para os cargos de Nível Fundamental

Interpretação de textos. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos. Emprego de tempos e modos dos verbos. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de palavras - flexões e emprego de: substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes e verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação gráfica.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

MECÂNICO

1. Utilização de instrumentos de medição, tais como: paquímetro, espécimetro, micrômetro, relógio comparador, goniômetro, torquímetro, manômetro, vacuômetro, voltímetro, amperímetro e multímetro automotivo. 2. Conhecimentos técnicos sobre lubrificantes utilizados em automóveis e utilitários leves. 3. Manutenção, diagnóstico e correção de defeitos em motores de automóveis e utilitários leves, ciclos Otto e Diesel, seus órgãos periféricos e sistemas de lubrificação e arrefecimento. 4. Manutenção, diagnóstico e correção de defeitos em sistemas de transmissão, suspensão, direção, freios e elétrico de automóveis e utilitários leves. 5. Manutenção, diagnóstico e correção de defeitos de equipamentos e dispositivos eletromecânicos. 6. Manutenção, diagnóstico e correção de defeitos em implementos e acessórios de utilitários e máquinas pesadas. Equipamentos de proteção individual (EPI). Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade.

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

AUXILIAR OPERACIONAL I

Zeladoria: Utilização, cuidados, limpeza, guarda e controle de materiais, equipamentos e produtos utilizados; Segurança no trabalho e prevenção de acidentes, Equipamentos de Proteção individual (E.P.I.). Copa e cozinha: preparo de pequenas refeições. Limpeza: higienização de prédios públicos; Higienização de superfícies; Condução e Aspectos gerais de higiene; Meio ambiente e reciclagem de produtos e materiais; Coleta seletiva; Separação de lixo. Resíduos. Limpeza de vias públicas. Identificação e uso de ferramentas. Atendimento e qualidade.

ELETRICISTA

1. Materiais Elétricos: a) Tubulações – eletrodutos metálicos e de PVC, eletrocalhas. b) Condutores em geral, fios e cabos. c) Quadros (disjuntores, balanceamento de circuitos). d) Isolamento, aterramento. e) Substituição de lâmpadas, reatores e fotocélulas. 2. Ferramentas: a) Ferramentas manuais. b) Ferramentas elétricas. c) Aparelho de medição de corrente. d) Aparelho de medição de voltagem. 3. Manutenção Predial Elétrica. 4. Equipamentos de Segurança: a) Equipamentos de proteção individual (EPI). Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade.

MARCENEIRO

Identificação dos equipamentos, das ferramentas manuais e das ferramentas elétricas portáteis e fixas (e dos seus componentes) de marcenaria. Anatomia da madeira. Propriedades da madeira: tecnológicas, físicas, mecânicas. Secagem da madeira: métodos naturais e métodos artificiais. Escolha das madeiras em função do projeto a realizar. Armazenamento da madeira. A sequência

das fases de trabalho fluxo produtivo do projeto a realizar. Estudo de uniões de encaixes e malhetes. Equipamentos de proteção individual (EPI). Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade.

OPERADOR DE MÁQUINAS

1. Conhecimentos sobre operação de máquina pesadas (niveladora, trator de esteira, retro-escavadeira e pá carregadeira): precauções e regras de segurança; leitura dos instrumentos do painel, manutenção básica e verificações de rotina, lubrificação e cuidados operacionais; ajustes, regulagens, acoplamento, desacoplamento, limpeza e conservação de implementos. 2. Conhecimentos sobre legislação de trânsito e direção defensiva. Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade.

PEDREIRO

Conhecimentos das ferramentas e materiais; Conhecimentos da Função; Normas de segurança; Concretagem; Preparação de massas; Noções de assentamento de tijolos. Sistema métrico linear. Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade.

SOLDADOR

1. Noções básicas de soldagens. 2. Tipos de máquinas de solda. 3. Segurança no processo de soldagem; 4. Soldagem com eletrodo revestido – Tipos de eletrodos revestidos conforme norma AWS e ABNT e suas aplicações. 5. Processo de soldagem MIG/MAG – Tipos de fontes de soldagem – Classificação dos arames de soldagem conforme norma AWS – Tipos de gases de proteção. 6. Processo oxiacetilênico – Tipos de equipamentos – Tipos de gases e acessórios. 7. Tipos de defeitos de soldagem – causas e soluções. 8. Equipamentos de proteção individual (EPI). Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade.

NOME DO CANDIDATO:	RESULTADO DO RECURSO:	1 - DEFERIDO 2 - INDEFERIDO
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:	
Nº DA QUESTÃO:	DATA:	
FUNDAMENTAÇÃO:		

Assinatura do Candidato

Timbó, de de 20__.

Extrato da Ata RP 145 2011 MERENDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2011/Pregão 145

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Timbó

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS (CARNE, OVOS, PÃO FRANCÊS E PÃO PARA CACHORRO-QUENTE) NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DO CARDÁPIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O PERÍODO DE JANEIRO A AGOSTO DO ANO DE 2012

Empresas fornecedoras: Supermercado Busarello Ltda, Coml. Abelam Ltda e Panificadora Bom Dia Ltda.

Valor Total Estimado: R\$ 177.913,85 (cento e setenta e sete mil, novecentos e treze reais e oitenta e cinco centavos)

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: 08 meses

Órgãos Participantes: Secretaria de Educação

Timbó, 23/12/2011

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó em Exercício

Turvo

PREFEITURA

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA ALBERTO FRASSON



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA ALBERTO FRASSON**
ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **1500,00**
LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 24.261,48
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 2.426,15
Total para rateio entre os moradores				R\$ 21.835,33

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	1350,00	R\$ 21.835,33
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Jacinto Bendo	135,00	50,00%	16,17	10.917,67
Total lado Oeste	135,00			10.917,67

(Lado Leste)

Antonio Anelli Zavaris ME	12,50	50,00%	16,17	1.010,90
Antonio Anelli Zavaris ME	12,50	50,00%	16,17	1.010,90
Jose Elias marcon	12,00	50,00%	16,17	970,46
Hercilio Casteller	12,50	50,00%	16,17	1.010,90
Prefeitura	12,00	50,00%	16,17	970,46
Joao machado Rodrigues	12,50	50,00%	16,17	1.010,90
Joao machado Rodrigues	12,50	50,00%	16,17	1.010,90
Adolfo Machado Rodrigues	12,50	50,00%	16,17	1.010,90
MadeirairaCasteller Ltda	12,50	50,00%	16,17	1.010,90
Jose Machado Rodrigues	12,50	50,00%	16,17	1.010,90
Associação De Moradores AFASC	11,00	50,00%	16,17	889,59
Total lado Leste	135,00			10.917,67

Prefeitura				3.396,61
-------------------	--	--	--	-----------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 21.835,33
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	R\$ 2.426,15
Rodovia SC 448	150,00 R\$ 2.426,15
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 24.261,48

Edital de PAVIMENTACAO RUA ANGELO ROVARIS 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA ANGELO ROVARIS**
ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **3100,00**
LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 49.524,09
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 5.160,09
Total para rateio entre os moradores				R\$ 44.364,00

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	2777,00	R\$ 44.364,00
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Sul)

Emilia tonetto Fernandes	23,50	50,00%	15,98	1.877,12
Aldina Dandolini Marcon	30,00	50,00%	15,98	2.396,33
Herdeiros De Jose Manoel Caetano Farias	12,50	50,00%	15,98	998,47
José Damiani Dos Passos	12,50	50,00%	15,98	998,47
Joventino Pinto	12,50	50,00%	15,98	998,47
Santina Manoel Fernandes	12,50	50,00%	15,98	998,47
Vanilda Vieira Felicia	12,50	50,00%	15,98	998,47
Espólio De Adelino Ferreira	12,50	50,00%	15,98	998,47
Vagno Texeira	13,00	50,00%	15,98	1.038,41
Joelma Darabas Girardi Rocanto	13,00	50,00%	15,98	1.038,41
Herdeiros de Helio Sartor e outros	123,20	50,00%	15,98	9.840,92
Total lado Sul	277,70			22.182,00

(Lado Norte)

Jair Adelardo Da Silva	23,50	50,00%	15,98	1.877,12
Aldina Dandolini Marcon	30,00	50,00%	15,98	2.396,33
Ana M. Borges	12,50	50,00%	15,98	998,47
Pedro Pereira De Almeida	12,50	50,00%	15,98	998,47
laurentino Bert Zaverize	12,50	50,00%	15,98	998,47
Juarez Sartor	37,50	50,00%	15,98	2.995,41
Jerry Adriane Favero	26,70	50,00%	15,98	2.132,73
Artur Coelho Dos Santos	17,10	50,00%	15,98	1.365,91
Artur Coelho Dos Santos	17,10	50,00%	15,98	1.365,91
Maria Goreti Da Silva	29,50	50,00%	15,98	2.356,39
Ezequiel j. Claudino	30,00	50,00%	15,98	2.396,33
Maria Isabel Oliveira	14,40	50,00%	15,98	1.150,24
Aldo Sartor	14,40	50,00%	15,98	1.150,24
Total lado Norte	277,70			22.182,00

Total Prefeitura	5.160,09
-------------------------	-----------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 44.364,00
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM..**	R\$ 5.160,09
Rua Antonio Dandolini	140,00 R\$ 2.236,57
Rua Angelo Sartor	183,00 R\$ 2.923,52
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 49.524,09

Edital de PAVIMENTACAO RUA ANGELO SARTOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA ANGELO SARTOR**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **2057,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 32.189,93
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 4.694,69
Total para rateio entre os moradores				R\$ 27.495,24

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	1757,00	R\$ 27.495,24
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Tereza Antonia S. Scarsanella	85,80	50,00%	15,65	6.713,41
Jairo Da Silva	45,00	50,00%	15,65	3.521,02
Tereza Antonia S. Scarsanella	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Tereza Antonia S. Scarsanella	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Tereza Antonia S. Scarsanella	16,30	50,00%	15,65	1.275,39
Total lado Oeste	177,10			13.857,16

(Lado Leste)

Dilso Scarabelot	83,00	50,00%	15,65	6.494,32
Dilso Scarabelot	91,30	50,00%	15,65	7.143,75
Total lado Leste	174,30			13.638,08

Prefeitura				4.694,69
-------------------	--	--	--	-----------------

VALOR PARA RATEIO:		R\$ 27.495,24
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M²	R\$ 4.694,69
Rua Rui Barbosa	20,00	R\$ 312,98
Rua Ernesto Lodeti	140,00	R\$ 2.190,86
Rua Raui Manfredini	140,00	R\$ 2.190,86
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 32.189,93

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA ANGELO SARTOR 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA ANGELO SARTOR**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **1000,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 15.975,51
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 0,00
Total para rateio entre os moradores				R\$ 15.975,51

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	1000,00	R\$ 15.975,51
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Jocelito Daros	29,00	50,00%	15,98	2.316,45
Jocelito Daros	14,00	50,00%	15,98	1.118,29
Vilson Piccollo	14,00	50,00%	15,98	1.118,29
Prefeitura	14,00	50,00%	15,98	1.118,29
Natalina Sartor	14,00	50,00%	15,98	1.118,29
Maria Goreti Da Silva	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Total Lado Oeste	100,00			7.987,76

(Lado Leste)

José Claudionor Toreti	29,00	50,00%	15,98	2.316,45
José Claudionor Toreti	14,00	50,00%	15,98	1.118,29
Herdeiros de Helio Sartor e outros	14,00	50,00%	15,98	1.118,29
Natalina Sartor	14,00	50,00%	15,98	1.118,29
Octavino Tuon	14,00	50,00%	15,98	1.118,29
Ezequiel J. Claudino	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Total Lado Leste	100,00			7.987,76

Total Prefeitura

(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.**	unid. M²	R\$ 0,00
Rua N° 04	0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 15.975,51

Editais de PAVIMENTAÇÃO RUA ANTONIO DANODOLINI 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA ANTONIO DANDOLINI**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **3425,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 55.397,04
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 6.874,09
Total para rateio entre os moradores				R\$ 48.522,95

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C): 3000,00 R\$ 48.522,95

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Marcelo Bortot	50,00	50,00%	16,17	4.043,58
Eva Maria Polli Bom	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Esp. Valdir Donadel	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Laidete Lurdes De Almeida	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Juarez sartor	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Esp. De Adelino Ferreira	46,00	50,00%	16,17	3.720,09
Raulindo De Oliveira	17,75	50,00%	16,17	1.435,47
Carolina Inácio	16,25	50,00%	16,17	1.314,16
Vilson Dorizete Castelan	17,00	50,00%	16,17	1.374,82
Edevar Lodetti	13,00	50,00%	16,17	1.051,33
Valdecir Friguetto	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Irio Cechinel Turossi	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
David Lino Sartor	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
David Lino Sartor	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Claristino Becker	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Jucelino José Daros	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Total lado Oeste	300,00			24.261,48

(Lado Leste)

Marcio Vitto	25,00	50,00%	16,17	2.021,79
Celso Luiz Monteiro	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Valdecir Cadorin	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Rosana Silva Moro Machado	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Rosana Silva Moro Machado	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Jose Francisco Leandro	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Jerry Adriane Favero	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Vagno Teixeira	24,00	50,00%	16,17	1.940,92
Carline De Souza	12,33	50,00%	16,17	997,42
Lucir Ceron De Lavechia	12,33	50,00%	16,17	997,42
Tiago Botelho	12,33	50,00%	16,17	997,42
Aladio Salvaro	19,00	50,00%	16,17	1.536,56
Eder Parol	17,50	50,00%	16,17	1.415,25
Joana Cardoso	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Eliseu Morgerot Policarpo	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Walmarino Burigo dal Pont	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Claudete Favero	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Edvania Mota Lodetti Elias	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Alcides War Fernandes	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Mafalda De Vicente	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Total lado Leste	300,00			24.261,48

Total Prefeitura 6.874,09

VALOR PARA RATEIO:		R\$ 48.522,95
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M²	R\$ 6.874,09
Rua Nº. 104	140,00	R\$ 2.264,40
Rua Angelo Rovaris	145,00	R\$ 2.345,28
Rua Nº. 103	140,00	R\$ 2.264,40
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 55.397,04

Editais de PAVIMENTACAO RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO**
ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **5259,00**
LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 125.250,61
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 5.382,51
Total para rateio entre os moradores				R\$ 119.868,10

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	5033,00	R\$ 119.868,10
--	----------------	-----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Sul)

Valmir Bretz	45,00	50,00%	23,82	5.358,70
Marcos Antonio Osorio	16,66	50,00%	23,82	1.983,91
Ines Boza Della Vechia	16,67	50,00%	23,82	1.985,10
Michele Oliveira soares Figueredo	16,67	50,00%	23,82	1.985,10
Valmir Correa Zilli	12,50	50,00%	23,82	1.488,53
Valmir Correa Zilli	12,50	50,00%	23,82	1.488,53
Valmir Correa Zilli	12,50	50,00%	23,82	1.488,53
Valcir Arcaro	12,50	50,00%	23,82	1.488,53
Jean Carlos Arcaro	12,00	50,00%	23,82	1.428,99
Prefeitura	31,00	50,00%	23,82	3.691,55
Rogério Caetano	30,00	50,00%	23,82	3.572,46
Donaldo Manoel Cordeiro	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Valdeci Severino	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Nivaldo Schulter	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Eroni Schulter	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Tiago Candéo	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Terezinha Marchesini Fernandes	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Ema Votri Machado	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Claudiomiro Rovaris Da Silva	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Evaldo Vicentin	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Miguel Piazzoli	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Prefeitura	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Felipe Mattos Justino	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Bruna Mattos Justino	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Alberto Menegaro	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Abel Olivo Neto	14,50	50,00%	23,82	1.726,69
Marlene Piazzoli	14,50	50,00%	23,82	1.726,69
Dozolina Zanelatto Marchesini	14,50	50,00%	23,82	1.726,69
Angelino Ferreira	14,50	50,00%	23,82	1.726,69
Celio Tonetto	31,30	50,00%	23,82	3.727,27
Total Lado Sul	503,30			59.934,05

(LadoNorte)

Valmir Bretz	30,50	50,00%	23,82	3.632,01
Antonio Ramiro machado	14,50	50,00%	23,82	1.726,69
Rosane Boza Feltrin	50,00	50,00%	23,82	5.954,11
Arcanjo Reni Warmiling	12,50	50,00%	23,82	1.488,53
Fábio De Souza Patrício	12,50	50,00%	23,82	1.488,53
Paulo Luzietti	12,50	50,00%	23,82	1.488,53
Jailson Vargas Machado	12,50	50,00%	23,82	1.488,53
Tereza Scarabelot marcon	43,00	50,00%	23,82	5.120,53
Jailso Luiz	30,00	50,00%	23,82	3.572,46
Claudionor Londero	14,50	50,00%	23,82	1.726,69
Laercio Luiz Schulter	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Claudir Rovaris	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Claudir Rovaris	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Arnoldo Do Nascimento Paulo	14,50	50,00%	23,82	1.726,69
Idarlei De Borba Paula	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Celio Tonetto	200,30	50,00%	23,82	23.852,16
Total Lado Norte	503,30			59.934,05

Prefeitura				10.741,21
-------------------	--	--	--	------------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 119.868,10
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	R\$ 5.382,51
Rua José Roberto Trichês	23,00 R\$ 547,78
Rua Clavio Luchina Francisco	23,00 R\$ 547,78
Rau Abrão Trichês	180,00 R\$ 4.286,96
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 125.250,61

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA HERCILIO ROSSO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA HERCILIO ROSSO**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **1100,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 17.791,75
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 0,00
Total para rateio entre os moradores				R\$ 17.791,75

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	1100,00	R\$ 17.791,75
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m² 15,87	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	-----------------------	-------------------------

(Lado Sul)

Vilmar Seno	13,20	50,00%	16,17	1.067,51
Jose De Aguiar	13,20	50,00%	16,17	1.067,51
Zoe Silveira da Costa	13,20	50,00%	16,17	1.067,51
Adilson Pereira De Oliveira	13,80	50,00%	16,17	1.116,03
Vanir Da Silva Tomé	12,10	50,00%	16,17	978,55
José Elias Marcon	32,00	50,00%	16,17	2.587,89
Valcir Panhan	12,50	50,00%	16,17	1.010,89
Total Lado Sul	110,00			8.895,88

(LadoNorte)

Oilson Soares Lourenço	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Aroldo Fornaza	24,20	50,00%	16,17	1.957,09
Adolfo Machado Rodrigues	30,00	50,00%	16,17	2.426,15
Prefeitura Municipal de Turvo	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Roberto Marcos Da Silva	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
João Machado Rodrigues	13,80	50,00%	16,17	1.116,03
Total Lado Norte	110,00			8.895,88

Prefeitura				1.132,20
-------------------	--	--	--	-----------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 17.791,75
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.** unid. M²	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 17.791,75

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA IDALINO BOZA2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA IDALINO BOZA**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **644,00**

LARGURA DA RUA = m **8,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 10.291,12
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 127,84
Total para rateio entre os moradores				R\$ 10.163,28

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	636,00	R\$ 10.163,28
--	---------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Norte)

Marcia De Luca Acordi	29,50	50,00%	15,98	1.885,64
Andrei Boza	12,50	50,00%	15,98	799,00
Delonir Bortoluzzi	12,50	50,00%	15,98	799,00
Valerim Acordi	12,50	50,00%	15,98	799,00
Valerim Acordi	12,50	50,00%	15,98	799,00
Total Lado Sul	79,50			5.081,64

(Lado Sul)

Dilnei Sonogo	15,00	50,00%	15,98	958,80
Marcia De Luca Acordi	14,50	50,00%	15,98	926,84
Vanderleia Possamai	12,50	50,00%	15,98	799,00
Magali Possamai Fávero	12,50	50,00%	15,98	799,00
Kirana possamai	12,50	50,00%	15,98	799,00
Jorge Cardoso	12,50	50,00%	15,98	799,00
Total Lado Sul	79,50			5.081,64

Total Prefeitura

(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M²	R\$ 127,84
Rua Simão Zilli	8,00	R\$ 127,84
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 10.291,12

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA JORGE LACERDA 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA JORGE LACERDA**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **880,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 14.233,40
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 0,00
Total para rateio entre os moradores				R\$ 14.233,40

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	880,00	R\$ 14.233,40
--	---------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Sul)

Neiva Bortoli Orso	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Valdemar Dionisio Dos Santos	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Vilma Bardini	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Dorizete Arcangelo Gonçalves	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Ana Marta Luiz	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Arnaldo Pereira	13,00	50,00%	16,17	1.051,33
Total Lado Sul	88,00			7.116,70

(LadoNorte)

Luiz Santos Bendo	30,00	50,00%	16,17	2.426,15
Maria Do Carmo Bendo Demétrio	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Adalto José Conti	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Maria Helena Bendo	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Marcio Odair Meister	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Prefeitura	2,00	50,00%	16,17	161,74
Total Lado Norte	88,00			7.116,70

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 14.233,40
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M² R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 14.233,40

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA JOSE MALGAREZZI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA : **RUA JOSÉ MALGAREZZI**
ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **1.020,00**
LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 24.292,76
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 476,33
Total para rateio entre os moradores				R\$ 23.816,43

VALOR E ÁREA PARA RATEIO	1.000,00	R\$ 23.816,43
---------------------------------	-----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Leste)

Antonio Luiz Giusti	35,00	50,00%	23,82	4.167,88
Antonio Marcio Giusti	30,00	50,00%	23,82	3.572,46
Eder Machado e Marília Giusti	17,00	50,00%	23,82	2.024,40
Antonio Avelino Giusti	18,00	50,00%	23,82	2.143,48
Total lado Oeste	100,00			11.908,22

(Lado Oeste)

Gilberto Darabas	30,00	50,00%	23,82	3.572,46
Micheli Schulter	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Fernando Luiz Vitto	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Edio Tonetto	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Felipe Dagostin	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Daniel Dagostin	14,00	50,00%	23,82	1.667,15
Total lado Leste	100,00			11.908,22

Prefeitura				476,33
-------------------	--	--	--	---------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 23.816,43
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	R\$ 476,33
Rua Jorge Lacerda	20,00 R\$ 476,33
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 24.292,76

** Encargo PMT

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA LUIZ CIRIMBELLI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA LUIZ CIRIMBELLI**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **2985,50**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 48.288,43
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)			51,5	R\$ 817,31
Total para rateio entre os moradores				R\$ 47.471,13

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	2934,00	R\$ 47.471,13
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m² 15,87	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	-----------------------	-------------------------

(Lado Sul)

Manoel Ezio Teixeira	17,60	50,00%	16,18	1.423,81
Jocemar Gonçalves	12,40	50,00%	16,18	1.003,14
Vitalino Valentin Scarabelot	16,80	50,00%	16,18	1.359,09
Veronica Toreti Scarabelot	16,80	50,00%	16,18	1.359,09
Ciro Angelo Scarabelot	16,80	50,00%	16,18	1.359,09
Vitalino Valentin Scarabelot	55,00	50,00%	16,18	4.449,41
Olga Biz Dagostin	86,00	50,00%	16,18	6.957,25
Prefeitura	14,00	50,00%	16,18	1.132,58
Libera Aldina Dagostin	19,50	50,00%	16,18	1.577,52
Alcides Spilere	19,00	50,00%	16,18	1.537,07
Vinicius Maragno	8,00	50,00%	16,18	647,19
Edio Tonetto	11,50	50,00%	16,18	930,33
Total Lado Sul	293,40			23.735,56

(LadoNorte)

Antonio Cilvanio Correa	13,00	50,00%	16,18	1.051,68
Esp.Ezilio Roaris	14,00	50,00%	16,18	1.132,58
Vitalino Valentin Scarabelot	16,00	50,00%	16,18	1.294,37
Prefeitura	12,00	50,00%	16,18	970,78
Vitalino Valentin Scarabelot	14,40	50,00%	16,18	1.164,94
Juvelina Scarabelot	24,00	50,00%	16,18	1.941,56
Vitalino Valentin Scarabelot	12,00	50,00%	16,18	970,78
Vitalino Valentin Scarabelot	12,00	50,00%	16,18	970,78
Vitalino Valentin Scarabelot	14,00	50,00%	16,18	1.132,58
Vitalino Valentin Scarabelot	16,00	50,00%	16,18	1.294,37
Prefeitura	14,00	50,00%	16,18	1.132,58
Julio Molgherout	16,00	50,00%	16,18	1.294,37
Julio Molgherout	14,00	50,00%	16,18	1.132,58
Leticia Casagrande Ferrari	14,00	50,00%	16,18	1.132,58
Santino Zeferino	16,00	50,00%	16,18	1.294,37
Prefeitura	14,00	50,00%	16,18	1.132,58
Julio Molgherout	16,00	50,00%	16,18	1.294,37
Vanderlei Scarabelot	14,00	50,00%	16,18	1.132,58
Prefeitura	11,50	50,00%	16,18	930,33
Vinicius Maragno	8,00	50,00%	16,18	647,19
Edio Tonetto	8,50	50,00%	16,18	687,64
Total Lado Norte	293,40			23.735,56

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 47.471,13
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	R\$ 817,31
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 48.288,43

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA LUIZ MIRO FASCIN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA LUIZ MIRO FASCIN**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **3140,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 49.137,74
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 4.694,69
Total para rateio entre os moradores				R\$ 44.443,05

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	2840,00	R\$ 44.443,05
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Lauro Fascin	60,00	50,00%	15,65	4.694,69
Lauro Fascin	90,00	50,00%	15,65	7.042,03
Graciana Fascin	30,00	50,00%	15,65	2.347,34
Lauro Fascin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Lauro Fascin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Lauro Fascin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Lauro Fascin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Lauro Fascin	30,00	50,00%	15,65	2.347,34
Prefeitura	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Total lado Oeste	284,00			22.221,53

(Lado Leste)

Carlessi	29,00	50,00%	15,65	2.269,10
Cleder Conti	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Jocelir Warmiling	30,00	50,00%	15,65	2.347,34
Felipe Dagostin	17,00	50,00%	15,65	1.330,16
Felipe Dagostin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Jairo Fascin	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Judinei Fascin	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Lisaura Fascin De Costa	30,00	50,00%	15,65	2.347,34
Andreia Giusti Minatto	17,00	50,00%	15,65	1.330,16
Loenir Fascin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Julnece Fascin	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Lourdes Fascin	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Joelso Luiz Fascin	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Alexandre Melchior Rodrigues Filh	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Loenir Fascin	32,00	50,00%	15,65	2.503,83
Total lado Leste	284,00			22.221,53

Total Prefeitura	4.694,69
-------------------------	-----------------

VALOR PARA RATEIO:		R\$ 44.443,05
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M²	R\$ 4.694,69
Avenida Municipal	20,00	R\$ 312,98
Rua Ernesto Lodeti	140,00	R\$ 2.190,85
Rua Raul Manfredini	140,00	R\$ 2.190,85
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 49.137,74

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA Nº 04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA Nº 04**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **1620,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 26.202,40
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 646,97
Total para rateio entre os moradores				R\$ 25.555,43

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	1580,00	R\$ 25.555,43
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m² 16,17	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	-----------------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Claudio Joel Francisco	17,50	50,00%	16,17	1.415,25
José de Oliveira Pinguello	30,00	50,00%	16,17	2.426,15
João Ferreira	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Nilton Cesar Gomes	18,00	50,00%	16,17	1.455,69
Eraldo Antonio Ribeiro Dos Santos	18,00	50,00%	16,17	1.455,69
Deoclesio Manoel Cordeiro	27,00	50,00%	16,17	2.183,53
Roberto Marcos da Silva	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Eduardo José Dias	17,50	50,00%	16,17	1.415,25
Total lado Oeste	158,00			12.777,71

(Lado Leste)

Itelvino Cordeiro	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Adolfo Biz	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Adolfo Biz	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Julia Darabas De Almeida	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Nelson Rezin	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Eloi Lazari	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Carlos Jose Luzzieti	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Jose Osemir Da Silva Tomé	14,00	50,00%	16,17	1.132,20
Oilson A. Soares Lourenso	30,00	50,00%	16,17	2.426,15
Silvano De Prá	16,00	50,00%	16,17	1.293,95
Total lado Leste	158,00			12.777,71

Total Prefeitura				646,97
-------------------------	--	--	--	---------------

VALOR PARA RATEIO:		R\$ 25.555,43
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M²	R\$ 646,97
Rua Hercilio Rosso	20,00	R\$ 323,49
Rua N° 304	20,00	R\$ 323,49
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 26.202,40

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA Nº 103

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA Nº 103**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **2000,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 39.479,64
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 2.763,57
Total para rateio entre os moradores				R\$ 36.716,07

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	1.860,00	R\$ 36.716,07
--	-----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Sul)

Valmir Sartor	23,00	50,00%	19,74	2.270,08
Valmir Sartor	13,00	50,00%	19,74	1.283,09
Joanderson morgerot Farias	13,00	50,00%	19,74	1.283,09
Ilizandra Semprebon Giusti	13,00	50,00%	19,74	1.283,09
Roni Dos Santos	13,00	50,00%	19,74	1.283,09
Nedi Donadel	13,00	50,00%	19,74	1.283,09
Nedi Donadel	13,00	50,00%	19,74	1.283,09
Mauro Cesar dos Reis	12,50	50,00%	19,74	1.233,74
Vilson Dorizete Castelan	12,50	50,00%	19,74	1.233,74
Eder Parol	20,00	50,00%	19,74	1.973,98
Erasmio Policarpo	20,00	50,00%	19,74	1.973,98
Eliane Bom	20,00	50,00%	19,74	1.973,98
Total lado Sul	186,00			18.358,03

(Lado Norte)

Jair Fávaro	22,40	50,00%	19,74	2.210,86
Leandro Raldi Casteller	13,10	50,00%	19,74	1.292,96
Lecionir Padilha Fagundes	13,10	50,00%	19,74	1.292,96
Joventino Pinto	13,10	50,00%	19,74	1.292,96
Ronaldo Semprebom	13,10	50,00%	19,74	1.292,96
Iliandra Semprebom Giusti	13,10	50,00%	19,74	1.292,96
Leonor Bortot	13,10	50,00%	19,74	1.292,96
Cledison Saccon dos Santos	11,00	50,00%	19,74	1.085,69
Carolina Inácio	14,00	50,00%	19,74	1.381,79
Aladio Salvaro	40,00	50,00%	19,74	3.947,96
Santilino Pires Correa	20,00	50,00%	19,74	1.973,98
Total lado norte	186,00			18.358,03

Prefeitura				2.763,57
-------------------	--	--	--	-----------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 36.716,07
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM:**	R\$ 2.763,57
Rua Antonio Dandolini 140,00	R\$ 2.763,57
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 39.479,64

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA Nº 304

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA Nº 304**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **560,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 9.057,62
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 1.940,92
Total para rateio entre os moradores				R\$ 7.116,70

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	440,00	R\$ 7.116,70
--	---------------	---------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Norte)

Jacinto Bendo	44,00	50,00%	16,17	3.558,35
Total Lado Sul	44,00			3.558,35

(Lado Sul)

Osmar Jose De Oliveira	14,50	50,00%	16,17	1.172,64
Sander L. Gonçalves	15,00	50,00%	16,17	1.213,07
Jose De Oliveira Pinguello	14,50	50,00%	16,17	1.172,64
Total Lado Sul	44,00			3.558,35

Total Prefeitura

(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.**	unid. M²	R\$ 1.940,92
Rua Nº 04	120,00	R\$ 1.940,92
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 9.057,62

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA PASCOAL SARTOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA PASCOAL SARTOR**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **5151,50**
LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 80.615,63
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 6.736,88
Total para rateio entre os moradores				R\$ 73.878,75

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	4721,00	R\$ 73.878,75
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Idalino Sartor	31,30	50,00%	15,65	2.449,06
Idalino Sartor	30,00	50,00%	15,65	2.347,34
Prefeitura	12,00	50,00%	15,65	938,94
Santina Da Silva Fernandes	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Vanir Antonia Ceron	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Nelson Zatta	30,00	50,00%	15,65	2.347,34
Irio Bada	30,00	50,00%	15,65	2.347,34
Idalino Sartor	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Idalino Sartor	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Idalino Sartor	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Idalino Sartor	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Idalino Sartor	32,00	50,00%	15,65	2.503,83
Idalino Sartor	16,00	50,00%	15,65	1.251,92
Prefeitura	32,00	50,00%	15,65	2.503,83
Prefeitura	43,00	50,00%	15,65	3.364,53
Idalino Sartor	115,80	50,00%	15,65	9.060,75
Total lado Oeste	472,10			36.939,38

(Lado Leste)

Camara De Vereadores	35,30	50,00%	15,65	2.762,04
Rosalino Manenti	12,96	50,00%	15,65	1.014,05
Pedro Daros	12,96	50,00%	15,65	1.014,05
Crislaine Soares	12,96	50,00%	15,65	1.014,05
Antonio Farias Gomes	14,70	50,00%	15,65	1.150,20
Zelinda Daros Ceron	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Guilherme Alberto Damo	16,22	50,00%	15,65	1.269,13
Maria Das Dores Favarin	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Nestor Recco	16,70	50,00%	15,65	1.306,69
Alvares Da Silva Filho	16,00	50,00%	15,65	1.251,92
Marcelo Ceconi	10,00	50,00%	15,65	782,45
Maria Amelia Ceron Da Silva	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Maria Saldete Angeloni	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Juarelson Feltrin	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Jair Adelardo Da Silva	13,30	50,00%	15,65	1.040,66
Emilia Tonetto Fernandes	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Jose alicio Giusti	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Dorival Favaro	20,00	50,00%	15,65	1.564,90
Devir Biz	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Jair Favaro	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Valmir sartor	16,00	50,00%	15,65	1.251,92
Pedro Machado	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
David Lino Sartor	30,00	50,00%	15,65	2.347,34
Prefeitura	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Edson Jair Dagostin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Edson Jair Dagostin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Maria De Jesus Velho	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
José Lazzarin	15,00	50,00%	15,65	1.173,67
Prefeitura	14,00	50,00%	15,65	1.095,43
Irio Bada	10,00	50,00%	15,65	782,45
Total lado Leste	472,10			36.939,38

Total Prefeitura	15.735,03
-------------------------	------------------

VALOR PARA RATEIO:		R\$ 73.878,75
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M²	R\$ 6.736,88
Rua Jorge Lacerda	70,50	R\$ 1.103,25
Rua Angelo Rovaris	180,00	R\$ 2.816,81
Rua Nº. 103	180,00	R\$ 2.816,81
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 80.615,63

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA PASCOAL SARTOR 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA PASCAL SARTOR**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **1548,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 24.730,09
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 766,82
Total para rateio entre os moradores				R\$ 23.963,27

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	1500,00	R\$ 23.963,27
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

José Nelso Fascin	90,00	50,00%	15,98	7.188,98
José Nelso Fascin	60,00	50,00%	15,98	4.792,65
Total Lado Oeste	150,00			11.981,63

(Lado Leste)

Prefeitura	60,00	50,00%	15,98	4.792,65
José Nelso Fascin	90,00	50,00%	15,98	7.188,98
Total Lado Leste	150,00			11.981,63

Total Prefeitura

(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.**	unid. M²	R\$ 766,82
Rua N° 04	48,00	R\$ 766,82
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 24.730,09

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA RAUL MANFREDINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA RAL MANFREDINI**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **595,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 9.311,13
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 0,00
Total para rateio entre os moradores				R\$ 9.311,13

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	595,00	R\$ 9.311,13
--	---------------	---------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Sul)

Dilso Scarabelot	38,50	50,00%	15,65	3.012,42
Dilso Scarabelot	20,00	50,00%	15,65	1.564,90
Prefeitura	1,00	50,00%	15,65	78,24
Total lado Oeste	59,50			4.655,57

(LadoNorte)

Dilso Scarabelot	59,50	50,00%	15,65	4.655,57
Total lado Leste	59,50			4.655,57

Prefeitura				78,24
------------	--	--	--	--------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 9.311,13
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.** unid. M²	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 9.311,13

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA RAUL MANFREDINI 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA RAUL MANFREDINI**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **850,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 13.579,19
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 2.556,08
Total para rateio entre os moradores				R\$ 11.023,11

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	690,00	R\$ 11.023,11
--	---------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Norte)

José Nelso Fascin	9,00	50,00%	15,98	718,90
Prefeitura	60,00	50,00%	15,98	4.792,66
Total Lado Sul	69,00			5.511,55

(Lado Sul)

José Nelso Fascin	69,00	50,00%	15,98	5.511,55
Total Lado Sul	69,00			5.511,55

Total Prefeitura

(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	unid. M²	R\$ 2.556,08
Rua Pascoal Sartor	160,00	R\$ 2.556,08
VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 13.579,19

Edital de PAVIMENTAÇÃO RUA SIMAO ZILLI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA SIMÃO ZILLI**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **970,40**

LARGURA DA RUA = m **8,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 15.506,99
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 0,00
Total para rateio entre os moradores				R\$ 15.506,99

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	970,40	R\$ 15.506,99
--	---------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Dilnei Sonogo	23,30	50,00%	15,98	1.489,34
Prefeitura Municipal de Turvo	12,00	50,00%	15,98	767,04
Marcia De Luca Acordi	14,00	50,00%	15,98	894,88
Jaime Luiz	14,00	50,00%	15,98	894,88
Celso Borges Moreira	14,00	50,00%	15,98	894,88
Gilmar Da Luca	14,00	50,00%	15,98	894,88
ValmirCorreia Zilli	30,00	50,00%	15,98	1.917,60
Total lado Oeste	121,30			7.753,50

(Lado Leste)

Vicente carlessi Ferreira	16,30	50,00%	15,98	1.041,90
Ivo Scarabelot	15,00	50,00%	15,98	958,80
Ivo Scarabelot	15,00	50,00%	15,98	958,80
Ivo Scarabelot	45,00	50,00%	15,98	2.876,40
Bernadete Candeo	30,00	50,00%	15,98	1.917,60
Total lado Leste	121,30			7.753,50

Total Prefeitura				767,04
-------------------------	--	--	--	---------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 15.506,99
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 15.506,99

Edital de PAVIMENTAÇÃO SERVIDAO AFONSO SCARABELOT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **SERVIDÃO AFONSO SCARABELOT**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **990,20**

LARGURA DA RUA = m **8,10**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 23.583,03
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 433,46
Total para rateio entre os moradores				R\$ 23.149,57

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	972,00	R\$ 23.149,57
--	---------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Sul)

João Padilha Da Silva	30,00	50,00%	23,82	2.893,70
João Padilha Da Silva	15,90	50,00%	23,82	1.533,66
Maria Catarina Dandolini	15,66	50,00%	23,82	1.510,51
Ari Pessi	15,68	50,00%	23,82	1.512,44
José Da Costa	16,00	50,00%	23,82	1.543,30
Emília Da Silva Gonçalves	15,50	50,00%	23,82	1.495,08
José Da Trindade	11,26	50,00%	23,82	1.086,10
Total Lado Sul	120,00			11.574,79

(LadoNorte)

Maria Catarina Dandolini	32,00	50,00%	23,82	3.086,61
Maria Catarina Dandolini	15,00	50,00%	23,82	1.446,85
Maria Catarina Dandolini	15,00	50,00%	23,82	1.446,85
Ari Pessi	15,00	50,00%	23,82	1.446,85
Norma Bristot Rodrigues	16,50	50,00%	23,82	1.591,53
Hermann Buchhorn	15,00	50,00%	23,82	1.446,85
Arnaldo Tonetto	11,50	50,00%	23,82	1.109,25
Total Lado Norte	120,00			11.574,79

Prefeitura				433,46
-------------------	--	--	--	---------------

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 23.149,57
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	R\$ 433,46
Rua Antonio Bez Batti	18,20 R\$ 433,46
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 23.583,03

Edital de PAVIMENTAÇÃO SERVIDAO ALEXANDRE NEOTI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **SERVIDÃO ALEXANDRE NEOTTI**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **1044,90**

LARGURA DA RUA = m **8,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 24.885,79
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 307,23
Total para rateio entre os moradores				R\$ 24.578,56

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C):	1032,00	R\$ 24.578,56
--	----------------	----------------------

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Dilso Sacarabelot	129,00	50,00%	23,82	12.289,28
Total Lado Sul				12.289,28

(Lado Leste)

Scheila Rubia Tavares Do Canto	11,50	50,00%	23,82	1.095,56
Elvio Cardoso	13,50	50,00%	23,82	1.286,09
Arno Bristot	14,00	50,00%	23,82	1.333,72
Angelo Vitorino Morgerot	14,00	50,00%	23,82	1.333,72
Vitalino Valentim Scarabelot	14,00	50,00%	23,82	1.333,72
Rodolfo Silvestre	14,00	50,00%	23,82	1.333,72
Ezio Recco	14,00	50,00%	23,82	1.333,72
Edevanio Marques	14,00	50,00%	23,82	1.333,72
Eni Parol	20,00	50,00%	23,82	1.905,31
Total Lado Norte	129,00			12.289,28

Prefeitura				
-------------------	--	--	--	--

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 24.578,56
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.**	R\$ 307,23
Rua Raul Manfredini	12,90
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 24.885,79

Edital de PAVIMENTAÇÃO SERVIDAO GUERIONO MENEGARO 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **SERVIDÃO GUERINO MENEGARO**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **3706,00**

LARGURA DA RUA = m **10,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Total da Obra				R\$ 59.205,25
Avanço sobre Ruas (exclusivo prefeitura)				R\$ 3.562,54
Total para rateio entre os moradores				R\$ 55.642,71

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C): 3483,00 R\$ 55.642,71

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Neuza Cadorin	12,75	50,00%	15,98	1.018,44
Cesar Cassemiro	12,75	50,00%	15,98	1.018,44
Ivoneite Marques	12,80	50,00%	15,98	1.022,43
Volnei Pietsch e outros	35,00	50,00%	15,98	2.795,71
Rosa Maria Rovaris Bardini	37,50	50,00%	15,98	2.995,41
Fernando Bortot	12,50	50,00%	15,98	998,47
Davide Tomazi Tomaz	12,50	50,00%	15,98	998,47
Volnei Pistch e outros	37,50	50,00%	15,98	2.995,41
Rosa Maria Rovaris Bardini e Filhos	87,50	50,00%	15,98	6.989,29
Rosa Maria Rovaris Bardini e Filhos	87,50	50,00%	15,98	6.989,29
Total lado Oeste	348,30			27.821,36

(Lado Leste)

Marcelo Scussel Dagostin	7,10	50,00%	15,98	567,13
José Luiz Da Silva	14,80	50,00%	15,98	1.182,19
Sergio Mondardo	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Fernando Dandolini	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Davide Tomazi Tomaz	21,40	50,00%	15,98	1.709,38
Maria Eva Vieira Luiz	35,00	50,00%	15,98	2.795,71
Iria Angeloni Carlessi	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Iria Angeloni Carlessi	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Márcio Farias	35,00	50,00%	15,98	2.795,71
Vilmar Aristides Lupin	25,00	50,00%	15,98	1.996,94
Luciana Feltrin	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Zila De Costa	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Maria De Fatima Custodio Soares	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Antonio Cardoso	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Lourival Luzietti	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Manoel Jose Farias	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Cassio Farias	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Roberto Maragno	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Carlos Alberto Dal Pont	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Pedro Raupp	15,00	50,00%	15,98	1.198,16
Total lado Leste	348,30			27.821,36

Total Prefeitura 3.562,54

VALOR PARA RATEIO:	R\$ 55.642,71
(+) AVANÇO DE PASSEIO/CRUZAM.:**	R\$ 3.562,54
Rua Jorge Lacerda 63,00	R\$ 1.006,46
Rua Angelo Rovaris 160,00	R\$ 2.556,08
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 59.205,25

Edital PAVIMENTAÇÃO RUA FREI GERONIMO MARIO AMIGONI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA : **RUA FREI GERONIMO MARIO AMIGONI**

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO=m² **1654,45**

LARGURA DA RUA = m **7,00**

CUSTOS TOTAIS:

	unid.	preço	Quant.	Total
Serviços Iniciais				R\$ 1.764,78
Pavimentação				R\$ 78.523,22
Pintura				R\$ 3.927,53
Serviços Complementares				R\$ 1.654,45
Total da Obra				R\$ 85.869,97

VALOR GLOBAL PARA RATEIO (A+C): **1.654,45** **R\$ 85.869,97**

PROPRIETÁRIOS	comprim. frontal (m)	% do contribuinte	valor por m²	Contribuinte (R\$)
---------------	-------------------------	----------------------	--------------	-------------------------

(Lado Oeste)

Roberto Carlos Mezari da Silva	19,50	33,33%	51,90	2.361,56
Olga Jose Zeferino	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Juliano Cardoso	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Cristiano Cardoso	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Delei Bressanini	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Sovernir Borges	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Donato Manoel Cordeiro	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Arno Bendo	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Averaldo Savio	19,50	33,33%	51,90	2.361,56
Edvanio Feltrin	20,00	33,33%	51,90	2.422,11
Valter Bordinon	17,00	33,33%	51,90	2.058,80
Sidnei Gonçalves	17,00	33,33%	51,90	2.058,80
Albina Pascoal de Souza	8,50	33,33%	51,90	1.029,40
Genezio Bet	10,20	33,33%	51,90	1.235,28
Total lado Oeste	237,70			28.786,82

(Lado Leste)

Dilce Tramontin Chemin	19,50	33,33%	51,90	2.361,56
Dilce Tramontin Chemin	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Nelci Josefa Dal Pont	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Prefeitura	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Antonio Borges Sobrinho	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Valentin Daros	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Ruide Niube Burigo	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
Adevaldo Ignesi	18,00	33,33%	51,90	2.179,90
João Luiz Mezzari da Silva	9,75	33,33%	51,90	1.180,78
Ivone Provedan Vieira	9,75	33,33%	51,90	1.180,78
Sergio Manoel Aguiar	17,00	33,33%	51,90	2.058,80
Jair de Almeida	16,00	33,33%	51,90	1.937,69
Evandro Semeler	15,00	33,33%	51,90	1.816,58
Valdecir dos Santos	22,00	33,33%	51,90	2.664,32
Total lado Leste	235,00			28.459,83

Prefeitura	236,35	33,33%	51,90	28.623,32
-------------------	---------------	---------------	--------------	------------------

VALOR TOTAL DA OBRA: **R\$ 85.869,97**

Videira

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 118/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 118/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011 DISPÕE SOBRE O NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÕES E DO ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, CRIA NOVOS CARGOS E ESTABELECE DISPOSIÇÕES ESPECIAIS TRANSITÓRIAS PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DO NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS

Art. 1º Fica instituído por esta Lei Complementar o novo Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo do Município de Videira, vinculados à Administração Direta, mantendo-se a adoção do Regime Jurídico Estatutário, que obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Excepcionalmente, fica mantida a adoção da contratação de servidores na modalidade de emprego público, nos termos da Lei municipal nº 1942/2007, para o desenvolvimento de atividades vinculadas aos Programas Federais.

Art. 2º O Plano de Cargos constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos, vencimentos e desenvolvimento dos servidores públicos do Município de Videira vinculados à Administração Direta, e estrutura-se em um Quadro Geral de Cargos, segregado em Grupos Ocupacionais, composto por cargos existentes, permanentes e em extinção, e cargos novos, criados nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de Cargos de que trata o caput deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores.

Art. 3º Para efeito desta Lei, considera-se:

I - Plano de Cargos: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos;

II - Quadro Geral de Cargos: o conjunto de cargos de carreira, composto por cargos existentes, permanentes e em extinção, e cargos novos, criados nos termos desta Lei, todos pertencentes à Administração Municipal Direta;

III - Quadro em Extinção: o conjunto de cargos em extinção quando todas suas vagas tornarem-se desocupadas por qualquer das modalidades de vacância indicadas no art. 32, incisos I a V da Lei Complementar nº 007/97;

IV - Grupo Ocupacional: é o conjunto de cargos de provimento efetivo reunidos segundo formação, escolaridade, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

V - Modalidade: é a subdivisão de cada Grupo Ocupacional,

observada a área de atuação dos cargos e o mesmo padrão de vencimento;

VI - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que devem ser cometidas ao servidor, observada a área de atuação e formação profissional;

VII - Lotação: é o órgão no qual o servidor, após designado, deverá desempenhar as suas atribuições;

VIII - Padrão de Vencimento Inicial (PVI): constitui a posição do valor fixado para o vencimento inicial do cargo, alocado na Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, identificado pelos números "1" a "12";

IX - Referências: consiste na subdivisão dos Padrões de Vencimento, em graduação ascendente, motivada pela promoção por merecimento, observadas as disposições específicas contidas nesta Lei, no total de 15 (quinze) alíneas, indicadas pelas letras "A" a "P";

X - Remuneração: corresponde à soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho, instituídas pela Lei Complementar nº 007/97 ou legislação especial;

XI - Vencimento: consiste no valor estipulado para cada cargo, observada a aplicação da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, especificado em virtude da escolaridade e complexidade das atribuições e o posicionamento nas Referências pela concessão de promoção por antiguidade ou por merecimento;

XII - Vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens de caráter permanente, relativas ao desempenho do cargo, instituídas pela Lei Complementar nº 007/97 ou legislação especial.

Art. 4º São partes integrantes do Plano de Cargos e Vencimento:

I - Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, que contém os Grupos Ocupacionais, segregados em Modalidades, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial, contendo todos os cargos existentes, permanentes e em extinção, novos criados por esta Lei;

II - Anexo II - Do Quadro de Cargos em Extinção, que contém os Grupos Ocupacionais, segregados em Modalidades, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial, contendo todos os cargos a serem extintos, quando vagarem;

III - Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

IV - Anexo IV - Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas;

V - Anexo V - Do Quadro de Cargos Extintos;

VI - Anexo VI - Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes;

VII - Anexo VII - Da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial;

VIII - Anexo VIII - Da Tabela de Referências;

IX - Anexo IX - Do Quadro Geral de Vagas;

X - Anexo X - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo;

XI - Anexo XI - Do Boletim de Avaliação por Desempenho para efeito de obtenção de progressão por merecimento.

Parágrafo Único. Observadas as determinações constantes no Título II - Das Disposições Transitórias Relacionadas ao Magistério Municipal, são parte integrante desta Lei:

I - Anexo XII - Do Quadro de Cargos do Magistério Municipal, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial;

II - Anexo XIII - Da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial do Magistério;

III - Anexo XIV - Da Tabela de Referências do Magistério;

IV - Anexo XV - Do Quadro Geral de Vagas do Magistério.

V - Anexo XVI - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de novas nomenclaturas;

VI - Anexo XVII - Da Tabela de Cargos Novos e Suas Vagas;

VII - Anexo XVIII - Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes;

CAPÍTULO II DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo do serviço público municipal serão organizados em 5 (cinco) Grupos Ocupacionais, reunidos segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.

Art. 6º Os Grupos Ocupacionais abrangendo as diversas carreiras conforme sejam especificadas as respectivas atividades, compreendem:

I - Grupo Ocupacional Especialistas - ANS - Atividades de Nível Superior, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Administrativa;
- b) Modalidade Auditoria e Procuradoria;
- c) Modalidade Contábil;
- d) Modalidade Cultura;
- e) Modalidade Fiscalização;
- f) Modalidade Operacional;
- g) Modalidade Serviços e Turismo;

II - Grupo Ocupacional Técnico - ANT - Atividades de Nível Técnico, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Operacional;
- b) Modalidade Saúde, Segurança e Informática;
- c) Modalidade Serviços;

III - Grupo Ocupacional Funcional - ANM - Atividades de Nível Médio, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Administrativa;
- b) Modalidade Cultura;
- c) Modalidade Operacional;
- d) Modalidade Transportes;

IV - Grupo Ocupacional Operacional I - ANFC - Atividades de Nível Fundamental Completo, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Administrativa;
 - b) Modalidade Serviços
 - c) Modalidade Contábil;
 - d) Modalidade Cultura;
 - e) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público;
 - f) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público Especializado I;
 - g) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público Especializado II;
 - h) Modalidade Serviços de Saúde;
- V - Grupo Ocupacional Operacional II - ANFI - Atividades de Nível Fundamental Incompleto, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público;
- b) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público Especializado;
- c) Modalidade Serviços;
- d) Modalidade Transportes e Máquinas Pesadas.

Art. 7º O Grupo Ocupacional Especialista - ANS - Atividades de Nível Superior congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo cujas atribuições sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de administração, controle, tecnologia e ciências exatas, jurídicas, humanas e sociais, para cujo desempenho profissional é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação (nível superior) e respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso I, alíneas "a" a "g".

Art. 8º O Grupo Ocupacional Técnico - ANT - Atividades de Nível Técnico congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades profissionais estejam relacionadas com a execução das atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio integrado à modalidade técnica, bem como respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso II, alíneas "a" a "c".

Art. 9º O Grupo Ocupacional Funcional - ANM - Atividades de Nível Médio congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades funcionais estejam relacionadas com o desempenho de atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso III, alíneas "a" a "d".

Art. 10 O Grupo Ocupacional Operacional I - ANFC - Atividades de Nível Fundamental Completo congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo a que sejam inerentes as atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Completo, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso IV, alíneas "a" a "h".

Art. 11 O Grupo Ocupacional Operacional II - ANFI - Atividades de Nível Fundamental Incompleto congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo a que sejam inerentes as atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Incompleto, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso V, alíneas "a" a "d".

Art. 12 As atribuições dos cargos efetivos dispostos em cada um dos Grupos Ocupacionais estão definidas no Anexo X - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo, desta Lei.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA NORTEADORA DO PLANO DE CARGOS

Art. 13 A política norteadora do Plano de Cargos da Administração Municipal Direta, é fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, e

tem por objetivos:

I - efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;

II - proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de crescimento na carreira;

III - estabelecer um clima organizacional participativo e de confiança mútua entre a Administração e o servidor sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

IV - motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

V - criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

Seção I Disposições Preliminares

Art. 14 Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Seção II Dos Cargos de Provimento Comissionado

Art. 15 Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo.

Parágrafo Único. As quantidades, denominações e fixação dos subsídios dos cargos de provimento comissionado, são os constantes das leis de estrutura administrativa do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

Art. 16 Os cargos de provimento em comissão serão preenchidos, preferencialmente, por servidores detentores de cargos de provimento efetivo.

Seção III Dos Cargos de Provimento Efetivo

Art. 17 São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

I - a nacionalidade brasileira ou equiparada;

II - a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

III - o gozo dos direitos políticos;

IV - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

V - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII - aptidão física e mental.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

Art. 18 Os cargos de provimento efetivo, constantes do Quadro

Geral de Cargos da Administração Direta, serão preenchidos:

I - por nomeação, precedida da aprovação em concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República;

II - pelo enquadramento dos atuais servidores, na nova nomenclatura dos cargos constantes do Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

III - pelas demais formas de provimento, indicadas no art. 8º da Lei Complementar nº 007/97.

§1º Os atuais servidores que ingressaram nos cargos contidos por intermédio de aprovação em concurso público ou por classificação decorrente de Lei anterior, ficam dispensados da escolaridade/habilitação exigida nesta Lei.

§2º O provimento dos cargos efetivos no âmbito do Poder Executivo, dar-se-á, exclusivamente, por ato do Prefeito Municipal, ou por ato de preposto definido em Lei.

§3º O total de vagas existentes, ocupadas e em aberto para cada cargo de provimento efetivo estão contidas no Anexo IX - Do Quadro Geral de Vagas.

§4º O conjunto de vagas novas criadas para cargos existentes está contido no Anexo VI - Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes.

Art. 19 Ficam extintos os cargos efetivos vagos dispostos no Anexo V - Do Quadro de Cargos Extintos.

Art. 20 Serão automaticamente extintos, quando vagarem, os cargos efetivos indicados no Anexo II - Do Quadro de Cargos em Extinção quando vagarem.

Parágrafo único. Após a edição desta Lei fica vedada a realização de concurso público para o provimento dos cargos em extinção contidos no Anexo II desta Lei.

Art. 21 Fica autorizada a criação dos cargos, suas respectivas vagas e a fixação de jornada constantes no Anexo IV - Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas, observadas as atribuições e a exigência de escolaridade/habilitação indicadas no Anexo X - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo.

Seção IV Do Concurso Público

Art. 22 Para operacionalizar a realização do concurso público a Administração Municipal deverá observar as disposições contidas nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 007/97 e quanto à participação das pessoas portadoras de deficiência, as disposições contidas nos artigos 23 a 28 desta Lei.

Parágrafo único. O Edital do Concurso deverá obrigatoriamente prever que o candidato possua pleno conhecimento do disposto nesta Lei, especialmente no tocante às disposições relativas ao deferimento das promoções por antiguidade e por merecimento.

Art. 23 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Art. 24 Consideram-se deficiências aquelas definidas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para a integração social.

Art. 25 Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

Parágrafo único. Na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual a que se refere o caput, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida.

Art.26 Os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas portadoras de deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever.

§1º Por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

§2º A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso.

§3º Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

Art. 27 A pessoa portadora de deficiência deverá submeter-se à avaliação com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata o caput deverá ser realizada por equipe multidisciplinar designada no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, antes da homologação da inscrição pretendida.

Art. 28 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO V

DAS CARREIRAS

Seção Única

Disposições Preliminares

Art. 29 O ingresso na Carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento do cargo para o qual o servidor foi concursado e nomeado.

Art. 30 É proibida a prestação de serviços gratuitos, ressalvadas, no entanto, as seguintes modalidades:

I - a participação em comissões ou grupos de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da comunidade;

II - o exercício do trabalho voluntário, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, de acordo com o, expressamente, definido na Lei Federal nº 9.608, de 18/02/98 e Lei Municipal nº 1220/2003.

CAPÍTULO VI

DOS PADRÕES INICIAIS DE VENCIMENTO

Seção I

Art. 31 O Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Videira é constituído de 12 Padrões Iniciais de Vencimento, cujo valor

pecuniário é fixado na forma do Anexo VII, desta Lei.

§1º Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Cargos, são inadmissíveis desigualdades de vencimento em face de adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

§2º Apenas poderá ser majorado o padrão de vencimento inicial do cargo se todos os cargos contidos na modalidade que subdivide o Grupo Ocupacional sofrerem o mesmo percentual de reajuste.

Art. 32 Fica autorizada a alteração do padrão de vencimento inicial dos seguintes cargos já existentes e/ou aglutinados, observada as indicações contidas nos Anexos I e III, desta Lei:

I - Analista de Sistemas, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
II - Analista de Nível Superior, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
III - Fiscal de Vigilância Sanitária, de R\$ 3.320,36 para R\$ 3.223,65;
IV - Assistente Social, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
V - Bibliotecário, de R\$ 1.842,93 para R\$ 2.691,94;
VI - Especialista em Museologia de R\$ 1.842,93 para R\$ 2.691,94;
VII - Fonoaudiólogo, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
VIII - Nutricionista, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
IX - Psicólogo, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
X - Técnico em Higiene Dental, de R\$ 1.089,17 para R\$ 1.250,00;
XI - Técnico em Radiologia, de R\$ 1.089,17 para R\$ 1.250,00;
XII - Técnico em Segurança do Trabalho, de R\$ 1.089,17 para R\$ 1.250,00;
XIII - Técnico de Enfermagem, de R\$ 882,09 para R\$ 1.017,87;
XIV - Auxiliar de Enfermagem, de R\$ 882,09 para R\$ 1.017,87;
XV - Agente Administrativo I, de R\$ 622,28 para R\$ 753,94;
XVI - Auxiliar Administrativo, de R\$ 622,28 para R\$ 753,94;
XVII - Auxiliar de Desenhista, de R\$ 622,28 para R\$ 753,94;
XVIII - Fotógrafo, de R\$ 622,28 para R\$ 753,94;
XIX - Supervisor de Serviços de Campo, de R\$ 2.507,37 para R\$ 2.691,94;
XX - Borracheiro, de R\$ 622,28 para R\$ 1.339,04;
XXI - Pedreiro, de R\$ 622,28 para R\$ 1.339,04;
XXII - Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, de R\$ 1.221,69 para R\$ 1.225,43;
XXIII - Professor de Educação Infantil, de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;
XXIV - Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais , de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;
XXV - Professor de Ensino Fundamental Séries Finais , de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;
XXVI - Professor de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;
XXVII - Professor de Artes Ensino Infantil e Fundamental, de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;

Seção II

Das Referências

Art. 33 Cada Padrão de Vencimento é subdividido em 15 (quinze) Referências, correspondentes às letras "A" a "P", alocadas horizontalmente, conforme Anexo VIII desta Lei.

Parágrafo único. As Referências são utilizadas exclusivamente para a operacionalização da promoção por merecimento indicada no art. 37 e seguintes desta Lei.

Seção III

Das Promoções

Art. 34 Os servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo que se encontrarem empossados até a data de promulgação desta Lei, usufruirão mediante a implementação dos requisitos necessários, as seguintes promoções:

I - promoção por antiguidade;

II - promoção por merecimento.

Parágrafo único. Os servidores públicos que forem empossados após a data de promulgação desta Lei, usufruirão apenas da promoção por antiguidade, nos termos das disposições contidas nos artigos 35 a 36 desta Lei.

Seção IV Da Promoção por Antiguidade

Art. 35 A promoção por antiguidade se dará a cada período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, sob a denominação Adicional por Tempo de Serviço.

§1º O Adicional por Tempo de Serviço corresponderá a 6% (seis por cento) do vencimento do cargo.

§2º Excepcionalmente, os servidores detentores de cargo de provimento efetivo que percebam a parcela denominada "Vantagem Pessoal" terão o Adicional por Tempo de Serviço correspondente a 6% (seis por cento) do vencimento do cargo acrescido da referida parcela.

§3º O servidor poderá computar no máximo 8 (oito) Adicionais por Tempo de Serviço.

§4º O período de afastamento em virtude de Licença sem Remuneração, em qualquer de suas modalidades, não será computado para a composição do período aquisitivo para a obtenção do Adicional de Tempo de Serviço.

§5º Os servidores detentores de cargos efetivos, nomeados para o exercício de cargos comissionados, perceberão o Adicional por Tempo de Serviço, calculado sobre o vencimento do cargo efetivo.

Art. 36 Aos que ingressarem no serviço público municipal após a edição desta Lei ou para aqueles que já se encontrarem provendo cargos efetivos e que optarem pela nomeação em novo cargo de provimento efetivo após aprovação em concurso público, fica estabelecido que, para efeito de pagamento do Adicional por Tempo de Serviço:

I - o cômputo do primeiro período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, para a percepção do Adicional por Tempo de Serviço, iniciar-se-á a partir do primeiro dia seguinte à data em que o servidor obtiver a aprovação no estágio probatório;

II - o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço se dará a partir do mês em que completar o período aquisitivo indicado no inciso I deste artigo;

III - fica vedado o aproveitamento de qualquer tempo de serviço público anterior, exercido sob qualquer natureza e em qualquer unidade da Federação, incluído o laborado no Município de Videira.

Seção V Da Promoção por Merecimento

Art. 37 A promoção por merecimento, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 34, constitui-se na graduação ascendente, de forma horizontal, nos limites e termos do contido no Anexo VIII, do padrão de vencimento fixado para o cargo de provimento efetivo de ingresso, mediante a submissão e aprovação no processo de avaliação de desempenho.

§1º A realização da avaliação de desempenho independe de requerimento.

§2º Na hipótese da existência de acumulação legal de cargos públicos, o servidor terá avaliações de desempenho independentes, em cada um dos cargos.

Art. 38 É de 18 (dezoito) meses cada período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, prazo ao final do qual reiniciar-se-á outro e, assim sucessivamente, cujo termo inicial observará a seguinte regra:

I - 01 de fevereiro de 1995, por força da edição da Lei n. 128/95, aos servidores empossados em seu respectivo cargo de provimento efetivo atual, até esta data;

II - a data da posse no cargo de provimento efetivo atual, aos servidores que ingressaram na Administração Municipal Direta, após 01 de fevereiro de 1995.

Parágrafo único. As avaliações serão efetuadas através da edição de processos individuais, nos termos dos critérios constantes nesta Lei.

Art. 39 O período aquisitivo de apuração será suspenso, quando o servidor gozar licença sem a percepção de remuneração, em qualquer de suas modalidades.

Parágrafo único. O servidor que suspender o período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, nos termos do caput:

I - terá o tempo de serviço funcional laborado antes do gozo da licença computado para efeito de formação do período aquisitivo;

II - deverá laborar e ser avaliado pelo período remanescente após o retorno da licença, a fim de totalizar o período aquisitivo de apuração indicado no caput do art. 38 desta Lei.

Art. 40 O período aquisitivo de apuração será suspenso, quando o servidor gozar licença ou afastamento com a percepção de remuneração, por período superior a 6 (seis) meses, excetuada a licença concedida para o cumprimento do mandato de Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais.

Parágrafo único. Aplica-se neste caso o disposto nos incisos I e II do parágrafo único do art. 39.

Art. 41 O período de gozo de férias será computado para efeito da composição do período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento.

Art. 42 O período de exercício de cargo comissionado ou função de confiança por servidor efetivo será computado automaticamente para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento constante do caput do artigo 38.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo que sejam nomeados para o cargo de Secretário Municipal.

Art. 43 O período em que o servidor estiver cedido, com ou sem ônus para a origem, a unidades da Administração Federal e Estadual apenas será computado para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, mediante:

I - o fornecimento de informações quanto ao seu desempenho, pela chefia imediata do órgão em que executa suas atividades, observados os itens constantes no art. 47, desta Lei;

II - previsão específica, do constante no inciso I, em cláusula própria, no convênio que autorizar a cessão.

Art. 44 O servidor que sofrer as penalidades administrativas de advertência ou suspensão perderá todo o período aquisitivo

adquirido até a data de aplicação da pena.

Parágrafo único. O novo período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao término do cumprimento da pena.

Art. 45 A avaliação de desempenho será realizada pela chefia imediata do servidor.

§1º Observada a inexistência de chefia imediata ou seu impedimento, a avaliação será realizada pelo Secretário Municipal em que estiver lotado o servidor.

§2º Havendo mudança de lotação do servidor a avaliação de desempenho deve ser assinada por todos os chefes imediatos existentes no período aquisitivo de apuração.

Art. 46 Para efeito desta Lei considera-se como impedimento para realizar a avaliação de desempenho, a chefia imediata que:

I - possuir grau de parentesco até o segundo grau, com o servidor a ser avaliado;

II - possuir grau de parentesco por afinidade, com o servidor a ser avaliado;

III - possuir processo judicial, na condição de Autor ou Réu, em que o servidor a ser avaliado, seja parte ou interessado.

Art. 47 A avaliação de desempenho conterà os seguintes itens para atribuição de pontos, indicados no Boletim de Avaliação contido no Anexo XI desta Lei:

I - interesse pelo trabalho, que contempla a motivação e o interesse do servidor para aperfeiçoar-se no desempenho de suas atividades funcionais;

II - qualidade e produtividade do trabalho, que contempla:

- a) a precisão e o esmero com que o trabalho é executado, levando em conta o resultado final;
- b) o modo como organiza sua atividade e o cumprimento das tarefas que lhe são estabelecidas;
- c) a capacidade de compreender instruções e executá-las de modo eficiente;

III - responsabilidade, que contempla a preocupação, com o compromisso funcional assumido e a execução das tarefas;

IV - cuidado com materiais e equipamentos, que contempla o zelo e o cuidado com os bens da Administração Municipal;

V - aperfeiçoamento, que contempla a aprendizagem através da participação de cursos, com duração mínima de 08 (oito) horas, relacionados à sua área funcional, comprovados através da apresentação de certificados.

Parágrafo único. A pontuação do item aperfeiçoamento será limitada a apresentação de 04 (quatro) cursos, cuja realização deve se dar obrigatoriamente nos meses considerados para efeito de cômputo do período aquisitivo de apuração.

Art. 48 Somente será promovido por merecimento o servidor cujo somatório dos pontos atribuídos aos itens contidos nos incisos I a V do artigo 47 desta Lei, perfizer o total de no mínimo 07 (sete).

§1º Os itens indicados nos incisos I a IV do artigo 47 desta Lei serão individualmente pontuados, nos seguintes graus:

I - grau 01: zero pontos;

II - grau 2: meio ponto;

III - grau 3: um ponto;

IV - grau 4: um ponto e meio;

V - grau 5: dois pontos.

§2º O item indicado no inciso V (aperfeiçoamento) será pontuado da seguinte forma:

I - meio ponto, pela comprovação da realização de um curso;

II - um ponto, pela comprovação da realização de dois cursos;

III - um ponto e meio, pela comprovação da realização de três cursos;

IV - dois pontos, pela comprovação da realização de quatro cursos.

§3º A definição do conceito de cada grau contido no respectivo item de avaliação está disposto no Boletim de Avaliação contido no Anexo XI desta Lei.

§4º Para efeito da pontuação do item aperfeiçoamento não será considerada a apresentação de diplomas ou certificados de pós-graduação, lato ou stricto sensu.

Art. 49 Todos os Boletins de Avaliação de Desempenho deverão conter a assinatura do servidor avaliado, do avaliador e do Secretário Municipal da pasta correspondente.

Art. 50 Ao servidor que obtiver o deferimento da promoção por merecimento será expedido ato do Chefe do Poder Executivo, para fins de registro e estabelecimento do início da vigência da promoção.

Parágrafo único. O início da vigência da promoção por merecimento se dará no primeiro mês subsequente à conclusão do período aquisitivo.

Art. 51 Ao servidor que tiver Avaliação de Desempenho com somatório de pontos inferior a sete, será assegurado o devido processo legal e ampla defesa através da instauração de processo administrativo.

§1º Após tomar ciência do total de pontos que lhe foi auferido, o servidor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, expondo suas razões e fundamentos, ao Prefeito Municipal.

§2º O Chefe do Poder Executivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para manifestar-se sobre o recurso.

Seção VI

Do Adicional de Pós-Graduação

Art. 52 O servidor estável em cargo de escolaridade de nível superior que concluir pós-graduação lato sensu (Especialização), com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas receberá um adicional correspondente a 10% (dez por cento) sobre a referência "A" do padrão de vencimento fixado para seu cargo.

Art. 53 O servidor estável que concluir pós-graduação stricto sensu (Mestrado ou Doutorado), de natureza presencial, receberá um adicional correspondente a 20% (vinte por cento) sobre a referência "A" de seu padrão de vencimento.

Art. 54 Os Adicionais de Pós-Graduação indicados nos artigos 52 e 53 são de natureza não acumulável.

Art. 55 Para obtenção do Adicional de Pós-Graduação o servidor estável deverá:

I - requerer o pagamento do adicional, motivando a correlação do curso com o desempenho de suas atividades;

II - apresentar diploma expedido por entidade reconhecida pelo MEC, observada a carga horária mínima prevista no art. 52 desta Lei;

III - obter parecer favorável de Comissão nomeada para analisar a correlação entre a qualificação conferida pela pós-graduação e as atribuições do cargo que ocupa.

Parágrafo único. O pagamento do Adicional de Pós-Graduação será iniciado a partir da data de efetivação do requerimento.

CAPÍTULO VII DA LOTAÇÃO

Art. 56 O servidor efetivo terá exercício no órgão em que for lotado, a critério da Administração Municipal e de acordo com as atribuições definidas para seu cargo.

§1º Entende-se por lotação, o número de funcionários que deva ter exercício em cada órgão, mediante prévia distribuição dos cargos e das funções gratificadas.

§2º O afastamento do funcionário de sua lotação só se verificará com expressa autorização do Prefeito Municipal, no interesse do serviço público, havendo compatibilidade na transferência.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E TRANSITÓRIAS PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Art. 57 Aplica-se aos profissionais do magistério o disposto nesta Lei.

Art. 58 Fica assegurado aos profissionais do magistério o pagamento do complemento do piso nacional do magistério, na forma da Lei Municipal n. 2.582/11, a título de vencimento.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 59 Os candidatos aprovados em concursos públicos anteriores cujos cargos tiveram as denominações e os padrões de vencimento inicial alterados por esta Lei serão reenquadrados nos novos cargos constantes do Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, observado o contido no Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas.

Art. 60 Aos servidores que se encontrarem empossados na data de edição desta Lei, fica estabelecido que para efeito de pagamento do Adicional por Tempo de Serviço:

I - o cômputo do primeiro período aquisitivo para a percepção do Adicional por Tempo de Serviço iniciar-se-á a partir da data da posse;

II - o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço se dará a partir do mês em que completar o período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, a contar da data da posse;

III - o tempo de serviço público anterior, prestado ao Município de Videira pelo exercício de cargo efetivo, cargo comissionado ou função temporária será computado para efeito de contagem dos períodos aquisitivos ao Adicional por Tempo de Serviço.

§1º A contagem dos tempos de serviço público anterior, dispostos no inciso III do caput, para efeito de obtenção de Adicional de Tempo de Serviço, que ainda não foram solicitados pelos servidores, devem ser requeridos em até 60 (sessenta) dias após a edição desta Lei.

§2º Após o decurso do prazo fixado no §1º deste artigo, fica vedada a utilização de tempo de serviço público municipal anterior, para computo de período aquisitivo à obtenção do Adicional por Tempo de Serviço.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61 Fica assegurado o enquadramento dos aposentados, nos novos padrões de vencimento fixados por esta Lei, cujos benefícios foram concedidos na hipótese prevista nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, de acordo com o cargo em que foi concedido o benefício.

Art. 62 O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 63 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Art. 64 Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente os artigos 62,63 e 64 da Lei Complementar nº 007/97, e as Leis Municipais n. 82/89; n. 96/89; n. 158/90; n. 159/90; n. 025/91; n. 036/91; n. 054/92; n. 052/93; n. 009/94; n. 100/94; n. 043/95; n. 128/95; n. 206/97; n. 700/00; n. 835/01; n. 922/01; n. 957/01; n. 1.324/04; n. 1.497/05; n. 1.530/05; n. 1.543/05; n. 1.568/05; n. 1.613/05; n. 1.742/06; n. 1.817/07; n. 1.953/07; n. 2.134/09; n. 2.200/09; n. 2.214/09; n. 2.272/10; n. 2.454/10; n. 2.508/11; n. 2.624/11.

Videira, 21 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.687/11

LEI N.º 2.687/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de terreno urbano que especifica a MASTER AGROPECUÁRIA LTDA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a Concessão de Direito Real de Uso a Master Agropecuária Ltda, os Lotes nº 03, 04, 05 e 06, da Quadra "B" do Loteamento Distrito Industrial do Cinquentenário, bem como 04 (quatro) salas da incubadora, constantes do Lote nº 01, da Quadra "B" do Loteamento Distrito Industrial do Cinquentenário, objeto da matrícula nº 16.947, por prazo indeterminado.

Art. 2º A concessão de direito real de uso de que trata o art. 1º desta Lei independe de concorrência, em vista da existência de relevante interesse social e de ser com encargo, de conformidade com o art. 123, § 1º da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º A concessionária obriga-se, como encargo da concessão, a utilizar o referido terreno para uso de estacionamento de

veículos e caminhões pesados, devendo ampliar suas instalações na fábrica já existente de propriedade da empresa, aumentando o número de empregos e a sua produção, devendo iniciar suas atividades a contar da assinatura da escritura pública de concessão de direito real de uso e executá-lo conforme o cronograma constante do projeto aprovado pelo Município, constante do Processo Administrativo nº 15.856/11.

Art. 4º Na Escritura Pública de concessão de direito real de uso do imóvel constará obrigatoriamente cláusula em que a concessionária se obrigue a atender à finalidade e aos prazos referidos no art. 3º supra, sob pena de reversão ao patrimônio público, independentemente de qualquer indenização.

Art. 5º A concessão de direito real de uso a que se refere a presente Lei, com dispensa de licitação, será efetivada mediante Escritura Pública da qual constarão obrigatoriamente os encargos da concessionária, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.688/11

LEI Nº 2.688/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, com a Rede Videirense de Combate ao Câncer, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, com a Rede Videirense de Combate ao Câncer, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Entidade.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2012.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2012.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 21 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 2.688/11

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER, entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1.330/04, com sede na cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.296.936/0001-62, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER resolvem, nos termos da Lei nº 2.688/11, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Rede Videirense de Combate ao Câncer.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II - repassar parceladamente o valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER

I - coordenar, no âmbito do território municipal, as atividades privadas de combate ao câncer;
II - desenvolver programas de combate ao câncer;
III - apoiar ações governamentais que visem à promoção da saúde e, em especial, o combate ao câncer;
IV - incentivar o trabalho voluntário para a recuperação e bem-estar do doente portador do câncer;
V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ainda ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas,

independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

REDE VIDEIRENSE COMBATE AO CÂNCER
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 2.689/11

LEI Nº 2.689/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, nos termos da minuta de convênio anexa e que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2012.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2012.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de

2012.

Videira, 21 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO
LEI Nº 2.689/11

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Brasil Correa, nº 620, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.829.284/0001-98, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE resolvem, nos termos da Lei nº 2.689/11, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar aos portadores de deficiência, física ou mental, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar parceladamente o valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APAE

I- colaborar com o Município na área social, amparando os portadores de necessidades educo-especiais;
II- conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos portadores de deficiências;
III- oferecer aos alunos programas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Serviço de Atendimento ao Dependente, Serviço de Atendimento Operacional, Oficinas Pedagógicas e de Produção;
IV- proporcionar aos portadores de deficiência condições para que tenham:
a) crescimento pessoal com atendimento educacional, social, psicológico, fonoaudiológico, fisioterápico, transporte, material didático e pedagógico;
b) alimentação adequada;
c) controle de doenças e tratamento das mesmas;
d) manutenção e limpeza da piscina térmica, a qual oferece o serviço de hidroterapia;
e) assistência médica e dentária;
f) orientação e controle da higiene;
g) controle de vacinação;
h) recreação e exercícios físicos;

i) incentivo aos trabalhos manuais.

V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS

I - Os recursos repassados, conforme previsto no inciso II da Cláusula Segunda do presente convênio, poderão ser empregados desde que para atendimento das obrigações constantes da Cláusula Terceira do mesmo diploma legal, para:

a) aquisição de materiais de consumo (didático, esportivo, alimentação, limpeza, higiene, vestuário, combustível, etc);

b) pagamento de serviços eventuais de terceiros (pintura, reboco, consertos na rede elétrica e hidráulica, piso, serviço de transporte, etc) excluído pagamento de salários a funcionários públicos;

c) pagamento de serviços de terceiros para atendimento educacional, social, psicológico, fonoaudiólogo, fisioterápico entre outros congêneres.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente Convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ASS. PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 2.690/11

LEI Nº 2.690/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, com o Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, com o Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para aquisição de medicamentos, despesas de exames hospitalares, bem como a manutenção do Lar O Bom Samaritano.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2012.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2012.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 21 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 2.690/11

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por sua Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº 2.690/11, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos, com a aquisição de medicamentos e as despesas de exames hospitalares.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;
III - repassar o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

I - colaborar com o Município na área social, amparando os idosos abandonados;
II - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;
III - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;
IV - proporcionar aos idosos condições para que tenham:
- crescimento pessoal com fraternidade cristã;
- alimentação adequada;
- controle de doenças e tratamento das mesmas;
- cuidado com medicamentos usados;
- assistência médica e dentária;
- orientação e controle da higiene;
- controle de vacinação;
- recreação e exercícios físicos;
- incentivo aos trabalhos manuais;
- orientação e cultivo da horta;
- participação em encontros da 3ª idade.
V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2012 e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

LAR O BOM SAMARITANO
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____
NOME: _____
CPF: _____

Lei Nº 2.691/11

LEI Nº 2.691/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com a Pastoral da Criança, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, autorizado a firmar convênio com a Pastoral da Criança, nos termos da minuta de convênio anexa e que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira e material do Município para a execução do Programa Pastoral da Criança na sua área territorial.

Art. 3º O município participará do Programa Pastoral da Criança mediante:

I- repasse anual de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício;
II - auxílio no transporte de agentes e colaboradores do referido programa por ocasião de reuniões e treinamento;
III - permissão para utilização de creches e escolas, para a realização de pesagens, nos bairros da cidade em que a Pastoral da Criança não disponha de local próprio.

Art. 4º A Pastoral da Criança participará do Programa mediante:
I - educação essencial a pais no crescimento da criança, da gestação até os seis anos de idade;

II - promoção de encontros formativos, treinamentos e reciclagens;
III - orientação às gestantes e às mães;
IV - incentivo ao aleitamento materno;
V - controle mensal do peso e do desenvolvimento da criança;
VI - controle de doenças respiratórias e diarreia;
VII - uso do soro, remédios caseiros e tratamentos alternativos;
VIII - incentivo à vacinação para crianças e gestantes;
IX - prevenção de acidentes.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 5º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2012.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 21 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 2.691/11**

Convênio de cooperação técnica que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Videira/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, e a Pastoral da Criança, com a finalidade de implementar ações básicas de saúde, nutrição e educação.

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira, SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.039.842/0002-65, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr WILMAR CARELLI, e a PASTORAL DA CRIANÇA, inscrita no CNPJ nº 00.975.471/0001-15, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Jacarezinho, nº 1.691, neste ato representada pela Coordenadora Nacional, Sra. VERA LÚCIA ALTOÉ, inscrita no CPF sob o nº 172.588.801-78, residente e domiciliada em Curitiba, PR, doravante denominada PASTORAL DA CRIANÇA, resolvem celebrar, nos termos da Lei nº 2.691/11, o presente Convênio de acordo com as cláusulas e condições abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a cooperação técnico-financeira entre o Município de Videira e a Pastoral da Criança.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Cabe ao Município de Videira, através do FMAS:

- I- contribuir com o pessoal técnico para, em conjunto com a Pastoral da Criança, desenvolverem as atividades de capacitação de coordenadores, líderes comunitários da Pastoral da Criança e mães, de acordo com o planejamento das atividades de capacitação da Pastoral da Criança, em nível de Diocese, Paróquia e Comunidade;
- II- participar, em parceria com a Pastoral da Criança, de projetos especiais que visem a melhoria da qualidade de vida da população, ações de saneamento, alfabetização, geração de renda e outros;
- III- repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, à Coordenação de Ramo da Pastoral da Criança de Videira, recursos financeiros nos termos da Lei nº ;
- IV- divulgar as ações integradas entre o Município e a Pastoral da Criança, através dos meios de comunicação existentes no município;
- V- repassar o valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS COMPROMISSOS DA PASTORAL DA CRIANÇA:

Cabe à Pastoral da Criança:

- I - desenvolver na comunidade ações básicas da saúde, nutrição e educação, através de Coordenadores Paroquiais, Líderes Comunitários e agentes treinados da Pastoral da Criança, sem discriminação política-partidária, religiosa ou de qualquer outra forma, nas seguintes áreas:
 - apoio integral à gestante, orientando e acompanhando a nutrição, preparando para o aleitamento materno e encaminhamento para o pré-natal;
 - incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os 4 (quatro) meses e sua continuidade até mais de 1 (um) ano, garantindo à criança condições físicas, psíquicas e emocionais que a tornem capaz de se desenvolver em plenitude;
 - vigilância nutricional promovendo mensalmente o Dia do Peso
 - Celebração da Vida na comunidade, identificando crianças com

peso inferior ao previsto para a idade, aproveitando a oportunidade para realizar atividades de confraternização com as famílias e troca de experiências sobre o peso, vacinas, desenvolvimento da criança, entre outras, favorecendo a amizade e ajuda mútua entre as famílias;

- visitas domiciliares e acompanhamento uma vez ao mês para cada família, com maior ênfase às gestantes e crianças de um ano, desnutridas, visando à recuperação nutricional e a educação essencial, encaminhando as de maior risco ao programa de controle da desnutrição desenvolvido nas unidades de saúde;
- educação alimentar, orientando as famílias sobre o aproveitamento de alimentos de alto valor nutritivo e baixo custo, disponíveis na própria comunidade, com ênfase à alimentação alternativa;
- controle de doenças diarreicas, ensinando formas de prevenção e prática de reidratação oral, principalmente através do soro caseiro, prevenindo a desidratação e reduzindo as internações hospitalares e mortes causadas pela diarreia;
- estimulação à vacinação de rotina, mobilizando as comunidades para participarem da vacinação de rotina e de campanhas educativas visando à prevenção de doenças infecto-contagiosas;
- prevenção de doenças respiratórias, valorizando o aleitamento materno, orientando as mães para identificar os sinais de gravidade da doença e encaminhamento para atendimento médico;
- manutenção do sistema de informação utilizando os indicadores para avaliação do trabalho e como instrumento de programação.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas será feita pela Pastoral da Criança diretamente ao Município, na forma da lei vigente, de todos os valores recebidos, em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2012 e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

Parágrafo único - Este convênio poderá ser alterado por Termo Aditivo, por conveniência dos participantes.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Videira, para dirimir as dúvidas que surgirem na execução desse termo e que não puderem ser solucionadas pelas partes signatárias.

E por estarem certos e ajustados, firmam o presente em 5 (cinco) vias de igual teor, que depois de lido, achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Videira, de de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

VERA LÚCIA ALTOÉ
Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 2.692/11

LEI Nº 2.692/11, DE 21 DEZEMBRO DE 2011
DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira - SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as Ruas conforme memorial descritivo a seguir:

NOME DO LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DA RUA
Rua Projetada nº 01 Inicia no entroncamento da Av. Waldemar Kleinubing, segue no sentido sul/norte por uma extensão de 334,15m.	Recanto da Natureza	Ida Robaskewicz
Rua Projetada nº 03 Inicia no prolongamento da Rua Estevão Felski no sentido norte/sul, até o encontro com a Rua Projetada nº 05, por uma extensão de 351,07m.	Recanto da Natureza	Catarina Kuntz
Rua Projetada nº 05 Inicia no balão de retorno em frente a área verde "A", e segue até o balão de retorno no limite do loteamento com a Perdigão S/A, por uma extensão de 281,00m.	Recanto da Natureza	Dionisio Robaskewicz

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.693/11

LEI Nº 2.693/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a reversão de imóvel doado a empresa G.D. Indústria Comércio e Serviços Ltda, que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, sem ônus a empresa beneficiária, ao patrimônio do Município o imóvel e as benfeitorias nele realizadas, situado no lote 06, do Loteamento Industrial Campo Experimental I, matriculado no Cartório de Registro de Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 12.702.

§ 1º. O imóvel a que se refere o artigo foi doado à G.D. Indústria Comércio e Serviços Ltda, de acordo com a Lei nº 2.038/08, de 30 de julho de 2008.

§ 2º. A reversão de que trata a presente Lei decorre da impossibilidade das obras necessárias de implantação do projeto apresentado no imóvel, para os fins destinados na forma do art. 3º da Lei nº 2.038/08, e far-se-á sem direito a qualquer indenização.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.038/08.

Videira, 21 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.904/11

DECRETO Nº 9.904/11, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Videira.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 55/2007 e suas alterações e demais disposições legais vigentes,

DECRETA

Art. 1º Fica determinada a Escala de Plantão das Farmácias no Município de Videira, para o período de 31 de dezembro de 2011 a 23 de fevereiro de 2013, conforme segue:

31/12/2011 a 07/01/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL IV - Rua Coronel Fagundes, 04

07/01/2012 a 14/01/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

14/01/2012 a 21/01/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

21/01/2012 a 28/01/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

28/01/2012 a 04/02/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

04/02/2012 a 11/02/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

11/02/2012 a 18/02/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - FILIAL XV DE NOVEMBRO - Rua XV de Novembro, nº 771

18/02/2012 a 25/02/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

25/02/2012 a 03/03/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL ESTAÇÃO - Rua Nicolau Cavon, 70

03/03/2012 a 10/03/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

10/03/2012 a 17/03/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

17/03/2012 a 24/03/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

24/03/2012 a 31/03/2012 até às 12 horas

FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

31/03/2012 a 07/04/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

07/04/2012 a 14/04/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

14/04/2012 a 21/04/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL IV - Rua Coronel Fagundes, 04

21/04/2012 a 28/04/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

28/04/2012 a 05/05/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

05/05/2012 a 12/05/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

12/05/2012 a 19/05/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

19/05/2012 a 26/05/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

26/05/2012 a 02/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - FILIAL XV DE NOVEMBRO - Rua XV de Novembro, nº 771

02/06/2012 a 09/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

09/06/2012 a 16/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL ESTAÇÃO - Rua Nicolau Cavon, 70

16/06/2012 a 23/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

23/06/2012 a 30/06/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

30/06/2012 a 07/07/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

07/07/2012 a 14/07/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

14/07/2012 a 21/07/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

21/07/2012 a 28/07/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

28/07/2012 a 04/08/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL IV - Rua Coronel Fagundes, 04

04/08/2012 a 11/08/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

11/08/2012 a 18/08/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

18/08/2012 a 25/08/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

25/08/2012 a 1º/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

1º/09/2012 a 08/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

08/09/2012 a 15/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - FILIAL XV DE NOVEMBRO - Rua XV de Novembro, nº 771

15/09/2012 a 22/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

22/09/2012 a 29/09/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL ESTAÇÃO - Rua Nicolau Cavon, 70

29/09/2012 a 06/10/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

06/10/2012 a 13/10/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

13/10/2012 a 20/10/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

20/10/2012 a 27/10/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

27/10/2012 a 03/11/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

03/11/2012 a 10/11/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

10/11/2012 a 17/11/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL IV - Rua Coronel Fagundes, 04

17/11/2012 a 24/11/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BRASIL - Rua Brasil, 273

24/11/2012 a 1º/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Brasil, 36

1º/12/2012 a 08/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - MATRIZ - Rua Saul Brandalise, 198

08/12/2012 a 15/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Rua Saul Brandalise, 880

15/12/2012 a 22/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL II - Rua Benjamin Grazziotin, 17

22/12/2012 a 29/12/2012 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - FILIAL XV DE NOVEMBRO - Rua XV de Novembro, nº 771

29/12/2012 a 05/01/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL III - Rua Saul Brandalise, 407

05/01/2013 a 12/01/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL ESTAÇÃO - Rua Nicolau Cavon, 70

12/01/2013 a 19/01/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA LÍDER FARMA - Av. D. Pedro II, 225

19/01/2013 a 26/01/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - SÃO CAMILO - Rua Brasil, 92

26/01/2013 a 02/02/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA CENTRALFARMA - SHOPPING - Av. D. Pedro II

02/02/2013 a 09/02/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA GEREMIAS - FILIAL I - Avenida D. Pedro II, 73

09/02/2013 a 16/02/2013 até às 12 horas

FARMÁCIA CENTRALFARMA - Rua Pedro Andreazza, 175

16/02/2013 a 23/02/2013 até às 12 horas
FARMÁCIA BOM JESUS - FILIAL XV - Rua XV de Novembro, 300

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 9.905/11

DECRETO Nº 9905/11, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011
Designa secretária para responder pela Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Secretário Municipal de Administração, Valmor Luiz Dall'Agnol, retornará às suas atividades na data de 02 de janeiro de 2012,

DECRETA
Art. 1º Fica designada a Secretária Municipal da Assessoria Jurídica, MARIA APARECIDA BOSCATTO, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Administração, no período de 26 a 30 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0917/11

PORTARIA nº 0917/11
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16485/2011,

RESOLVE
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IRACILDA DE OLIVEIRA, Auxiliar Administrativo, de 1º de fevereiro de 2012 até 1º de maio de 2012, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004

até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Videira, 21 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0918/11

PORTARIA nº 0918/11
Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15384/11,

RESOLVE
Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0787/11, que nomeou MARIZA IZABEL LEISMANN LOCATELLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Higiene Dental, nível E-PE-ATM-I-A.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

INPREVID

Extrato de PUBLICAÇÃO

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID
DISPENSA Nº 03/2011
CONTRATO INPREVID Nº 004/2011

Objeto: Contratação de prestação de serviços de segurança eletrônica
Contratado: LIMGER SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA
Contratante: INPREVID
Período de Contratação: 01/01/2012 a 31/12/2012, prorrogável por igual período, a critério das partes.
Valor Global: R\$ 1.740,00 (Um mil e setecentos e quarenta reais)
Valo Mensal: R\$ 145,00 (Cento e quarenta e cinco).

Videira, 21 de dezembro de 2011.
VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Extrato Publicação

FUNDO DE ASSISTÊNCIA MEDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - FASM
DISPENSA Nº 03/2011
CONTRATO INPREVID Nº 004/2011

Objeto: Contração de prestação de serviços de segurança eletrônica

Contratado: LIMGER SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA

Contratante: FASM

Período de Contratação: 01/01/2012 a 31/12/2012, prorrogável por igual período, a critério das partes.

Valor Global: R\$ 1.620,00 (Um mil e seiscentos e vinte reais)

Valor Mensal: R\$ 135,00 (Cento e quarenta e cinco).

Videira, 21 de dezembro de 2011.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Associações

AMVALI

Resolução Nº. 14/2011 - Institui a Comissão Especial de Licitação da AMVALI e autoriza a elaboração de edital de licitação de projeto básico

RESOLUÇÃO Nº. 14/2011 - de 22 de dezembro de 2011

Institui a Comissão Especial de Licitação da AMVALI e autoriza a elaboração do edital de licitação do projeto básico de adequação, duplicação, melhoramentos e restauração do trecho urbano da rodovia BR 280, entre Jaraguá do Sul e Guaramirim.

O Presidente da AMVALI, Nilson Bylaardt, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial de Licitação da AMVALI, visando a condução do processo licitatório do projeto básico de adequação, duplicação, melhoramentos e restauração do trecho urbano da BR 280, entre Jaraguá do Sul e Guaramirim.

§ 1.º - A Comissão Especial referida no caput será composta pelos seguintes membros: Alessandro Hansen Vargas (Secretário Executivo da AMVALI), Mauri Edgar Padilha de Lima (servidor público de Corupá), Wolney João Buzzi (servidor público de Jaraguá do Sul) e Márcio José Vieira (servidor público de Guaramirim).

§ 2.º - A Presidência da Comissão Especial será definida em comum acordo dos membros por ocasião da primeira reunião a ser convocada pela AMVALI em data pertinente.

§ 3º - A Equipe de Apoio será constituída pela advogada Alessandra Lúcia Oro de Oliveira Souto e pelo engenheiro Alberto João Marcatto, que deverão auxiliar tecnicamente a Comissão Especial de Licitação.

Art. 2º - Fica autorizada a elaboração do edital de licitação do projeto básico de adequação, duplicação, melhoramentos e restauração do trecho urbano da rodovia BR 280, entre Jaraguá do Sul e Guaramirim.

Parágrafo único - O edital referido no caput deverá atender ao disposto na Resolução/AMVALI n.º 13/2011, de 13 de dezembro de 2011.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul/SC, 22 de dezembro de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito de Guaramirim/SC
Presidente da AMVALI

Resolução Nº. 15/2011 - Institui a Comissão Especial de inventário patrimonial da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI

RESOLUÇÃO Nº. 15/2011 - de 22 de dezembro de 2011

Institui a Comissão Especial de inventário patrimonial da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI.

Considerando os reiterados alagamentos sofridos na sede da AMVALI nos últimos anos, ocasionando perdas materiais e documentais relevantes,

Considerando a necessidade do fiel registro e transparência dos ativos patrimoniais da AMVALI,

O Presidente da AMVALI, Sr. Nilson Bylaardt, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais e atendendo deliberação do Conselho Fiscal da AMVALI,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial de Inventário Patrimonial da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI

§ 1.º - Ficam designados o Assessor Administrativo e Financeiro Alessandro Hansen Vargas, o Técnico Contábil Mateus Soeli Silvestrin e a Assessora Geral Luzia Wilbert para comporem a Comissão Especial de Inventário Patrimonial da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI

§ 2.º - Fica designado o Técnico Contábil Mateus Soeli Silvestrin como Presidente da Comissão Especial de Inventário Patrimonial

Art. 2º - Caberá à Comissão, entre outras atribuições:

- Localizar e Identificar os bens;
- Avaliar financeiramente cada bem móvel e imóvel;
- Emitir os termos de responsabilidade pelos bens;
- Municar a contabilidade da entidade com as informações pertinentes e necessárias a correta atualização patrimonial nos registros oficiais.

Art. 3º - A Comissão Especial terá o prazo de noventa dias a partir da publicação desta, para atender aos objetivos do Art. 2.º

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Jaraguá do Sul/SC, 22 de dezembro de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito de Guaramirim (SC)

Presidente da AMVALI

Consórcios

CIS/AMMVI

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2011

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI

CONTRATADA: JK saúde SS

OBJETO: Prestação de serviços médicos na especialidade de angiologia, visando garantir atendimento aos pacientes oriundos da Rede Básica dos Municípios do Médio Vale do Itajaí.

VALOR: a) Consulta em angiologia: R\$ 40,00 (quarenta reais) para cada consulta médica, exceto retornos.

b) Exame de ultrassonografia com doppler de membros inferiores: R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) para cada membro.

c) Exame de ultrassonografia com doppler de membros superiores:

R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) para cada membro.
d) Exame de ultrassonografia de carótidas e vertebrais: R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) para cada procedimento.
PRAZO: 01 de novembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.
Blumenau, 01 de novembro de 2011.

LICITAÇÃO nº 005/2011 - CARTA CONVITE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2011
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI
CONTRATADA: Unimed De Blumenau Cooperativa de Trabalho Médico
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos de urologia, para atender a necessidade dos pacientes do Sistema Único de Saúde (rede básica) oriundos dos 14 municípios do Médio Vale do Itajaí.
VALOR: O valor total estimado deste contrato é de R\$ R\$ 54.277,40 (cinquenta e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta centavos), para o período de vigência estabelecido.
PRAZO: 01 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma da Lei. Blumenau, 01 de dezembro de 2011.

CISAMA

CISAMA - Assembleia Geral extraordinária de Prefeitos

Of. Circ. nº 71/2011. Lages, 22 de dezembro de 2011.

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, por solicitação do Senhor José Nérito de Souza, Presidente do CISAMA, convocar Vossa Excelência para ato de Assembleia Geral extraordinária de Prefeitos para o dia 29 de dezembro, quinta-feira com início às 08h30min na sede do CISAMA sito a Rua: Otacílio Vieira da costa 112 centro Lages /SC, (AMURES) tendo a seguinte pauta:

- Apreciação do(s) pedido(s) de exclusão feita por municípios com pendências no Cadastro Único de Convênios, (CAUC);
- Deliberações sobre os encaminhamentos referentes ao empenhamento da emenda de bancada;
- Eleição da nova diretoria em caso do presidente e vice pedirem exclusão do CISAMA;

Atenciosamente

GILSONI LUNARDI ALBINO
Secretário Executivo

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Prefeito (a) Municipal

